

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

ANA PAULA AIRES RODRIGUES

**29 DE ABRIL E O “NÃO ESQUECEREMOS”: EDUCAÇÃO
PÚBLICA, GREVE E VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA OS
TRABALHADORES REPRESENTADAS NO TELEJORNAL
PARANÁ TV**

ANA PAULA AIRES RODRIGUES

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**29 DE ABRIL E O “*NÃO ESQUECEREMOS*”: EDUCAÇÃO
PÚBLICA, GREVE E VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA OS
TRABALHADORES REPRESENTADAS NO TELEJORNAL
PARANÁ TV**

Dissertação apresentada por ANA PAULA
AIRES RODRIGUES, ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual de Maringá, como
um dos requisitos para a obtenção do título
de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador: Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO
DE OLIVEIRA GOMES

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R696v

Rodrigues , Ana Paula Aires

29 de abril e o “não esqueceremos” : educação pública, greve e violência estatal contra os trabalhadores representadas no telejornal Paraná TV / Ana Paula Aires Rodrigues . -- Maringá, PR, 2020.

244 f.tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Governador - Carlos Alberto Richa (2011-2018). 2. Gestão da educação - Governo do Paraná (2011-2018). 3. Educação pública - Política educacional - Telejornalismo. 4. Imprensa - Telejornal Paraná TV (29 abril 2015). 5. Greve - Trabalhadores da educação pública (professores) - Governo do Paraná. I. Gomes , Marco Antônio de Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 379.2

ANA PAULA AIRES RODRIGUES

**29 de abril e o “*não esqueceremos*”: educação pública, greve e
violência estatal contra os trabalhadores representadas no
Telejornal Paraná TV**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Profa. Dra. Marilsa Miranda de Souza – UNIR

MARINGÁ, 06 DE MARÇO DE 2020.

A todos os trabalhadores, que apesar de tudo, lutam por um mundo melhor, possível. Aos que estão, aos que já se foram e aos que ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Tudo o que produzimos, como homem, não o fazemos só. Nem por nós mesmos, nem para nós mesmos. Fazemo-lo com os outros, pelos outros e a partir dos outros. Assim, cumpre agradecer alguns dos quais contribuíram para a possibilidade de realização deste trabalho.

À amada família, bem precioso, base fundamental para todos os âmbitos da vida.

Ao meu querido orientador, professor Marco Antônio de Oliveira Gomes, pela dedicação à educação, pelas correções e contribuições inestimáveis para minha formação, não só acadêmica, muito além. Agradeço o valioso apoio e incentivo à pesquisa e por me proporcionar crescimento e autonomia.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Fundamentos Históricos da Educação, que por meio das leituras e discussões contribuíram com as reflexões desenvolvidas neste processo.

Ao Programa de Educação Tutorial-PET/Pedagogia-UEM, que me proporcionou inúmeras oportunidades formativas ao longo da graduação, as quais, hoje, permeiam minhas atividades acadêmicas e profissionais. Às queridas amigas conquistadas nesse saudoso período.

Ao secretário do PPE/UEM, Hugo Alex da Silva, pela paciência e atenção dispensadas a mim e a todos que recorrem aos seus serviços. Ao corpo docente do Programa, pelo respeito e comprometimento com a Pesquisa em Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da bolsa concedida, que viabilizou as condições materiais para o desenvolvimento dos meus estudos durante o ano de 2018.

As professoras que compuseram a banca, pela consideração acadêmica e pelas contribuições destinadas ao aprimoramento do trabalho.

“De te fabula narratur!” [A história é a teu respeito!] (Marx, *O Capital*)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGEE	Agenda Globalmente Estruturada para Educação
ALC	América Latina e Caribe
ALEP	Assembleia Legislativa
APP	Educação Pública do Paraná
APP-SINDICATO	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
Art.	Artigo
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Educação Superior
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
OI	Organizações Internacionais
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSS	Processo Seletivo Simplificado
PT	Partido dos Trabalhadores
RPC	Rede Paranaense de Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Situação geral das Metas 2015 –2018.
- Figura 2 Situação das Metas em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

RODRIGUES, Ana Paula Aires. **29 DE ABRIL E O “NÃO ESQUECEREMOS”:** EDUCAÇÃO PÚBLICA, GREVE E VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA OS TRABALHADORES REPRESENTADAS NO TELEJORNAL PARANÁ TV. (244 f.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Gomes Maringá, 2020.

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação-PPE (UEM), é fruto de um estudo cuja temática foi a representação expressa no telejornal Paraná TV, tanto do movimento de greve de 2015 quanto da violência estatal contra os trabalhadores no dia 29 de abril de 2015, contexto histórico da gestão do governador Carlos Alberto Richa (2011-2018). O objetivo da pesquisa foi investigar quais as relações existentes entre a atuação da imprensa, especificamente, pelas notícias veiculadas pelo telejornal Paraná TV, sobretudo, da greve dos trabalhadores e da violência estatal, com uma possível legitimação da desvalorização das reivindicações dos trabalhadores da educação pública. Para tanto, buscou-se identificar, categorizar e analisar as notícias relacionadas a educação pública veiculadas pelo telejornal Paraná TV no período em questão. Metodologicamente, a fim de atingir tais objetivos, considerou-se que a abordagem documental responderia de maneira adequada às exigências dos objetivos, já que as análises, via de regra, seriam realizadas com base em documentos elaborados por outrem, sendo eles: planos de governo, relatórios governamentais e do tribunal de contas do Paraná, reportagens, entre outros documentos. As análises foram desenvolvidas à luz da epistemologia materialista-dialética e a produção do trabalho se deu a partir de estudos teóricos e da análise histórico-crítica do conteúdo produzido e difundido pelo telejornal Paraná TV acerca do recorte histórico empreendido para pesquisa. Identificamos que existem aspectos históricos, econômicos e políticos que balizaram as reportagens construídas e exibidas pelo telejornal em questão, essas, por sua vez, pautam-se nos princípios políticos-editoriais dos seus respectivos Grupos de Comunicação e tendem, via de regra, a construir uma representação que deslegitima o movimento de greve e suas pautas.

Palavras-chave: Governo Beto Richa. Educação Pública. Greve de Professores. 29 de Abril. Telejornal Paraná TV.

RODRIGUES, Ana Paula Aires. **APRIL 29th AND "WE WILL NOT FORGET": PUBLIC EDUCATION, STRIKE AND STATE VIOLENCE AGAINST THE WORKERS REPRESENTED AT THE TELEVISION NEWS PARANÁ TV..** (254 f.). Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2020.

ABSTRACT

This dissertation, developed in the scope of the research line in History and Historiography of Education, in the Postgraduate Program in Education - PPE (UEM), is the result of a study whose theme was the representation expressed in the television news Paraná TV, both of the movement the 2015 strike and state violence against workers in the historical context of governor Carlos Alberto Richa's management (2011-2018). The objective of the research was to investigate which relations can be verified between the performance of the press, specifically, through the news broadcast by the television news Paraná TV, above all, of the workers' strike and state violence, with a possible legitimization of the devaluation of public education and its consequences. To this end, we sought to identify, categorize and analyze the news related to public education broadcast by the television news Paraná TV in the period in question. Methodologically, in order to achieve these objectives, it was considered that the documentary approach would respond adequately to the requirements of the objectives, since the analyzes, as a rule, would be carried out based on documents prepared by others, namely: government plans, governmental and Paraná Court of Auditors reports, reports, among other documents. The analyzes were developed in the light of the materialist-dialectic epistemology and the production of the work took place from theoretical studies and from the historical-critical analysis of the content produced and disseminated by the television news Paraná TV about the historical outline undertaken for research. We identified that there are historical, economic and political aspects that marked the reports constructed and shown by the newscast in question, these, in turn, are based on the political-editorial principles of their respective Communication Groups and tend, as a rule, to build a representation that delegitimizes the strike movement and its guidelines.

Keywords: Government Beto Richa. Public education. Teachers strike. April 29th. Television News Paraná TV.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA CONJUNTURA VIVENCIADA PELO GOVERNO BETO RICH.....	23
2.1	Na esteira das reformas 1: notas sobre o contexto mundial.....	30
2.2	Na esteira das reformas 2: o contexto brasileiro a partir da década de 1990.....	43
2.3	Do “<i>Saber Ouvir. Saber fazer: novas ideias para um novo Paraná</i>” ao “<i>Paraná que acredita</i>”: em pauta os Projetos do Governo Richa.....	54
3	PARA ALÉM DOS PLANOS E DISCURSOS.....	71
3.1	O governo Richa e as finanças do estado.....	79
3.1.1	Gestão Beto Richa: a (des)valorização do magistério e a questão da Parana previdência.....	90
3.2	Governo democrático: a ilusão do direito e do diálogo	107
3.2.1	A greve: alguns fatos.....	109
3.2.2	“29 de abril: não esqueceremos”.....	115
4	O TELEJORNALISMO COMO FONTE DE PESQUISA.....	122
4.1	Os princípios editoriais do Grupo Globo e o telejornal Paraná TV.....	129
4.1.1	Telejornal Paraná TV: princípios e normas de conduta profissional.....	135
4.2	A greve de 2015 pelas lentes do Paraná TV.....	140
4.2.1	A greve no Telejornal Paraná TV: texto e contexto.....	145
4.2.2	Curitiba, 29 de abril de 2015: conflito, confronto ou massacre?.....	153
4.2.3	A greve de 2015: quem falou por ela?.....	159
4.3	A prática telejornalística e a formação da opinião pública.....	163
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS.....	171

APÊNDICES.....	182
-----------------------	------------

INTRODUÇÃO

Certamente o ano de 2015 não será (ou ao menos não deveria) ser esquecido pelos paranaenses, pois, trata-se de um marco na história do Paraná. Pode ser considerado um marco, em diversos sentidos. Tanto no que se refere ao número expressivo de trabalhadores da educação pública que estiveram em greve e na duração da mesma, mais de três meses, quanto ao que se refere às ações desproporcionais e autoritárias por parte do Governador Carlos Alberto Richa (PSDB)¹, juntamente com sua equipe governamental em relação aos trabalhadores.

Balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, policiais avançando com cassetetes e cães da corporação sobre os trabalhadores da educação entre outros elementos do gênero constituíram essa data. Foram contabilizadas pelo menos 200 pessoas feridas durante a ação policial. Até o presente momento, ninguém, de fato, foi responsabilizado pelo episódio, que ficou conhecido como Massacre de 29 de abril.

Foi, então, este evento histórico objeto de investigação, cujos resultados são apresentados nesta dissertação. Contudo, como se sabe no campo de desenvolvimento de estudos acadêmico-científicos, há que se proceder recortes que sejam comportados para análise dentro do período correspondente ao desenvolvimento do estudo, neste caso, um mestrado acadêmico.

Tendo como ponto de partida de interesse de investigação à referida greve, especialmente, a violência estatal contra os trabalhadores ocorrida no dia 29 de abril de 2015 e amplamente noticiada pela imprensa paranaense nos dias que se seguiram, tratou-se de compreender o papel desenvolvido pela imprensa que já vinha noticiando a greve desde o seu início, bem como as possíveis inter-relações com o exercício do poder estatal e a criação de um consenso da opinião pública em relação a este movimento.

O movimento mencionado pautou-se, sobretudo, nas ações coletivas de diversos sindicatos, contou com intensa mobilização e organização política dos

¹ Carlos Alberto Richa, do Partido Social Democrata Brasileiro, eleito para a gestão de 2011-2014 e, reeleito para assumir a gestão de 2015-2018.

trabalhadores e efetivou-se por meio de discussões, assembleias, paralisações e culminou na deflagração de uma greve em 11 de fevereiro de 2015. O que se discutia com maior ênfase era o pacote de medidas apresentado aos deputados estaduais em regime de urgência no dia 4 de fevereiro que visava, segundo o governador Carlos Alberto Richa, equilibrar as finanças do estado.

O “pacotaço”, como era chamado pelos funcionários públicos em questão, fazia parte da segunda etapa de um ajuste fiscal que começou em 2014, com o aumento da alíquota de impostos, se constituía em última instância do Projeto de Lei – PL nº 60/2015, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Governador do estado. O objetivo era ampliar receitas e diminuir despesas da máquina pública, era o que afirmava o governo estadual.

O interesse por esta temática de pesquisa surgiu durante a graduação em Pedagogia, em virtude da participação e observação dos sujeitos nas manifestações relativas à greve, na ocasião como acadêmica do Curso de Pedagogia, matriculada no segundo ano. Assim, no ano de 2017, foi desenvolvida a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso sob o título *“A greve de 2015 dos docentes e funcionários da Universidade Estadual de Maringá: reflexões a partir das concepções dos acadêmicos do curso de Pedagogia da modalidade presencial da UEM”*. Tratou-se de um estudo de campo junto aos acadêmicos do curso de Pedagogia e, durante seu desenvolvimento, uma questão se mostrou intrigante. O fato de significativa maioria dos sujeitos afirmar que ficava sabendo das informações pelos telejornais paranaenses, especialmente, pelo Telejornal Paraná TV. Dessa inquietação, emergiu o interesse em dar continuidade aos estudos sobre este assunto, agora, porém, investigar a atuação da imprensa nesse contexto, tendo como fonte de análise o referido telejornal.

Deste modo, a problemática inicial que conduziu o trabalho de pesquisa pode ser expressa, em síntese, na seguinte questão: Quais as relações podem ser verificadas entre a atuação da imprensa, especificamente, pelas notícias veiculadas pelo telejornal Paraná TV, acerca da educação pública paranaense e, sobretudo, da greve dos trabalhadores, com uma possível legitimação da desvalorização da educação pública?.

Partindo desta problemática, foram construídos alguns outros questionamentos, que nos nortearam na produção deste trabalho. Alguns deles, por sua vez, são apresentados como subitens nas seções.

Como aporte para as reflexões, a investigação esteve pautada no materialismo histórico-dialético, tendo em vista que concebe a análise da sociedade em sua totalidade e objetividade, considerando as contradições explícitas nas relações sociais de produção e reprodução da sobrevivência dos homens, e nesse caso, o antagonismo das relações de trabalho. Além disso, o desenvolvimento dos estudos nos apontou a necessidade de compreender categorias relacionadas a hegemonia, ideologia e consenso social, as quais são tratadas a partir das concepções gramscianas.

Os estudos foram desenvolvidos tendo como ponto de arranque o dia 29 de abril e atuação da imprensa paranaense em sua cobertura e apresentação ao público. Como se trata de uma abordagem histórica, compreendemos que as análises devem ser realizadas de modo amplo, partimos, desse modo, da categoria totalidade. O que implica dizer que não se pode perder de vista a estrutura da sociedade pautada no modo de produção capitalista, bem como as lutas de classes como determinantes históricos.

O recorte temporal abordado na discussão, está subscrito ao governo do Paraná durante a gestão de Carlos Alberto Richa (2011-2018). Entretanto, ao definir as fontes para realização da pesquisa, as notícias do telejornal Paraná TV, foram consideradas, especialmente, àquelas veiculadas durante o ano de 2015, pois encontra-se, especialmente aí, o objeto de nosso interesse de investigação.

A compreensão histórica com base na categoria de totalidade nos leva a considerar que as ações do referido governo se encontravam sujeitas a uma agenda neoliberal. Entendemos, portanto, que se deve retroceder um pouco à medida que é pertinente compreender as rupturas e continuidades de questões afetas a gestões anteriores, já que se faz necessária uma análise histórica ampla. Assim, como indica Gomes,

Considerar os fenômenos desvinculados de uma determinada realidade social significaria, no meu entender, a negação da história como ciência [...] Portanto, é fundamental historicizar o objeto que

está sendo reconstituído, o que significa investigar a ordem econômica, política e social da sociedade [...] (GOMES, 2001, p. 4).

Considera-se nesse estudo que os acontecimentos de 29 de abril de 2015, envolvendo extrema violência estatal contra a classe trabalhadora, especialmente da educação, não se trata de um acontecimento isolado. Ao propor uma análise do contexto em que se deram esses atos, pode-se perceber que várias ações do governo vinham sendo tomadas, a fim de justificar e/ou legitimar possíveis atos de violência, além da física explícita no dia 29. Parafraseando Castanha (2013), para desenvolver o trabalho com as fontes, é preciso antes de mais nada periodizá-las, a fim de compreender o contexto histórico em que foram produzidas.

A hipótese inicial de que partimos para o desenvolvimento da pesquisa era que a violência estatal amplamente observada nas ações do dia 29 de abril é fruto de uma série de ações anteriores ocorridas durante a greve de 2015, de desvalorização da educação pública do estado do Paraná, que contou com a atuação de amplo seguimento da imprensa paranaense para sua legitimação. Essa, por sua vez, atuou por meio das notícias apresentadas ao longo de todo o movimento de greve e, mesmo anteriores a isso, que acabaram por construir tanto uma representação do servidor público, quanto da própria educação pública.

As entrevistas do governador e as notícias veiculadas em telejornais no período em questão insinuavam que essa categoria de trabalhadores estava “reclamando de barriga cheia”. Entendemos que a desvalorização da educação pública perpassa várias ações governamentais, como, por exemplo, a extinção de direitos trabalhistas da categoria, o ataque direto a autonomia das Universidades, a questão dos professores contratados em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSSs), a questão da hora atividade, propostas de fechamento de diversas escolas estaduais, dentre outras. Assim, os eventos do Centro Cívico no dia 29 de abril de 2015 representam o ápice do conflito, que já vinha delineando-se ao longo dos anos dessa gestão.

No que se refere às fontes documentais, a escolha dessas se deu, justamente, pelo alcance de suas edições. Consideramos tratar-se de uma pesquisa histórica de cunho documental, pois assim como define Gil (2010, p. 30), “[...] a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e

constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia”. Além disso, atualmente, são comuns no campo da História e Historiografia os estudos que têm como fonte de investigação a imprensa (LUCA, 2011).

É válido salientar que recorrer a estes materiais para desenvolver pesquisas históricas auxilia-nos na problematização de diversos aspectos da sociedade e a compreender que estes tratam-se de produções humanas datadas historicamente, portanto, passíveis de questionamentos. Esse campo de investigação tem-se expandido e, esses materiais têm ganhado credibilidade como objetos produzidos historicamente capazes de responder a determinadas indagações dos pesquisadores no campo de estudos históricos. Assim,

[...] não parece demais afirmar que sentidos, conteúdos, forma de abordagem e mesmo entendimento do que sejam documentos históricos atravessam o campo disciplinar e se constituem na pedra de toque das várias correntes epistemológicas que tentaram (e seguem tentando) dar conta da produção de conhecimento nesta área. (LUCA, 2012, p. 18).

Ao propor um estudo que tem como fonte de análise uma programação específica, uma produção humana, o Telejornal, produção essa transmitida pela televisão, concordamos com Somma Neto (2007, p. 27) quando afirma que,

A televisão funciona como um autêntico laço social apoiado na imagem. [...] E no Brasil existem peculiaridades que reforçam ainda mais este laço social, em virtude dos índices altos de analfabetismo, da brutal desigualdade na distribuição de renda e do papel desempenhado pela TV como principal e, em muitos casos, única fonte de informação de um elevado contingente de pessoas que passam muitas horas diárias à frente do aparelho receptor.

Em relação a essa afirmação de Soma Neto, podemos pensar, por exemplo, na pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso anteriormente citado, no qual os acadêmicos do curso em questão, matriculados em uma Universidade Pública que teve seus servidores em greve, afirmaram que obtinham as informações sobre a greve por meio dos telejornais paranaenses, especialmente, o Paraná TV.

Ora, se a própria comunidade acadêmica, pertencente a um contexto completamente permeado por este movimento, atribuía maior credibilidade às notícias veiculadas pelo Telejornal, é compreensível que a população de modo geral que, por vezes, se encontra mais distante de tais discussões o faça de modo contundente.

Levando-se essas questões em consideração, definiu-se como fontes as notícias relacionadas à educação pública e a greve, durante o ano de 2015 no telejornal Paraná TV, transmitido pela Rede Paranaense de Comunicação-RPC Curitiba. Essas, por sua vez, foram cotejadas com outras fontes disponíveis, como por exemplo: trabalhos de pesquisas correlatos às temáticas desenvolvidas nesta pesquisa, dentre eles, dissertações e teses defendidas recentemente que trazem dados do cenário da gestão de Beto Richa, no que se refere a educação pública estadual e a seus trabalhadores; conteúdos exibidos em outras *medias*; além disso, trabalhos advindos das áreas das Políticas públicas e gestão educacional, História e Historiografia, Economia e Jornalismo, dentre outros que consideramos pertinentes para fundamentar as análises propostas.

O Paraná TV é um telejornal local brasileiro exibido pela RPC nos horários destinados aos noticiários locais das emissoras da Rede Globo. Na época, esse telejornal possuía duas edições, a primeira transmitida por volta do meio-dia e a segunda por volta das 19 horas e 10 minutos, o tempo de transmissão aproximado somando-se as duas edições era de aproximadamente uma hora.

O desenvolvimento da RPC pode ser datado a partir de 29 de outubro de 1960, com a fundação da primeira emissora de TV do estado, a TV Paranaense, pelo empresário Nagib Chede. Em 1969, Nagib Chede vendeu a emissora para os empresários Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, proprietários do jornal Gazeta do Povo.

Ao investigar as ações e relações de poder na construção da reportagem política no telejornalismo paranaense, João de Somma Neto (2017) explica que os meios de comunicação, junto com outras instâncias, compartilham a responsabilidade pela formação de ideias, opiniões e sentimentos, entre outras coisas.

Além disso, o autor expõe um panorama por meio do qual é possível a compreensão de como se constrói a notícia no telejornalismo, com a reconstrução

do fato, por meio dos processos técnicos, específicos deste tipo de produção. Aliás, nos apresenta alguns aspectos não tão explícitos quanto aos procedimentos técnicos empregados na elaboração de pautas, bem como para a editoração de notícias nos telejornais. Segundo Somma Neto (2007, p. 35), as interferências propositais ou involuntárias são “componentes que provocam [...] o distanciamento efetivo entre a realidade tal qual ocorre e que é matéria prima do jornalismo, e uma realidade construída, mostrada na tela para milhões de pessoas todos os dias”.

Esses outros fatores, são constitutivos da prática jornalística e, via de regra, permeiam as produções noticiosas que são veiculadas diariamente nos telejornais. Tratam-se, portanto, de ideias e valores, princípios constituintes da própria ideologia, já que a produção e veiculação dessas notícias, ocorre por meio de um processo de produção, no qual a notícia se torna uma mercadoria, elaborada e vendida por uma empresa privada do ramo das telecomunicações, que assim como as demais organizações privadas tem como seu fim último o lucro, ou seja, a acumulação de mais valor.

Afinal, não se pode perder de vista a inter-relação que há entre economia – ideologia – política – imprensa – educação, especialmente no que se refere às ideologias e ao caráter hegemônico de tal empreendimento. Em relação a esta questão, cabe lembrar que como afirmam Brandão e Dias (2007, p. 85), “O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão”.

Assim, intentamos com a produção deste trabalho, contribuir para o avanço nas discussões e reflexões às temáticas aqui apresentadas.

Ao compreendermos, que “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (MARX, 1996, p. 28) e que, só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever adequadamente, o movimento real, esperamos que este estudo ao desvelar alguns dos aspectos dessas relações, entre o governo do Paraná – educação – trabalhadores – greve – telejornalismo e construção da opinião pública, nos leve a compreender melhor como se estabelecem essas relações em nossa sociedade. E venha a contribuir, sobretudo, ao campo da História e Historiografia da Educação, nossa linha de pesquisa.

No que trata aos seus aspectos metodológicos, a produção do trabalho se deu a partir de estudos teóricos e da análise histórico-crítica do conteúdo produzido e difundido pelo telejornal em questão, já que compreendemos que o ser humano é responsável pelas transformações sociais e é, segundo Marx, o único ser que produz história.

A obra de Marx, sem dúvida se apresenta como um arcabouço essencial no que se refere ao estudo não só dos fenômenos sociais, mas, também e, especialmente, das relações que engendram esses fenômenos. Assim, “[...] pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011, p. 17).

Ressalta-se que, a perspectiva epistemológica adotada para o desenvolvimento da pesquisa, considera que

O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência que independe da consciência do pesquisador. [...] o *objetivo do pesquisador*, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – *é apreender a essência* [...] do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (PAULO NETTO, 2011, p. 23, grifos nossos)

Além disso, conforme Severo (2010, p. 17), o filósofo materialista “[...] esclarece sobre o caráter de sua filosofia – trata-se de uma investigação da política, da economia, das sociedades humanas, do mundano [...]”. Nesse caso, a escolha do referencial teórico materialista como aporte para o desenvolvimento da pesquisa, justifica-se por oferecer suporte para realizar as análises dos dados obtidos a partir da realidade objetiva dos sujeitos envolvidos, como possibilidade de aproximação do mundo real por meio da pesquisa. Para empreender uma investigação que não se restringe a contemplação.

Em relação ao entendimento da perspectiva de análise da realidade, compreendemos que essa se apresenta como muito mais que apenas teoria, ou discussão retórica. Conforme Gomide (2012, p. 3), trata-se de “[...] um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes

transformações da história e das sociedades humanas”. Assim, ao produzir um conteúdo telejornalístico, entendemos que essas produções se encontram condicionadas ao seu tempo histórico, devem, portanto, ser analisadas considerando esse fator.

Para fins de sistematização, o trabalho está organizado da seguinte maneira:

Na seção intitulada *Paraná (2010-2017): apontamentos históricos da conjuntura vivenciada pelo Governo Beto Richa*, primeiramente, tem-se como objetivo delinear um panorama histórico acerca dos mandatos do governador Beto Richa (2010-2018). Para tanto, contextualiza-se historicamente as transformações econômicas mundiais, tal como o caso brasileiro. Em seguida, explicita-se as propostas apresentadas nos dois Planos de governo durante as campanhas eleitorais, já dentro de um contexto hegemônico neoliberal.

A seção *Para além dos planos e discursos*, por sua vez, tem o fito de com base nos dados discutidos na seção anterior, na qual foram apresentadas as principais propostas contidas nos dois planos de governo, bem como suas metas e áreas estratégicas de investimentos, cotejar as informações contidas nos documentos e expressas em nosso levantamento, com informações obtidas por outras fontes, como relatórios do governo, notícias em diversas *medias* e a literatura acadêmico-científica da área. Tomamos, neste momento, como objeto de análise as relações estabelecidas entre aquilo que é proferido oficialmente ante aquilo que é prática real dos sujeitos históricos.

A última seção, é intitulada o *Telejornalismo como fonte de pesquisa histórica*, nela são apresentadas as questões históricas referentes ao telejornalismo como objeto de análises, bem como acerca do telejornal Paraná TV e a educação pública Paranaense em 2015; expõe-se como a educação pública foi retratada pelo Telejornal Paraná TV, na tentativa de responder ao questionamento: *quem fala por ela?*. Apresenta, a *greve de 2015 pelas lentes do Paraná TV*, bem como, discute-se como se constrói o julgamento pela opinião pública por meio das notícias veiculadas pelo telejornal. Por fim, expõe-se as conclusões auferidas, por meio dos estudos realizados até aqui, com base nos princípios metodológicos mencionados.

2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA CONJUNTURA VIVENCIADA PELO GOVERNO BETO RICHA

Esta seção tem como objetivo delinear um panorama histórico acerca dos mandatos do governador Beto Richa (2011-2018). Além disso, propõe-se explicitar as propostas apresentadas nos dois Planos de governo durante as campanhas eleitorais que o conduziram à frente do governo do Paraná para o exercício de duas gestões. No decorrer da seção, expõe-se resultados de estudos acerca de algumas de suas ações no que tange as políticas voltadas a educação pública paranaense, especialmente, àquelas referentes a essa categoria de trabalhadores.

Com o intuito de compreender as referidas ações do governo, faz-se necessário contextualizar historicamente o período de 2011-2017². Para tanto, levando-se em conta as transformações decorridas ao longo do tempo, tomamos como marco, a década de 1990, cujo período inúmeros pesquisadores, de diversas áreas vêm afirmando, compreende o auge das reformas neoliberais ocorridas no país, essas que, em nossa avaliação, influenciam as ações dos governos estaduais deste então.

Ao iniciar este tópico do trabalho, cabe lembrar que os indivíduos sozinhos não são responsáveis pelos acontecimentos históricos, mas sim os homens em seu conjunto. Deste modo, há que se ter clareza que o termo “Governo Beto Richa” diz respeito ao governo do Paraná de modo geral, neste período. Obviamente, incluem-se aí, os demais membros, bem como as demais relações estabelecidas, tanto em nível regional quanto nacional e internacional. Contudo, entendemos que a figura política de Beto Richa expressava as ideias de governo acordadas entre seus pares. Portanto, ao nos referirmos ao termo *Governo Beto Richa*, não se trata de direcionar ou individualizar a análise, trata-se, em nossa compreensão, de um conjunto de ideias e ações expressas neste período por determinado *modo de*

² A contextualização referida circunscreve-se aqui até o ano de 2017, contudo, vale lembrar que o mandato referente a gestão de Beto Richa à frente do governo do estado, se findaria apenas em 2018. Entretanto, o senhor Carlos Alberto Richa optou por pedir afastamento da função de governador para pleitear ao cargo de senador da República, ainda no ano de 2018, ficando o governo do estado, a partir de então, até o término a gestão, sob responsabilidade de sua vice Cida Borghetti.

governar, assim, tratamos de algo mais amplo do que um indivíduo específico. Em relação a abordagem histórica da pesquisa, Gomes (2001, p. 4) enfatiza que,

Dentro da perspectiva histórica [...] a História da educação – *como qualquer outra história* – não se explica pela ação individual dos “grandes homens”. No lugar da sucessão de ideias pedagógicas, que não levam em conta as relações sociais nem as atividades econômicas, estão os fatos materiais; no lugar dos “grandes homens”, a luta de classes pela hegemonia social. A análise dos homens na história segundo o materialismo, demonstra que não existe uma “natureza humana” idêntica em todo espaço e tempo. (GOMES, 2001, p. 4, grifos nossos).

Para o referido autor, essa forma de conceber a pesquisa histórica, não supõe um estudo isolado do debate acerca das questões de cunho histórico, mas um trabalho que leve em conta “[...] todas as dimensões do real, sem qualquer compartimentação. Interessa investigar como se expressam as estratégias, nem sempre visíveis, de dominação e controle social.” (GOMES, 2001, p. 4). Dito isto, compreendemos a relevância de apresentar, mesmo que sucintamente, aspectos biográficos³ da trajetória política de Beto Richa, para localizar seu *modo de governar*, tanto temporal quanto espacialmente.

Carlos Alberto Richa, filho de José Richa e Arlete Richa, nasceu na Cidade de Londrina em 1965. Casado com Fernanda Bernardi Vieira Richa, pertencente a uma tradicional família de empresários paranaenses, Fernanda foi presidente da Fundação Social de Curitiba (FAS) durante os dois mandatos de Beto Richa no governo do Paraná.

De acordo com os dados disponibilizados pela *Casa Civil do Paraná* e pelo *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, Beto Richa, proveniente de uma família tradicionalmente política, iniciou sua vida pública na década de 1990 como candidato a vereador de Curitiba pelo PSDB nas eleições de outubro de 1992, contudo, neste momento não foi eleito. Já nas eleições de outubro de 1994 concorreu ao pleito para deputado estadual pelo PSDB, em

³ Dados biográficos disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-Fundação Getúlio Vargas e pela Casa Civil do Paraná. Respectivamente, disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/richa-beto> e <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em 10 de out. de 2018.

campanha exitosa que lhe rendeu a eleição. Em outubro de 1998 reelegeu-se deputado estadual.

Em 2002 concorreu ao mandato de governador do estado pelo PSDB, neste pleito obteve o terceiro lugar no primeiro turno com 17,3% dos votos válidos. Nas eleições de 2004 foi eleito prefeito Curitiba, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores-PT, Ângelo Vanhoni, no segundo turno, esta gestão lhe rendeu o prêmio de *Amigo da Criança*, concedido pela UNESCO em 2006. Em 2005, firmou a *Declaração das Cidades Verdes*, das Nações Unidas, o que incluiu Curitiba no grupo das chamadas *60 Cidades Verdes do Mundo*. Em março de 2006 o Município sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade e Biosegurança. Em 2007 Beto Richa recebeu o título de *Melhor Prefeito do Brasil* nas avaliações do Instituto Brasmarket⁴ e também pelo Instituto DataFolha⁵, expressando os resultados de quatro pesquisas de opinião realizadas nas principais capitais brasileiras.

Nas eleições de outubro de 2008 foi reeleito prefeito de Curitiba no primeiro turno das eleições com a expressiva votação de 77,27% dos votos válidos, derrotando a candidata do PT, Gleisi Hoffman que obteve a segunda colocação com 18,17% dos votos válidos.

Em 2010 se lançou candidato ao governo do estado pelo PSDB, sendo eleito. A partir daí o governo do Paraná sob a gestão de Carlos Alberto Richa, compreendendo a reeleição em 2014, foi de 1º de janeiro de 2011 a abril de 2018, quando afastou-se das funções de governador para se dedicar ao pleito de Senador da República, cuja empreitada não obteve o êxito pretendido.

⁴ Trata-se do Instituto Brasmarket de Análise e Investigação de Mercado Ltda, com sede em São Paulo, não foi possível localizar o site oficial. Entretanto, qualquer busca rápida pela rede mundial de computadores – *Internet*, nos apresenta diversas notícias acerca de contestações dos resultados obtidos pelas pesquisas realizadas por este instituto, bem como, de sua credibilidade. Existem diversas críticas, tanto de leitores comuns, quanto de coligações de partidos políticos, estes últimos, solicitando impugnação de resultados apresentados em pesquisas de intenção de voto, dentre outras, por exemplo.

⁵ Trata-se de um Instituto de Pesquisa criado em 1983, com o objetivo de oferecer conteúdo e servir como ferramenta de planejamento para o jornal Folha de São Paulo e outros veículos e serviços da empresa. Realiza pesquisas eleitorais, levantamentos estatísticos, pesquisas de opinião pública, entre outras. Fonte: site oficial do Instituto DataFolha.

Informações disponíveis em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/historia/index.shtml>.

Acesso em: 10 de fev.de 2019.

Cabe lembrar que, desde fins da Ditadura militar no Brasil, tivemos, no Paraná, às seguintes gestões: Governo José Richa (1983 – 1986); Governo Álvaro Fernandes Dias (1987 – 1990); Governo Roberto Requião (1991 – 1994); Governo Jaime Lerner (1995 – 2002); Governo Roberto Requião (2003 – 2010); Governo Carlos Alberto Richa (2011 – 2018). Neste último período de gestão, encontra-se circunscrito nosso tema de pesquisa.

Entendemos que é válido indicar que as análises históricas, devem buscar recuperar, assim como enfatiza Gomes (2001, p. 04), “[...] as ações dos diferentes grupos, procurando entender por que o processo tomou uma dada configuração e não outra. [...] significa resgatar a historicidade do objeto como resultado da ação humana no mundo material”. Logo, cabe a compreensão do processo de sucessão no governo paranaense, em relação ao histórico de gestões de governadores no estado do Paraná. Para tanto, foi realizado um levantamento com intuito de buscar pesquisas recentes, cuja temática e recorte temporal pudessem nos auxiliar nessa empreitada.

O estudo de Rubim (2018), cujo principal objetivo foi investigar em que medida os textos disponibilizados pela SEED-PR para os cursos de formação continuada de professores das escolas públicas do estado do Paraná, no período entre 2009 – 2015, oferecem subsídios para que os profissionais da educação se apropriem do referencial teórico-metodológico preconizado nas Diretrizes Curriculares estaduais, nos apresenta um panorama claro. A autora expõe, tanto os principais aspectos das gestões estaduais, quanto da esfera federal, desde o período da Ditadura Militar até as últimas gestões, incluindo-se aí, o governo Beto Richa do Paraná, e a gestão de Dilma Vana Rousseff (2011-2015) frente à presidência da república.

Desse modo, para a compreensão acerca dessas políticas, a autora se propõe a empreender um histórico do contexto político do estado do Paraná, desde o período de redemocratização do Brasil até o último mandato do Governador Beto Richa (2014-2018). Assim, é possível nos valermos dos dados levantados por esta pesquisadora, bem como de suas análises acerca desses elementos do processo histórico, para melhor compreender a gestão do Governador Beto Richa, durante seus dois mandatos como governador do estado, especialmente, no que diz

respeito às suas ações referentes a educação pública e a formação continuada do professorado.

Em pesquisa cujo objetivo foi analisar a política de remuneração dos professores da Educação Básica, no estado do Paraná, durante o primeiro e início do segundo mandato do governo Beto Richa (PSDB), os quais abrangem os anos de 2011 a 2016, Ramos (2018) enfatiza que foi possível identificar

[...] retrocessos quanto às políticas de remuneração, se comparadas ao governo anterior, tendo-se em vista que houve perda real da remuneração dos professores, a partir do ano de 2015, bem como atrasos nos ajustes na tabela, correção inflacionária, entre outros. Constatou-se que a gestão corroborou as políticas internacionais *de eficácia e eficiência no ensino, as quais incitam a fazer o máximo com o mínimo de recursos*, processo esse que preconiza o protagonismo e a precarização da carreira dos professores. (RAMOS, 2018, p. 6, grifos nossos)

O objeto de estudo analisado na pesquisa de Ramos (2018), a *política de remuneração de professores da educação básica no Paraná*, circunscreve-se em periodização semelhante à adotada em nossa pesquisa, já que abrange o governo Beto Richa até o ano de 2016. Ademais, os dados levantados por este pesquisador servem-nos como indícios do trato destinado à educação pública, e a essa categoria de trabalhadores por meio das políticas destinadas a remuneração dos professores durante essa gestão.

Além disso, o autor apresenta dados contundentes no que se refere as análises das orientações das Organizações Internacionais, Ramos (2018) salienta que nos documentos elaborados pelas OI, por exemplo, o professor passa a ser uma figura estratégica “[...] sob a retórica de analisar sua influência no aprendizado do aluno e *o conseqüente retorno financeiro e competitivo que o país pode angariar.*”(RAMOS, 2018, p. 72, grifos nossos).

Suas análises nos levam a compreender que as políticas de remuneração de professores, conjuntamente com outras ações realizadas por este governo durante o período em questão encontravam-se alinhadas às orientações dos Organismos Internacionais. Os documentos analisados por Ramos (2018) contemplam um conjunto de propostas elaboradas, sobretudo, para a educação na América Latina e no Caribe. Segundo o autor, nota-se que as orientações acerca

das questões do professorado incluem-se “[...] nas reformas educacionais que trazem mudanças, principalmente, na gestão, [...] a tendência é cada vez mais retirar do Estado a função de executor e transferir a responsabilidade desses serviços para a sociedade.” (RAMOS, 2018, p. 63). Ramos enfatiza que as OI, atuam de modo a exercer recomendações aos países em desenvolvimento, sendo essas:

[...] no que tange ao financiamento e investimento na educação [...] a fim de incumbi-los de cumprir algumas metas educacionais e alcançar um desenvolvimento econômico baseado no modelo dos países desenvolvidos. Além disso, são organismos que atuam diretamente no Brasil e estabelecem marcante presença, por meio de levantamentos de dados, pesquisas, empréstimos e financiamentos executados junto ao país. (RAMOS, 2018, p. 62).

Como se sabe, baseado nos inúmeros resultados de estudos desenvolvidos, em especial, nas áreas de Economia, História e Historiografia, Políticas Públicas e Gestão da Educação, essas recomendações estão absolutamente submetidas à lógica neoliberal.

Nesta mesma seara, pesquisa recente realizada por Silva (2019), cujo objetivo foi investigar as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para a formação de professores na América Latina e Caribe (ALC) e a relação com as políticas de formação do professorado no Brasil (2003-2015), conta com aprofundamento teórico relativo a configuração do estado neoliberal. Além disso, apresenta extenso levantamento de dados acerca da elaboração do conjunto de documentos que tende a orientar as políticas de formação de professores no recorte histórico e espacial em questão.

Assim, demonstrou que há uma profunda relação entre as orientações desses OI, para formação de professores, sobretudo no Brasil, e as ações do Estado nos moldes do neoliberalismo. Entendemos que se faz pertinente mencionar as conclusões de Silva (2019), justamente porque, a gestão de Beto Richa corresponde, em primeira instância, a esfera micro dentro desse contexto, já que diz respeito a um ente federado, parte constitutiva da Federação signatária de diversos acordos internacionais e, submetida, portanto, às recomendações dos OI.

Ao desenvolver as análises dos documentos elaborados pelos OI, por meio de uma abordagem histórica, a autora defende a tese de que esses correspondem a uma perspectiva mercadológica de educação. O que equivale a dizer que existe uma profunda relação entre as políticas de formação de professores no Brasil no recorte temporal de 2003 a 2005, e as orientações dos OI, o que faz com que as primeiras sejam alinhadas a lógica neoliberal. Compreende-se, que os professores são concebidos nessas orientações como

[...] peça-chave para a qualidade da educação e para a concretização de reformas educacionais. Para o sucesso de tais ações, é preciso uma formação focada na prática e no desenvolvimento de competências, que permitam se tonar adaptativas e flexíveis diante das demandas do capital. Além disso, *os professores precisam ser constantemente avaliados para verificar se estão sendo produtivos*, ou seja, é preciso, a todo o momento, aferir se os índices educacionais nas avaliações melhoraram. (SILVA, 2018, p. 185, grifos nossos).

Além desses, diversos outros autores, em aspectos mais amplos, dentre os quais: Teixeira, 1998; Boito Jr., 1999; Moraes, 2001; Moraes 2002; Cardoso, 2003; Silveira, 2005; Viana, 2008; Trópia , 2009; Alves, 2011; Souza, 2011; Netto E Braz, 2012; Batista, 2017; Hobsbawm, 2017; Perrude, 2017; Noma, 2017; dentre outros, vêm ao longo do tempo, expondo essas questões e discutindo as crises experienciadas historicamente pelo capitalismo, bem como o processo de reestruturação produtiva, e, especialmente, o advento do neoliberalismo em caráter global.

Estas análises nos mostram que nos anos de 1990 iniciou-se a consolidação da agenda neoliberal no Brasil. Esses apontamentos são relevantes para compreendermos o contexto no qual o governo Beto Richa se instaurou, momento histórico no qual o neoliberalismo, seja em seus aspectos econômicos ou ideológicos, já estava consolidado. E, em nossa avaliação, as políticas propostas por essa gestão, alinham-se, sobremaneira, as demandas das políticas neoliberais, bem como às orientações dos Organismos Internacionais. Deste modo, devem ser consideradas no bojo das transformações históricas, como explicitaremos a seguir.

2.1 Na esteira das reformas 1: notas sobre as transformações no contexto mundial

A Reforma do Estado, com suas implicações, por meio do desenvolvimento de uma agenda neoliberal e questões subjacentes (crise estrutural do capitalismo, discurso ideológico, avanço conservador, desoneração dos cofres públicos, privatizações, entre outras coisas), é amplamente discutida na literatura acadêmico-científica.

Essa ampla produção nos proporciona um panorama geral para a compreensão das implicações dessa agenda para as relações sociais estabelecidas na sociedade. Concordamos que é necessário desvelar os pressupostos que embasam o neoliberalismo, tanto em seus aspectos ideológicos quanto práticos. É válido, portanto, buscar as origens desta modalidade de organização econômico-ideológica. Moraes (2001), em sua obra *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* Pondera que o termo *neoliberalismo* deve ser entendido em seus diversos significados, sendo eles:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*⁶, isto é, centros de geração de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos; 3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (MORAES, 2001, p. 3).

Ao se propor a elucidar as seguintes questões *O que é o neoliberalismo? De onde surge? O que pretende? Quem o defende? Quem o critica?*, o autor supracitado, identifica a origem do neoliberalismo na acepção que o conhecemos

⁶*Think tanks* são organizações especializadas em produzir análises de políticas públicas (*policy analysis*) e defender causas ou políticas (*policy advocacy*) “[...] são organizações que produzem recomendações para governos e para a sociedade em geral, dando instrumentalização técnico-política para decisões em diversas áreas de políticas públicas, como educação, saúde, segurança, gestão, meio ambiente, relações internacionais etc.” (SECCHI; ITO, 2015, p. 335)

hoje, como advinda historicamente do liberalismo clássico, concepções teóricas que podem ser consultadas em Smith (1723-1790) e, posteriormente, em Ricardo (1772-1823)⁷. A raiz do neo – liberalismo estaria, portanto, vinculada a uma concepção, segundo a qual haveria uma natureza humana que propulsiona a procura do lucro e motiva o interesse próprio do indivíduo. Deste modo, na defesa dos liberais, essas características naturais, “[...] estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente, e remuneram o investimento.” (MORAES, 2001, p. 6). É válido salientar que a definição de tal termo não encontra consenso⁸ na história, diversos pesquisadores questionam tal definição, enfatizando que não há nada efetivamente *novo* nessas premissas, mas que se trata da retomada de ideias liberais numa perspectiva clássica, não encontram, portanto, justificativa para o uso do termo *neoliberalismo* (ORSO, 2007) e (ROTTA; VENTURA; MEZZARI, 2009).

Assim, ressalta-se a capacidade do mercado em gerar eficiência e nortear a sociedade para um caminho justo e de riqueza, produzidas de acordo com os interesses e capacidades de cada um, mas que ao final das contas se efetivaria em benefício para o todo social. O mercado seria o melhor regulador, porque opera com o uso das potencialidades da razão, trazendo mais eficiência e eficácia das potencialidades proporcionadas pela natureza a cada indivíduo. Deste modo, a justiça se dá também, pela divisão do trabalho, de acordo com as capacidades, e porque “[...] estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento de volume de produtos, difunde-se o benefício”. (MORAES, 2001, p. 6).

Os resultados da liberdade econômica, nessa perspectiva, seriam a paz e a harmonia internacional, seguindo essas premissas, encontraríamos aqui, aquilo que Marx classificou como a esfera do reino da liberdade, e da igualdade, o

⁷“A pedra fundamental do liberalismo costuma ser identificada com Adam Smith, mais especialmente, com a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776 [...] Em 1817, David Ricardo generalizaria o argumento de Smith, estendendo-o para o conjunto da sociedade pensada em termos internacionais”. (MORAES, 2001, p. 5-6). Para uma compreensão mais pormenorizada das concepções apresentadas por estes economistas clássicos, o leitor pode consultar:

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**, vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril, 1982.

⁸ É possível encontrar essa discussão de modo aprofundado em: ORSO, José Paulino.

Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: _____ LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

“verdadeiro paraíso dos direitos naturais do homem”. (MARX, 2016). Aqui tem-se então, a defesa básica dos liberais que é a convicção fundamental de que se deve limitar a intervenção do Estado por meio do poder político. Deixa-se a regulação a critério do mercado, para permitir que os indivíduos vivam como bem entendam, já que são *livres e iguais*.

No final do século XIX as ideias liberais, sobretudo, de Smith e Ricardo, foram aprofundadas por Herbert Spencer (1820-1903) que, contra a intervenção do Estado, “[...] defende o sistema da concorrência como uma espécie de ‘seleção natural’ dos mais aptos, um darwinismo social.” (MORAES, 2001, p. 12). Neste contexto, pode-se verificar o alinhamento do liberalismo ao conservadorismo. Assim, em fins do século XVIII, alguns autores liberais, começaram a reforçar o lado conservador dessa doutrina, entre eles, destacam-se: Edmund Burke (1729-1797); Benjamin Constant (1767-1830); Thomas Macaulay (1800-1859) e Henri Maine (1822-1888).

Ao considerar que “[...] os novos tempos foram marcados pela chegada das massas populares à vida política - por meio da organização sindical ou partidária ou da conquista do sufrágio universal”. E que assim, as massas tiveram maiores condições de participação nas decisões políticas, “A preocupação central desses autores, que será retomada no século XX pelos neoliberais, era, portanto, evitar a ‘politização’ da vida econômica.” Já que, segundo essas concepções, “[...] a liberdade individual e a capacidade de reflexão política estão intimamente associadas com a propriedade privada”, deveriam ser restringidas, portanto, a participação das massas a tais esferas. (MORAES, 2001, p. 10-11).

Assim, no século XX, o austríaco Ludwig von Mises (1881-1973) torna-se uma referência em termos de profetizar as potencialidades dessa doutrina. Entretanto, foi um de seus seguidores, Friedrich Von Hayek (1899-1992) quem teve papel fundamental na defesa e propagação desses ideais. A sua principal obra de referência dessas defesas *O caminho da Servidão*, publicada em 1944, pode ser considerada

[...] um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal. Nos anos seguintes, Hayek empenhar-se-ia na organização de uma "internacional dos neoliberais", a Sociedade do Mont Pèlerin, fundada na cidade do mesmo nome (na

Suíça) numa conferência realizada em 1947. (MORAES, 2001, p. 13)

É necessário explicitar que, embora nesse momento, apesar da ideologia já se encontrar elaborada e fundamentada, bem como já haver essas manifestações e organizações públicas em sua defesa, o neoliberalismo inexistia como aquilo que poderemos classificar, posteriormente, de *agenda estruturada*. Pode-se pensar que houve um período de *stand by*, em termos práticos. No que se refere a aceitação desta ideologia, Noma (2017) assevera que “[...] essa corrente de pensamento não encontrou terreno fértil para se propagar, permaneceu em quarentena até a década de 1970, quando houve a irrupção da crise estrutural do capitalismo global.” (NOMA, 2017, p. 106).

Segundo Moraes (2001), a “quarentena dos neoliberais” cessou-se em meados da década de 1970, no momento em que diversos líderes partidários alinhados com programas neoliberais acabaram por conquistar “[...] governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha” (MORAES, 2001, p. 14).

O principal exemplo na América Latina foi o caso do Chile, portanto, de acordo com Lira (2010), é importante considerar suas diversas transformações no âmbito econômico e social. Resgatamos o caso do Chile, pois se trata do exemplo mais expressivo na América Latina e mais próximo ao Brasil,

[...] Em 1970, uma coalizão de esquerda, denominada Unidade Popular, levou Salvador Allende à presidência do Chile, um fato notável para a América Latina, pois foi o primeiro presidente da região com clara tendência de esquerda a ser eleito democraticamente. O projeto de Allende consistia em transformar pacificamente o Chile numa nação socialista, isto é, tornar a sociedade chilena mais igualitária ao seguir o caminho da democracia [...]. (LIRA, 2010, p. 3).

Durante seu período no governo, Allende empreendeu diversas ações tendo em vista a proteção das camadas populares, dentre elas destacam-se: a reforma agrária; estatização de companhias de mineração; expropriação de diversos oligopólios; mas, sobretudo, “[...] o governo executou uma política social que privilegiou especialmente a infância chilena, pois focou o gasto público na construção de creches e escolas [...]” (LIRA, 2010, p. 3) entre outras ações voltadas

para o bem-estar das crianças. Entretanto, a política expansionista de Allende acabou sendo prejudicada, pois “[...] as nacionalizações de Allende no setor bancário e minerador haviam deixado os investidores estrangeiros desconfiados quanto aos rumos da economia chilena.” (LIRA, 2010, p. 4). O país enfrentou inúmeras dificuldades em conseguir empréstimos junto aos órgãos internacionais. Esses desequilíbrios econômicos contribuíram para o acirramento das disputas político-ideologias no país, Lira (2010, p.05) afirma que havia um clima de guerra civil no Chile “[...] com a direita e esquerda disputando ferozmente cada questão da sociedade.”. Diante desse contexto de instabilidades, em 1973 Allende sofre um golpe militar, segundo Cunha e Gala (2009, p. 37), o governo militar, sob a orientação dos ideais da linha de pensamento neoliberal de Milton Friedman, que assume o poder “[...] põe em prática um forte ajuste recessivo para controlar o desequilíbrio interno e externo no conhecido período liberal da primeira fase do governo Pinochet”.

A lógica de governo de Pinochet era oposta à da frente popular de Allende. Desse modo, implanta um programa de abertura comercial financeira e privatiza todo o sistema de pensões, e, além disso, como medidas: anula a reforma agrária realizada por Allende e passa a reprimir agressivamente os movimentos sociais e sindicatos (CUNHA e GALA, 2009) e (LIRA, 2010).

O regime de Pinochet perdurou até 1990, quando foi derrotado por uma coalizão de Partidos pela Democracia, na qual organizavam-se partidos de centro-esquerda, democratas-cristãos, social-democratas e socialistas. Durante os anos que esteve no poder e dentre todas as ações empreendidas, é pertinente considerar àquelas relacionadas a educação, isto porque tratou-se de uma transformação expressiva.

Segundo Rezende (1997), o governo de Pinochet modificou radicalmente a estrutura do sistema de ensino chinelo, a partir de 1981 as escolas, bem como sua gestão foram privatizadas. Contudo, ressalta que a “[...] privatização no Chile não significou um aumento do número de estabelecimentos escolares existentes.”(REZENDE, 1997, p. 50). Entretanto, pode-se pensar, segundo este autor, que houve uma transferência dos alunos da educação pública para a privada, deste modo “a expansão da educação privada ocorreu a expensas da educação pública.” (REZENDE, 1997, p. 50).

Uma questão pertinente de ser considerada são as justificativas utilizadas para a realização de tais ações, no caso do Chile foram utilizados, sobretudo, argumentos que destacavam a superioridade da atividade privada em relação a pública. Esses argumentos repetidos reiteradas vezes, vieram a corroborar com a ideia de privatização, para demonstrar que a educação privada obtinha melhores resultado o regime militar pôs em prática um Programa de aferição de resultados, o sistema, anualmente, aplicava provas e comparava os índices de sucessos de alunos de distintas escolas (REZENDE, 1997). De acordo com Rezende (1997), sistematicamente foi possível observar que, os alunos de estrato socioeconômico alto, frequentadores de escolas privadas, obtinham resultados melhores que os de escolas públicas municipais e de estrato socioeconômico mais baixo. Diante desse cenário, Rezende (1997) enfatiza que

A diferença nos níveis de sucessos educacionais entre alguns setores socioeconômicos não causou nenhuma preocupação ao regime militar. Ao contrário, o segundo fato foi amplamente divulgado e se transformou no argumento mais forte para privatizar a educação. (REZENDE, 1997, p. 52).

O exemplo do Chile é nítido quando tentamos compreender como se deu o processo de divulgação e acolhida dos ideais neoliberais, especialmente, na América Latina. Desse modo, é válido assinalar como opera historicamente essa lógica,

Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política antiinflacionária monetarista (doar a quem doar) - reformas orientadas para e pelo mercado, "libertando" o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares [...]. (MORAES, 2001, p. 13).

Diversos pesquisadores especialistas no assunto são enfáticos ao afirmar as mudanças ocorridas a partir da década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo. Neste contexto, as reformas neoliberais foram tidas como a panaceia para retomada do crescimento econômico e desenvolvimento das nações. Para Batista (2017),

[...] a partir do final da década de 1960 manifestaram-se os primeiros sintomas que veio a transformar-se numa crise de longa duração. Rastejante e estrutural. A partir de então, o capital passou a conviver com baixas taxas de lucro e, conseqüentemente, com baixas taxas de investimento no setor produtivo. (BATISTA, 2017, p. 35)

Além disso, devemos considerar que ofensiva do capital não se limitou ao mundo produtivo, neste momento, era necessária a consolidação e a legitimação de um novo regime de acumulação capitalista. Assim, segundo Batista (2017, p. 38) “[...] a ofensiva se efetivou também nas esferas da política e da ideologia”. Outro ponto a ser ressaltado é que, no processo que culminou na reestruturação produtiva, foi desenvolvido, conseqüentemente, um conjunto de valores que “[...] se articula com as formas ideológicas que estão na produção, na política e na cultura. Fundamentalmente, os valores do individualismo, pressupostos fundantes do liberalismo [...]” (BATISTA, 2017, p. 38)

Numa perspectiva histórica, ao desenvolver análise daquilo que denominou de *Breve Século XX (1914-1991)*, Hobsbawm (2017) enfatiza que, a situação mundial se tornou “[...] razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica” (HOBSBAWM, 2017, p. 225). Nas Décadas de Crise⁹, segundo Batista (2017), o capital “[...] atacou em várias frentes. Promoveu uma reestruturação capitalista, no bojo da qual se desenvolveu um complexo de reorganização produtiva, com iniciativas de flexibilização” (BATISTA, 2017, p. 37).

Ressalta-se aqui, que é necessário esclarecer que ao estudar as origens do neoliberalismo, a acepção deste vocábulo não possui uma conceituação precisa e consolidada que seja consensual. Entretanto, segundo Noma (2017, p. 99), o termo foi cunhado em “1938 no Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em Paris e reuniu intelectuais liberais de diversos países.”

Deste modo, cabe ao pesquisador compreender essas questões com vistas a relacionar tal termo ao contexto de mudanças no qual foi cunhado e, sobretudo,

⁹ Sobre o termo ‘Décadas de Crise’ ver: HOBSBAWM, Eric. As décadas de crise. In: _____ **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p. 393-420)

compreender como este veio a se tornar a força motriz, de uma horda de mudanças globais, em termos ideológicos, políticos e econômicos, estas que se efetivaram por meio das diversas reformas empreendidas em nome do capital.

Quando se trata do neoliberalismo como doutrina econômica, pode-se dizer que,

Alicerçando-se no liberalismo econômico clássico, os neoliberais fazem a defesa do capitalismo de livre mercado e criticam o que consideram arbitrariedades do Estado ao violar as liberdades individuais, apregoando o princípio de que a intervenção do estado deve ocorrer somente para estabelecer a livre concorrência econômica e fomentar a iniciativa individual. (NOMA, 2017, p. 102).

Por sua vez, Boito Jr (1999, p. 23) caracteriza a ideologia neoliberal contemporânea como sendo “[...] um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, *porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia.*” (Grifos nossos).

Além disso, o autor enfatiza o caráter essencialmente polêmico do discurso neoliberal, uma vez que, essa ideologia assume,

[...] a forma de crítica agressiva a intervenção do estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. [...] não uma simples redução do Estado na economia. Pode-se falar numa redução, mas, ao mesmo tempo, ela é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal. [...] O mecanismo que governa esse processo seletivo de redução/reformulação da intervenção do Estado na economia são [...] os interesses de classe representados pelo neoliberalismo. (BOITO Jr., 1999, p. 27-29).

Se formos pensar numa definição mais ampla, segundo Boito Jr. (1999, p. 30), pode-se dizer que a ideologia neoliberal pode ser considerada como uma “[...] apologia abstrata ao mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista [...]” (BOITO Jr., 1999, p. 30).

Em termos ideológicos, são combatentes viscerais daqueles que, segundo esta doutrina, podem interferir na liberdade de escolhas de cada indivíduo. Deste modo, seus principais inimigos foram “[...] o Estado keynesiano, os sindicatos e as

políticas de bem-estar social [...] e, além desses, o Estado desenvolvimentista e a chamada democracia populista [...]” (MORAES, 2001, p. 4). Em relação ao ataque ao setor público e, sobretudo, aos sindicatos, estes historicamente, foram acusados pelo discurso neoliberal de sabotar as bases da acumulação privada, já que “[...] teriam empurrado o Estado a um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno.” (MORAES, 2001, p. 13).

Sobre esse período, temos, em Hobsbawm (2017), elementos que nos auxiliam na compreensão do cenário mundial, o qual favoreceu, a aceitação da doutrina neoliberal. O autor escreve que, em meados da década de 1970,

[...] o mundo entrou no que se chamou de segunda Guerra Fria¹⁰. Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980¹¹. [...] de início a mudança no clima econômico não foi muito notada pelos participantes do jogo das superpotências [...] (HOBBSAWM, 2017, p. 241).

Para Hobsbawm (2017), “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise.” Uma outra questão apontada pelo autor é que até a década de 1980 “[...] não estava claro como as fundações da Era de Ouro¹² haviam desmoronado irrecuperavelmente”. (HOBBSAWM, 2017, p. 393).

Sobre esta crise, Noma (2017) afirma que ela pode ser vista como fator decisivo para a retomada do ideário neoliberal, para sua maior aceitação e, posterior consolidação, já que com a crise estrutural de 1970,

¹⁰ Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric. As décadas de crise. In: _____ **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p. 393-420) .

¹¹ Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric. Terceiro mundo e Revolução. In: _____ **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p. 421-446)

¹² Hobsbawm classifica como *Era de Ouro* do Capitalismo os anos (1950-1960), período no qual pode se observar uma extraordinária expansão do capitalismo e profundas transformações sociais. Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric. A era de Ouro. In: _____ **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p. 223-392)

O processo de revitalização do neoliberalismo começou nessa década e aumentou no decorrer dos anos de 1980 e 1990. Houve a reorganização do capital e do correspondente sistema ideológico e político de dominação, cujos traços mais evidentes foram o advento do neoliberalismo e de suas políticas econômicas e sociais que asseguraram e ainda garantem a reprodução das relações capitalistas e legitimam estratégias de regulação social pertinentes. (NOMA, 2017, p. 109)

Contudo, é válido considerar que o grande capital “[...] fomentou e patrocinou a difusão maciça do conjunto político-ideológico neoliberal”. (NOMA, 2017, p. 109). Segundo essa autora, este fato pode explicar porque, como movimento intelectual organizado, o neoliberalismo tem uma trajetória exitosa. Em relação a essa compreensão histórica, concordamos com Noma (2017) quando afirma que compreender o ideário neoliberal como uma forma de reação à crise estrutural do capital global nos anos 1970 “[...] subsidia a discussão do neoliberalismo como programa, como conjunto de políticas e como receituário para reformas, visando submeter todas as instâncias da vida social à lógica do mercado.” (NOMA, 2017, p. 110). Neste momento, a economia mundial que enfrentava os problemas da década de crise de 1970 e 1980 “[...] não era mais a da Era de Ouro, embora fosse, [...] o produto previsível daquela era”. (HOBSBAWM, 2007, p. 402).

Em fins da década de 1980 e início de 1990, houve aquilo que pode ser considerado de clima de medo e insegurança, até mesmo nos países economicamente bem desenvolvidos, isso contribuiu para que neles ocorresse o colapso de padrões políticos tradicionais (HOBSBAWM, 2017). Entre 1990 e 1993, poucas alternativas se fizeram de negar que “[...] mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão”. (HOBSBAWM, 2007, p. 398). Já entre os anos de 1980 e 1990, é possível verificar a expansão das políticas alinhadas a essa lógica, bem como as suas manifestações tangíveis como por exemplo, as privatizações, desregulamentação das relações de trabalho, o ajuste fiscal e monetário e a desregulamentação dos mercados. (VIANA, 2008).

Ao considerar as ponderações dos autores sobre os processos que envolveram a elaboração, difusão e aceitação das concepções neoliberais, é válido enfatizar que,

Toda a ossatura de novos arranjos organizacionais e as mutações delas decorrentes, que as empresas capitalistas promoveram em diferentes regiões do planeta a partir da década de 1970, visando retomar o aumento na taxa de lucro do capital, contribuíram para o surgimento de *'um novo tipo de empreendimento capitalista'*. (BATISTA, 2017, p. 44, grifos nossos).

Esse novo tipo de empreendimento, por sua vez, ocasionou diversas modificações no mundo do trabalho, provenientes das reformas ancoradas nessa *nova lógica* (não tão nova assim, como nos mostra a história). Esses novos arranjos, são provenientes segundo essa perspectiva, da necessidade de reestruturar essas relações, o que pressupõem a flexibilização do mundo do trabalho. Aqui encontram-se alguns indícios que nos levam compreender os motivos que tornam os sindicatos, um dos principais inimigos a serem combatidos, pois,

[...] os capitalistas aproveitam o enfraquecimento do movimento sindical para imporem contratos de trabalho cada vez mais flexíveis, precarizando as relações de trabalho por meio da desregulamentação da legislação trabalhista, eliminando direitos que demandaram décadas de lutas para serem conquistados. (BATISTA, 2017, p. 39-40)

De acordo com Batista (2017), nesse processo desenvolveu-se um fenômeno histórico “[...] capaz de transformar radicalmente a sociabilidade, colocando na defensiva o movimento sindical, sobretudo em decorrência do desemprego em massa.” (BATISTA, 2017, p. 39). Não se pode negar que com a crise estrutural do capital, sobretudo em meados da década de 1960, emergiram algumas outras experiências de organização e gestão da produção e do trabalho. Entretanto, “[...] foi o ‘toyotismo’ com seus protocolos e seus nexos organizacionais que se tornou dominante em todo o sistema”. (BATISTA, 2017, p. 44-45). O autor ressalta ainda que,

O ‘toyotismo’¹³ desenvolveu uma organização do trabalho com a capacidade manipulatória de maior envergadura, quando comparado ao fordismo-taylorismo. De tal forma, que com os

¹³ A gênese histórica do ‘toyotismo’, está na fundação da Toyota, o que remonta à década de 1930. Entretanto, foi no contexto da década de 1950 que o desenvolvimento do Sistema Toyota de Produção ganhou fôlego, ao derrotar o combativo sindicalismo japonês da época. (BATISTA, 2017, p. 44-45)

dispositivos toyotistas o capital visa 'capturar' e 'expropriar' o 'saber fazer' e o saber ser dos trabalhadores, mas também a disposição intelectual-afetiva, estimulando-os a 'aprender a viver juntos' para cooperar com a lógica de valorização do capital. Nesse sentido, nessa nova forma instaurada pelo 'toyotismo' o trabalhador é encorajado a engajar, tomar iniciativas e pensar 'pró-ativamente' para se antecipar aos problemas, encontrando soluções antes que os mesmos aconteçam. (BATISTA, 2017, p. 54)

Assim, no correr das décadas de 1980 a 1990, os conceitos relacionados a essa organização tomaram conta do ideário das corporações. Contudo, não se restringiram ao mundo do trabalho material, de produção de valores de troca. Essas concepções chegaram, até a esfera do trabalho improdutivo¹⁴, do ponto de vista do Capital. Surgindo assim, nas propostas de reformulações de políticas públicas, como no caso da educação, por exemplo.

Nesse contexto, podemos encontrar termos correntes do mundo da produção, sintetizados em conceitos como: *produtividade; qualidade total; flexibilidades; eficiência; eficácia; cliente;* entre outros do Sistema Toyota de Produção espalhados e disseminados em diversos outros âmbitos da vida social, para além do da produção material imediata.

Podemos dizer, portanto, que o neoliberalismo enquanto esse conjunto amplo de aspectos, foi bem-sucedido, tanto em propagação de ideário quanto no que se refere ao conjunto de influências de elaboração de política econômica e proposição de reformas em diversas partes do globo.

Contudo, ressalta-se que o neoliberalismo não se constituiu sozinho. Para que fosse efetivamente praticado contou com o papel desempenhado pelo Estado, que passou a ser objeto de reformas. Assim, é necessária a *colaboração* do Estado, para que seja possível a materialização das políticas neoliberais, "[...] neste sentido, pode-se afirmar que o Estado é condição indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital". (NOMA, 2017, p. 113).

¹⁴ Em síntese, para Marx, o trabalho submetido ao modo de produção capitalista, é trabalho produtivo ao passo que gera mais valor. E, por conseguinte, o trabalho improdutivo, trata-se daquele que ao contrário do primeiro, não é gerador de mais-valia. Portanto, o que define a característica que o trabalho irá assumir é a formação histórico-social determinada, no caso em questão, o modo de produção capitalista. Sobre isso, o leitor pode consultar, especialmente, as partes IV e V d'O *Capital*-Livro I, nas quais Marx apresenta, discute e aprofunda as questões relacionadas a produção da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta. MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 34 ed. Livro 1. vol.1. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016. Tradução: Reginaldo Sant'Anna.

É instigante pensarmos no caráter contraditório expressado nesta relação, já que a defesa, em última instância, dos ideólogos do neoliberalismo é a intervenção mínima do Estado, por outro lado essa ideologia ao *ganhar corpo*, depende da colaboração desse. Seja atuando de modo repressivo, *quando necessário*, seja eximindo-se de intervir quando conveniente.

Sobre o papel desempenhado pelo Estado, Cardoso (2003) nos apresenta conclusões interessantes, ao afirmar que o essencial, não é o fato de o Estado desvencilhar-se de propriedades. Mas sim que, o essencial é ele

[...] desincumbir-se de lugar como centro de consolidação e reforço de normas gerais de controle de mercados (de bens, de serviços, financeiros, de trabalho etc.), redefinindo com isso seu papel na sociabilidade capitalista.” (CARDOSO, 2003, p. 25).

Para Viana (2008), as explicações das origens do neoliberalismo estão implícitas no modo de produção, devemos compreendê-las no conjunto dessas relações, de modo dialético. Segundo este autor, o modo de produção capitalista é a “[...] fonte das transformações estatais e ideológicas e não o contrário”.(VIANA, 2008, p. 4). Assim, ao buscar soluções para superar as crises, o capitalismo acaba por transfigurar-se em nova roupagem, agregando elementos explicativos da realidade, neste caso a própria ideologia neoliberal.

Com base nos estudos realizados, foi possível verificar que durante este processo houve diversas implicações, sobretudo, para a classe trabalhadora, entre elas, o aumento da taxa de desemprego e o desmantelamento das políticas sociais, até mesmo em nos países que dispunham do assim denominado *Estado de Bem-Estar Social*.

Ao corroer as políticas sociais, deixando a classe trabalhadora cada vez em maiores condições de precariedade, o estado neoliberal se manifesta como Estado mínimo em políticas sociais, porém, um Estado forte em políticas repressivas. Principalmente, na dispersão da classe trabalhadora, seja essa por uso da violência, seja por meios discursivos ou outras estratégias, com vistas a enfraquecer politicamente o proletariado (VIANA, 2008). Enfim, a partir dos anos 1990 segundo Boito Jr. (1999), Viana (2008), Hobsbawm (2017) e Noma (2017), entre outros, há aquilo que podemos considerar de alcance de hegemonia pelo

neoliberalismo. Com esses governos neoliberais assumindo o controle de diversos países, incluindo o Brasil, como será explicitado na sequência do texto. Segundo Viana (2008, p. 6), nesse momento “o mundo se torna neoliberal”.

2.2 Na esteira das reformas 2: o contexto brasileiro a partir da década de 1990

Quando se trata da década de 1990 no Brasil, um elevado número de pesquisadores se debruça a compreender esse período, as políticas instituídas e o ideário de educação, frutos dessa época. Esses estudiosos afirmam que se trataram de mudanças significativas no modo de organização da política e da economia mundial, que por sua vez, implicaram na reorganização do Estado brasileiro. Assim, em termos geográficos, os países de capitalismo periférico não ficaram imunes a propagação do neoliberalismo. Entretanto, na América Latina, por exemplo, ocorreu de modo distinto daquele verificado na Europa e nos Estados Unidos,

Os anos de 1980, para países da América Latina, foram sinônimos de crises econômicas, por este motivo, economistas denominaram o período de ‘década perdida’, em razão da estagnação econômica da região, da forte retração da produção industrial e da diminuição do ritmo de crescimento da economia. (NOMA, 2017, p.117).

As leituras realizadas, nos levam a compreender que os anos de 1980 prepararam o terreno para as reformas de 1990. Vale ressaltar que o objetivo não é aprofundar esse debate, mas situar historicamente o objeto de pesquisa, cujo recorte histórico-espacial, encontra-se circunscrito neste contexto.

No Brasil, o início do ciclo de reformas do Aparelho do Estado foi tido como necessário para participação do país na composição do cenário de transformações econômicas e sociais mundiais. Essas reformas, sobretudo, deveriam apontar diretamente para a modernização, que era considerada naquele momento como

[...] uma das condições para sair da crise e alcançar a estabilidade econômica, atendendo e adequando-se às exigências da economia mundial. *As causas da instabilidade foram atribuídas ao Estado*, às suas formas de intervenção, ao modelo econômico adotado e à sua

forma burocrática de administrar. (PERRUDE, 2017, p. 41, grifos nossos)

Esse ideário salvacionista de modernização, faz parte daquele pacote de características implícitas à agenda neoliberal, mencionadas na subseção anterior, e no Brasil, não foi diferente. Primeiramente, difundiu-se o diagnóstico desolador e, num segundo momento, tem-se as propostas salvadoras, essas, via de regra, são propagadas por representantes do capital. Essas afirmações podem ser verificadas, ao se analisar os discursos proferidos¹⁵ por representantes do Estado durante este período no país, estão expressas em documentos elaborados por esses dirigentes, como exporemos mais adiante.

Neste mesmo sentido, Cardoso (2003), em suas análises, acrescenta que tornaram-se crescentes as pressões por “[...] flexibilização dos mercados de força de trabalho, tida como momento crucial da *modernização das relações entre capital, trabalho e Estado na nova ordem produtiva mundial*.” (CARDOSO, 2003, p. 84, grifos nossos).

Em relação a essa questão, Noma (2017) ressalta que,

A partir do período Collor, a ideologia neoliberal se propagou entre os setores dominantes do capital, partidos políticos de alinhamento de direita e de centro, empresas dos meios de comunicação, setores significativos do empresariado e movimento organizado dos trabalhadores alinhados ao capital. A doutrina neoliberal passou a subsidiar pacotes de políticas concretas nos períodos seguintes, induziu a adoção de medidas ‘modernizadoras’, que deflagram uma série de profundas transformações – ajustes estruturais – nas mais distintas esferas da sociedade. (NOMA, 2017, p. 118)

¹⁵ Veja-se, em caráter de exemplo, o discurso de despedida do Senado de Fernando Henrique Cardoso (1994). Na ocasião, Fernando Henrique Cardoso afirmou que o país estaria entrando em uma nova era. Estas, por sua vez, seriam parte do momento de “projetar com a régua e o compasso da democracia, o tipo de país que queremos construir para nossos filhos e netos” (CARDOSO, F., 1994, p.10). Além disso, considerava, naquele momento, que o país precisava de um novo modelo de desenvolvimento, assim, enfatizava que, “[...] a agenda da modernização, nada tem em comum com um desenvolvimentismo a moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através das despesas, seja através dos regulamentos cartoriais”. (FHC, 1994, p.13). Em síntese, este discurso, apresentava as ideias das defesas do novo modo de relação entre Estado e Mercado, pautada na lógica neoliberal como apresentada nesta seção.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal1994/@@download/file/Discurso%20de%20despedida%20do%20Senado%20Federal%20-%201994.pdf>

Acesso em: 15 de julho de 2019.

Por sua vez, Boito Jr. (1999) considera que o neoliberalismo no Brasil é tardio em relação aos demais países da América Latina. Ao desenvolver análise acerca *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, expressou em uma obra densa no final da década de 1990, indícios daquilo que poderia estar por vir. Enfatizava que, apesar do Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB-1995-2002) *abrir as portas* para implantação da política neoliberal no país, acelerando seu processo de inserção, essa estava distante de esgotar suas possibilidades em relação às reformas necessárias. Em nossa avaliação, de fato, Boito Jr. foi assertivo em suas colocações. De lá para cá, as políticas neoliberais no Brasil se desenvolveram *pari passu* às reformas observadas em outros países de tradição neoliberal.

Em sua percepção, seria errôneo imaginar que a frente conservadora do país, que vinha sustentando os governos até então, se desse por satisfeita naquele momento, ou, que esta, não tivesse força “para avançar ainda mais nas mudanças neoliberais.” (BOITO Jr., 1999, p. 12). Neste mesmo sentido, Cardoso (2003) afirma que,

O Brasil foi, provavelmente, o último dos assim chamados países “emergentes” a empreender reformas econômicas segundo o cânon abertura-comercial-e-reforma-do-Estado, principalmente via privatizações e “ajuste fiscal”, denominação anódina para desobrigação do Estado em relação a sociedade civil ou, segundo o linguajar hegemônico, ao mercado. (CARDOSO, 2003, p. 84)

Entretanto, este autor enfatiza que Fernando Collor de Mello iniciou e FHC arrematou o programa neoliberal “[...] padrão reforma econômica, a receita tal qual, assim como o fizeram Carlos Menem na Argentina e Salina de Gortari no México”. (CARDOSO, 2003, p. 87). Em sua obra *A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil (2003)*, Cardoso afirma que, naquele momento, a implantação da agenda neoliberal não se tratava de um programa autóctone, “[...] mas da submissão pura e simples da inteligência econômica da região a um cânon que não está em vigor entre os que a vendem como panaceia”. (CARDOSO, 2003, p. 88).

Ao realizar uma análise em retrospecto, ressalta que houve certo fracasso dos países, em alguns casos, em cumprir as prescrições de Washington. Segundo ele,

Sobretudo o Brasil, lamenta o FMI, não promoveu o ajuste fiscal do “setor público”, essa denominação do modo, mercadologia para o Estado, que vem restringir seu papel na vida da nação a uma equação de receitas e despesas; as taxas de juros mantidas na estratosfera por anos a fio multiplicaram por dez a dívida pública, aumentando as suspeitas quanto à capacidade do país honrar seus compromissos com a comunidade financeira internacional. (CARDOSO, 2003, p. 88)

Esse mesmo cenário é percebido por Boito Jr. (1999) que identificou na esfera federal, naquele momento pressão sob os governos municipais e estaduais, especialmente, no que tangia à política de privatizações. Segundo este autor,

Boa parte das empresas estatais não privatizadas está sob jurisdição estadual ou municipal, o que tem ensejado uma pressão política e financeira do executivo federal, que é onde o neoliberalismo é mais forte no Brasil, sobre os governos estaduais e municipais. (BOITO Jr., 1999, p.13).

Essa dinâmica de exercício de pressão das classes que detém o capital sobre os trabalhadores, por assim dizer, é uma das características fundamentais que desenvolveram a agenda neoliberal. Ao passo que a esfera federal exercia pressão nos estados e municípios, esta sofria pressão, em contrapartida, dos países mais desenvolvidos, por intermédio de acordos da qual se tornou signatária, bem como, e, em especial, por conta de débitos assumidos perante a comunidade internacional. Aqui é possível verificar mais uma característica paradoxal intrínseca a essa doutrina, ao passo que apregoa pela liberdade irrestrita, subjuga e reduz a autonomia das nações. Deste modo,

A política neoliberal reforçou um quadro internacional de restrição da autonomia política dos Estados periféricos – cujas políticas econômicas e sociais passam a ser estritamente tuteladas por instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC – e tem aprofundado os laços de subordinação econômica desses países às economias centrais. (BOITO Jr., 1999, p. 39).

Essa política subalternizadora própria do neoliberalismo, não se restringiu nas décadas de 1980-1990 apenas ao exercício de dominação dos países de capitalismo de centro em relação aos de periferia. Esta, logrou êxito também, em

fazer vigorar uma política mundial de supressão de direitos sociais, tornando-se um fenômeno internacional. (BOITO Jr. 1999).

No que se refere aos direitos sociais, aquilo que era praticado entre os países de centro e os considerados de periferia, a ofensiva neoliberal contra os direitos agiu em duas frentes, de modo sintético, essas ações podem ser expressas da seguinte forma:

[...] nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. [...] Em segundo lugar, nos países periféricos, o neoliberalismo desempenha uma função suplementar específica: serve para enquadrar economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo. (BOITO Jr., 1999, p. 36-39)

É válido lembrar que naquele momento, o diagnóstico era que tanto a econômica quanto a política brasileira passavam por momentos de instabilidade. Assim, era necessário encontrar as razões da referida crise e solucionar os problemas para que o país pudesse se inserir no cenário global. A crise num primeiro momento, assim como ocorreu em outros países no movimento de reforma, foi atribuída ao Estado, especialmente, à sua perda de características originárias. Em outras palavras, a ideia era que o Estado, ao assumir outras funções, que não as suas historicamente definidas, acabou por encontrar-se em uma crise sem precedentes. Portanto, era necessário redefini-lo, ou seja, reformá-lo.

Com a necessidade dessa redefinição do papel desempenhado pelo Estado, emerge as possibilidades de desenvolvimento de outras relações, como por exemplo, àquelas estabelecidas com o *terceiro setor*¹⁶.

Ocorre que, em decorrência da crise na qual o Estado estava inserido, segundo os ideólogos neoliberais, tornava-se mais que possível, mas de fato desejável, que este fosse reformado. Entretanto, em nossa análise, é válido

¹⁶ Segundo Silva (2001), apesar de existirem dificuldades na definição do termo, devido a sua complexa rede de relações, como por exemplo, suas raízes históricas e ideológicas, algumas características podem ser enunciadas com o intuito de situar o leitor. São elas: a necessidade de “financiamento do setor público para o funcionamento das entidades e da sua estruturação em torno de opções religiosas ou ideológicas e do reconhecimento enquanto entidades que prestam serviços de caráter público”. Além disso, segundo esta autora, reivindicam “autonomia na organização e gestão e se colocam como alternativa às formas de intervenção do Estado. (SILVA, 2001, p. 2).

assinalar que, por um lado, o *Estado estava em crise*, prevalecendo sua incapacidade de manter as políticas de proteção social, apesar da reforma. Por outro lado, o que permaneceria seria

[...] seu caráter classista e se mantem seus respectivos instrumentos de poder e repressão intervindo, na condição de agente privilegiado, no processo de acumulação nacional e supracional. [...] o maior desafio é compatibilizar a estratégia da legitimação com a estratégia de acumulação, e nesse processo o *terceiro setor* vem assumindo um papel importante [...] (SILVA, 2001, p. 3, grifos no original).

Numa perspectiva crítica, a autora supracitada, alerta para a valorização por meio de discurso ideológico destinada ao terceiro setor, tendo em vista que, em última instância, essas atuações acabam por corroborar com a legitimação das políticas neoliberais adotadas, eximindo o Estado de sua atuação e, promovendo muitas das vezes, essa relação com a sociedade civil, *exercendo seus deveres*¹⁷.

Vale lembrar que, no Brasil, os discursos reformistas de caráter neoliberal vem à baila no governo Collor, contudo, pela falta de credibilidade que adquiriu não alcançou a reforma. Entretanto, o governo F.H.C, por intermédio de sua credibilidade junto a setores conservadores alinhados com o capital, favoreceu a reforma do Estado. Com isso ratificou as transfigurações do Estado que se iniciaram na gestão Collor de Melo. Segundo Boito Jr. (1999, p. 14), “[...] a medida em que os governos avançam na aplicação dessa plataforma, podem mudar os interesses e a força dos setores sociais envolvidos no processo [...]”, assim, pode ser analisado o processo de eleição e deposição de Fernando Collor de Melo.

Ao discutir as condições históricas de implantação do neoliberalismo, tanto na sua situação internacional quanto a particularidade do Estado Brasileiro, enfatiza que apesar de bem-sucedida, a política neoliberal, contou com alguns pequenos entraves em sua trajetória. No entanto, esses não foram suficientes para descaracterizá-la, “[...] as alterações ocorridas indicam o caráter acidentado desse processo, cujo momento mais crítico até aqui foi a crise e a deposição do governo Collor.” (BOITO Jr., 1999, p. 15).

¹⁷ Alusão ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado (BRASIL, 1995).

De acordo com Boito Jr (1999, p. 15), “[...] o avanço do neoliberalismo altera a situação de diferentes frações da burguesia e o faz de modo a fortalecer suas próprias bases de sustentação política.”. Exemplo disso, pode ser verificado nas eleições presidenciais de 1998, na qual a burguesia repetiu o que fizera em 1994, quando se uniu em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula na tentativa de se desvencilhar de um possível governo reformista apoiado pela esquerda (BOITO Jr. 1999).

É válido lembrar que em 1994, essa unidade burguesa seguiu em torno da plataforma neoliberal e perdurou após a eleição, o que possibilitou um grande avanço da perspectiva neoliberal no país (BOITO Jr., 1999). Além disso, neste momento, foram feitas diversas reformas constitucionais, que culminaram na aceleração do processo de privatização bem como “[...] ampliou-se a abertura comercial e foi iniciado o processo de desregulamentação formal do mercado de trabalho”. (BOITO Jr., 1999, p. 17).

Deste modo,

A frente neoliberal conservadora, agora acossada e estimulada pela crise cambial do segundo semestre de 1998 e pelas obrigações assumidas no acordo assinado, como decorrência da própria crise, com o FMI, deseja uma “segunda geração de reformas”. Essa é a tarefa atribuída ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. [...] As mudanças realizadas, principalmente no decorrer de 1998 [...] apesar de importantes, não satisfizeram ainda os empregadores. [...] Na área dos direitos sociais, a Reforma da Previdência, em fase final de tramitação no congresso, é uma reforma muito tímida para as pretensões do capital financeiro, que quer ampliar o mercado de previdência privada no Brasil. Pelos planos de FHC, um novo ataque ainda está por ser desfechado contra a previdência pública. (BOITO Jr., 1999, p. 13-14).

Aqui é válido resgatar um dos principais marcos teóricos com significativo papel neste debate, a elaboração do documento que norteou a reforma do Estado brasileiro, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*¹⁸. A relevância desse documento para a discussão em questão está pautada na compreensão de que

¹⁸ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado-MARE. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 1995, definia os objetivos e estabelecia as diretrizes para a reforma da administração pública brasileira.

este expressou os ensejos dos dirigentes no que tangia as ações necessárias para a efetivação de tais políticas reformadoras.

O documento elaborado em 1995, na gestão de FHC apresenta a síntese daquilo que os dirigentes do Estado, naquele momento, consideravam o mais adequado no sentido de empreender a referida reforma. Apresenta um panorama daqueles que foram à época considerados os motivos pelos quais o Estado se encontrava em *tão profunda crise*. Motivos esses, pelos quais ele deveria, necessariamente, ser reconfigurado o mais rápido possível, segundo consta no PDRAE, que tornavam a reforma urgente e necessária.

Ao apresentar um diagnóstico sobre a crise, podemos encontrar tanto no PDRAE, em texto de autoria de Bresser Pereira (1998)¹⁹, quanto em artigo publicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1998)²⁰. Em caráter de síntese, o diagnóstico é o mesmo:

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (CARDOSO, F., 1998, p. 6)

A elaboração do PDRAE contou com uma ampla articulação, um trabalho conjunto entre diversos ministérios, que consolidou-se na *Câmara de Reforma de Estado*, assim representada: teve como presidente o ministro e chefe da casa Civil, Clóvis Carvalho; Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz

¹⁹ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1997. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf
Acesso em: 10 de fev. De 2019.

²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado. **Novos Estudos**, CEBRAP n° 50, março, 1998 (p. 5- 12). Disponível em: https://www.elaw.net.br/ensaios/Notas_sobre_a_reforma_do_Estado.pdf
Acesso em: 10 de fev. de 2019.

Carlos Bresser Pereira; Ministro do Trabalho, Paulo Paiva; Ministro da Fazenda, Pedro Malan; Ministro do Planejamento e Orçamento José Serra; e, o General Benedito Onofre Bezerra Leonel, na época, Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Assim, foram criadas algumas instâncias, as quais seriam responsáveis para que a proposta fosse implementada, sendo estas: a Câmara da Reforma do Estado e seu Comitê Executivo, o Conselho da Reforma do Estado, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Ministério do Planejamento e Orçamento, responsável, em relação à reforma do aparelho do Estado, o Ministério da Fazenda, responsável, em relação à reforma do aparelho do Estado, pelo controle efetivo das despesas e pelo controle interno. (BRASIL, 1995).

Ao considerar que a crise se efetivou em decorrência de o Estado haver se desviado de suas funções, apregoavam que a solução seria, portanto, fortalecer o Estado. E, para tanto, o plano em questão visava “[...] criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais” (BRASIL, 1995, p. 6). Aquilo que nomeavam como reconstrução em bases *modernas e racionais*, era de fato, a capacidade de fortalecer o Estado para que este passasse a atuar de modo gerencial.

Tanto a configuração do Estado quanto sua administração deveriam pautar-se em um modelo de gestão gerencial, diferente daquele efetivado até então, considerado excessivamente burocrático. De um Estado paternalista-burocrático, teríamos a partir da reforma, um Estado social-liberal gerencial, segundo o PDRAE. Assim, o intuito apresentado era, em síntese, em vez da gestão burocrática, “[...] uma gestão algo mais gerencial. Isso requer treinamento da burocracia, carreiras de Estado, flexibilidade nas formas de pagamento e critérios de desempenho”. (BRASIL, 1995, p. 11).

Constata-se por meio da análise que as principais ações a serem realizadas, grosso modo, podem ser sintetizadas em três frentes: a privatização; a terceirização e a publicização. Em sentido de se resguardar de críticas, o documento enfatiza que “A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última”. (BRASIL, 1995, p. 16).

Entretanto, ao analisarmos a descrição das características desse modo administrativo do Estado, percebe-se que essa não se distingue muito do sistema

de gestão adotado por empresas, como querem fazer parecer seus elaboradores. Veja-se uma breve passagem:

O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. [...] À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente [...] *acrescentam-se os princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada.* (BRASIL, 1995, p. 17, grifos nossos).

Pode-se considerar que Bresser Pereira foi um dos principais expoentes, que expressou e defendeu as proposições da reforma, além do PDRE, não é raro encontrar exposições teóricas nas quais ele argumenta acerca da crise do Estado e da necessidade de reformulação deste.

Na elaboração do PDRAE, a Carta Constitucional de 1988 é referida como um retrocesso. A Comissão elaboradora do PDRAE, expressa no texto que,

As ações rumo a uma administração pública gerencial são, entretanto, paralisadas na transição democrática de 1985 que, embora representasse uma grande vitória democrática, teve como um de seus custos mais surpreendentes [...] Um novo populismo patrimonialista surgia no país. [...] As distorções provocadas pela nova Constituição logo se fizeram sentir. No governo Collor, entretanto, a resposta a elas foi equivocada e apenas agravou os problemas existentes, na medida em que se preocupava em destruir ao invés de construir. O governo Itamar Franco buscou essencialmente recompor os salários dos servidores, que haviam sido violentamente reduzidos no governo anterior. O discurso de reforma administrativa assume uma nova dimensão a partir de 1994, quando a campanha presidencial introduz a perspectiva da mudança organizacional e cultural da administração pública no sentido de uma administração gerencial. (BRASIL, 1995, p. 20-22)

Uma outra questão que merece destaque é o tratamento atribuído ao funcionalismo público, como uma das partes responsáveis pela crise que assolava o Estado, naquele momento. Sobre esta questão, Cardoso (2003), ainda observou que,

[...] apesar do salário médio e mediano do funcionalismo diferir pouco da população em geral, no sentido de que ambos são muito

baixos, tanto a mídia como o governo federal tem sido muito eficientes na condenação dos “marajás” do serviço público e na contaminação de todos os demais com a imagem da corrupção, negligência e altos salários, culpando-os pela baixa qualidade de serviços sociais muitas vezes propositadamente sucateados. (CARDOSO, 2003, p. 44)

Esse ideário acerca do funcionalismo público é encontrado no PDRAE (1995), no documento verifica-se severas críticas ao funcionalismo público e aos déficits desse gerados ao Estado. Segundo o PDRAE, existia uma crença generalizada no país de que “a remuneração dos servidores públicos é baixa”. Mas segundo o documento, “A verdade não é exatamente essa. Elas são baixas para alguns setores, altas para outros.” (BRASIL, 1995, p. 55). Assim, urgia realizar a reforma em todo o sistema de contratação, regulamentação salarial, previdência e possíveis demissões em torno do funcionalismo público.

Em decorrência do que fora exposto é relevante destacar que no PDRAE suas defesas fazem parte de um projeto de reformulação do Estado de amplitude em termos cronológicos, o qual revela que as pretensões eram de fazer com que as reformas atingissem patamares irreversíveis. Para tanto, deveriam ser alcançados resultados em curto, médio e longo prazo. O intuito era que o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, não findasse sua tarefa ao término do processo de reformar o Aparelho do Estado. (BRASIL, 1995).

Pode-se se dizer que, uma vez que as reformas foram iniciadas, essas tiveram sua continuidade efetivada, em maior ou menor grau, desde então. Podemos considerar que o Estado Brasileiro depois de empreendidas as referidas reformas, em termos organizacionais, trata-se de um Estado social-liberal gerencial, o que pode ser classificado, grosso modo, como um Estado neoliberal.

A análise, portanto, corrobora para que possamos compreender o processo de sucessão de governos que se deu desde então e as diferentes relações estabelecidas nesses âmbitos com as políticas neoliberais.

Além disso, lembramos que este não se tratou do único elaborado no leque de proposições da reforma do Aparelho do Estado durante o período em questão. Além do PDRAE, foram definidas diversas outras medidas, como por exemplo: aprovação de emendas constitucionais; criação de instâncias com competências para auxiliar na efetivação da reforma; divulgação e defesa pública dessas ideias

por meio da imprensa; publicação de artigos; como já mencionado nesta seção, entre outros meios que propulsionaram essas proposições.

No entanto, nos dispomos a discutir o conteúdo do PDRAE, pois entendemos que este, sintetiza o “espírito da época”, em termos econômico-político-ideológicos no país, que viria a se tornar preponderante a partir de então. Não se intentou aqui, levar a cabo esse debate, já que se trata de uma discussão, em nosso juízo, complexa e a qual carece de debates e reflexões constantes. A intenção era, realizar esse resgate a fim de compreendermos como se constituíram, via de regra, as gestões após a reforma empreendida na década neoliberal²¹.

2.3 Do “Saber ouvir. Saber fazer: novas ideias para um novo Paraná” ao “Paraná que acredita”: em pauta os projetos do Governo Richa

Esta subseção tem o fito de explicitar as propostas contidas nos dois planos apresentados pela equipe de Beto Richa para os dois pleitos, nos quais ele foi eleito e reeleito para governador do Paraná. Por meio da análise dos documentos em questão, foi possível verificar quais as áreas foram consideradas estratégicas e quais as ênfases e defesas foram preferenciadas no decorrer das campanhas que culminaram nas duas eleições subsequentes do então candidato, e, sobretudo, quais as concepções de gestão implícitas em suas propostas de governo.

Ressalta-se que serão explicitadas especialmente as proposições voltadas à área da educação. Primeiramente, nossas análises se voltaram para o plano de governo destinado de 2011-2014, apresentado para o pleito do qual decorreu o primeiro mandato como governado do Paraná, cujo vice era Flávio Arns, sob o título “Saber Ouvir. Saber fazer: novas ideias para um novo Paraná”.

Num segundo momento, nos dedicamos a conhecer quais foram as propostas, metas e estratégias apresentadas no plano de governo para o período de 2015-2018, cuja proposta foi intitulada “O Paraná que acredita”. Este último, teve como vice Maria Aparecida Borghetti, mais conhecida como Cida Borghetti, que por sua vez, assumiu o governo do Paraná em 6 de abril de 2018, permanecendo no

²¹ Expressão usada por Cardoso (2003) para se referir ao contexto econômico-político-ideológico de abrangência da década de 1990.

cargo até 1º de janeiro de 2019, na ocasião em que o novo governador, eleito no pleito de 2018, assumiu o posto.

Em relação ao primeiro Plano “*Saber Ouvir. Saber fazer: novas ideias para um novo Paraná*”, este apresenta as competências de gestão do candidato e, além disso, ressalta que Beto Richa registrou em cartório e cumpriu fielmente seu plano de governo como prefeito de Curitiba e, que como governador do estado não seria diferente. Ressalta que “Para Beto Richa, o Plano de Governo é uma diretriz da qual jamais se desviou. Segundo argumenta, “uma vez aprovado, deve ser cumprido” (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 4). Uma questão que se apresenta como premente neste Plano, é *máxima economia de recursos públicos*, evocada nos mais diversos momentos no texto quando se trata na melhoria da qualidade de vida dos paranaenses, na organicidade da gestão, controle orçamentário, etc.

Primeiramente, apresenta um diagnóstico geral, no qual considera que serão necessárias diversas ações com vistas atingir a melhor gestão dos recursos disponíveis e atender as necessidades da população. A visão de futuro definida naquele momento deveria ser “[...] ajustada ao que ocorre no mundo globalizado. É sim preciso suprir as necessidades mais prementes, mas é impostergável preparar o Estado para o futuro [...]” (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 7).

A ideia da construção de um *Novo Paraná*, perpassa de acordo com as diretrizes do plano, por uma visão de futuro que contemple a tríade: Qualidade de vida e Desenvolvimento Humano, Desconcentração do desenvolvimento e Aumento da riqueza por m². Para tanto, segundo o PG (2011-2014), na descrição das estratégias para esse desenvolvimento pretendido,

A chave do sucesso será manter um contínuo esforço de convergência e sinergia do governo, das empresas e do terceiro setor. Um projeto desta magnitude não pode ser compreendido como ônus ao desenvolvimento econômico do Estado, mas como parte fundamental de uma dinâmica em que o social e o econômico interagem sistematicamente, num processo de efetivo desenvolvimento integrados. Nessa construção serão imperativas políticas voltadas para a **Educação**, a **Ciência** e a **Tecnologia** como base fundamental e fator decisivo no médio e longo prazos. (PLANO DE GOVERNO, 2010, p. 20, grifos no original).

A ênfase dada aos setores educativos, como descrito na passagem anterior, emite a impressão que a gestão proposta neste plano, seria uma gestão com vistas a fomentar as políticas públicas na área da educação. Ademais, além de enfatizar que “A Educação será prioridade absoluta no Governo Beto Richa”, (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 113). A concepção de educação apresentada na proposta, segundo expressa no Plano, é de que a Educação com qualidade para toda a população paranaense, deveria ser assumida como um “Bem Público e um Direito Humano Fundamental, assegurando a equidade no acesso à escola e ao conhecimento de qualidade, a ser promovido com resultados efetivos de aprendizagem.” (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p.113). Para tanto, o plano traz como objetivos primordiais apresentados aos eleitores no *Novo jeito de Governar*, para efetivação da qualidade da educação a necessidade de “Investir no **desenvolvimento do servidor público** (carreiras, educação permanente, e aposentadoria e saúde)” (PLANO DE GOVERNO, 2010, p. 24, grifos no original).

Além disso, o *Novo Jeito de Governar* deveria se caracterizar por um governo aberto e flexível, de modo a agregar a “[...] cooperação e a à pactuação de objetivos de desenvolvimento com o mercado e o terceiro setor”. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 23). Lembremos, que a inserção do terceiro setor no cenário nacional, tem sua origem conjuntamente com as políticas de cunho neoliberal, como explicitado na subseção anterior.

Segundo a proposta apresentada, se considerava necessária uma renovação dos métodos, uma postura responsável e inovadora de gestão, e das estruturas do governo, voltadas para uma *gestão de resultados* e, de acordo com o entendimento apresentado, tal capacidade pressupunha

[...] grande investimento no desenvolvimento dos servidores públicos, submetidos a um processo de desprofissionalização ao longo dos últimos anos e no saneamento das finanças, agravadas pela crise para qual a atual gestão não se preparou” (PLANO DE GOVERNO, 2010, p. 22).

Quando se refere ao saneamento das finanças e crise para a qual a gestão anterior não havia se preparado, cumpre lembrar que o Brasil, durante a década de 1990, passou por uma profunda transformação no Aparelho do Estado, cujo

resultado foi o alinhamento com as políticas neoliberais que estavam em expansão neste período e que afetaram a maioria dos países do globo, como mencionado no trabalho anteriormente.

O plano de modo breve, apresenta os objetivos específicos em relação àquilo que seria considerado prioridade na gestão de Richa, nos atentamos, especialmente, ao tópico “Educação, Ciência e Tecnologia”, consideradas no texto eleitoral, como chave do sucesso da gestão, vejamos os objetivos:

1. Integrar e promover uma ampla rede paranaense de **pesquisa e inovação** com a inclusão dos setores privados
2. Ampliar o acesso às **redes digitais de conhecimento**
3. Ampliar a educação de nível médio e técnico
4. Melhorar a **qualidade da educação**
5. Desenvolver **política** integrada **para a juventude**
6. Combater o **analfabetismo**
7. Fomentar o **desenvolvimento da ciência e da tecnologia** a partir das instituições acadêmicas e de pesquisa
8. Promover o **aperfeiçoamento institucional do ensino superior**
9. Ampliar o **acesso às universidades** estaduais. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 28, grifos no original).

No que se refere a *Nova Gestão* enfatizada na proposta, essa deveria ser atrelada às instituições do Estado que, segundo ressaltava-se, necessitam de “[...] renovação na direção da nova administração pública ou do ‘choque de gestão’²² como se tornou conhecido no Brasil o estilo de governança do Partido da Social Democracia Brasileira / PSDB”. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 39). Esse estilo de gestão, pode ser explicitado de acordo com seus propugnadores, basicamente nos seguintes princípios:

1. Aplicar políticas de desenvolvimento dos gestores e dos servidores públicos (inclusive dos aposentados)
2. Implementar estratégias e práticas de excelência em gestão, que potencializem a qualidade, a produtividade e a inovação;
3. Implantar a gestão pública para resultados através da celebração dos Contratos de Gestão entre as diversas áreas de governo com o Governador
4. Aumentar a capacidade de investimento do estado
5. Promover justiça fiscal
6. Reorganizar a máquina administrativa do Estado
7. Implantar planejamento intersetorial integrado
8. Promover a

²² Refere-se ao modelo instituído por Aécio Neves (PSDB) em Minas Gerais. Este, tornou-se referência de gestão para os Planos dos candidatos pelo PSDB, grosso modo, implica especialmente, no princípio de descentralização.

qualidade e a agilidade dos serviços estaduais por meio do uso racional das tecnologias 9. Combater à corrupção fortalecendo as instituições e os controles (PLANO DE GOVERNO 2011-2014, p. 22).

Entendemos que esses princípios estão alinhados a lógica hegemônica da gestão gerencial desenvolvida a partir dos anos 1990 no Brasil, e apresentada neste trabalho. Além disso, as propostas em relação ao papel do Estado, nesse caso específico, por meio da governança empreendida em nível micro, deveriam, portanto, considerar as mudanças históricas no modo de conceber a gestão do estado. Segundo o diagnóstico apresentado, considerava-se realmente as mudanças dos últimos anos, especialmente, do início deste século. Assim, a proposta apresentada para a primeira gestão era inserir o estado do Paraná no “jogo”, das disputas de desenvolvimento nacional, especialmente, nos setores a que se refere a indústria, telecomunicações, informática, e tecnologia em geral.

Para efetivação do *Novo Jeito de Governar*, era necessário em primeiro lugar uma postura de *Nova Liderança*, com base na qual algumas premissas foram tratadas como primordiais. Sendo elas:

1. Valorizar o papel da sociedade, em seus diversos segmentos, como partícipe, parceira e fiscalizadora da administração estadual
2. Promover arranjos de cooperação para governança entre instâncias públicas, empresariais e terceiro setor
3. Aglutinar as forças políticas do Paraná melhorando a capacidade reivindicatória do Estado
4. Aumentar a transparência e o controle social do Estado aproximando Governo e cidadão
5. Realizar audiências públicas da população com o Governador em todas as Regiões do Paraná
6. Respeitar contratos juridicamente perfeitos
7. Melhorar o ambiente de negócios (PALNO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 38)

Além disso, esse *Novo Paraná*, alcançado por este *Novo Jeito* implicaria em transparência, especialmente, no que se refere aos gastos públicos, bem como a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos.

A valorização da articulação com a sociedade também era tida como fundamental. Assim, ocorre aquilo que pode ser analisado na perspectiva histórica

como descentralização, que implica, em última instância, em transferir para a sociedade a responsabilidade que deveria ser do Estado. Aliás, outra questão recorrente é a participação do funcionalismo, e as proposições relacionadas a estes, segundo dispõe o Plano de Governo (2011-2014, p. 40): “[...] profissionalização dos servidores públicos, avaliação de desempenho com metas e resultados e o uso racional das tecnologias”. E, além disso, essa articulação do estado com os diferentes setores da sociedade seria necessária a medida que poderiam com as empresas privadas atrair investimentos e “[...] com as organizações não governamentais para amplificar o alcance das ações sociais, *realizando mais com menos*”. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p.40, grifos nossos).

No que tange a Ciência, tecnologia e Inovação, as propostas na versão apresentada, eram enfáticas ao considerar a relevância da existência tanto dos IFES, quanto das IES no Estado. Faz questão de expressar a importância dessas tanto em nível tecnológico, quanto intelectual como seu potencial de desenvolvimento econômico, por meio de parcerias e produção de conhecimento, que deveriam ser alinhadas às necessidades do mercado. Assim, ressalta que a existência dessas Instituições “[...] faz do Paraná um dos Estados com maior potencialidade em termos de produção de conhecimento e formação de capital intelectual” (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 76, grifos nossos). Além disso,

Considera-se hoje que, em especial no Paraná, os Institutos possuem a potencialidade de se tornarem as entidades que poderão representar a alternativa para tornar o Paraná um Estado tecnologicamente desenvolvido. De um lado, o sistema universitário aqui instalado (Instituições de Ensino Superior – IES Estaduais, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e outras) (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 77)

A ideia central era de que o estado do Paraná não poderia se furtar a responsabilidade de promover a articulação entre essas Instituições e os setores produtivos, propriamente ditos. Isso deveria ser realizado, essencialmente,

[...] gerando condições para que seja transposto o fosso que existe entre o mundo universitário e o empresarial para que a inovação e

sua conseqüente agregação de valor aconteçam no mundo produtivo, de modo a beneficiar toda a sociedade com desenvolvimento sustentável. Nesta nova estratégia, as universidades e os institutos de pesquisa precisam ocupar um papel central. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 77)

Sobre a educação de modo geral, apresenta-se um diagnóstico já bem conhecido por aqueles que se dedicam a estudar essa temática, um diagnóstico de fracasso. Com base nos dados levantados por meio das avaliações em larga escala, apresenta o Brasil como um país com índices bem abaixo do que àqueles países menos desenvolvidos, com ênfase especialmente, no que dizia respeito ao abandono e reprovação escolar, que era apresentada como “[...] uma importante questão em todas as etapas e modalidades da educação básica”. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 114).

Além disso, colocavam-se como desafios para a próxima gestão: a falta de prédios; infraestrutura adequada; falta de acesso, em níveis como a educação infantil, ensino médio e, especialmente, profissionalizante. Considerava-se também, como imprescindível, articular um programa cujo foco fosse o aumento da qualidade da educação básica, dentro dos parâmetros do IDEB. Para tanto, assegurava que essas ações implicariam em “[...] significativos *investimentos no desenvolvimento integral do professor*. Questões como transporte escolar e merenda também estão a demandar postura solidária do Estado com relação aos municípios”. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 14, grifos nossos).

Uma outra questão relevante a ser assinalada e que diz respeito mais diretamente a presente pesquisa, é em relação a valorização dos servidores, especialmente, da educação. No projeto apresentado pela equipe de Beto Richa, estes eram tidos como essenciais para contribuir com o sucesso do desenvolvimento do estado nos moldes em que se propunha.

Para tanto, segundo o Plano de Governo (2011-2014, p. 39),

O investimento no desenvolvimento do quadro de servidores do Estado é fundamental para o avanço das políticas públicas necessárias para uma nova etapa de progresso no Paraná. Para isso, *os concursos públicos, os salários e as carreiras, a educação continuada, o vigor do sistema de previdência dos servidores públicos e um Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores melhor do que o atual, são providências que o Novo Governo*

adotará num processo de melhoria contínua, com permanente diálogo. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 39)
(grifos nossos).

Veja-se bem, neste momento considera-se que existia a possibilidade de desenvolvimento de política de *melhoria contínua*. É válido ressaltar que na concepção apresentada no Plano, havia o reconhecimento de que o aumento da qualidade da educação, de acordo com os indicadores avaliativos, encontra-se diretamente relacionado a “[...] valorização dos professores e dos profissionais neste setor” (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 113).

O plano apresentava que a valorização do quadro próprio e a revisão do plano de cargos e salários, seriam pontos a ser considerados com o intuito de avançar na qualidade da educação. Além dessas questões, a valorização perpassaria por uma “[...] política de formação inicial e continuada em serviço, [...] e a melhoria no atendimento do Serviço de Assistência ao Servidor – SAS [...] visando à solução dos problemas ora diagnosticados.” (PLANO DE GOVERNO 2011-2014, p. 114).

Fica evidente que naquele momento, entendia-se que, tanto para conquistar o funcionalismo público, quanto o restante da população, a proposta de governo deveria contemplar aspectos afetos às necessidades mais prementes. Assim, tratar da educação como prioridade, tem sido a pauta de diversas campanhas políticas, já que se entende que esta poderia contribuir efetivamente para solucionar diversos outros problemas sociais, como apresentado no plano em questão: as desigualdades sociais e econômicas; a questão da violência e da marginalidade; do desemprego por falta de qualificação, o desenvolvimento científico e tecnológico, colocando o estado como ponta de lança no que se refere ao desempenho econômico, entre outras questões.

O reconhecimento e defesa de todas essas potencialidades da educação formal, leva então, a necessidade de empreender, mesmo que discursivamente, a valorização dos profissionais envolvidos. Assim, compreendemos interessante, reproduzir na íntegra algumas metas estipuladas para este plano, no que se refere especificamente a valorização desses trabalhadores. As *Metas* para valorização dos profissionais do magistério e trabalhadores da educação, eram:

- Aprimorar o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE pela ampliação das oportunidades de acesso e certificação;
- *Manter permanente diálogo com as representações sindicais dos professores e trabalhadores da Educação, Associação dos Professores do Paraná – Sindicato, para garantir o efetivo ganho de salarial real e as melhores condições de trabalho do país ao magistério do Paraná;*
- Disponibilizar professor em cada sala de aula desde o primeiro dia letivo do ano;
- *Realizar concursos públicos que garantam a lotação de profissionais em conformidade com o dimensionamento das instituições de educação básica;*
- Viabilizar as decisões do Fórum Paranaense de Formação de Professores para atender à demanda de professores tanto da rede estadual como das redes e sistemas municipais de educação;
 - *Aprofundar o debate com as universidades públicas e privadas e com o Governo Federal para avançar na oferta de cursos com qualidade e capazes de formar professor para a realidade atual da educação;*
- Construir, em parceria com o Governo Federal, um Programa de Formação para trabalhadores em educação, estimulando o ingresso e a permanência na área da educação;
- *Promover audiências públicas com os profissionais da educação para, através do diálogo contínuo e permanente, atender às reais necessidades da educação;*
- Garantir condições dignas e adequadas de trabalho e bem-estar pessoal de todos os profissionais do magistério e da educação em geral. (PLANO DE GOVERNO, 2011-2014, p. 118, grifos nossos).

Apesar de longo este excerto, consideramos que a exposição do seu teor, contribuirá para as discussões que serão empreendidas mais adiante.

Passaremos agora, a apresentação do Projeto de Governo apresentado para o pleito que levou Beto Richa a reeleição. Este documento, por sua vez, distingue-se do outro, sobretudo, por apresentar um “relato” daquilo que foi realizado durante os três anos de gestão que haviam se passado. Assim, além daquilo que é de praxe apresentar-se em um Plano de Governo, esse, em especial, como se tratava da tentativa de reeleição, buscou demonstrar os sucessos que a gestão no governo obteve em seus empreendimentos até ali.

O plano intitulado *O Paraná que Acredita*, apresenta-se definido em três grandes eixos, sendo eles: *O que foi feito*; *O que está sendo feito*; e, *O que será feito*. Cada eixo contemplava os projetos, as metas, as estratégias e ações para sua efetivação. Assim, o Plano tinha como intuito apresentar aos paranaenses um panorama da gestão que se encerrava e, além disso, as proposições de

continuidade. Como na apresentação do Plano (2011-2014) nos ateremos as concepções de gestão, de Estado e as proposições voltadas, especialmente, à educação, suas esferas e suas implicações.

Entretanto, cumpre assinalar que durante a primeira gestão de Beto Richa como governador do Paraná (2011-2014), a presidência da República era ocupada por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores. Devemos considerar esse fato, pois em diversos momentos aparecem no texto do Plano de Governo (2015-2018), menções críticas²³ à gestão federal.

A concepção de Estado apresentada nesse Plano amplia-se em relação ao anterior. Aqui, entende-o como um Estado formulador-financiador-executor-fiscalizador. Já as competências do governo de modo a alcançar aquilo que é papel do Estado, deveriam ser consideradas tendo como pilares: o Desenvolvimento Humano; o Desenvolvimento econômico; o Desenvolvimento ambiental. Assim, segundo o que se propunha, a partir de conhecer a realidade tanto do Brasil, quanto internacional dever-se-ia realizar “[...] uma ampla reforma da estrutura administrativa do governo, que adote mecanismos de governança pública sintonizados com a realidade atual.” (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 18).

A reforma, assinalava a proposta, implicaria em redução dos custos em algumas áreas e maiores investimentos em outras, de acordo com a prioridade. Segundo o diagnóstico em relação a atuação do estado dizia-se “Uma máquina mais moderna, eficiente e menos dispendiosa dará ao Paraná as condições propícias a atingir novo patamar de desenvolvimento. ” (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 18). Considerava-se, naquele momento, como imprescindível reformular a estrutura do estado, segundo o plano, para tal feito seriam necessárias algumas ações. A saber:

[...] Reduzir as limitações da capacidade de gasto e investimento público, por meio de programas e iniciativas voltadas à redução estrutural de despesas e melhoria da eficiência arrecadatória. Aperfeiçoar a máquina pública por meio do incremento em programas de tecnologia de informação, capacitação humana e enxugamento da estrutura burocrática – com foco nas atividades – fim que beneficiem a população, e tendo como objetivo a melhoria da eficiência administrativa. Implantação de sistemas de controle

²³ As menções dão conta, segundo o Plano de Governo de Beto Richa, de uma retaliação política que prejudicou a realização de algumas ações de sua gestão, bem como, contribuiu para a não finalização de diversos projetos.

mais eficientes, que permitam a redução de prazos e aumento da eficiência em todas as ações de responsabilidade da administração estadual. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 51)

Verifica-se, por meio dos estudos desenvolvidos, que essa concepção de Estado, bem como suas proposições reformadoras alinham-se e trazem as implicações intrínsecas da consolidação de uma agenda neoliberal. Ademais, são inúmeros os desdobramentos dessas políticas nas áreas sociais, e, neste caso específico, à educação escolar.

O alinhamento com essa concepção de gestão, seguia, especialmente, as orientações das OI, já que é possível verificar alusões em relação àquilo que define como gestão para o Desenvolvimento sustentável, que neste caso, abarca todas as esferas de desenvolvimento. Assim, enfatizava-se que a gestão de Beto, deveria adotar esse preceito em todas as suas ações. Já que,

Após mais de três anos de intensa preparação, a máquina administrativa do governo está preparada para o processo de reciclar, reutilizar e reduzir o consumo de bens e promover considerável economia de recursos, que se traduzirão em novos investimentos e melhoria nos serviços prestados. *O conceito de Desenvolvimento Sustentável passa a ser parte essencial do Plano de Metas*, pois trata-se não mais de uma ideia a ser posta em prática, mas de uma prática que deve ser assimilada por todos. (PLANO DE GOVERNO 2015-2018, p. 18).

O Plano (2015-2018, p. 48) sinalizava o compromisso que do Governo Beto Richa estava assumindo em “[...] destinar recursos humanos e financeiros para, a partir de 2016, construir as condições que levem o Paraná a cumprir, no seu devido tempo, os objetivos estabelecidos pela ONU.” Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estipulados pela ONU, que entrariam em vigor a partir de 2016, seriam: Acabar com a pobreza; Promover o crescimento sustentável e empregos; Educação para todos; Proteção dos Direitos Humanos; Saúde para todos; Agricultura sustentável; Cidades sustentáveis; Energia sustentável e mudanças climáticas; Biodiversidade sustentável; Boa governança. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018). Logo, compreendermos que o Plano pautava-se nas concepções defendidas por essa OI, já que os objetivos deste, alinhavam-se e se faziam submeter àquelas orientações.

Ressaltava-se, o crescimento econômico no Paraná durante os três anos da gestão de Richa, até então. A argumentação pautava-se em dados revelados pelo IBGE, da média 2003-2010 e 2010-2013. Segundo o exposto no Plano de Governo (2015-2018, p. 18),

Mesmo diante da conjuntura internacional desanimadora e das respostas equivocadas da política econômica do governo central, o Paraná, em três anos, apresentou avanços econômicos significativos, ressaltando-se o crescimento médio anual de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ante acréscimo de apenas 2,0% ao ano para o País, entre 2011 e 2013 (gráfico 1), revertendo a trajetória dominante de 2003 a 2010, quando o Estado cresceu menos que o Brasil.

Esse crescimento distinto das outras regiões, é atribuído ao caráter gerencial da gestão realizada durante os três anos de Beto à frente do governo. Além disso, reforça-se a ideia de aceleração da produção industrial, da ampliação do mercado de trabalho, fortalecimento da agricultura familiar, do volume de vendas no comércio, geração de empregos, aumento do PIB per capita, diminuição das desigualdades sociais e regionais no estado.

Segundo o Plano, foram concretizadas diversas ações em relação a educação pública, especialmente, aos trabalhadores dessa categoria. Sendo elas:

Dívidas históricas foram solucionadas, como a equiparação salarial dos professores com os demais técnicos de nível superior do executivo estadual; Aumento acumulado de mais de 50% no salário dos professores; Ampliação em mais de 50% a hora-atividade; 17.261 professores contratados por concurso público e aberto um novo concurso para mais 13.000; Qualificação Profissional - cerca de 7 mil professores em cursos de Pós-graduação - especialização, mestrado e doutorado. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p.73).

Acrescenta-se a isso, segundo relato da gestão durante os anos de 2011-2014, as seguintes conquistas do governo em relação às necessidades dos trabalhadores da educação:

Aumento real de 56,12% no salário dos professores das universidades estaduais; Novo plano de carreira para os agentes universitários; Mais de R\$ 5,6 bilhões investidos no Sistema de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 2011 a 2014; Cerca de R\$ 99 milhões investidos em infraestrutura para o Sistema Estadual

de Ensino Superior; R\$ 221 milhões investidos nos programas de apoio à Produção Científica Tecnológica, Verticalização do Ensino e Formação de Pesquisadores e Disseminação Científica e Tecnológica. Previsão de mais R\$ 63 milhões em 2014; Aprovação da Lei de Inovação do Estado do Paraná. (PLANO DE GOVERNO 2015-2018, p.74).

Novamente a ênfase aparece na Educação. Esta é referida como prioridade daquilo que foi efetivado. Assim, relata que os investimentos que foram realizados propiciaram diversos avanços, em termos qualitativos e quantitativos.

De acordo com o apresentado no Plano, foram realizadas 17 mil contratações de profissionais do ensino, e, além disso, foi realizada a ampliação da jornada extraclasse, além da diminuição do número de alunos por docente e “[...] houve a promoção da equalização salarial dos professores com os demais servidores de nível superior do governo do Estado”. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 30). Enfatiza-se em termos de infraestrutura a implantação do Programa *Renova Escola* com o intuito de “[...] reformar, ampliar e readequar 340 prédios escolares no Estado, tendo ainda a meta de equipar e mobiliar 900 unidades até 2015. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 30).

Naquele momento, a educação como prioridade era ressaltada na proposta de governo, bem como em relação àquilo que já vinha sendo realizado. Tratava-se, portanto, de tentar demonstrar que a prioridade absoluta do governo, defendida na Proposta anterior (2011-2014) havia se efetivado, e, desse modo *as promessas de campanha* haviam sido cumpridas. E, para tanto como explicitado na apresentação do Plano elaborado para a primeira gestão, a melhoria da qualidade da educação que, por conseguinte, alavancaria o desenvolvimento do estado, deveria começar pela

[...] valorização dos profissionais do magistério. A ação prioritária atinge a educação básica, ensino médio e superior. Na educação básica há intenso regime de cooperação com os municípios e apoio para a universalização da educação infantil. No ensino médio o compromisso da universalização com ampliação do ensino profissionalizante. Em todos os casos ampliação da jornada escolar. As universidades estaduais são vistas como ativos importantes e cada vez mais mobilizadas como agentes de agregação de valor via inovação ao processo produtivo do Estado. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 56)

Por consequência, defendia-se a ideia de que a Educação continuava a ser uma prioridade absoluta no Paraná. E, para que fosse possível atingir esses objetivos, cada vez com maior excelência, o governo promoveu ao longo dos três anos uma série de ações, cujo principal objetivo era assegurar o bom desenvolvimento dessa área. Com vistas a excelência da gestão no âmbito da educação, fora desenvolvido, segundo consta no relatório do Plano (2015-2018), “[...] *diálogo aberto e contínuo com todos os envolvidos* e interessados em transformar, sempre para melhor, o ensino paranaense”. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 114, grifos nossos).

Sobretudo, no que diz respeito ao fortalecimento da educação, os objetivos, segundo exposto (2015-2018, p.114), “[...] formalizam a busca por uma sociedade mais justa, por intermédio da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem que acontece nas escolas.”. Cabe lembrar que essa concepção de educação como promotora de uma sociedade mais justa, com menores índices de desigualdade sociais são preconizadas pelas orientações das OIs.

E, para além disso, no que se refere, especificamente, as Metas relacionadas a educação, elencadas para a gestão que se sucederia, por meio da reeleição, no Plano, essas encontravam-se arroladas em onze objetivos, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

Manter a Educação como prioridade absoluta do Governo.; Continuar a implementação de ações que elevem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem; Assegurar aos alunos a oferta de Educação Pública de qualidade, em todos os níveis e modalidades ofertadas pela Rede Estadual de Educação. Promover o avanço das políticas de valorização dos profissionais do Magistério e trabalhadores da educação; Apoiar e garantir elevado nível de qualidade na gestão escolar, voltado, principalmente, para a melhoria dos processos e resultados pedagógicos das Escolas; Ampliar o regime de colaboração com os municípios [...]; Ampliar as formas e iniciativas de participação das famílias e da comunidade na gestão das Escolas; Assegurar maiores investimentos e melhoria da infraestrutura das Escolas, incluindo a construção de novos ambientes, renovação e ampliação dos meios tecnológicos, equipamentos de segurança e acervos bibliográficos; Promover a modernização do Sistema de Ensino do Paraná, consolidando a implementação de um novo marco legal e assegurando melhores condições de infraestrutura de trabalho ao Conselho Estadual de Educação; Construir, de forma democrática e participativa, com a sociedade paranaense, o Plano Estadual de Educação, assegurando a sua implementação; Realizar melhorias

e reformas em 400 escolas e construção de 100 escolas novas, beneficiando perto de 400.000 alunos. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 114-115)

Aliás, é válido salientar as metas relacionadas a valorização dos trabalhadores da educação, as quais, por seu turno, estariam relacionadas diretamente com a efetivação da melhoria da qualidade da educação, segundo explicitava o *Plano (2015-2018)*.

Consideramos pertinente destacar aspectos específicos das Metas propostas para a valorização desses profissionais, pois estes, são citados com frequência no documento como àqueles que poderão contribuir para o desenvolvimento do estado, por meio do desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Além disso, cabe a observação de que, naquele momento, as propostas de valorização apresentadas no Plano de Governo Beto Richa, gestão (2015-2018), davam conta, daquilo que, essencialmente, se preconizava no PNE (2014-2024), especialmente ao que se refere a meta 17²⁴ deste, que dispõe sobre valorização dos profissionais da educação.

Assim, no Plano de Governo, podem ser verificadas as seguintes metas, no que tange a valorização dos profissionais da educação:

- a) Aprimorar o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, vinculando a pesquisa a processos de formação continuada.
- b) Garantir a continuidade da oferta de vagas para participação em programas de Mestrado e Doutorado.
- c) *Manter permanente diálogo com as representações sindicais dos professores e trabalhadores da Educação, Associação dos Professores do Paraná – Sindicato, Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente.*
- d)

²⁴ O Plano Nacional de Educação – PNE aprovado pela então presidenta Dilma-PT, pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de uma década, tendo sua validade, portanto, de 2014-2024. No que tange a valorização dos Profissionais da Educação, dispõe na Meta 17 que “[...] valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”. Por sua vez, as estratégias relacionadas a Meta 17 dispõem com maior detalhamento como deveriam ser desenvolvidas as ações para a referida valorização.

Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>

Acesso em: 19 de fev. de 2019.

Reestruturação da Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, fortalecendo os trabalhos do Fórum de Apoio à Formação Docente. e) Vincular as ofertas de Programas de Pós-Graduação à ampliação da oferta de formação continuada aos professores da Rede Estadual, incluindo essa ação aos incentivos para a progressão de mestres e doutores na carreira. f) Dar continuidade ao planejamento de distribuição de aulas, garantindo a disponibilização de professor(a) em cada sala de aula, desde o primeiro dia letivo do ano. g) Manutenção da política de realização de concursos públicos que garantam a lotação de profissionais, em conformidade com o dimensionamento das instituições de Educação Básica. h) Viabilizar, junto às IES e demais órgãos do Sistema de Ensino, os encaminhamentos referentes à complementação de estudos aos Agentes Administrativos que fizeram Vizivali. i) Criação dos Centros Regionais de Formação dos Profissionais da Educação (participação de professores PDE, mestrandos e doutorandos, CRTE) em parceria com IES. j) Consolidar e assegurar a oferta dos procedimentos para a dobra de padrão, como oportunidade de desenvolvimento profissional ao Magistério, com as consequentes melhorias nos resultados de aprendizagem dos alunos e alunas. (PLANO DE GOVERNO, 2015-2018, p. 114)

A compreensão dessas questões de modo dialético nos possibilita inferir que, as ações realizadas, bem como as propostas elaboradas, tanto durante o processo de eleição, bem como durante a gestão e a campanha que se seguiu, não se tratam de ações isoladas. Tanto as concepções de educação, quanto de estado e de gestão, propugnadas por este governo e apresentadas nos planos, possuem relação com o contexto amplo, naquilo que se dispõe em nível nacional quanto em termos globais.

Ressalta-se que é necessário conhecer essas propostas, de modo a compreender as relações estabelecidas entre essas ideias apresentadas e sua materialização no cotidiano concreto. Assim, ao nos propor apresentar, mesmo que sumariamente estes pontos, pretendemos obter subsídio para adiante elucidar alguns aspectos das relações estabelecidas entre esses e o objeto de nosso estudo. Mesmo porque, este se encontra circunscrito a esta gestão.

Entendemos válido realizar a exposição dessas relações, haja vista que “[...] a política não depende fundamentalmente de projetos das forças sociais e presença – ela é um encontro de interesses, estratégias e circunstâncias. (BOITO Jr., 1999, p.12). E, finalmente, ao localizar historicamente o governo Beto Richa, e *seu modo de governar*, bem como suas ações em relação a educação paranaense, especialmente, aquelas que tratam dos trabalhadores da educação, nos possibilita compreender essas relações a partir da categoria da totalidade. O que implica dizer que proposições e conseqüentes ações desse governo não se constituem independente do cenário histórico no qual está inserido.

3 PARA ALÉM DOS PLANOS E DISCURSOS

Com base nos dados discutidos na seção anterior em que foram apresentadas a conjuntura histórica na qual se encontraram inseridas as duas gestões de Beto Richa, bem como as principais propostas contidas em seus dois planos de governo, suas metas e áreas estratégicas de investimentos, consideramos pertinente cotejar as informações expressas em nosso levantamento, com informações obtidas por outras fontes.

Desse modo, o intuito nesta seção é confrontar os dados apresentados na seção anterior com outras fontes, sendo elas: relatórios do governo; notícias em diversas *medias*; marcos legais; literatura acadêmico-científica e outras, nas quais são perceptíveis incongruências entre, tanto os planos apresentados – e registrados em cartório – pelo então candidato, bem como seus discursos proferidos, com a realidade vivenciada pelo povo paranaense no período em questão, especialmente, no que tange a educação pública e seus trabalhadores.

Lembremo-nos que as propostas de governo, as metas, relatórios, ou qualquer outro documento ou discurso proferido que expresse ideias acerca de determinada ação, não são por si só, o fato a ser analisado. São formulações teóricas, que expressam em certa medida as ideias – ou ideais – de determinada ação, assim como assertivamente afirmou Marx, o critério da verdade é a prática. É a partir dessa constatação que tomamos, neste momento, como objeto de análise as relações estabelecidas entre aquilo que é proferido oficialmente ante aquilo que é prática real dos sujeitos históricos, bem como suas condições históricas de produção.

Assim, é fundamental para compreensão dessas relações, levar em consideração que “[...] uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa” (PAULO NETTO, 2011, p. 57). Neste caso, a relação entre tanto o que é dito – e não dito, e feito – e não feito, dizem respeito a uma fração da totalidade que deve ser considerada no processo de pesquisa.

Na tentativa de ser bem-sucedidos nesta empreitada, consideramos que nossa função na condição de pesquisadores dessas relações, é buscar encontrar

o máximo de conhecimentos acerca do objeto de estudo. Já que, de acordo com este referencial teórico-metodológico, o “[...] o papel do sujeito é essencialmente *ativo* [...] o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é *fundamental* no processo de pesquisa.” (PAULO NETTO, 2011, p. 25).

Desse modo, para operar com o método materialista histórico e dialético é necessário compreender que este, em síntese, pressupõe que deve se distinguir o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento. Assim, começa-se pelo “[...] ‘real e pelo concreto’, que aparecem como dados; pela análise um e outro elementos são *abstraídos* e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. (PAULO NETTO, 2011, p.42, grifos nossos).

Ainda de acordo com Paulo Netto (2011, p. 44), para a epistemologia marxiana, a abstração é imprescindível ao pesquisador, já que ela é a capacidade intelectual que “[...] permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]”.

Já no que se refere ao aspecto material discutido por Marx, em sua teoria social, este, parte da tese que as relações se dão por meio da materialidade das coisas, que a própria consciência humana se desenvolve por meio das relações materiais. Desse modo, as investigações empreendidas e as análises realizadas, pautaram-se na compreensão de que as lutas de classes são determinantes históricos, assim como indicamos na introdução deste trabalho e tentamos demonstrar até aqui. Essa compreensão, em nossa avaliação, deve-se ao entendimento de que,

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social. *Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoal do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa.* (PAULO NETTO, 2011, p. 40, grifos nossos).

A perspectiva materialista histórica e dialética fundada por Marx e Engels, pauta-se em suas conclusões ao elaborar sua crítica ao idealismo alemão e

perceber que a história é feita pelos homens por meio das relações sociais que estabelecem materialmente.

Podemos verificar nesta passagem, o que o próprio Marx (1987) afirmou sobre esta questão,

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (MARX, 1987, p. 30).

Compreende-se que os estudos de Marx em parceria com Engels, desde a gênese de seu interesse até o final de sua vida, contaram sempre com um teor crítico em relação às explorações de uma classe sobre a outra. Deste modo, para a concepção materialista da história formulada por Marx e Engels,

[...] era preciso tentar compreender os fundamentos sociais que sustentam a ordem social estabelecida e levar as críticas teórico-práticas às últimas consequências. E isso só seria possível a partir de uma nova compreensão científica da realidade que capturasse intelectivamente, da melhor maneira a relação de complementaridade fundamental entre a base econômica da sociedade burguesa e todo e qualquer complexo social a partir dela. Essa busca de caráter científico não pode ser justaposta de maneira esquemática e simplista a partir da posição de classe e da volição revolucionária de quem a formula: é preciso realmente tentar compreender a realidade para termos melhores instrumentais e intervir revolucionariamente nela, afirmou a exaustão. (LAZARINI, 2015, p. 102).

Sabe-se que a obra *O Capital* representa a “síntese” da elaboração teórica das teses de Marx, dessa maneira, qualquer que seja a pesquisa que se pretenda utilizar dos escritos do autor como aporte, deve-se realizar uma consulta aos escritos marxianos, para além dos marxistas. Em suas produções ficam claras as críticas acerca das estruturas sociais estabelecidas, bem como, com relação a necessidade de além da reflexão filosófica a ação para as necessárias transformações sociais.

Para compreender melhor as análises marxianas, cumpre resgatar, mesmo que de forma sintética, quais os principais aspectos das relações sociais são considerados pelo pensador alemão, especialmente, para que seja possível desmistificar críticas em relação à epistemologia marxiana, como sendo uma teoria determinista-economicista. Assim, é válido lembrar que,

A análise do regime capitalista de produção não se restringe às relações econômicas, se bem que pareça iniciar-se nesse ponto. Ao analisar o capitalismo, Marx apanha os fenômenos como fenômenos sociais totais, nos quais se sobressaem o econômico e o político, como duas manifestações combinadas e mais importantes da relação entre as pessoas, grupos e classes sociais. Por isso é que a sua análise apanha sempre as estruturas de apropriação econômica e dominação política, em que tendem a cristalizar-se aquelas relações e os antagonismos que com elas se engendram. (IANNI, 1992, p. 7).

A corrente de pensamento materialista marxiana, afirma que os fatos devem ser observados e analisados a partir da concretude, da totalidade da existência humana que é produzida materialmente por meio das relações sociais de trabalho. Como o próprio Marx (2016, p. 28) afirmou:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método Hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.

Para deixarmos claro de que tipo de organização social estamos tratando, cumpre lembrar que o Capital pode ser assim definido “[...] uma forma de relação social que não é imanente aos homens, mas que foi edificada por eles em um determinado momento histórico a partir de determinadas condições sociais objetivas” (LAZARINI, 2015, p. 73). Ressalta-se ainda, que, já que se trata de uma construção histórica – e humana, a mesma pode sofrer transformações. Não é estática, tampouco imutável, ou ineliminável.

Sobre o objeto de estudo marxiano, Lazarini (2015, p. 14) escreve que, “Marx aponta a importância decisiva de se compreender a base econômica da

sociedade, ou seja, a ‘anatomia da sociedade burguesa’ para poder decifrar os complexos sociais que dela emergem”, e nesse caso, podemos pensar nos complexos que constituem a superestrutura, sendo eles o arcabouço jurídico, político e educacional, entre outros.

Compreendemos por meio dos escritos marxianos que o ser humano é responsável pelas transformações sociais, e é, segundo Marx, o único ser que produz história. Sobre isso Severo (2010, p. 37) descreve a compreensão da história para o método materialista,

A história será, a partir daqui, entendida a partir do que e como fazem, de como se relacionam homens reais, diante de certa configuração dos instrumentos que criam para a manutenção de sua vida. As explicações, as teses sobre o Estado, a sociedade, a estrutura social e política deverão ser comprovados “empiricamente”, já não mais se aceitam argumentos de autoridade ou meramente especulativos. O real precisa ser explicado e entendido através de fatos que podem ser constatados, verificados. Tratam-se, agora, de homens inseridos num contexto material, social, econômico e político, homens que atuam – pensando e agindo sobre a realidade, que constroem a história.

Compreende-se que nada é natural, portanto, as transformações históricas ocorridas, são produzidas materialmente pelo conjunto dos homens em sociedade. Portanto, ao desenvolver pesquisas de cunho histórico tendo como aporte o legado teórico de Marx, cabe lembrar como a questão histórica é concebida por ele. De acordo com Lazarini (2015, p. 69),

[...] nas obras de Marx em geral não existe o “mais histórico” e o “menos histórico”, pois, para a compreensão materialista marxiana da história, tudo o que o homem produz é histórico. Isso não significa que não existam gradações qualitativas nos eventos históricos cotidianamente produzidos pelos homens; ao contrário, os momentos de síntese revolucionária como a Revolução Francesa, por exemplo, são momentos de ruptura, quando ocorrem saltos qualitativos para o conjunto das relações sócio-históricas posteriores em âmbito universal.

Além disso, no que se refere ao método de investigação, Marx (1968) afirma que as categorias de análise não podem e não devem ser construídas *a priori* sob pena de prejudicar a análise da realidade. Segundo Marx (1996, p. 28),

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto, se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori.

Dessa maneira, entende-se que o método marxiano concebe a totalidade do real e a concretude e objetividade do mundo como fatores essenciais para a produção do conhecimento científico, para a compreensão das relações sociais e por admitir a possibilidade de superação/extinção da sociedade de classes, por meio da ação dos sujeitos históricos, mais especificamente, os que constituem o proletariado.

Passaremos agora a expor algumas categorias basilares para o campo de investigação marxiano, apenas para situar o leitor, já que não se trata de nosso intuito aprofundar o debate sobre esta questão, neste momento.

Sobre essa discussão, o professor José Paulo Netto, em exposição realizada na Universidade de Brasília-UnB (2016), afirmou que, na perspectiva marxiana “[...] o sujeito tem que extrair do objeto as suas categorias constitutivas”. Assim, cabe ao pesquisador no decorrer do processo de pesquisa, considerar todos os aspectos relativos ao objeto, bem como empreender a ação intelectual para compreender suas múltiplas relações, a fim de que as categorias possam tornar-se nítidas – emergir a partir dos estudos desenvolvidos.

Entendemos que propor uma pesquisa cuja abordagem teórico-metodológica se pauta no materialismo histórico dialético não é tarefa simples. Deste modo, incorremos em inúmeros riscos, já que se trata de um referencial teórico complexo. Entretanto, assentimos, assim, com Lazarini (2015, p. 72), quando afirma que “O legado teórico de Marx interessa na medida em que ele continua sendo o mais poderoso instrumento teórico para compreensão dos fundamentos sob os quais se desenvolve a sociedade capitalista” e, em nossa avaliação, trata-se do instrumental adequado para compreender as diversas relações que emergem dentro dessa sociedade.

Cumpre-nos lembrar que as categorias marxianas, não são “espaços vagos” nos quais encaixam-se as hipóteses e discussões das pesquisas, não podemos

assim, nos apropriar das categorias com esse intuito, isso seria contraditório em relação ao referencial em questão. O próprio objeto traz em si, suas categorias constitutivas implícitas, nesse sentido cabe ao pesquisador, por meio da investigação, extraí-las do objeto e “reproduzir idealmente o movimento real do objeto” (NETTO, 2016, grifo nosso).

Alertamos que não se trata de uma reprodução espelhada, pois isso não constitui pesquisa. Mas, sim de uma reprodução considerando dois aspectos essenciais para os estudos marxianos, são eles: movimento e as especificidades (do ser) e, por conseguinte, de suas categorias. Para o estudioso marxista – Ser é movimento, movimento contraditório – (NETTO, 2016), esse movimento que necessariamente é contraditório, impõe categorias, que não necessariamente equivalem para todos os tipos de ser.

Ademais, este autor enfatiza que Marx não inventou de repente, por um *insight*, os conceitos de teleologia, liberdade, mais-valia, contradição, entre outros que compõem sua teoria social. O pensador Alemão, conseguiu extrair de seu objeto – a sociedade burguesa – os elementos próprios a ela, e dessa forma, as categorias enunciadas pelo estudioso puderam ser apresentadas em suas teses.

Em face disso, nos cumpre dizer que para a perspectiva teórica marxiana, “[...] o trabalho em sentido ontológico-materialista (intercâmbio entre homem e natureza) é ineliminável enquanto existirem homens” (LAZARINI, 2015, p. 118). O trabalho é, portanto, a atividade promotora da hominização do homem, sem ela não haveria desenvolvimento da espécie humana como a conhecemos, tampouco haveria sociedade humana dotada de civilização. Em resumo: os homens devem produzir e reproduzir sua vida e devem fazer isso de determinado modo.

O filósofo alemão deixa claro que, ao realizar o processo de trabalho não é somente a natureza que sofre modificações, mas o próprio homem se modifica. As implicações desse entendimento são inúmeras para a compreensão do ser social e processo histórico que esse ser realizou, realiza e continuará a realizar enquanto esse ser existir. Portanto, cumpre lembrar que, segundo Marx, a exploração do trabalho no modo de produção capitalista, é essencialmente alienante. O que equivale a dizer que, o método histórico de análise da realidade, deve considerar essa condição.

A categoria trabalho é constituinte dessa concepção e nos leva a compreender que a consciência do homem é produzida, por meio das relações materiais que esse estabelece, podemos pensar que então, que relações de trabalho alienantes podem produzir consciências alienadas.

Tendo em vista que “[...] o pensador Alemão deixa claro que a sua concepção de categoria não se pauta por uma lógica formal na qual ‘as coisas se encaixam’, mas sim que as categorias devem exprimir as determinações realmente existentes (LAZARINI, 2015, p. 67 grifos do autor). E que as categorias marxianas partem da objetividade das relações empreendidas pelos homens, desse modo, é imperativo considerar as categorias de totalidade e da concretude do ser, neste caso específico, tratamos do *ser social*, que se distingue de todos os demais seres da natureza, pois como já mencionado, *é o único que trabalha* e, em virtude disso, que produz história e civilização.

Sobre isso, a professora e pesquisadora Ligia Marcia Martins (2015) enfatiza que sob a perspectiva materialista histórico dialética, o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade. E além disso, para o pesquisador materialista “[...] não pode nos bastar apenas o que é visível aos olhos, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a visibilidade da máxima inteligência dos homens”. (MARTINS, 2015, p. 10-11).

Ademais, quando se trata de compreender as proposições apresentadas em documentos norteadores de políticas, bem como de empreender suas respectivas análises, em trabalho intitulado *Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos* (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005), pesquisadoras brasileiras, eminentes na atualidade, que se dedicam às pesquisas nas temáticas de políticas educacionais, orientações dos OI, entre outras relacionadas a Política Educacional e Trabalho, consideram que, “[...] os textos representam a política, mas não são a política. Essa representação pode adquirir várias formas: textos oficiais e documentos políticos.” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 434).

Ao se referir aos documentos sobre políticas e, especialmente, aos elaborados pelas OIs, as autoras enfatizam que “Documentos disseminam afirmações sobre o mundo em que vivemos que tanto pretendem oferecer

representações únicas sobre a realidade como trazer soluções idealizadas para problemas diagnosticados.” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 439).

Entretanto, compreendemos que essa afirmação pode ser estendida para a análise de outros tipos de documentos, para além, daqueles elaborados nesses âmbitos, como por exemplo, os planos de governo apresentados na seção anterior deste trabalho. Já que partindo da compreensão da política como processo, em permanente construção, permeada por contradições internas, a análise desses documentos pode implicar na exploração das contradições internas a essas formulações (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Assim, concordamos com Shiroma; Campos e Garcia (2005, p. 432), que [...] textos devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos”. Entendemos, também, que

O estudo aprofundado sobre que conceitos e argumentos são privilegiados e quais os intencionalmente “desprezados” nos aproxima da lógica ou racionalidade que sustenta os documentos. Essa tarefa exige um olhar investigativo sobre os textos oficiais – legislação, relatório, documento – para ler o que dizem, mas também para captar o que “não dizem”. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 439)

Deste modo, tomamos como subsídios teóricos para fundamentar as análises aqui apresentadas as concepções supracitadas, já que as consideramos pertinentes para compor nosso escopo de análises. Passaremos, portanto, a partir de agora, a apresentar os dados levantados por meio das análises realizadas das fontes mencionadas no início desta seção.

3.1 O governo Richa e as finanças do estado

Entendemos que por meio dos levantamentos realizados e das referidas constatações enunciadas anteriormente, é possível desvelar os meandros das relações estabelecidas entre o governo do Paraná e os trabalhadores da educação pública ao longo dessa gestão. Para tanto, nossas análises se voltaram, neste momento, especificamente, para três eixos que consideramos fundamentais para

compreender essas relações, sendo eles: *Educação – prioridade?*; *Os trabalhadores da educação e seus direitos*; e, *A questão da Parana Previdência*.

Para possibilitar a compreensão dessas questões, o trato dado a análise de cada um desses eixos dentro do todo complexo que configura as relações entre o governo do Paraná e os trabalhadores da educação pública, por sua vez, foi investigado a partir de subtemas. Em nossa avaliação, esses procedimentos metodológicos nos auxiliaram a compreender a totalidade implícita nessas relações.

Para atingir tais propósitos, empreendeu-se a busca de trabalhos que discorressem sobre essas temáticas. Neste momento, foram consideradas grande parte das produções encontradas, apesar de muitas delas não possuírem alinhamento nenhum com o referencial teórico que subsidiou a presente pesquisa. Entretanto, entendemos que se faz necessário realizar essa articulação e diálogo com os mais diversos conhecimentos produzidos sobre o objeto de nossa investigação, até mesmo para que seja possível conhecer os diferentes enfoques teórico-metodológicos por meio dos quais têm se investigado tais assuntos.

Ressalta-se que, esse procedimento tem sido classificado pela metodologia científica como “Estado da Arte” ou “Estado do conhecimento” na realização das pesquisas (LAVILLE; DIONNE, 1999); (MARCONI; LAKATOS, 2003); (LUNA, 2009); (GIL, 2010). Todavia, entendemos que de acordo com nosso escopo – materialista marxiano, o caminho mais adequado a seguir é promover uma interlocução com o conhecimento produzindo sobre nosso objeto, e discuti-lo no bojo do processo de produção dessa pesquisa. Assim, nossa opção foi, em vez de apresentar essas produções em quadros ou como relatos, como tem sido feito em diversas pesquisas, apresenta-los, discuti-los e problematizá-los no conjunto deste trabalho.

Consideramos que a busca por trabalhos já realizados sobre a temática traz contribuições diversas e relevantes para esta pesquisa, pois lança luz sobre um assunto que do ponto de vista histórico se assenta na atualidade. Assim, compreendemos as diversas problemáticas que podem estar implícitas nestas análises, tanto nas nossas, quanto nos trabalhos encontrados, haja vista que foram realizados, diríamos, no “ferver do momento”.

Quando se trata do tema Educação na gestão de Beto Richa, como demonstramos na seção anterior, essa era referenciada como sendo sempre, *Prioridade Absoluta*. Entretanto, a história nos mostrou que a realidade era bem distante disso. Essa afirmação decorre dos estudos e levantamentos realizados, que nos mostraram que os investimentos nesta área que, em tese, era estratégica, ficaram muito aquém do necessário.

Vale lembrar que aqui, estamos nos referindo ao conjunto da gestão, que englobou os anos 2011-2017, bem como as ações que se constituíram na totalidade desse período. Não discutiremos, portanto, as ações pontuais realizadas em uma ou outra gestão. O que nos interessa, de fato, é apresentar apontamentos sobre o legado dessa gestão para área da educação.

Consideramos pertinente nos ater a este assunto, neste momento, especialmente porque, a bandeira da educação foi uma das mais hasteadas durante os processos de campanha, tanto nos discursos proferidos, nas produções publicitárias, estratégias de *marketing*, quanto nos projetos de governo. Cumpre lembrar que, a defesa da educação pelo governo Beto Richa, encontrava-se alinhada às orientações dos documentos elaborados pelos OIs, tendo, em última instância, o mesmo teor. Como já mencionado durante o trabalho, especialmente, a partir dos estudos de Ramos (2018) e Silva R. (2019), estes, encontram-se alinhados a lógica neoliberal do mundo da produção. Como observa Ramos (2018, p. 94),

Fica evidente, nos documentos, que a educação é tomada como centralidade nas soluções dos problemas econômicos do país, ao passo que o mecanismo que permite garantir a eficiência da educação é torná-la competitiva como ocorre no mundo corporativista.

Assim, consideramos que a concepção de educação propagada durante o governo Beto Richa, alinhava-se àquela encontrada nos documentos das OIs. Essa ideia de prioridade dada a educação, não é uma novidade, como já mencionado, tampouco constitui-se de uma iniciativa dessa gestão. A educação como prioridade, dentro dessa concepção, tem sido defendida por meio das OIS que exercem influência em diversos países. Historicamente, entendemos que,

A educação recebeu atenção especial do capital como sendo um setor que qualifica o ser humano e que melhor o prepara para as transformações que vinham ocorrendo. Propostas essas que estiveram ancoradas na Teoria do Capital Humano e nas orientações da Pedagogia das Competências descritas no Relatório Dellors (2000). (RAMOS, 2018, p. 92).

Essas mesmas características e funções atribuídas a educação escolar, citadas por Ramos (2018), foram por nós evidenciadas nas proposições deste governo. No entanto, apesar dessa compreensão, e de promulgar dessa crença na educação, o governo em questão, de fato, não demonstrou boa vontade com essa temática.

Ao consultarmos o *Relatório de Acompanhamento do Plano de Metas 2015 – 2018*, do governo Beto Richa, em termos sintéticos, encontramos a seguinte apresentação:



Figura 1: Situação geral das Metas 2015 –2018.

Montagem da autora a partir dos gráficos disponibilizados pelo *Relatório de Acompanhamento do Plano de Metas 2015 - 2018*.

Observe-se que no primeiro gráfico temos o total de metas, em termos gerais. Já na coluna, temos a observância por áreas temáticas. Desse modo, nos ateremos aqui aos dados relativos a coluna, na barra que diz respeito a *Educação, Ciência e Tecnologia*.

Uma observação relevante a se fazer é que, nos planos do governo, haviam tópicos distintos que tratavam das *Metas em Educação* e das *Metas em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Porém, no relatório, essas áreas temáticas são tratadas de maneira conjunta, o que exige do leitor a distinção entre aquilo que o governo se comprometeu diretamente com a Educação, incluindo-se aí todos os níveis e modalidades e aquilo que havia se comprometido em termos de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Não se trata de afirmar que estas temáticas não possuam relação estreita entre si, compreendemos que ambas se relacionam de modo estreito e indissociável. No entanto, a apresentação dessa forma no Relatório, compromete em nossa avaliação, a real percepção daquilo que foi realizado em cada uma das áreas, que em princípio eram consideradas estratégicas pelo governo, cada uma dentro das suas especificidades.

Em termos quantitativos, no que diz respeito a área temática designada no relatório como *Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação*, ao empreender a leitura do documento, temos a seguinte proporção:

Situação das Metas no segundo semestre de 2017

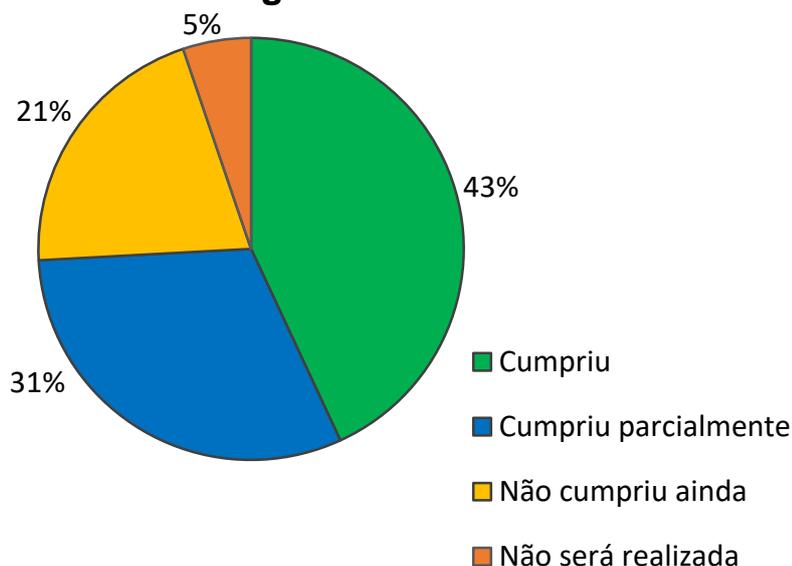


Figura 2: Situação das Metas em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo Relatório de Acompanhamento do Plano de Metas 2015 – 2018.

Entretanto, ao realizar a análise pormenorizada do relatório, em termos qualitativos, considerando cada Meta é possível verificar que apesar do *Relatório de Acompanhamento do Plano de Metas 2015 - 2018* indicar que as Metas se encontravam na situação demonstrada anteriormente, pelas nossas contas, temos ciência que esses percentuais não correspondiam com a realidade. Essa afirmação, ancora-se na compreensão de que, ao apresentar, especialmente, as Metas *Cumpridas parcialmente* e o tópico *Não cumpriu ainda*, é possível verificar que há uma tentativa de amenizar os dados que soariam negativos.

Ao discorrer sobre esse tópico, são consideradas, por vezes, *Cumpridas Parcialmente*, Metas que estão apenas em fase de estudo ou de discussão. Bem como, são consideradas aquelas que apenas entraram na pauta. Em nossa avaliação, essa situação não constitui o cumprimento parcial de determinada meta.

Em síntese, tem-se nesses casos, a consideração de que haver discussão e/ou comissão relativa ao assunto, caracteriza o cumprimento parcial de tal meta. Bem sabemos que, quando se trata de efetivação de determinada ação, ainda mais quando esta se encontra no campo político e demanda recursos financeiros, não podemos considerar como cumprida parcialmente metas que apresentem tais situações, como consta no Relatório.

Apenas em caráter de exemplo, citamos algumas das descrições das situações de metas consideradas *Cumpridas Parcialmente*, veja-se:

[...] A aquisição e instalação dos equipamentos de segurança encontram-se em processo de estudo de viabilidade [...] Encontra-se em trâmite, aguardando disponibilidade orçamentária [...] Encontra-se em elaboração nova proposta para afastamento de estudos stricto sensu [...] Encontra-se em estudo a aquisição de veículos escolares por meio de convênios [...]. (RELATÓRIO DE GOVERNO 2015 – 2018, PARANÁ, 2017, p. 118-143)

Além dessas, é possível verificar diversas outras que constam na mesma situação, cujos relatórios vão em mesmo sentido que os apresentados aqui. Uma outra questão a ser considerada, diz respeito a linguagem utilizada, que em nossa análise, tratava-se de uma linguagem genérica e, que não representava de fato a situação real.

No que concerne as Metas relatadas no tópico *Não Cumpriu Ainda*, ressalta-se que estas, seguiam os mesmos padrões de relatos, genéricos e vagos, cuja descrição não dava ideia exata de *quando* nem *como* elas *seriam cumpridas*.

No que se refere àquelas designadas como *Metas cumpridas*, chama-nos atenção a reiteração da *Educação como Prioridade Absoluta*, esta meta é tida como cumprida e, em síntese, acompanha o seguinte parecer:

Como forma de manter a educação como prioridade absoluta, o Governo do Estado aplica em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino valores acima dos 25% previstos na Constituição Federal, visando à melhoria na qualidade de ensino, mediante a valorização do magistério com benefícios, avanços na carreira e formação continuada para os profissionais da educação; além da melhoria na estrutura física dos estabelecimentos de ensino, o investimento em tecnologia a fim de disponibilizar novos meios de aprendizado ao aluno e proporcionar meios de acesso aos alunos aos estabelecimentos de ensino. (PARANÁ, RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO 2015-2018, p. 120-121, grifos nossos)

O relatório apresenta diversas outras afirmações que dão conta de que a educação tratava-se de uma prioridade e estava sendo tratada como tal. A concepção de educação presente no relatório era a mesma apresentada nos Planos de Governo, bem como a função imprescindível dos trabalhadores dessa área e sua valorização seriam, segundo o Relatório, essenciais para o bom desenvolvimento da educação de modo geral. Assim, apresenta-se a valorização do magistério como ponto chave, podendo considerar-se como cumprida tal Meta, algumas ações, que contam no Relatório, foram: ampliar o Programa PDE; ampliar a oferta de vagas em mestrados e doutorados; regularização de defasagens salariais, entre outras.

Uma outra questão que merece relevo, é a Meta “*Construir, de forma democrática e participativa, com a sociedade paranaense, o Plano Estadual de Educação, assegurando a sua implementação*”, também descrita como cumprida no relatório. Vejamos um excerto que a ilustra:

[...] O Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015 (Lei 18.492, de 24 de junho de 2015) segue as 20 metas que apontam para a necessidade da superação do analfabetismo; da universalização do atendimento escolar; da superação das

desigualdades educacionais – com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; *da valorização dos profissionais da educação; da promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos* e à sustentabilidade ambiental. São mais de 300 estratégias previstas com o objetivo de melhorar os índices da educação para o período de dez anos. (PARANÁ, RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO 2015-2018, p. 125-126)

A questão democrática, é ponto destaque no Relatório, já que uma das Metas apresentadas nos dois planos, referentes as duas gestões, tratava-se de construir o Paraná por meio da participação da sociedade paranaense, dava-se ênfase, ao caráter democrático dessa gestão. Levando-se em conta essas afirmações, exemplificamos uma das Metas, que em nossa avaliação, trata-se da síntese dessa afirmação, sendo esta: *“Manter permanente diálogo com as representações sindicais dos professores e trabalhadores da Educação, Associação dos Professores do Paraná - Sindicato, Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente. Valorização dos Profissionais do Magistério e dos Trabalhadores em Educação”*.

A referida Meta, segundo o relatório, havia sido cumprida. Por sua vez, acompanhava o seguinte parecer:

Representantes do Governo do Estado, especialmente a Secretária de Estado da Educação e o Chefe da Casa Civil, têm se reunido periodicamente com os professores estaduais e representantes sindicais para discutir as demandas da classe e pautas de reivindicações da categoria (PARANÁ, RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO 2015-2018, p. 142).

Entendemos que estes excertos do relatório são especialmente significativos para nós, sobretudo, porque esta, refere-se àquilo de que trata os acontecimentos que resultaram como pano de fundo dessa pesquisa.

Não se trata aqui, neste momento, de aprofundar neste debate, intentamos demonstrar algumas questões que consideramos relevantes apresentadas nos relatórios da gestão de Beto Richa. Estes por sua vez, em nossa análise, se mostraram frágeis, e genéricos. Entretanto, compreendemos que trata-se de uma estratégia política, atuar no campo das representações puramente abstratas, assim como fica evidenciado tanto nos Planos quanto nos relatórios.

Em contrapartida, quando realizamos a análise, considerando tanto os fundamentos quanto a realidade que sustenta tais afirmações, estas não se sustentam, haja vista que podem ser de imediato desmistificadas. Essa afirmação toma como base, análises de especialistas, o Relatório do Tribunal de contas do Estado do Paraná (2017) e, sobretudo, os dados empíricos da realidade.

O economista e especialista em finanças públicas Cid Cordeiro Silva, ao analisar a estratégia financeira e fiscal de Beto Richa entre os anos de 2015 a 2018, no ano de 2015, já enunciava que os pacotes estratégicos para equilibrar as finanças elaborados pela gestão Richa, acabariam por comprometer os direitos dos servidores públicos. Além disso, Silva C. (2015), é enfático ao afirmar que desde a gestão anterior já havia indícios que as contas públicas não estavam equilibradas como tentava demonstrar o então governador.

Silva C. (2015, p. 1) caracterizava como desastre o patamar em que se encontravam as finanças do estado já no início de 2015, segundo o economista essa situação era fruto de má gestão orçamentária, fiscal e financeira, resultando em “[...] um caixa negativo de R\$ 6,3 bilhões sem contar possíveis despesas não empenhadas deixadas pelo primeiro mandato e outros artifícios orçamentários e contábeis”.

Segundo este especialista, na tentativa de reorganizar as finanças do estado, o então governador, a partir de 1º de janeiro de 2015, quando assumiu a seu segundo mandato, elaborou três pacotes de medidas, sendo eles assim classificados por Silva C. (2015): Primeiro pacote, conjunto de medidas que visavam aumentar a carga tributária; o Segundo pacote, por sua vez, tinha como intuito realizar o corte dos gastos, e empreender algumas medidas administrativas; já o Terceiro, por seu turno, vinha a retirar os direitos dos servidores, bem como as vendas de ativos e medidas administrativas. De acordo com Silva C. (2015, p. 7),

Diante de um rombo oficial no caixa de R\$ 6,3 bilhões, sem considerar possíveis valores não empenhados e outros artifícios contábeis, o Governo adotou em dois meses de mandato três pacotes de medidas para regularizar em um prazo estimado de dois a três anos a “farrá” de gastos e descontrole das finanças de quatro anos de gestão, a expectativa é de mais um pacote na Data Base dos Servidores, essa é a estratégia para o Governador “sobreviver” nos quatro anos desse segundo mandato.

Assim, no dia 1º de janeiro de 2015 foram publicados 18 decretos do governo do Paraná que já davam indícios das medidas que estariam por vir. Além disso, já em fins do ano de 2014, era possível observar uma preocupação advinda da APP Sindicato, com aquilo que estaria por vir no próximo ano.

Ao analisar por exemplo, as publicações do Jornal 30 de Agosto²⁵, pode-se verificar que o Sindicato compreendia que havia um desequilíbrio nas contas e que os servidores acabariam pagando por este. O editorial da Edição Especial de Fim de Ano por exemplo, traz um texto sob o título: *Fim de Ano, sinônimo de festa, euforia, alegria e presentes. Será?*. O texto assinado pela direção do sindicato, apresenta as preocupações com o ano que se iniciaria, em virtude dos acontecimentos de 2014 e, considerando as falas dos representantes do estado, que indicavam que a situação não era nada favorável naquele momento.

Além disso, o restante do conteúdo do Jornal, apresentava as medidas que vinham sendo aprovadas pelo então governador, o que indicava, segundo o sindicato, que “Assim como em 2014, o próximo ano promete ser de resistência e mais lutas (JORNAL 30 DE AGOSTO, 2014, p. 6). E, de fato, tanto o economista supracitado quanto o Sindicato estavam corretos em seus prognósticos.

Para Silva C. (2015) é compreensível que a cada início de gestão, o governo elabore um conjunto de medidas a fim de auxiliar e orientar em suas ações. Além disso, é comum desenvolver-se ações de contenção de gastos. Entretanto, segundo o especialista as medidas adotadas pelo então governador, tinham como cerne corrigir os gastos excessivos realizados durante a primeira gestão.

Assim, no final de 2014 foram tomadas diversas medidas a fim de aumentar a receita extraordinária do estado, para que fosse possível quitar a folha de pagamento. Essa ação já havia sido realizada nos exercícios anteriores dessa gestão. Deste modo,

²⁵ O *Jornal 30 de Agosto*, é uma publicação periódica produzida pela APP sindicato, que conta com diversas notícias e informações de interesse da categoria. O nome do Jornal, faz alusão aos acontecimentos do dia 30 de agosto de 1988, quando o então Governador, Álvaro Dias, orientou que a polícia repreendesse de modo violento os trabalhadores que estavam em greve e encontravam-se em ato, também, na Praça Nossa Senhora da Salete. Naquela ocasião a polícia montada, agrediu os servidores e diversas pessoas ficaram feridas, até hoje o dia 30 de agosto é lembrado com tristeza pela categoria. A edição citada no texto, refere-se ao número nº 197 – Especial Fim de Ano de 28 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/no-197-especial-fim-de-ano/>. Acesso em 15 de fev. de 2019.

[...] novas medidas de aumento de receita extraordinária foram tomadas para fechar a folha de pagamento de dezembro de 2014, repetindo o que fez em novembro e dezembro de 2013 quando de forma também desesperada utilizou vários artifícios para poder pagar o décimo terceiro salário dos servidores [...] Foi o quarto ano seguido que medidas de emergência foram tomadas para fechar a folha de pagamento no final do ano, é a prova cabal da má gestão fiscal e financeira do Governo, no período eleitoral foi vendida uma ilusão aos paranaenses, a de que as finanças estavam saneadas e o anúncio de um futuro melhor, essa ilusão é vendida a um preço alto, os gastos com divulgação e publicidade são estimados em R\$ 400 milhões (SILVA, C., 2015, p. 3)

Ao se considerar o conjunto dessas ações no período e suas implicações, podemos verificar que elas representavam a tentativa de postergar aquilo que seria o colapso da gestão, e que acabou ocorrendo posteriormente. De acordo com a percepção de Silva C., a responsabilidade sob os problemas financeiros do estado, era do governador que exerceu uma má gestão, gerando “[...] um rombo nos cofres públicos do Estado do Paraná de R\$ 6,3 bilhões no mínimo [...]”. E para que fosse possível cobrir este rombo, o analista explica que o governo iria impor ao povo paranaense “[...] uma elevação brutal da carga tributária (aumento de 40% na alíquota do IPVA e acréscimo na alíquota de 90 mil itens do ICMS) e aos Servidores estaduais a perda de direitos históricos, além de acabar com a ParanaPrevidência”. (SILVA, C., 2015, p. 12).

Ao assumir, então, seu segundo mandato, diante da situação do caixa do estado, era nítido que o caixa da ParanaPrevidência representaria uma possível tábua de salvação para as dificuldades financeiras do estado naquele momento. Em síntese, o que se esperava das medidas elaboradas pelo governo era a diminuição do gasto de custeio, bem como a promoção do aumento do incremento das receitas, com base, sobretudo, “[...] da receita tanto de IPVA como de ICMS e venda de ativos (Dívida Ativa, ICMS vincendo, apropriação dos recursos da Previdência do Estado)”. (SILVA, C. 2015, p. 7-8).

Em síntese, o que se pode dizer das finanças do estado do Paraná é que ao findar a primeira gestão, e iniciar a segunda, o governador Beto Richa tinha em mãos uma questão hercúlea. Essa por sua vez, causada, por suas dificuldades administrativas em relação a gestão da máquina pública no seu primeiro mandato.

Além disso, o não reconhecimento público das dificuldades financeiras em que sua gestão estava envolvida, e a *venda* da ideia de equilíbrio financeiro, bem como a propagação por meio dos relatórios emitidos, e propaganda política que davam conta de que as metas haviam sido cumpridas, fez com que esta gestão conseguisse postergar, por um breve período, o ápice das manifestações de insatisfação em relação as medidas propostas. Entretanto, como já enunciado, a realidade concreta tem a capacidade de desvelar os meandros das intenções e descortinar os discursos, por mais bem elaborados que estes sejam, e não foi diferente com esta gestão.

3.1.1 Gestão Beto Richa: (des)valorização do magistério e a questão da Parana Previdência

Este subitem desta seção tem como objetivos apresentar evidências que nos levaram a compreender no decorrer da pesquisa que no que se refere a educação pública, especialmente, aos trabalhadores dessa categoria e as políticas de valorização empreendidas pela gestão Beto Richa, estas estavam muito distantes de efetivarem-se como divulgado pelo governo. Outra questão, apresentada neste momento, refere-se a Parana Previdência, cujas propostas do governo implicaram na perda de direitos conquistados historicamente, além de impulsionar a decisão da categoria pela deflagração da greve em 2015.

Consideramos resgatar alguns dados concernentes a esses temas para que seja possível ampliar a compreensão posterior a respeito dos motivos que impeliram os servidores paranaenses à greve. Além disso, serão apresentadas aqui, alguns apontamentos com base na análise do *Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná*, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Ex-Governador, Sr. Carlos Alberto Richa que, em nossa avaliação, contribuem para que seja possível compreender os percalços financeiros dessa gestão.

Vale ressaltar que, a ênfase dada será para as áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, que dizem respeito diretamente, a área temática de análise

desta pesquisa, bem como as metas do governo já discutidas e seus respectivos relatórios.

Entretanto, cabe lembrar que o Relatório do Tribunal de contas supramencionado, conta com dados que nos possibilitam compreender as problemáticas e – negligências – dessa gestão em relação às diversas outras áreas de interesse popular, como por exemplo: saúde; agricultura; segurança pública; infraestrutura; entre outras.

No que se refere aos trabalhadores da educação pública, a valorização do magistério e sua remuneração, Ramos (2019) apresenta dados que possibilitam compreender em certa medida, como se deu o investimento nessa área, bem como as políticas brasileiras de financiamento que implicam diretamente na valorização e remuneração dos professores e, especificamente, as políticas paranaenses na gestão de Beto Richa (2011-2016).

Considerando a legislação brasileira atual no que se refere as políticas para educação, entendemos que existe uma cobertura ampla no que diz respeito as políticas de financiamento dentro da esfera federal. Essas questões estão contempladas dentro de suas particularidades no aparato legal, podendo-se considerar a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação nº 11.494/2007 (FUNDEB), a Lei número 11.738/2008 que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), dentre outras (RAMOS, 2019).

É válido lembrar que apesar de suas limitações a legislação citada explicita a necessidade de valorização dos profissionais da educação, bem como dentro de suas particularidades enfatiza as políticas de remuneração e de valorização que devem ser desenvolvidas pelos entes federados. Portanto, ressalta-se que, as *Metas* de governo de cada gestão, ao menos em termos formais alinham-se com essas legislações federais, assim como no caso do governo Beto Richa. Entretanto, como demonstramos na seção anterior existe uma lacuna abismal entre aquilo que é proferido oficialmente em termos políticos e às práticas reais.

Ao desenvolver a análise das políticas de âmbito governamental para os professores, no estado do Paraná durante a gestão Beto Richa, Ramos (2019) verificou quais seriam as diretrizes para a valorização que diziam respeito a

remuneração, e, ao concluir a pesquisa identificou diversos retrocessos que culminaram em perdas reais em termos salariais decorrentes de uma política de cortes e ajustes fiscais, assim como identificou Silva C. (2015), como explicitado anteriormente no trabalho.

A pesquisa de Ramos (2019), com base em dados referentes ao Piso Salarial Profissional Nacional dos professores (PSPN), considerando a variação do Índice de preços do Consumidor (IPC), bem como o valor remuneratório do professor entre os anos de 2011 a 2016 no Paraná, evidenciou que, considerando-se as peculiaridades de formas de contratação e vínculos empregatícios com o estado do Paraná, em termos gerais houve uma perda real a partir de 2015. Segundo este pesquisador:

Verifica-se que, de 2011 a 2014, o governo manteve o reajuste remuneratório acima da inflação (IPCA), porém, no ano de 2015, o quadro começa a inverter-se com perdas na reposição que ficou abaixo da inflação (-2,96) e manteve-se ajustada no limite da inflação em 2016. Não houve, portanto, nesses dois últimos anos, um aumento remuneratório real para a classe dos professores. (RAMOS, 2019, p. 126).

Neste momento, citado por Ramos, encerrava-se o primeiro mandato e iniciava-se o segundo mandato do Sr. Beto Richa frente a gestão do Paraná. Ao findar o ano de 2014, os discursos e propagandas do então governador, ao pleitear o segundo mandato, davam conta de que as finanças do estado estariam em dia. No entanto, já no início de 2015 o discurso altera-se e as ações passam a ser voltadas aos pacotes de ajustes mencionados.

Um fato curioso, ocorrido em 2015, que tornou-se fonte de polêmica e culminou em diversos mal entendidos em relação a remuneração dos professores (e, em virtude disso, em diversos equívocos em relação ao movimento de greve, assunto que será discutido mais adiante) foi a divulgação por parte do governo, em sua rede oficial de comunicação, no site da Secretaria da Educação do Estado, uma lista nominal dos professores que “ganhavam mais do que prefeitos”, segundo a nota, isso ocorria em 111 cidades do Paraná. Junto a notícia, havia uma lista, com os nomes das cidades e das escolas, nas quais estariam os 20 maiores salários de professores do estado. A nota, trazia a seguinte descrição:

[...] O salário médio dos professores da rede de ensino do estado do Paraná é de 4,7 mil [...] A política de valorização salarial dos servidores pode ser constatada em um simples cruzamento dos vencimentos dos professores da rede estadual de ensino com outros agentes públicos. Em pesquisa feita nos portais de transparência dos municípios e do Estado observa-se que em 111 municípios há professores com salários maiores que os dos prefeitos. O número equivale a 27,8% dos municípios paranaenses. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)²⁶.

Tanto para aqueles que fazem parte dessa categoria de trabalhadores, quanto para aqueles que se debruçam a estudar e compreender o histórico desta gestão, bem como as políticas desenvolvidas em relação a educação, a valorização do magistério e a remuneração destes trabalhadores, bem sabem que estas informações divulgadas não dizem respeito a realidade da categoria.

Os dados²⁷ divulgados pelo governo, foram removidos de seu contexto e esvaziados de sentido de compreensão. Porém, para a população paranaense, que não está a par dessas questões, a divulgação desses dados demonstrou que existia “uma vantagem remuneratória dos professores” (RAMOS, 2019, p. 130).

Compreendemos que esta ação do governo se tratou de uma estratégia, a fim de justificar os cortes e a não atualização dos salários, numa tentativa de mobilizar a opinião pública contra os trabalhadores e suas pautas. Lembremos que a divulgação dessa nota, ocorreu justamente no contexto em que se discutia os pacotes de medidas que afetavam os direitos dos servidores, entre eles da lei que alteraria a data base, bem como a questão da Parana Previdência.

²⁶ PARANÁ. Professores ganham mais que prefeitos em 111 cidades. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=11073&evento=2778#menu-galeria>>. Acesso em: 15 março de 2018.

²⁷ Cabe ressaltar que, o governo ainda no mesmo ano, de acordo com decisão judicial, foi obrigado a retificar os dados divulgados, pois estes não coincidiam com a realidade. A orientação do juiz Guilherme de Paula Rezende, naquele momento, é que os dados referentes às remunerações deveriam ser discriminados com maior detalhamento. Fonte: Folha de São Paulo, disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1652769-governodo-pr-e-obrigado-a-retificar-salarios-de-professores-em-portal.shtml>>. Acesso em: 17 março de 2018.

Outra questão pertinente a ser observada, é levantada por Ramos (2019) e diz respeito aos acordos realizados entre os servidores e o governo do Paraná, durante as negociações. O autor afirma que,

Embora tenham sido feitos acordos com o governo, este, por diversas vezes, não cumpriu o combinado nas negociações com os servidores. O mais recente desacordo ocorreu em 2016, quando o governo voltou atrás com a proposta do ajuste e enviou uma emenda (Projeto de Lei nº 153/2016) do Orçamento de 2017, que autorizou o governo a suspender o reajuste de servidores públicos, previsto para o começo de 2017, *um acordo que inclusive motivou o fim da greve em 2015*. O governo utilizou-se da retórica da recessão econômica e da crise, aflorada no cenário político brasileiro, para informar que não haveria recurso suficiente para pagar os reajustes. (RAMOS, 2019, p. 31, grifos nossos).

De modo sintético é possível afirmar por meio dos dados levantados por Ramos (2019), bem como os já apresentados por Silva C. (2015), que as ações de valorização dos profissionais da educação ficaram aquém do divulgado, tanto nas metas quanto nos relatórios disponibilizados pelo governo.

No que se refere a questão da Parana Previdência, esta também, representou um motivo de luta dos trabalhadores a fim de não perderem os direitos conquistados. Já no início da segunda gestão, a equipe governamental apresentaria a proposta de alteração no regime de previdência dos servidores.

A Parana Previdência, foi criada em 1998 na gestão do Governo Jaime Lerner (gestão 1995-1999), com previsão de autossuficiência em 35 anos. Iniciou suas atividades em maio de 1999, tem como base normativa a Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, esta por sua vez,

[...] dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos de todos os entes federativos; a Lei Estadual nº 12.398/98, de 30 de dezembro de 1998 (PARANÁ 1998a) que a criou e instituiu; seu Estatuto publicado no Diário Oficial nº 5.492, ano LXXXV, de 11 de maio de 1999; pelo regimento interno e pelos Regulamentos e demais legislações aplicáveis que vierem a ser editadas. É um instrumento utilizado pelo Governo do Estado do Paraná para cumprir com suas obrigações previdenciárias de seus servidores públicos e respectivos dependentes. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1080).

Em síntese, poderia ser entendida como um fundo, com o qual, o trabalhador deveria contribuir durante sua vida profissional para que pudesse se aposentar futuramente, digamos “uma espécie de poupança”. A ideia é que os servidores contribuíssem com uma parte e o governo arcaria com a outra. Entretanto, segundo estudos desenvolvidos por Pingoello; Miranda; Moreira (2015), a parte que cabia de contribuições dos servidores foi cumprida, porém, governos subsequentes deixaram de cumprir com suas obrigações. Segundo as autoras,

A composição do Fundo de Previdência é feita por meio de transferências em espécies contabilizadas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar dos contribuintes inscritos nesse Fundo. Os servidores, atualmente, contribuem com 11% de sua folha de pagamento, redação dada pela Lei nº 17.435/2012, Art. 15. O Estado deve participar com uma contrapartida, contribuindo mensalmente em montante igual à contribuição que arrecadar em face dos contribuintes vinculados. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1082).

Vale lembrar que a cobrança de inativos ficou cancelada quando Roberto Requião, durante sua gestão 2003-2006 “[...] isentou os inativos dessa contribuição em 2003 retomada parcialmente em 2015” (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1082), a gestão anterior ao governo de Richa, tinha como pauta desmobilizar as políticas liberalizantes que haviam sido implantadas durante a gestão Lerner (1995-2003).

De acordo com os estudos das autoras supracitadas, o plano de custeio de 2012, da gestão 2011-2015 do governo Beto Richa,

[...] aumentou o percentual de contribuição dos funcionários ativos de 10% para 11% do salário. O Poder Executivo deveria depositar, em contrapartida, o mesmo valor pago pelos funcionários. Porém, o governo não depositou pelo menos R\$ 600 milhões da parte que lhe cabia [...]. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, p. 1076-1077).

Ancorado no discurso da crise econômica, o governo Beto Richa eximiu-se de depositar a contrapartida ao fundo da Parana Previdência. E, além disso, para que fosse possível, segundo esta gestão, regularizar as contas do estado, seria necessário utilizar parte do dinheiro para regularização de pendências financeiras do estado. Cabe lembrar que, de acordo com a regra geral contida na Lei Federal

nº 9.717/98 (BRASIL, 1998, art. 6º, inc. 5º), consta expresse a vedação de utilização dos recursos do Fundo de Previdência para suprir déficits do Estado, com a seguinte redação, deve ser seguido preceito de:

[...] vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados. (BRASIL, 1998, art. 6º, inc. 5º).

Porém, as ações desenvolvidas pela gestão Richa violavam esse preceito, era possível verificar que:

Tal violação se encontra devidamente configurada pela regra contida no artigo 5º, da Lei Estadual nº 18.469/2015, *onde se revela inegável objetivo de se apropriar dos recursos do Fundo de Previdência*, e aqui de forma explícita, ao ser estabelecido a regra de retroatividade da lei, passando a valer a partir do primeiro dia de janeiro de 2015. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1077, grifos nossos)

A existência da lei Federal nº 9.717/98, na qual consta esta vedação de usos de recursos, não desmobilizou as estratégias político-financeiras da gestão Richa, e, ainda em 2015 foram enviados para ALEP, os projetos de Lei 060/2015 e o Projeto de Lei complementar 06/2015. Destaca-se aqui que, ao iniciar o ano de 2015, em seu segundo mandato, o Plano de Custeio do Fundo Previdenciário se encontrava “equilibrado e superavitário no início de 2015” (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1085). E os referidos projetos, encaminhados pelo governo à ALEP,

[...] propunham a extinção do Fundo de Previdência, o repasse de todos os recursos desse Fundo para o Fundo Financeiro e migração de massa do Fundo Previdenciário ao Fundo Financeiro. A primeira intenção do governo, manifestada pelo Projeto de Lei 60/2015 e pelo Projeto de Lei complementar 06/2015 era a de extinguir o Fundo Previdenciário e a transferência do saldo para o Fundo Financeiro, a criação da PREVCOM Paraná e a fixação do teto de contribuição e de benefícios para os novos servidores a partir do Regime Geral de Previdência Social, estipulado em R\$ 4.663,75. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1085).

Além disso, considerava-se naquele momento, o confisco de oito bilhões de reais do Fundo Previdenciário, estes valores, seriam utilizados para restaurar a saúde financeira do estado, segundo proferia o governo. Outra questão pertinente a ser observada, é que no mesmo contexto, havia a proposta de redução de gastos com pesquisa e projetos financiados pela Fundação Araucária, e, isto por sua vez, “[...] afetaria diretamente as universidades estaduais do Paraná. O financiamento, que é de 1% da receita tributária do estado, passaria para 0,5% com a aprovação dos Projetos de Leis”. (PINGOELLO; MIRANDA; MOREIRA, 2015, p. 1086).

Ao analisarmos o *Relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná*, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Ex-Governador, Sr. Carlos Alberto Richa, sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, apresentou-nos dados contundentes daquilo que pôde ser verificado empiricamente, nas ações durante esta gestão.

O Relatório em questão, apresenta diagnóstico sistêmico efetuado pelo tribunal de Contas do estado do Paraná sobre aspectos relevantes da conformidade da gestão das finanças públicas. Segundo, consta nos arquivos do Tribunal de Contas, este documento é o

[...] mais abrangente e fundamental produto do controle externo e constitui etapa máxima no processo democrático de responsabilização e de prestação de contas governamental, ao subsidiar a assembleia legislativa do estado e a sociedade com elementos técnicos e informações essenciais para avaliação das ações relevantes do Poder executivo na condução dos negócios do estado. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 189)

Os dados aqui apresentados, englobam as contas analisadas que dizem respeito ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do então governador Carlos Alberto Richa, recorreremos a este documento, porque em nossa avaliação, representa o findar da gestão. Deste modo, expressa uma síntese daquilo que já se havia relatado nos exercícios anteriores, tanto que, traz em si, as ressalvas e encaminhamentos, bem como, as sínteses dos retornos dados pelo governo em relação as prestações de contas dos demais exercícios desta gestão. O Relatório do Tribunal de Contas, devia naquele momento exprimir, se tais contas representavam

[...] adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial consolidadas no encerramento do exercício de 2017, bem como se observam o cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares que regem a administração pública na execução dos orçamentos e nas demais operações realizadas com recursos públicos. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 189-190)

Segundo o Relatório do Tribunal de Contas (2017, p. 190), em termos gerais, a execução orçamentária no exercício financeiro deste ano, apesar do incremento da arrecadação, apresentou “[...] desequilíbrio em relação à despesa na ordem de R\$ 555,5 milhões, os Restos a Pagar passaram de R\$ 1,5 bilhão, em 2016, para R\$ 4,1 bilhões ao final de 2017, além de outras impropriedades frente à legislação de regência”. Além disso, o documento é rigoroso a afirmar que,

[...] Quanto às metas fiscais, o resultado primário totalizou um déficit de R\$ 2,8 bilhões e o resultado nominal foi de R\$ 513,7 milhões, redundando em aumento da dívida fiscal líquida, que denota futuro comprometimento das finanças do Estado. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 190)

Ainda, de acordo com Relatório, no que se refere aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com Pessoal do Poder Executivo atingiu 45,31%, quando o limite máximo previsto é de 49%, “[...] sendo que foram expedidos 2 alertas por esta Corte de Contas, uma vez que o estado extrapolou 90% do limite em questão. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p.190). É válido considerar que, ao atingir o limite de 45,31% considerando o primeiro quadrimestre do ano de 2017, como constava no relatório, o total de 49% seria extrapolado, haja vista que haviam demandas financeiras de pagamentos de pessoal que seriam realizadas até o findar o exercício de 2017.

É notável ao analisar o Relatório, que já haviam sido emitidos diversos outros pareceres e ressalvadas algumas situações, tanto consideradas problemáticas pelo Tribunal de Contas, quanto outras consideradas preocupantes em relação ao destino das finanças do estado. Assim, afirma que,

[...] embora os limites previstos na LRF tenham sido observados, bem como os *índices mínimos constitucionais* aplicados em *Saúde e Educação*, ressalta-se acerca do resultado primário deficitário e a

situação de desequilíbrio financeiro e atuarial no Fundo de Previdência, que denotam futuro comprometimento das finanças do Estado [...]desse modo, conclui-se que o cenário das contas públicas apresentado no exercício de 2017 pelo Poder Executivo mostrou-se temerário, indicando necessidade de adoção de políticas estratégicas e profiláticas, afinadas aos comandos legais e ajuste fiscal legítimo, com vistas a mitigar o risco fiscal, o que demandará esforço fiscal e de gestão. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p.191)

Lembremos que, em suas propagandas e relatórios governamentais a gestão Beto Richa, enfatizava que o Paraná havia tratado a educação com a prioridade absoluta, e que os investimentos superavam as definições constitucionais.

O Relatório do Tribunal de Contas, observa a fragilidade em relação a elaboração da Metas e o cumprimento das mesmas, considerava-se, que embora houvesse a interligação formal das metas anuais e plurianuais, “[...] é possível observar um descompasso na sua execução, sendo razoável afirmar que as ações anuais têm por base a capacidade de execução física e financeira dos órgãos, e não os objetivos definidos no plano plurianual”. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 192).

Além disso, ressaltava que, em relação ao monitoramento e avaliação das políticas públicas, ou seja, os próprios instrumentos de avaliação elaborados pelo governo e seus relatórios apresentados, esses apresentavam fragilidades, estas por sua vez,

[...] relacionadas aos recursos envolvidos no processo (de tempo, pessoal capacitado e estrutura institucional, principalmente), diante do que é razoável supor que não há espaço para avaliações de impacto da ação do governo na sociedade, o que pode comprometer (e certamente não contribui) para a solução ou atenuação dos problemas identificados no plano plurianual, que teriam originado os programas finalísticos. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 192-193)

Uma outra questão que se mostrava preocupante ao Tribunal de Contas, era o saldo da dívida com precatórios²⁸ do Paraná, que naquele momento ocupava a

²⁸ Após obter o ganho de causa contra o Poder Público, o titular do direito resguardado com a ação judicial passa a ser detentor de um título, denominado de Precatório. Precatório, portanto, nada mais é que o reconhecimento judicial de uma dívida que o ente público tem com o autor da ação, seja ele

3º posição entre os entes federados mais endividados em precatórios dentre todos os estados da federação. A dívida chegava, ao final do exercício de 2017, ao total de R\$ 8,8 bilhões. Para o Tribunal de Contas aquela situação que denotava preocupação e merecia “[...] esforços com vistas à quitação dos precatórios, conforme estabelece a EC nº 99/2017, sendo o Paraná o 3º maior devedor de precatórios dentre os Estados da Federação”. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 193).

No que se refere às Políticas Públicas, é de conhecimento comum que estas devem ser avaliadas com vistas a percepção de alcance e resultados e, para que seja possível efetivar um monitoramento adequado. De acordo com o Tribunal de Contas do Paraná (2017, 194), a avaliação dos resultados ou efeitos de determinada política pública, seja na segurança, saúde ou educação, é “[...] tarefa complexa, que exige diagnóstico preciso e monitoramento constante do ambiente no qual se devolvem as ações propostas.”. Em relação a esta questão, assim como indicamos na subseção anterior, os relatórios disponibilizados pelo Governo do Paraná durante a gestão Richa, não dispunham de dados nem detalhamentos cabíveis de exames mais acurados. Tratavam-se de relator genéricos, a partir dos quais não era possível ter a real dimensão daquilo que havia sido concluído, ou que o seria, nem como e nem quando. O Relatório do Tribunal de Contas (2017), apontou para esta questão.

No que se refere ao Ensino Básico e ao Ensino Superior, o Relatório do Tribunal de Contas, dispõe de informações que dão conta de que houve, como já mencionado o investimento mínimo Constitucional. Apesar disso, quanto aos indicadores, verificou-se uma tendência positiva, “[...] embora os dados referentes a 2017 não estejam disponíveis para avaliar se os resultados continuaram melhorando” (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, 195). Já os dados de 2015 demonstram que “[...] os resultados do IDEB do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio apresentaram resultados melhores que os de 2013, apesar de não

peessoa física ou jurídica. Os precatórios podem ser de natureza alimentar – quando decorrem de ações judiciais como às referentes a salários, pensões, aposentadorias e indenizações por morte ou invalidez – ou de natureza não alimentar – quando decorrem de ações de outras espécies, como às referentes a desapropriações e tributos. Disponível em: <https://www.sandovalfilho.com.br/o-que-sao-precatorios-e-como-eles-funcionam/>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

atingirem as projeções para o ano”. De acordo com o Tribunal de Contas (2017, p. 195-196) “[...] é possível concluir que ainda faltam ações específicas direcionadas, para que o Paraná obtenha melhorias na educação Básica da rede estadual.

Em relação, especificamente ao Ensino Superior, em linhas gerais, segundo o Relatório foi possível verificar que o montante orçamentário despendido aumentou e, além disso, “[...] foram criados novos cursos de graduação, mestrado e doutorado, embora não tenha havido expansão da estrutura física das universidades ou aumento da estrutura de pessoal”. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 196). No entanto, de acordo com o Relatório,

Verificou-se que as Universidades estaduais atendem a uma minoria da população, sendo que a ampliação de cursos realizada é insuficiente para o atendimento da demanda [...] é possível concluir que além da necessidade de nivelamento da qualidade entre as universidades estaduais [...] ainda faltam ações específicas direcionadas à democratização e ampliação do acesso à educação superior para atender às necessidades da população paranaense. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 196).

De modo sintético, é possível verificar que a dimensão administrativa dessa gestão, foi avaliada com a pior nota média ponderada segundo o Relatório. Ademais, todos seus subelementos foram enquadrados em *nível crítico de desempenho*,

[...] seja no que tange à política de recursos humanos, mecanismos de controle e sistemas institucionais, passivos trabalhistas, gestão patrimonial, até questões que envolvem progressões e promoções. Portanto, tanto a gestão de pessoas quanto a gestão patrimonial e sistemas de controles internos merecem especial atenção do gestor no sentido de promover melhorias consistentes. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 172).

Em linhas gerais, de acordo com o Relatório (2017, p. 172), o comportamento dos programas relativos à saúde, educação e segurança pública “[...] respeitou certo padrão, ou seja, a maioria dos subelementos avaliados obteve notas que os enquadraram entre os níveis razoável, baixo e crítico”. Assim, não por outro motivo, o resultado consolidado da dimensão destes programas permaneceu

no “nível baixo de desempenho”. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 172).

No que se refere a área da Educação, de modo geral, como consta na análise do Tribunal de Contas (2017, p. 172), esta, mesmo não tendo itens críticos, denotava preocupação, haja vista que,

[...] o baixo desempenho da estrutura de recursos humanos, dos indicadores e metas, tanto do ensino básico como do ensino superior, além do baixo desempenho orçamentário da educação básica são aspectos que merecem maior atenção por parte dos gestores.

Além disso, no exercício de 2017, de acordo com os dados do Tribunal de Contas, a receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, “[...] somou a quantia de R\$ 30,2 bilhões, em contrapartida o Estado investiu R\$ 11 bilhões na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o que representa 36,26% da base de cálculo”. Em face destes dados, a Controladoria Geral do Estado,

[...] por meio da Instrução nº 23/18, sugeriu a abertura de contraditório ao Governo do Estado do Paraná, objetivando esclarecimentos em relação à elaboração do demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino (MDE), especificamente em relação ao item 7.2 – “Aplicação Financeira dos recursos de Convênios”, do Quadro receitas adicionais para Financiamento do ensino. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 172).

Aliás, o Relatório, constatou, ausência de informações referentes aos recursos do salário educação no MDE. Após a análise do contraditório, a CGE, segundo o Relatório do Tribunal de Contas,

Quanto ao salário de educação, a CGE entendeu que permanece a divergência nas informações apresentadas, razão pela qual, entende que a situação deve ser objeto de ressalva, com determinação, para que, o demonstrativo seja elaborado de forma consistente, entendimento corroborado pela DIJUR em seu Parecer nº 400/18. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 172).

Consta no Relatório, no que se refere ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica-FUNDEB²⁹, que no exercício em análise, o estado do Paraná destinou o valor de R\$ 5,4 bilhões para a formação do referido fundo. No entanto, o valor recebido pelo estado do Paraná, no mesmo exercício, considerando as regras legais de distribuição dos recursos, foi de R\$ 4,3 bilhões. O Tribunal de Contas (2017) ressaltou que “Diante disso, foi constatada uma perda líquida de R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2017”. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 72).

Em relação a estas divergências, segundo consta no Relatório, a CGE, por meio da Instrução nº 23/18, constatou a falta de disponibilidade de recursos do FUNDEB para o pagamento dos restos a pagar inscritos no exercício. Constatou que,

[...] a ausência de pronunciamento sobre os itens ressaltados no Parecer do CACS/FUNDEB, bem como o não cumprimento das determinações do referido conselho. Após análise do contraditório, a CGE exarou a Instrução nº 226/18, no sentido de que as divergências nas informações prestadas junto ao sistema SEI-CED e nos demonstrativos do FUNDEB, devem ser objeto de ressalvas às contas, com recomendação, para a observância de estrita fidelidade no envio das informações a este Tribunal, entendimento corroborado pela DIJUR em seu Parecer nº 400/18. (TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 74).

Outra questão, em nossa avaliação, pertinente a ser considerada neste momento é que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 218, dispõe que o Estado deve promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. E, além disso, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 205, determina que,

O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a 2%, para o fomento da pesquisa científica

²⁹ O Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo de natureza contábil previsto no art. 60, I, “d”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007 e pelo Decreto Federal nº 6.253/2007. “o Fundo é composto por recursos estaduais e municipais, e é complementado com recursos federais com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal, quando esse limite mínimo não é alcançado com os recursos dos próprios governos.” (PARANÁ, RELATÓRIO TRIBUNAL DE CONTAS, 2017, 72)

e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em lei. (PARANÁ, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, 2006, ART. 205).

Apesar dessa obrigatoriedade, segundo consta no Relatório do Tribunal de Contas do estado do Paraná (2017, p. 80), “Desde 2013 o Estado do Paraná não atinge o índice mínimo de investimento na área de Ciência e tecnologia”. No Parecer Prévio referente às contas de 2015 (Acórdão nº 223/2016), de acordo com o Relatório (2017, p. 81), essa questão foi objeto de

[...] ressalva e determinação no sentido de que o estado recompusesse os valores que deixaram de ser aplicados em Ciência e tecnologia, nos exercícios anteriores e em 2015, a partir do exercício de 2017, uma vez que não havia previsão orçamentária no exercício de 2016. Ainda, no Parecer referente às Contas de 2016 (Acórdão nº 548/2017), essa questão foi novamente objeto de ressalva e de determinação no sentido de ser recomposto o valor de R\$ 6,8 milhões que deixou de ser aplicado no exercício de 2016 e os valores que deixaram de ser aplicados nos exercícios anteriores [...]diante da não aplicação do índice constitucional de 2% da receita tributária, em Ciência e Tecnologia, nos últimos cinco exercícios financeiros, propôs-se determinar a recomposição do valor que deixou de ser aplicado em Ciência e Tecnologia nos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, com vistas a atender o art. 205, da Constituição do Estado do Paraná e as determinações deste Tribunal de Contas nas Contas de Governador dos exercícios de 2015 e 2016.

Até mesmo o Ministério Público se manifestou em relação a esta questão, emitindo opinião no Parecer nº 789/18. Corroborou, assim, com a preocupação do Tribunal de Contas do Paraná, e, considerando que deveria ser acatada a determinação de recomposição dos valores que deixaram de ser aplicados nesta destinação durante o exercício. Em outras palavras, que o governo deveria destinar tanto os 2% que constavam em lei, quanto àquilo que estava em defasagem devido ao não repasse nos exercícios anteriores.

No que se refere a atuação do Governo do estado frente às questões previdenciárias, o Tribunal de Contas constatou que esta, mostrou-se irregular, sob os seguintes aspectos:

[...] a ausência de repasse das obrigações patronais; resultado financeiro deficitário e déficit atuarial no Fundo de Previdência; ausência de contabilização do déficit atuarial com base na Nota Técnica Atuarial nº 111/2018, no montante de R\$ 9,0 bilhões; fragilidade nas apurações dos resultados atuariais; utilização indevida da hipótese de gerações futuras nas avaliações atuariais; não encaminhamento prévio dos planos de custeio para apreciação e validação por parte do secretaria de Previdência do ministério da Fazenda e ausência de ações quanto a implementação da previdência complementar. (RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 200)

Além disso, o Órgão, considerava naquele momento que as projeções empreendidas por meio dos estudos em relação a esta questão, em virtude do não repasse desses valores financeiros e não cumprimento das obrigações por parte do estado, dariam conta de um déficit e de uma possível “[...] insuficiência financeira para os próximos 75 anos dos Fundos de Previdência”. (RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 199). O Relatório conclui que, em relação ao regime Próprio de Previdência, o estado do Paraná se encontrava em situação de desequilíbrio financeiro e atuarial, ocasionado pela

[...] ausência de providências temporâneas pelo Governador do Estado, fato que causou reflexos na gestão fiscal do Estado no exercício de 2017, os quais tendem a se agravar nos exercícios futuros, revelando a necessidade de ações imediatas por parte do Chefe do Poder executivo a fim de mitigar os impactos fiscais no Tesouro do Estado, tendo em vista a necessidade cada vez maior de destinação de recursos por parte do executivo e dos demais Poderes. (RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 200).

Em caráter de síntese, é válido indicar que o Relatório apresenta diversas ressalvas que deveriam ser observadas por esta gestão. Considera, que pode ser apurado que houve um baixo nível de desempenho da Gestão Estadual no Exercício de 2017, e, que diversas áreas deveriam contar com maior atuação por parte do gestor, para que fosse possível “[...] imprimir níveis mais adequados de serviços e resultados, seja para manter e aprimorar atributos que já possuem desempenho satisfatório [...]” (RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 200).

Em relação ao uso dos recursos do Paranaprevidência, o Relatório (2017, p. 174) é claro ao afirmar que a decisão de antecipar o uso dos recursos próprios do

ParanaPrevidência para ajudar a custear as despesas previdenciárias, “com efeitos limitados no tempo, tem o simples condão de adiar o problema, transferindo-o para gestões fiscais futuras”. É premente a preocupação do Tribunal de Contas em relação às gestões futuras, segundo o Relatório, em virtude das ações realizadas ao longo do exercício dessa gestão, cujos relatórios preliminares já haviam identificado dificuldades e lacunas de informações, deixaria um cenário financeiro de difícil resolução. Em decorrência das análises efetuadas acerca da Prestação de Contas do Governo do Estado referente ao exercício financeiro de 2017, segundo o Tribunal de Contas (2017, p. 174),

[...] constataram-se deficiências, impropriedades e irregularidades na execução dos orçamentos e na gestão dos recursos públicos, sintetizadas neste relatório, que resultaram em sugestões de ressalvas, determinações e recomendações.[...] cabe ressaltar o fato que vem ocorrendo nos últimos Pareceres Prévios quanto à reiteração das ressalvas, determinações e recomendações, que indica reflexão acerca da efetividade das mesmas, considerando que a perpetuação das deficiências e irregularidades pode trazer danos por vezes irreparáveis à Gestão Fiscal responsável e sustentável que visa manter a suportabilidade financeira da administração pública e a efetividade das políticas públicas.

Para findar esta subseção, ressalta-se que, o Relatório do Tribunal de Contas analisado, diz respeito ao exercício da gestão no período de 2017. Entretanto, o documento apresenta a síntese das ressalvas, determinações e recomendações dos pareceres prévios que foram emitidos relativos as contas do governo nos exercícios anteriores, dentro dessa gestão, 2014-2016.

Ao concluir o Relatório preliminar de 2017, o Tribunal e Contas entende, que ao analisar o cumprimento das ressalvas, determinações e recomendações, referentes aos exercícios financeiros de 2014-2016, deveria portanto, explicitar que “[...] o Tribunal Pleno desta Corte de Contas, em 16/11/2017, ordenou a abertura de tomada de Contas extraordinária com vistas à apuração de responsabilidades por eventuais descumprimentos das deliberações referentes àquele período.” (RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARANÁ, 2017, p. 162). O que significa dizer que, é possível verificar que existiram diversas recomendações que não foram seguidas e nem sequer houve manifestação da gestão em relação as incongruências apresentadas em alguns assuntos nos exercícios anteriores.

3.2 Governo democrático: a ilusão do direito e do diálogo

Ao se considerar o homem como um ser histórico-social³⁰, entende-se que socialmente, atualmente, produzimos nossa existência por meio de relações capitalistas de produção, e essas pressupõem determinada organização política e a garantia de alguns direitos, com vistas, a sua manutenção, temos como premissa que o direito a greve, em última instância, portanto, encontra-se submetido a lógica desse sistema. A constituição histórica desse direito, que é inerente ao próprio sistema, pressupõe a existência da relação de troca de mercadorias (compra-venda), dentre elas a força de trabalho; da existência, de um lado de proprietários dos meios de produção, incluindo-se aí o próprio Estado e, do outro, o trabalhador formalmente livre e assalariado.

Partindo dessas considerações iniciais, o objetivo desta subseção, é, em especial, apresentar os motivos que impeliram os trabalhadores do serviço público à greve, no ano de 2015, frente a gestão do então governador Beto Richa. Daremos ênfase, sobretudo, a participação dos trabalhadores da educação neste contexto. Ademais, trata-se, de apresentar como se deu o usufruto desse direito por parte dos trabalhadores no bojo de um governo nos moldes democráticos.

Sabemos que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 9º dispõe que “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender” (BRASIL, 1988, art. 9º). Apesar dessa garantia, o que tem nos mostrado a história do Paraná é que, frequentemente, esse direito constitucional é desconsiderado, sobretudo, quando se tratam de greves envolvendo os trabalhadores da educação pública.

Os direitos constitucionais, deste modo, fazem parte do arcabouço jurídico-político que compõem parte do instrumental de organização das relações sociais estabelecidas pelos homens nas sociedades divididas em classes, já que as Cartas Magnas das sociedades modernas são herdeiras, em certa medida, dos ideais da

³⁰ É ser histórico-social porquê, segundo Marx, produz sua humanidade social e historicamente, por meio do trabalho, compreendemos que é a única espécie capaz disso. Assim, “Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana” (Marx, 2016, p. 211).

Revolução Francesa de 1789. Ressalta-se, ainda, que a existência e seguridade desses direitos, pressupõe o exercício dessa democracia, além de possibilitar ao trabalhador mesmo que de maneira mínima, negociar como categoria com seu empregador.

As greves nesse contexto, além de serem asseguradas constitucionalmente, são relevantes para as lutas da classe trabalhadora sob esse modo de produção, pois são instrumentos políticos democráticos que os trabalhadores dispõem para que possa, mesmo que minimamente, alcançar um grau de dignidade para sua sobrevivência.

A chamada lei de Greve nº 7.783/1989, por sua vez, define no artigo 2º que “[...] *considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, e prestação pessoal de serviços a empregador*” (BRASIL, 1989, grifos nossos).

Todavia, nem sempre foi assim. De acordo com Magalhães e Miranda (2012), historicamente, no Brasil, a greve já teve distintos momentos de interpretação por parte dos legisladores, foi considerada delito ou infração da lei até atingir o *status* de direito social que possui atualmente. Os autores ressaltam, por exemplo, que “[...] o Código Penal, Decreto n. 847, de 1890, tipificava a greve e seus atos como ilícitos criminais” (MAGALHÃES e MIRANDA, 2012, p. 54). Para Diniz (2000), a natureza jurídica histórica da greve no Brasil, pode ser sintetizada nas seguintes fases:

Proibição, Tolerância, Conquista de direito, Direito coletivo do trabalhador, cujo fundamento não está na liberdade de não trabalhar, mas no reconhecimento do Estado da autonomia privada coletiva dos profissionais. É, portanto, um direito coletivo cujo titular é um grupo organizado de trabalhadores (DINIZ, 2000, p. 148).

No que se refere a termos práticos, Leite (1992) defende que a greve é sempre o principal instrumento que os trabalhadores dispõem para modificar, na medida do possível, as relações de poder entre empregados e empregadores e, além disso, representa um direito dos trabalhadores, que deve ser assegurado em todas as sociedades democráticas.

De acordo com Castro (1986, p. 12), existe certa polêmica acerca da origem do termo greve, que teria tido sua gênese na França no início do século XIX. Sobre isso, assim escreve: “Em sua origem, o termo greve serviu para designar tanto o abandono do trabalho, quanto a procura dele pelos que não o possuíam. Só a partir de 1805 é que tal termo passou a designar a cessação voluntária e coletiva do trabalho”. Para o autor, a greve é uma forma de luta instrumental dos trabalhadores, já que pressupõe cessar o trabalho de forma coletiva, organizada por iniciativa dos próprios trabalhadores e o rompimento com a relação habitual entre empregadores e empregados. É válido ressaltar que,

Obviamente, a essência da greve assim identificada diz respeito a um tipo especial de sociedade – a capitalista – no presente. Nesta, suponho haver oposição tanto entre trabalhadores em geral, ou assemelhados e, os proprietários do capital, quanto entre aqueles e o Estado ou outras entidades que utilizam o trabalho de algumas e, simultaneamente, exercem dominação. (CASTRO, 1986, p. 19).

Dito isto, neste momento, o que nos interessa indicar é que esse direito à greve, assegurado legalmente e que foi exercido pelos trabalhadores da educação pública paranaense no ano de 2015, diz respeito, a um direito instituído numa Constituição elaborada a partir de princípios burgueses.

Assinalar esta questão se faz pertinente, pois entendemos que não se pode perder de vista o caráter histórico da constituição dos direitos, sob risco de naturalizá-los e, por conseguinte, naturalizar a organização social e o modo de produção sob o qual estão engendradas as relações de trabalho nessa sociedade. Entendemos que se deve compreender historicamente a constituição desses direitos e assegurar o seu exercício, sobretudo, porque são instrumentos de luta que a classe trabalhadora dispõe para se contrapor à precarização das relações trabalhistas atuais.

3.2.1 A greve: os fatos

A greve de 2015 deixou marcas profundas, tanto nos corpos quanto na memória de muitos trabalhadores que sofreram violências, tanto psicologicamente, quanto fisicamente, por bombas de gás, balas de borracha e por cães da tropa de

choque com a anuência do governador Beto Richetti, sob a figura do então Secretário de Segurança Pública Fernando Francischini, no episódio que ficou conhecido como “Massacre de 29 de abril”.

Constatamos durante os levantamentos realizados que o termo *massacre* vem sendo amplamente utilizado para designar tal evento, diversos artigos acadêmicos, livros, documentários e mídias alternativas utilizam o termo para se referir às ações do Estado contra os trabalhadores no dia 29 de abril de 2015 na praça Nossa Senhora de Salette em Curitiba. Para Gadini (2015, p. 15) o conceito de massacre, aqui utilizado, não se refere ao número de mortes, já que não houve nenhuma, “[...] mas à operação de guerra, que foi montada para massacrar os servidores públicos que ousassem não deixar os deputados governistas aprovar o desmonte do Paraná Previdência [...]”. Para além de mera discussão linguística, segundo este pesquisador, o que deve ser considerado na discussão é que

Para quem vivenciou ou cobriu as infindáveis horas de tortura em praça pública, não resta dúvida: se considerar apenas a dimensão genocida que, não fosse pelo instinto de sobrevivência dos trabalhadores, poderia ter resultado em mortes e execuções, é preciso ser honesto com a história humana... foi massacre, sim! (GADINI, 2015, p. 15)

Concordamos com o autor quanto afirma que este debate, longe de ser mera renomeação, diz respeito “[...] à defesa da memória e da vida de quem ousa, em diferentes situações, questionar governos autoritários.” (GADINI, 2015, p. 15). Diante dessas afirmações, poderíamos aqui descrever uma série de justificativas acadêmico-científicas relacionadas a necessidade dessa subseção para o desenvolvimento do trabalho. Entretanto, neste momento, temos em mente que há uma justificativa plausível e relevante que nos faz lembrar cotidianamente o quanto se faz importante preservar a História. Assim, numa frase, podemos sintetizar o que consideramos ser a principal justificativa: resgatar a memória para não esquecer.

Para *Não esquecer* que: somos nós trabalhadores. Não esquecer que somos nós os fazedores da História, construtores de civilização. Que somos nós que tudo produzimos. Não esquecer que os direitos não são dados, são datados, assim como esta configuração social.

Para não esquecer, também, que a educação – apesar de todas as ressalvas possíveis – pode nos proporcionar consciência dessa nossa condição. E, acima de tudo, para não esquecer que, quando tomamos essa consciência, quando conhecemos nossa força e compreendemos nossa posição na História, o Estado exerce seu papel: Reprime-nos. Agride-nos. Mata-nos.

Nessa ocasião os trabalhadores tiveram a oportunidade de ver escancaradamente à sua frente, a verdadeira face do antagonismo de classes, já que a medida que se tornam necessários para a manutenção da ordem vigente, os instrumentos de repressão são acionados e tendem a exercer o seu papel, de forma contundente, para tentar evitar a insurreição da classe trabalhadora, assim como afirmou Lenin (2010, p. 27) “[...] o Estado é produto da manifestação do antagonismo entre as classes”, compreendemos portanto, a partir dessa perspectiva que todo Estado, em sua gênese, é uma força de repressão da classe oprimida. Tornou-se nítido, neste contexto, aos trabalhadores da educação pública paranaense a força do Estado burguês e o papel do arcabouço jurídico-político e do aparato policial dessa sociedade.

O pacote de medidas apresentado que, supostamente, visava equilibrar as finanças foi uma estratégia do governo que desagradou os trabalhadores, já que previa o uso dos recursos da Previdência, dinheiro arrecadado pelos próprios servidores, descontado de seus pagamentos que tem como objetivo acumular um fundo previdenciário para pagamento de aposentadorias da categoria, como explicado na seção anterior deste trabalho. Em outras palavras, o intuito dos projetos era viabilizar o emprego desses recursos para pagamentos alheios às necessidades desses trabalhadores, empregando-o para que pudesse sanar as dificuldades financeiras do estado.

Em relação as condições dos cofres públicos do estado e as consequências dos projetos do governo Richa, Ruschel (2015, p. 01) enfatiza que,

No Paraná, em pouco mais de quatro anos, Richa provocou caos nas finanças públicas. A dívida com fornecedores ultrapassa a 1,6 bilhão de reais. Para tentar recompor esse déficit, um dos projetos enviado e aprovado pela Assembleia prevê que 34,5 mil aposentados com mais de 73 anos passem a receber seus benefícios do Fundo de Previdência e não mais do governo. Essa medida vai sangrar a poupança previdenciária dos servidores em

142,5 milhões de reais mensais, e até o final da gestão peessedebista a soma atingirá 7,4 bilhões de reais. A partir de agora, o futuro dos funcionários públicos paranaense estará seriamente comprometido [...].

O Projeto de Lei 60/2015 intitulado de Programa de estímulo a cidadania fiscal do estado do Paraná apresentado para ser votado na câmara, que foi apelidado pelos trabalhadores de “pacotaço”, promovia alterações na lei nº 17.435/12³¹, onde constava “para extinguir o fundo previdenciário, revertendo a totalidade de seus ativos ao Fundo Financeiro”. Além disso, propunha que “No tocante a Lei nº 12.398/98³², a alteração proposta estabelece a competência conjunta das Secretarias de Estados e da Fazenda para acompanhar a realização do orçamento da PARANÁPREVIDENCIA.” (PARANÁ, PL-60/2015, grifos no projeto).

Além da proposição de alteração e possibilidade de transferência dos recursos do Paranaprevidência, o que causou maior indignação é que o projeto assinado pelo governador trazia o pedido de apreciação com urgência, o que inviabilizaria a votação no regime normal. Pode-se verificar o pedido: “Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “*REGIME DE URGÊNCIA*” para a tramitação e votação da presente mensagem Governamental.” E segue escrevendo: “Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração” (PARANÁ, PL-60/2015, grifos no original). O Projeto de Lei Complementar nº06/2015, por sua vez, visava instituir, no âmbito do estado do Paraná, o regime de previdência complementar.

A análise histórica materialista indica que, como afirmaram Marx e Engels (2017, p. 22), “ [...] a História de todas as sociedades até agora, tem sido a história da luta de classes” numa palavra: opressores e oprimidos sempre em oposição.

³¹ A lei número 17.435/12 trata dos fundos públicos de natureza previdenciária.

Disponível:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=84816>

Acesso: 10 de novembro de 2019.

³² A lei número 12.398/98 dispõe a respeito do PARANAPREVIDÊNCIA.

Disponível em:

<http://www.paranaprevidencia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>

Acesso: 10 de novembro de 2019.

Obviamente, os trabalhadores não assistiram passivamente aos deputados paranaenses votarem à revelia e retirarem seus direitos conquistados historicamente. A medida em que o governo tomava suas decisões sem consultar os trabalhadores, esses por sua vez, se organizavam, via de regra, por intermédio dos sindicatos.

Assim, com a mobilização e contraposição dos trabalhadores, no mês de fevereiro, não houve outra alternativa por parte do governo a não ser a retirada dos projetos de pauta, na tentativa de “acalmar os ânimos” e conformar os trabalhadores. Essa afirmação tem como base a mensagem governamental, assinada, pelo então Chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra que apresentava os seguintes dizeres:

O Governador do Estado, por meio deste, vem solicitar a Vossa Excelência a retirada dos Projetos de Lei PLC 06/2015 e PLO 060/2015, para reexame da matéria, *em virtude das manifestações ocorridas e também visando garantir a integridade física dos senhores parlamentares*. (PARANÁ, Palácio do Iguazu, 12 de fev. 2015, p. 01 grifos nossos).

Essa retirada de pauta não representou, de fato, boa vontade do governo em relação a manifestação dos trabalhadores, tampouco suspendeu as votações que estariam por vir, o que se seguiu pode ser considerado como um jogo de forças.

De um lado um governo reeleito, com o apoio de um elevado número de parlamentares, ávidos por fazer valer seus interesses, alegando que tudo era feito conforme a lei; do outro, uma categoria, cuja maioria estava indignada de frente da iminência da usurpação de seus direitos. A greve, somando-se todos os atos, duraria mais de três meses, e durante esse período foram diversos os requerimentos e ofícios enviados pelo governo à Assembleia Legislativa Paranaense-ALEP. De acordo com Ferraz (2016, p. 03), de início,

A ideia da greve consolidou-se, mas a incerteza de sua eficiência não estava descartada, pois, do outro lado do conflito encontrava-se um governador recém eleito, em primeiro turno, com grande apoio da população e ancorado em uma ampla base parlamentar na Assembleia Legislativa. [...] Assim, no dia 07 de fevereiro de 2015, reuniram-se na cidade de Guarapuava, distante 257 quilômetros da capital Curitiba, cerca de 7 mil trabalhadores da

educação, em assembleia, definiram o início da greve para o dia 09 de fevereiro, uma segunda-feira.

Pode-se considerar a greve de 2015, como um movimento extremamente expressivo, visto que houve uma adesão em massa dos trabalhadores, que atingiu todos os 399 municípios do Paraná “[...] mais de 50 mil trabalhadores nas ruas em Curitiba e outras cidades polo do estado” (FERRAZ, 2016, p. 03).

Essa greve ficou marcada por um acontecimento peculiar, a formação da “Bancada do Camburão”, como foi “batizada” pelos trabalhadores. Fato ocorrido entre os dias 11 e 12 de fevereiro, como supracitado, havia iminência de votação dos projetos tanto o 06/2015 quanto o 60/2015, e a pressão do governo para aprovação desses.

No entanto, os trabalhadores que já se encontravam em greve, em um momento de manifestação ocuparam a Assembleia Legislativa, houve então, por parte dos deputados a tentativa de transferir a votação para outro local. Contudo, pela possível inconstitucionalidade da ação, os deputados tiveram que retornar à assembleia e o fizeram com a escolta de um veículo militar (camburão), daí seguiu-se a retirada do projeto de pauta, como demonstrado na mensagem governamental, anteriormente citada, sob o pretexto de *preocupação com a integridade física dos parlamentares*. Esse episódio marcou o encerramento da primeira fase da greve. Consideramos que, a greve de 2015 teve dois momentos distintos, contudo, os motivos foram os mesmos, especialmente, os projetos supramencionados.

Aqui cumpre lembrar o episódio do dia 29 de abril, pano de fundo desta pesquisa, o qual ressalta a contradição, explícita nas ações do governo, considerando que em fevereiro, o projeto havia sido retirado de pauta por motivo de preocupação com a integridade física dos deputados, questiona-se então: e quanto a integridade física e psicológica dos trabalhadores? Como pode-se esperar que uma sociedade valorize e respeite uma categoria de trabalhadores, se nem ao menos o seu empregador, o Estado o faz? Como falar em políticas de valorização da educação diante de tal realidade?

Com base no referencial teórico materialista histórico, entende-se que em nenhum momento a integridade dos trabalhadores é tida como algo relevante pelo empregador, seja ele o capitalista ou o Estado, como é o caso dos servidores

públicos. O que de fato interessa é a manutenção das relações e a conformação dos trabalhadores, e caso essa não seja possível de alcançar por vias jurídico-políticas faz-se o uso dos instrumentos de repressão disponíveis. Além disso, pode-se pensar que a preocupação com a Educação Pública e sua função social, bem como as políticas de valorização encontram-se cerceadas pelos limites decorrentes das relações sociais estabelecidas neste modo de produção. Assim, não se pode perder de vista a configuração social atual e como essa implica em todas as demais relações estabelecidas entre os homens na nossa sociedade.

3.2.2. 29 de abril: “não esqueceremos”

A greve efetivamente retornou com força total em 25 de abril, após assembleia realizada na cidade de Londrina, e persistiu até 10 de junho de 2015, quando de fato se encerrou. A nova votação havia ficado marcada para o fatídico dia 29 de abril, com essa aproximação da data de votação, centenas de trabalhadores se dirigiram à Curitiba para se manifestarem contrários e pressionar os deputados.

É válido lembrar que para a ocasião em questão, já no final e semana anterior, havia sido montado em frente à assembleia legislativa um verdadeiro aparato de guerra. Nos levantamentos realizados não foi possível encontrar um consenso em relação ao número exato de policiais designados a escoltar a assembleia e reprimir os manifestantes. Apesar de terem sido publicadas diversas matérias em *sites* e *blogs*, bem como trabalhos acadêmicos-científicos, os números variam entre cerca de 3 a 4,5 mil policiais, além, é claro, de todo o aparato policial que incluía: munições letais e não letais, cães treinados, viaturas, camburões e dois helicópteros. Nossas afirmações tomam como base as leituras realizadas de produções acerca deste dia, bem como as imagens que foram divulgadas por participantes da manifestação em tempo real por meio das redes sociais, entre outras fontes³³.

³³ Essas afirmações podem ser verificadas, também, nos documentários “Massacre de 29 de abril”, produzido por professores e estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com a TVCOM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P07bL-k_jQI

Desde o dia 27 de abril o clima nas proximidades já era tenso, havia muitos professores acampados aguardando a data da votação, por outro lado, o policiamento se organizava para impedir que os manifestantes pudessem adentrar a assembleia no dia 29.

Ainda no dia 28 houve os primeiros confrontos, esses por sua vez, de menor grau de violência, como tentativas de retirada de barracas de professores do local, tentativa de remoção de carros de som dos manifestantes e lançamento de spray de pimenta por parte da polícia contra os manifestantes. Estava, assim, montada a estrutura que serviria como palco para um dos maiores ataques aos trabalhadores da educação da história do Paraná.

De acordo com Araújo (2015, p. 28), no final de semana, “[...] as tropas da polícia militar começaram a ocupar o centro cívico, formando o cerco que impediu o acesso dos manifestantes às galerias da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná”. A autora ressalta que desde o dia 27 de abril, a Agência Estadual de Notícias (AEN) que integra o sistema de comunicação mantido pelo estado, publicou diversas notícias que apresentavam a greve como prejudicial à sociedade, além disso, contribuía para a narrativa de que os manifestantes não estavam dispostos a dialogar com o governo, criando assim, uma imagem desfavorável aos servidores e, em contrapartida, favorável ao governo.

A autora supracitada afirma que “[...] além da produção e reprodução de uma visão oficial, deve ainda ser considerada a liberação, nos dias subsequentes ao ‘29 de abril’, de verba no valor de R\$ 2,7 milhões para uso em publicidade pelo governo.”. (ARAÚJO, 2015, p. 28). O intento do governo nesse momento, acabou sendo alcançado, essa liberação de verbas acabou favorecendo que veículos de imprensa mudassem o tom ao se referir ao movimento, baseando suas notícias, sobretudo, nas notas oficiais do governo divulgadas pela AEN.

Acesso em: 15 de maio de 2019.

Documentário “29 de abril: o dia que nunca se apagará”. Vídeo documentário desenvolvido por acadêmicos do curso de Jornalismo.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_288NtrXLTs

Acesso em: 15 de maio de 2019.

Livro de fotografias: “Massacre 29 de abril: gás, bala, bomba e pimenta contra os professores do Paraná”, desenvolvido pelo projeto de extensão “Lente quente”, do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), organizado por Rafael Schoenherr, lançado em 29 de junho de 2015.

Por sua vez, Woitowicz e Santos (2015) enfatizam que a que propaganda política sempre foi uma marca do governo Richa, e durante o período da greve isso ficou mais evidente. Segundo as autoras, com base nos dados disponibilizados pelo Portal da Transparência do Paraná, é possível verificar que o governo do estado gastou mais de 3 milhões por mês com publicidade de janeiro a junho de 2015.

Já no dia 29 de abril, em relação ao clima das manifestações, Ruschel (2015, p. 02), assim o descreve,

O protesto, além de pacífico, procedia. Os servidores só queriam defender seus interesses contra os desmandos do governador. Exigiam apenas poder entrar no plenário da Assembleia para assistir aos debates e pressionar os deputados a não votar a mensagem do Executivo. Aliás, *como acontece em qualquer Parlamento, essa regra faz parte do processo democrático.* (grifos nossos)

A assembleia encontrava-se cercada por uma grade de ferro ali inserida com o fim de impossibilitar o acesso dos manifestantes, além da grade, foi feito um cordão de isolamento pelos policiais que cercava todo o perímetro. Os policiais entravam-se posicionados, com todo seu aparato, de frente aos manifestantes, de modo a intimidá-los para que não tentassem ultrapassar a grade. Houve, então, intensa insatisfação dos trabalhadores e a tentativa de adentrar ao plenário para uma manifestação contrária a aprovação do projeto. Apesar de toda essa estrutura, em determinado momento os manifestantes conseguiram ultrapassar as grades, com algumas delas sendo derrubadas por eles.

Para tentar conter os trabalhadores o Estado fez uso dos instrumentos que dispõe, nesse caso, a violência física e moral por meio, especialmente, do aparato policial, com o uso de helicópteros, balas de borracha, bombas de efeito moral, cães da tropa de choque, prisão de manifestantes, entre outros instrumentos de repressão, restando um saldo de mais de 300 trabalhadores feridos.

O resultado, mais que previsível – e comemorado pelos governistas do alto dos prédios públicos, além das parabenizações às chefias militares [...] não poderia ser diferente. Entre 14h45 e 17h10 horas de 29 de abril de 2015, foram oficialmente registrados 392 feridos, 213 procuraram atendimento médico emergencial nos corredores do prédio da Prefeitura Municipal de Curitiba, porque não havia

qualquer serviço público (diferente do que afirmou o governo do Pr em nota oficial, no mesmo dia). (GADINI, 2015, p. 50).

Ao afirmar que o acontecimento foi comemorado pelos governistas, o autor se refere à vídeos com áudios vazados gravados de dentro da Assembleia Legislativa e amplamente divulgados, nos quais era possível ouvir ao fundo risos e comemorações pela ação da polícia na repressão dos manifestantes, é possível inferir que se tratava de uma comemoração, já que a ação teria alcançado êxito ao impedir que os manifestantes adentrassem a “Casa do povo”.

Durante as mais de 2 horas nas quais houve a ação da polícia contra os manifestantes, entre os mais de 20 mil que ali estavam, segundo Gadini (2015), muitos conseguiram registrar em vídeos, áudios e fotos as ações realizadas; e, foram esses registros feitos por celulares, *tablets* e câmeras, divulgados em redes sociais que acabaram dando uma maior dimensão de conhecimento público aos acontecimentos de tal data.

Gadini (2015) enfatiza que, das 213 pessoas que procuraram atendimento médico, “[...] estima-se que um terço foi atingido da cintura para cima, com maior incidência nos olhos, pescoço e rosto [...]” (GADINI, 2015, p. 58). O autor ressalta que isso não pode ser considerado como mera coincidência, pois essa realidade está em sintonia com

[...] a disposição dos atiradores de elite postados, desde o dia anterior, no alto de vários prédios (públicos ou privados) no entorno da Praça Nossa Senhora de Salete. Na mesma lógica, entre os jornalistas agredidos, foram registrados inúmeros casos de bala na parte superior do corpo. (GADINI, 2015, p. 58)

A versão oficial divulgada ainda no dia 29 de abril, às 19h45, por meio da AEN, apresenta uma nota intitulada “*Governador lamenta incidentes provocados pelos Black blocs*”, temos, então, segundo a assessoria do governo, novos personagens que emergem à cena. De acordo com a versão oficial, havia diversos membros de grupos *black blocs*³⁴ infiltrados na manifestação e esses seriam os

³⁴ De acordo com Pontes (2015, p. 88) a denominação Black Blocs (bloco negro em inglês) surgiu na década de 1980 na Alemanha. Não é um movimento organizado ou identificado, mas se constitui espontaneamente como tática dentro de manifestações, com aglutinações não-organizadas a partir do contexto dos movimentos [...] recebeu maior atenção por parte da mídia e dos cientistas sociais após as manifestações contra a reunião da Organização Mundial do Comércio em 1999 e nos

verdadeiros responsáveis pelas ações de violência inicialmente contra a polícia, na nota pode-se ler que:

Os confrontos foram causados por militantes black blocs que, infiltrados no movimento, atacaram os soldados da Polícia Militar que protegiam a Assembleia Legislativa durante a votação do projeto de reestruturação do sistema de previdência dos servidores públicos estaduais. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2015, p.1).

Além disso, a nota informava que o governador Beto Richa lamentava profundamente os graves incidentes ocorridos. E afirmava que a polícia estava lá cumprindo seu papel “[...] por determinação do Poder Judiciário para proteger a sede do Poder Legislativo, uma instituição democrática que não pode ser afrontada no seu direito” (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2015, p.1). O governador lembrou que isso se fez necessário, pois em fevereiro a Assembleia havia sido *invadida* por manifestantes, note-se o uso do termo – *invadida*, na tentativa de deslegitimar a manifestação, na ocasião referida pelo governador os manifestantes haviam *ocupado* a assembleia para acompanhar a votação, ação corriqueira em uma sociedade democrática como indicado anteriormente no trabalho.

A ênfase nas justificativas eram que a polícia apenas havia revidado ao ser atacada pelos *black blocs*, que, segundo o governador, eram arruaceiros e baderneiros. Sendo assim,

[...] os soldados tiveram de reagir e dispersar a multidão que cercava as imediações do prédio da Assembleia, na praça Nossa Senhora de Salete. Pelo menos sete militantes foram identificados e detidos pela polícia. Professores e policiais feridos durante a manifestação receberam os primeiros socorros do Siate, que colocou várias ambulâncias na região, e conduzidos a hospitais da cidade para ser atendidos. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2015, p.1).

movimentos antiglobalização. No Brasil, a primeira exposição pública do movimento aconteceu nas mobilizações de junho de 2013, com várias ações de enfrentamento à polícia e de destruição de fachadas de lojas, empresas e prédios sedes de governos. Os black blocs receberam destaque nos noticiários nacionais em junho de 2013. Classificado pela mídia como um grupo organizado, anônimo, com táticas específicas de guerrilha urbana e de destruição de prédios e do patrimônio público, os black blocs foram caracterizados como anti-democráticos, criminosos, desobedientes e, principalmente, como “vândalos”. Taxados como um perigo para a ordem instituída, os black blocs são discursivamente separados da grande maioria dos manifestantes, estes pacíficos, ordeiros e com legitimidade para manifestar; aqueles vândalos, desordeiros, criminosos, violentos, responsáveis por deslegitimar o movimento.

Por fim, a nota enfatizava que o governador lamentava que,

[...] lideranças sindicais disseminem boatos e mentiras a respeito do projeto para tentar manipular a opinião pública e os professores estaduais. O fundo de previdência dos servidores públicos paranaenses será referência nacional por sua solidez e sua sustentabilidade, [...] vamos continuar valorizando os servidores públicos e os profissionais de educação. (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2015, p.1).

Essas afirmações foram indigestas para os trabalhadores, tendo em vista que esses dispunham de registros suficientes para contrariar tal versão. Houve então grande mobilização nas redes sociais a respeito, os professores davam ênfase a não existência de tais *black blocs* na manifestação, além de enfatizarem que a ação da polícia foi desproporcional. É perceptível por meio do posicionamento do governo em relação às suas ações nessa ocasião, que este tentava dirimir sua responsabilidade.

Esses acontecimentos foram amplamente divulgados pela imprensa local e, sobretudo, pelas redes sociais, criando-se o slogan pelos trabalhadores “29 de abril: não esqueceremos”, ao qual fazemos alusão no título deste trabalho. Este, por sua vez, visava manter viva a memória deste dia. Ressalta-se o evidente conflito de classes que permeou todo o contexto, além de um cenário de extremo conflito político, que demonstra perfeitamente o funcionamento da democracia na sociedade burguesa.

Assim, concordamos com Minto (2017, p. 146) quando afirma que,

[...] não são apenas concepções de democracia que se modificam, mas também as condições sociais e históricas que as sustentam. E que, desse modo, são as condições objetivas da sociedade capitalista contemporânea – aquela em que vivemos – que delimitam as ‘possibilidades democráticas’.

A sociedade capitalista, está assentada em relações desiguais de produção e apropriação, fundamentadas por sua vez, na propriedade privada dos meios de produção. Deste modo, essas relações separam os indivíduos de acordo com a sua “[...] inserção nas formas de produção e reprodução dessa sociedade, criando

divisões de várias naturezas: do poder político, do poder econômico, do acesso à cultura e à educação etc”. (MINTO, 2017, p. 146). Portanto, segundo este autor, não se deve esquecer certas particularidades da sociedade capitalista:

a) a maioria dos indivíduos se encontra alijada, em maior ou menor grau, dos poderes político, cultural, social, educacional e, claro, econômico; b) o Estado não representa os interesses de todos, mas se ergue sobre as desigualdades de classes existentes, como superestrutura contraditória, da qual não decorre apenas um papel na conservação de tais relações, muito embora este seja seu fundamento. (MINTO, 2017, p. 148).

Além disso, é factível dizer que a sociedade capitalista “[...] instrumentaliza a democracia para legitimar relações dominantes nesta formação social, que a rigor, são distintas de qualquer noção substantiva de igualdade” (MINTO, 2017, p. 146). É possível verificar-se empiricamente que, no contexto histórico expressado durante esta gestão, a democracia, em sua forma correspondia a esta organização social. Já que, as formas particulares de desenvolvimento capitalista nas distintas formações sociais “[...] limitam as formas de democracia possíveis em cada contexto histórico”. (MINTO, 2017, p. 148). Por fim, consideramos válido assinalar que as possibilidades democráticas nesta sociedade, estão delimitadas pelo seu cerne, aquilo que é – uma sociedade classista. Portanto, do mesmo modo, trata-se de uma democracia condicionada a esta organização.

4 O TELEJORNALISMO COMO FONTE DE PESQUISA

No que diz respeito às pesquisas no campo da história, na atualidade, são inúmeros os tipos de fontes a que recorrem os pesquisadores na tentativa de responderem as questões que se colocam a este campo de investigação. Desse modo, são também, múltiplos os métodos de análises que constituem este campo. Como já indicado no decorrer do trabalho, o método ao qual recorreremos para subsidiar nossas análises é o materialismo histórico, por ser esse, em nossa compreensão, aquele que adequadamente respalda a pesquisa em termos de análise concreto-abstrata. As fontes a que recorreremos, por sua vez, foram diversas. Entendemos que este recurso nos possibilitou compreender as questões relacionadas a organização social atual, ao histórico da gestão e, sobretudo, ao contexto que culminou na greve dos servidores em 2015.

Entretanto, é válido lembrar que a problemática que serviu como fio condutor da pesquisa, relaciona-se diretamente com a atuação da imprensa, por meio do telejornal, no contexto em questão. Assim, nos coube investigar como as notícias relacionadas à educação pública paranaense foram apresentadas pelo telejornal Paraná TV, durante o ano de 2015, especialmente, considerando àquelas referentes a greve dos trabalhadores da educação e a violência estatal empreendida contra esta categoria no dia 29 de abril de 2019.

Dito isto, entendemos ser pertinente a apresentação, nesta seção, de uma contextualização acerca da utilização desse tipo de fonte nas pesquisas históricas, já que esse tipo de material vem ganhando notoriedade e assumindo credibilidade científica nas investigações.

Apresentaremos, portanto, primeiramente, aspectos correlatos ao uso do telejornal como fonte e sua pertinência para pesquisas históricas, num segundo momento, explicita-se as relações existentes entre o telejornal Paraná TV e a educação pública Paranaense, que puderam ser percebidas por nós ao empreendermos a análise das reportagens afetas a educação pública durante o ano de 2015. Discute-se no decorrer da seção, como a greve de 2015 foi retratada pelas lentes do Paraná TV.

E, finda-se a seção com a apresentação de alguns apontamentos, acerca da formação da opinião pública por meio das produções noticiosas do telejornal, desenvolvidos com base nas categorias explicitadas ao longo do estudo, as quais ancoram-se nas concepções gramscianas, sobretudo, no *consenso*, na *ideologia* e na *hegemonia* discutidos por Antonio Gramsci (1891-1937).

Segundo Gomes (2014, p. 17), Gramsci analisou a questão educacional em suas relações com o Estado e a sua organização. Assim, para Gramsci, entendido de maneira ampliada, o Estado abarca duas esferas sociais: a sociedade política, com seu aparato estatal e legislativo, e a sociedade civil, composta pelas instituições privadas que atuam, sobretudo, sobre a esfera econômica pela organização dos meios de produção.

Deste modo, a relação entre essas esferas torna o Estado um ambiente de tensões de ordem política e econômica, sobre o qual os intelectuais atuam para estabelecer o consenso entre os diferentes grupos sociais, possibilitando o exercício da hegemonia por um grupo social. De acordo com Gomes (2014, p. 99), nos escritos de Gramsci, “[...] o Estado é a organização social que detém o poder econômico das atividades da sociedade civil e o poder político-administrativo do governo.”

Entendemos que averiguar o papel da imprensa na divulgação de notícias acerca da educação pública, especialmente, tratando da violência estatal contra a classe trabalhadora da educação durante os acontecimentos do dia 29 de abril de 2015, se faz pertinente a medida que nos possibilita compreender como se dá a relação entre estas questões, como enunciado na introdução do trabalho. Portanto, deve-se priorizar essa articulação, pois são questões que não podem ser desvinculadas.

Quando tratamos de telejornalismo, cabe lembrar aqui que essa prática se refere a atividade profissional do jornalismo aplicada à televisão, assim, comporta algumas peculiaridades que a distingue da prática jornalística impressa, por exemplo. Suas principais características são, o imediatismo, a rapidez (período de duração que cada notícia é apresentada), e, além disso, o uso recorrente da imagem, essa em movimento na maioria das vezes.

No que concerne ao telejornalismo, sua compreensão implica em considerar as imagens, palavras e outros recursos expressivos, assim, como as matérias e

reportagens e seus significados em relação às suas condições de produção. (SOMMA NETO, 2007).

Cabe lembrar que o ritmo atribuído ao telejornalismo é o fixado pela TV, ou seja, está subordinado a audiência. Portanto, as matérias apresentadas devem cumprir, também seu fim, que nestes casos, é para além de informar ao público, manter os índices de audiência elevados. Geralmente, estas produções se caracterizam por uma linguagem simples e coloquial, que deve ser de fácil compreensão e atingir um maior número possível de telespectadores, para que a mensagem possa ser amplamente recebida e entendida.

Dentre as pesquisas desenvolvidas, considerando-se as produções telejornalísticas, estão o trabalho de Somma Netto (2007), já citado na introdução deste trabalho. Além desse, consideramos a pesquisa de Fernanda Aiex Boni (2010), intitulada: *TV digital: o aparelho e a representação do real na edição de imagens no telejornalismo*. Bem como, o trabalho intitulado *A evolução tecnológica na edição do telejornalismo*, desenvolvido por Florentina das Neves Souza e Patrícia Piveta (2011). O trabalho *A produção, difusão e recepção de conteúdos telejornalísticos na era da convergência digital*, dos autores portugueses, Carlos Canelas, Jorge Ferraz de Abreu e Jacinto Godinho (2017), serviu como recurso auxiliar para a compreensão ampla de como se dão essas produções telejornalísticas nos nossos dias. Um outro trabalho, que conta com rigor crítico de análise, dentro da perspectiva materialista e, pode ser considerado entre os pioneiros destas análises, desenvolvido, ainda em 1987, é o de Adelmo Genro Filho, sob o título *O segredo da pirâmide (para uma teoria marxista do Jornalismo)*. Este último, por sua vez, não trata especificamente do telejornalismo, entretanto, suas análises tem como objeto a prática do jornalismo, que pode ser considerada no veículo televisivo sob o qual nos voltamos neste trabalho.

Segundo Somma Netto (2007, p. 52), a televisão, pelo seu caráter superficial e fragmentado, serve de significativo exemplo de como o real pode ser construído e/ou transformado. A maioria dos recursos usados na produção jornalística de televisão “[...] produz um distanciamento entre a realidade tal como ela é, e cria a realidade própria das imagens”. (SOMMA NETO, 2007, p. 52). Qualquer que seja o meio jornalístico de difusão de informações, acaba sempre transmitindo aos telespectadores, apenas um simulacro da realidade Somma Netto (2007). E, a TV,

em especial, por suas características fragmentárias é um exemplo disso. Tudo pode ser alterado e modificado para ser transmitido por ela, assim cria a realidade própria das imagens televisivas. Segundo o autor,

Os fatos apresentados, as notícias mostradas, as entrevistas ouvindo os agentes sociais representam formas de produção de sentidos entre os interlocutores, e permitem refletir sobre a necessidade de identificar os limites da interferência, ou da influência que o jornalismo em geral, e em especial o jornalismo de televisão, exerce na vida cotidiana. (SOMMA NETO, 2007, p. 57).

Segundo Somma Neto (2007), o surgimento da atividade jornalística ocorreu tendo como base o “[...] desenvolvimento das relações estabelecidas pelo sistema capitalista e pelo modelo industrial, cujo resultado imediato é uma concepção de jornalismo marcada pelas influências desse modo de produção.” (SOMMA NETO, 2007, p. 58).

Ao considerarmos a prática do telejornalismo com base nestas premissas é interessante localizá-la a partir de suas características e peculiaridades. Diversos autores consideram que uma delas, sobrepunjante, é a concepção positivista que permeia a prática telejornalística. É válido pensar que as concepções positivistas influenciam não somente esta atividade profissional – jornalismo e/ou telejornalismo, mas uma série de outras atividades profissionais desenvolvidas nesta sociedade.

Entretanto, nos ateremos aqui, ao nosso foco que é a prática telejornalística. Podemos pensar que, apesar das negações existentes, essa atividade nos moldes estabelecidos, pressupõe de uma visão de mundo positivista, com base nos postulados teóricos de August Comte. Isso se dá, especialmente, em relação a afirmação da neutralidade jornalística perante as notícias narradas. A pretensa neutralidade, faz com que tal atividade alcance *status* de veracidade e de credibilidade em maior ou menor grau conforme se aproxima ou distância das concepções positivas.

Em caráter de síntese, pode-se dizer que Comte (1798-1857) idealizava uma sociedade organizada com base nos princípios científicos-positivos e, que em virtude disso, caminhasse de modo evolutivo para uma harmonia social total. Contudo, na mesma medida, esta sociedade idealizada por Comte, para que

pudesse manter-se neste caminho, deveria contar com uma ordenação hierárquica, seria, portanto, a defesa do “Progresso dentro da Ordem”.

Em suas obras é possível verificar que o filósofo francês acreditava que existiam leis gerais que regiam a humanidade criando um ciclo contínuo de progressão de desenvolvimento que se repetia. Deste modo, toda a sociedade humana passaria por três estados até alcançar a harmonia total, extinguindo os conflitos existentes e alcançando assim, seu fim último.

Enquanto primeiro sociólogo, Comte estudou a história da humanidade, particularmente da Idade Média, retirando explicações conservadoras sobre a submissão da classe operária e das mulheres. De reflexões sobre aquela época, concluiu que, “no século XIX, seria necessário reconstruir o poder moral da religião” (BENOIT, 2006, p. 9).

De acordo com Benoit (2006), no início do século XIX, durante os anos da juventude de Comte, a França começava a se industrializar a passos largos. Surgia a Grande Indústria e crescia o contingente dos “escravos modernos”, assim denominados por Marx, posteriormente. Crescia a burguesia industrial, paralelamente a ela, a classe operária e sua pobreza. Assim, com a ascensão da nova classe, a burguesia industrial que se desenvolvia, houve cada vez um distanciamento entre aquilo que outrora, na Revolução Francesa, havia sido pauta em comum entre as classes.

A burguesia revolucionária tornara-se, então, conservadora, e cada vez mais apartava-se dos operários em termos político-ideológicos. Tornou-se explícito que agora não mais estariam atuando na mesma frente, como no momento de dissolução do Antigo Regime e da instauração da nova ordem. Os princípios proclamados no contexto da revolução, de fato já não estariam acessíveis a todos. Dessa maneira, a classe operária, vai aos poucos compreendendo que para melhores condições teria que se organizar autonomamente. Assim, naquela época histórica,

[...] a classe operária europeia tinha começado a desenvolver profunda consciência política e, no decorrer de sucessivas insurreições e revoluções, em articular na França, mas também em outros países da Europa, fazia tentativas no sentido de instaurar uma nova sociedade que superasse radicalmente a sociedade burguesa. (BENOIT, 2006, p. 8).

O pensamento desse período foi marcado pela ascensão econômica e política da burguesia e tendeu a refletir as ideias, interesses e necessidades dessa classe. Pode-se dizer que ele expressou, embora de diferentes formas e em graus variados, três valores básicos da sociedade burguesa: a liberdade (entendida como liberdade de comércio), o individualismo e a igualdade (jurídica e abstrata).

Comte então, por meio de suas pesquisas, desenvolve a filosofia positiva, que tem seus princípios centrados na questão do dever, com o intuito de substituir a infrutífera discussão sobre os direitos. Já que segundo este filósofo, acreditar que os homens nascem livres e iguais trata-se de uma ilusão da metafísica revolucionária. Comte considerava que era necessária uma reorganização da sociedade, por meio de um plano social. Desta feita, cria, então, a física social, cujo objetivo era contribuir com a reorganização da sociedade.

Segundo Giannotti, o núcleo das ideias de Comte, alinha-se ao fato de que a sociedade só poderia atingir o estado positivo por meio de uma reorganização moral, o que implica em uma reforma intelectual do homem. Assim, em caráter de síntese, pode-se afirmar que os três estados-leis de sua filosofia, seriam o destino de toda a sociedade. Ao alcançar o estado positivo, “[...] momento de subordinação da imaginação e da argumentação à observação, cada proposição enunciada de maneira positiva, deveria corresponder a um fato, particular ou geral” (GIANNOTTI, 2006, p. 9). Portanto, é válido ressaltar que existem intrinsecamente às proposições positivistas a prática do telejornalismo, isso sendo assumido e/ou compreendido ou não por quem o produz.

É pertinente salientar a capacidade do jornalismo televisivo de trazer à tona a relação existente entre Estado e sociedade civil, “[...] e apresentando os interlocutores mediadores, no caso os profissionais do jornalismo, como elementos neutros.” (SOMMA NETO, 2007, p. 56). E, além disso, junto com a palavra, a televisão conta com o recurso da imagem, o que por sua vez “[...] deixa ainda mais forte a possibilidade de influenciar, visto que geralmente não se contesta aquilo que se vê, ou aquilo *que se julga ver.*” (SOMMA NETO, 2007, p. 70, grifos nossos). Desse modo, a televisão funciona como um autêntico laço social apoiado na imagem (SOMMA NETO, 2007). Assim, “[...] é pelos meios de comunicação, e

principalmente pela televisão que a população se depara com situações próximas e distantes” (SOMMA NETO, 2007, p. 45).

Uma outra questão relevante a se considerar a respeito do telejornalismo é que esse, para ser assimilado, diferentemente dos demais tipos de produções jornalísticas apresentadas em outros suportes, não precisa ser lida. Portanto, ao ser assistido, pode ser feito de maneira passiva, não necessitando de uma contrapartida do sujeito que está sendo (in)formado. Basta que este, possua acesso a um aparelho televisor com capacidade de transmissão do referido canal, no qual é transmitido o telejornal. Assim, é possível ficar informado, mesmo sem possuir conhecimento prévio algum, nem sobre o assunto, tampouco de leitura e problematização a respeito. E, no Brasil, ainda existem questões peculiares que reforçam este laço social, sobretudo,

[...] em virtude dos índices altos de analfabetismo, da brutal desigualdade na distribuição de renda e do papel desempenhado pela TV como principal e, em muitos casos, única fonte de informação de um elevado contingente de pessoas que passam muitas horas diárias à frente do aparelho receptor. (SOMMA NETO, 2007, p. 27)

Somma Neto (2007) ressalta os aspectos que envolvem as relações de poder que permeiam as transmissões telejornalísticas, bem como o fator da presença da imagem que gera um impacto maior na credibilidade de tal produção. Segundo ele, “[...] as relações de poder presentes no telejornalismo se associam muito mais à sedução, ao convencimento, à argumentação fundada na credibilidade da imagem, para conseguir uma aceitação quase sem reflexão.” (SOMMA NETO, 2007, p. 102).

Se pensarmos considerando uma perspectiva crítica, gramsciana, pode-se compreender que, nestes termos, o telejornal seria um meio orgânico à determinados grupos intelectuais. Isso em virtude da consideração da existência dos grupos intelectuais, que, segundo Gramsci, são os responsáveis por organizar e mediatizar a cultura e as relações sociais. Assim, o telejornal pode ser considerado como um meio orgânico ao grupo ao qual está vinculado. No caso do telejornal específico aqui discutido, vincula-se a um grande conglomerado, como será apresentado no tópico subsequente.

4.1 Os princípios editoriais do Grupo Globo e o telejornal Paraná TV

Atualmente, os telejornais constituem a principal fonte de informação das pessoas sobre o mundo que as cerca. Essa afirmação toma como base os Resultados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativa à TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) que considera os seguintes aparelhos: Telefones Fixos e Celulares; Microcomputadores; Rádio e Televisão, o resultado da pesquisa consultada indicou que, no ano de 2015, 97,1% dos domicílios brasileiros possuíam ao menos um aparelho de televisão, totalizando 68.037 milhões de lares com aparelho de TV.

No que tange ao nosso objeto de investigação, as notícias veiculadas pelo telejornal Paraná TV, pode-se dizer que este veículo de informação, é o que possui maior índices de audiência no Paraná. De acordo com Somma Neto (2007), o primeiro telejornal com formato de noticiário diário, transmitido em rede para todo o país, foi *O Jornal Nacional da Rede Globo* que entrou no ar em 1969.

Além disso, como trata-se de um telejornal transmitido por uma emissora pertencente a um grande conglomerado, a Rede Globo, este por sua vez, também, desenvolve sua atuação de acordo com os preceitos da empresa em que é elaborado e difundido. No documento intitulado de *Carta dos Acionistas*, de 06 de agosto de 2011, os representantes do Grupo Globo (José Irineu Marinho, José Roberto Marinho e João Roberto Marinho) acerca dos Princípios Editoriais Globo, escrevem que,

Desde 1925, quando O Globo foi fundado por Irineu Marinho, as empresas jornalísticas das Organizações Globo [*hoje Grupo Globo*], comandadas por quase oito décadas por Roberto Marinho, agem de acordo com princípios que as conduziram a posições de grande sucesso: o êxito é decorrência direta do bom jornalismo que praticam. Certamente houve erros, mas a posição de sucesso em que se encontram hoje mostra que os acertos foram em maior número. Tais princípios foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código. Cada uma de nossas redações sempre esteve imbuída deles, e todas puderam, até aqui, se pautar por eles. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

Os acionistas afirmam, em relação ao documento elaborado, que este não se trata de um manual de redação. Segundo eles, o que se pretendeu foi elaborar um material no qual fosse possível explicitar,

[...] o que é imprescindível ao exercício, com integridade, da prática jornalística, para que, a partir dessa base, os veículos das Organizações Globo [*hoje Grupo Globo*] possam atualizar ou construir os seus manuais, consideradas as especificidades de cada um. O trabalho tem o preâmbulo “Breve definição de jornalismo” e três seções: a) Os atributos da informação de qualidade; b) Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha [*e das redes sociais*]; c) Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos no original).

No referido documento, consta, ainda, a definição de *Jornalismo* adotada pelo Grupo Globo. Este, por sua vez, é entendido como:

[...] conjunto de atividades que, *seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas*. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. *O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção*, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos).

Nota-se, portanto, que o jornalismo é compreendido como atividade que deve seguir certos princípios, estes, por sua vez, estão descritos no documento e serão apresentados nesta subseção. Outra questão é que ele é produtor de um conhecimento e, sua prática deve prezar por *um grau aceitável de fidedignidade*. Podemos pensar então, que este grau aceitável, esta subscrito àquilo que se concebe como aceitável fidedignamente dentro do próprio Grupo.

Definir o Jornalismo de tal forma, trata-se segundo consta no documento, da tentativa de evitar confusões em relação a definição. Ainda mais, considerando as

discussões filosóficas sobre a busca pela verdade. Assim, Marinho, R.I; Marinho, J.R; Marinho, J.R (2011) apresentam o seguinte questionamento: “Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?)”. Deste modo, de acordo com o expresso na *Carta*,

É para contornar essa simplificação em torno da “verdade” que se opta aqui por definir o jornalismo como *uma atividade que produz conhecimento*. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História. Quando uma crise política eclode, por exemplo, o entendimento que se tem dela é superficial, mas ele vai se adensando ao longo do tempo, com fatos que vão sendo descobertos, investigações que vão sendo feitas, personagens que resolvem falar. A crise só será mais bem entendida, porém, e jamais totalmente, anos depois, quando trabalhada por historiadores, com o estudo de documentos inacessíveis no momento em que ela surgiu. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos).

Entretanto, apesar de reconhecer e admitir a dificuldade no que tange a definição da busca pela verdade dos fatos, os acionistas do Grupo Globo, asseguram que o Jornalismo ao produzir conhecimento está buscando por esta verdade, tratam, a produção do conceito como sinônimo de busca pela verdade. Assim, segundo sua interpretação, “*Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos [...]*”. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos). Segundo os representantes do Grupo Globo, existe um grau de distinção entre a Prática do Jornalismo e a Propaganda. Para eles,

Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer,

produzir conhecimento, informar. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos).

Assim, dentro de seus princípios consideram-se como generalistas, já que seu intuito, é o de produzir conhecimento e informar. Para que o jornalismo produza conhecimento, devem ser seguidos, de acordo com os acionistas do Grupo Globo, os seguintes princípios: “O trabalho jornalístico tem de ser feito buscando-se *isenção, correção e agilidade*. Porque só tem valor a informação jornalística que seja *isenta, correta e prestada com rapidez*”. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos).

Ao que tange tais princípios, explicitamos a seguir algumas de suas principais características apontadas na carta dos acionistas. Em relação a isenção, esta é considerada como a palavra chave do jornalismo. E, por sua vez,

E tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

Além disso, o Jornalismo deve ser apartidário, isento na medida do possível, de acordo com o Grupo, podemos verificar esta afirmação na seguinte passagem:

- i) O Grupo Globo é apartidário, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;
- j) O Grupo Globo é laico, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;
- k) O Grupo Globo repudia todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;
- l) O Grupo Globo é independente de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;
- m) O Grupo Globo é independente de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes; (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

Ao analisar os princípios instituídos e expressos por meio desta Carta, pode-se verificar, assim como discutido anteriormente, concepções positivistas em relação a concepção filosófica que permeia a prática. As diversas orientações expressas no documento, nos levam a considerar a existência dessa relação, estes podem ser verificados ao se desenvolver a análise dos princípios enfatizados.

Além do princípio de Isenção, há também o de Correção. Este, por sua vez, diz respeito a como se dá o desenvolvimento da atividade de modo prático, o levantamento de informações e fontes para a criação das matérias jornalísticas. Enfatiza-se, acerca deste princípio que, os erros devem ser corrigidos, sem subterfúgios e com destaque. E, além disso,

Os veículos do Grupo Globo têm obrigação de se fazer entender. Uma notícia tem de ser publicada de forma clara, para que o público a compreenda sem dificuldades. Nesse sentido, na edição de reportagens, recursos explicativos que facilitem o entendimento são uma obrigação”. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

No que tange ao princípio da *Agilidade*, defendido pelo Grupo Globo, este é, segundo consta,

[...] o que compensa, em larga medida, as suas imperfeições, se a compararmos a outras formas de conhecer a realidade. Em outras palavras, há um duplo sentido na afirmação de que o jornalismo produz uma primeira imagem dos fatos: a imagem é primeira, porque dela ainda não se têm os contornos definitivos; mas, também, é primeira porque é traçada logo após o ocorrido. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

Ademais, o critério da agilidade deve considerar como a informação deve ser apresentada, no menor espaço de tempo possível. Portanto, considera-se que,

[...] é atributo fundamental da qualidade da informação jornalística ser produzida com rapidez. Se a História pode dispor de anos de trabalho para fazer aflorar a realidade, o jornalismo dispõe de algumas horas (no máximo, de alguns dias, se a publicação for semanal ou mensal). É a celeridade com que traça o primeiro retrato dos fatos que ao mesmo tempo dá utilidade à produção jornalística e justifica as suas lacunas. A notícia tem pressa. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

As orientações dos acionistas do Grupo Globo, prescrevem como os jornalistas devem proceder diante das fontes, diante do público, diante dos colegas e diante do veículo. Apresentaremos aqui, alguns excertos dessas orientações, já que considerados pertinente compreender como se dão essas em relação àquilo que faz parte de nosso foco de estudo, notícias, suas fontes e o público que se informa pelo telejornal pertencente a este Grupo.

Enfatiza-se então, de acordo com os acionistas, em relação as suas produções jornalísticas que,

O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

De acordo com o documento disponibilizado, a afirmação destes valores, é uma força que visa a garantir a atividade jornalística. Pois, entendem que, “*Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal*”. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011, grifos nossos). Segundo o Grupo, essa postura vigilante gera incômodo e acusações de partidarismos. Deste modo, ressaltam que,

Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão. (MARINHO, R.I; MARINHO, J.R; MARINHO, J.R, 2011).

Entretanto, ao apresentar essas concepções do Grupo, aqui, vale lembrar um episódio que marcou a história do país, o Golpe civil-militar de 1964, que culminou em um período de vinte anos de ditadura no Brasil. É de conhecimento geral, por meio de estudos históricos divulgados, que a Rede Globo na época apoiou a iniciativa do golpe.

No ano de 2013, durante diversas manifestações de rua, contra o governo federal, era possível ouvir o *jingle* “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. A própria emissora assumiu o apoio e, em tom de autopiedade, proclamou que “[...] há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro”. (GRUPO GLOBO, 2013).

Em texto se justificando e retratando a emissora escreve que, “Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964”. (GRUPO GLOBO, 2013).

Apesar de assumir e tentar se retratar, a Globo, salienta que essa lembrança constante, de seu apoio à ditadura parte de seus desafetos. Outra questão visível é a tentativa de “pulverizar o apoio”, enfatizando que outros veículos de imprensa fizeram o mesmo, bem como elevada parte da população. Além disso, ao se referir ao episódio, usa do recurso linguístico eufemismo, tratando-o como “intervenção dos militares”, pois, em nossa avaliação, diante do público existem diferenças em afirmar que “apoiou a ditadura” ou que “concordou com a intervenção”. Sobre este assunto, escreve que:

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, *concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais*, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. (GRUPO GLOBO, 2013, grifos nossos).

Entendemos que essa relação entre o referido Grupo e as questões político-econômicas coexistem historicamente. Algumas delas, ao longo tempo, vêm sendo desveladas por meio de pesquisas e investigações que tem como objetivo esmiuçar essas inter-relações. Outras tantas, permanecem, fora de nosso campo de conhecimento, ou ao menos, longe do alcance de comprovação. Entretanto, como o próprio Grupo expressa, são a História, portanto, poderão ser melhor compreendidas.

4.1.1 Telejornal Paraná TV: princípios e normas de conduta profissional

De acordo com pesquisa realizada por Boni (2010), o telejornalismo surgiu no Brasil na década de 1950, junto com a chegada da televisão que estava sendo recebida por um público que até o momento era habituado com outro meio de comunicação, o rádio. Por meio das ondas sonoras, segundo esta pesquisadora,

[...] os brasileiros recebiam as notícias do país e do mundo e as fontes desses relatos, muitas vezes, eram os jornais impressos. A televisão deu às notícias a possibilidade de conciliar o som do rádio e as imagens das fotografias dos jornais, porém com o acréscimo de movimento. Com o aperfeiçoamento da tecnologia as imagens ganharam nitidez e, na década de 70, cores. Tudo isso contribuiu para dar à TV o status de um meio capaz de se aproximar mais e com maior objetividade dos acontecimentos, reportando-os ao público com fidelidade e com a objetividade das imagens apresentadas pelos aparelhos. (BONI, 2010, p. 22).

Ao discutir a evolução histórica da TV no Paraná, Somma Neto (2007) apresenta como se constituiu o telejornalismo paranaense e como organizam-se os conglomerados aos quais estes veículos estão alinhados. Assim, divide em cinco os principais conglomerados existentes no Paraná, sendo eles: 1. *A Rede Paranaense de Comunicação*; 2. *O Grupo Paulo Pimentel*; 3. *A TV Bandeirantes*; 4. *A Rede Independência de Comunicação*; e 5. *Central Nacional de Televisão*.

O Telejornal Paraná TV ao qual nos voltamos nas análises, está incluído no primeiro grupo, *A Rede Paranaense de Comunicação*. A RPC-TV, por sua vez, “Encabeçada pela TV Paranaense Canal 12 e pelo jornal Gazeta do Povo, principal Jornal em termos de circulação no Estado do Paraná [...]”. (SOMMA NETO, 2007, 147). Vale lembrar que apesar dos dados apresentados por Somma Neto terem sido levantados a mais de uma década, este quadro se mantém.

De acordo com o site do GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação), este se define como o maior grupo de comunicação do Paraná e um dos maiores do país. É formado pelos jornais Gazeta do Povo e Tribuna, pelas rádios 98 FM e Mundo Livre FM (Curitiba e Maringá), pela unidade móvel de alta definição HDView, e pela RPC e suas oito emissoras afiliadas à Rede Globo. O Instituto GRPCOM é quem realiza a gestão de todas as ações, projetos e programas sociais das unidades do grupo. A integração dos negócios foi consolidada em novembro de

2000 com a criação da Rede Paranaense de Comunicação. Em 2010 a empresa passou a se chamar Grupo Paranaense de Comunicação.

Segundo se expressa no site do Grupo³⁵, a missão é promover, com a comunicação, “[...] o desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente, o grupo busca participar ativamente da vida dos paranaenses, exercendo a função de ser o braço direito da comunidade e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.” (GRPCOM, 2019, p.1).

De acordo com o próprio Grupo é possível localizar sua história no início do século 20³⁶. Os primeiros veículos foram o jornal Gazeta do Povo e a RPC, antigo Canal 12. Ambos foram adquiridos pelos empresários Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, na década de 60. Uma união que deu origem ao que hoje é o maior grupo de comunicação do Paraná. De acordo com o GRPCOM,

A visão desenvolvimentista, os critérios éticos e o empreendedorismo desses dois empresários transformaram a comunicação no Paraná. Essas qualidades criaram as condições necessárias à liderança e à credibilidade conquistadas por todas as empresas que atualmente integram o GRPCOM. Podemos afirmar, com orgulho, que conhecer a história do GRPCOM é conhecer uma parte significativa da história da comunicação, do desenvolvimento do Paraná e da construção da democracia no Brasil. (GRPCOM, 2019, s/p).

Assim como o Grupo Globo, o Grupo GRPCOM, se organiza e expressa suas atividades a partir de certos princípios. Estes, por sua vez, estão descritos no site do Grupo, e fazem parte de sua história. A empresa tem como foco a Comunicação. De acordo com o Grupo,

[...] Em um mundo cada vez mais individualista, cabe à comunicação e à imprensa fortalecer os laços de uma sociedade e despertar, permanentemente, o interesse pelo bem comum, pelo coletivo. Comunicar é pôr em comum os diferentes interesses, valores, problemas, sonhos e perspectivas. (GRPCOM, 2019, s/p).

³⁵ Fonte: <https://www.grpcom.com.br/>
Acesso em: 10 de dezembro de 2019

³⁶ Refere-se a criação do jornal Gazeta do Povo, criado por Benjamin Lins e De Plácido e Silva, que lançam sua primeira edição em 3 de fevereiro de 1919, adquirido, posteriormente, pelo Grupo. Disponível em: <https://www.grpcom.com.br/nossa-historia/>
Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

No que tange às suas responsabilidades sociais, o GRPCOM afirma que a empresa não deve ser isolada daquilo que ocorre no entorno. Deve, portanto, estar a par e intervir por meio da comunicação, no mundo ao seu redor, com o objetivo de construir “uma sociedade melhor”. Para tanto, o olhar da empresa deve ser voltado para

[...] Crescimento humano, bem comum e democracia. [...] Nosso papel como empresa de comunicação é ajudar nosso público a efetuar essas mudanças, aperfeiçoando-se como cidadãos. Fazemos isso fortalecendo os laços da sociedade, valorizando seu núcleo fundamental, a família. E defendendo, de maneira intransigente, a democracia. (GRPCOM, 2019, s/p).

A democracia é assunto recorrente, premissa tratada em diversos momentos, tanto pelo Grupo Globo quanto pelo GRPCOM, pois, o próprio exercício da prática jornalística pressupõe o exercício da democracia. Cabe lembrar aqui, a discussão apresentada na seção anterior acerca do conceito de democracia dentro da sociedade nos moldes burgueses.

Existe ainda, um código de conduta³⁷ que deve ser seguido. O documento atualizado em 2019, direciona-se a

[...] todas as unidades da organização e aplica-se a todos os colaboradores do GRPCOM: efetivos, temporários, terceiros, estagiários, aprendizes, jornalistas, líderes, diretores, procuradores, conselheiros e acionistas. Esperamos, também, que as práticas de fornecedores, agentes, intermediários, clientes e parceiros do GRPCOM estejam alinhadas com as diretrizes descritas neste documento. (GRPCOM, 2019, p. 5).

No decorrer da análise do código de conduta, é possível verificar que existe uma filosofia forte que deve ser seguida por todos que possuam vínculos com o

³⁷ O Documento Completo é Dividido nas seguintes seções: Mensagem dos acionistas; A quem se destina este código; Papel da liderança; Convicções GRPCOM; Relacionamento interno; Relacionamento externo; Atividades político-partidárias; Uso da imagem e marca; Acuracidade contábil; Fusões, aquisições, parcerias; Área de riscos e compliance; Comitê de conduta; Canal de comunicação.

Disponível em: <https://www.grpcom.com.br/codigo-de-conduta/>
Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

Grupo. As premissas básicas a serem seguidas dão conta de quatro principais aspectos, são eles:

1. Respeito à dignidade da pessoa humana e sua promoção. Fundamental na atuação empresarial e editorial do GRPCOM, defendemos o respeito à dignidade humana em todas as relações da organização, na defesa da vida desde a sua concepção até a morte natural, na valorização do trabalho enquanto fonte de cidadania e aperfeiçoamento pessoal e na valorização da família enquanto âmbito privilegiado de desenvolvimento humano.
2. Crença na excelência humana. Acreditamos profundamente que o homem, em essência, é um ser capaz de desejar e empreender seu constante aperfeiçoamento. [...]
3. Defesa da ética. No GRPCOM, a ética é entendida em sua vertente clássica de busca por excelência. Por isso, empreendemos permanentes esforços com o objetivo de incorporar, [...] os mais elevados padrões de cooperação, integridade e firme disposição para a prática do bem, da razão, da justiça e da legitimidade.
4. Defesa do direito e da liberdade. O GRPCOM tem e explicita sua firme e intransigente posição em favor do sistema democrático, da liberdade de expressão, do pluralismo, dos demais direitos e liberdades individuais e da livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana. (GRPCOM, 2019, p. 8)

O GRPCOM conta com um Comitê de Conduta e um Canal de Comunicação, este último, tem como função receber denúncias correlatas a qualquer infração ao código de conduta, sugestões ou elogios, como pode ser verificado no documento, na seguinte passagem:

O GRPCOM disponibiliza um meio de comunicação direto, seguro e confidencial, disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana para todos os colaboradores ou terceiros em geral que tiverem conhecimento de qualquer violação aos princípios e diretrizes desse Código de Conduta, bem como dúvidas e sugestões de melhoria sobre sua aplicação. O Canal de Comunicação GRPCOM pode ser acessado de forma prática e gratuita, via web, ou pelo telefone [...]. Os relatos recebidos serão analisados pela área de Riscos e Compliance do GRPCOM e, sempre que for o caso, serão submetidos ao Comitê de Conduta. O GRPCOM reafirma seu compromisso com o sigilo das informações registradas e ressalta que não será permitida qualquer retaliação àqueles que fizerem relatos de boa-fé. (GRPCOM, 2019, p. 33)

Em síntese, cabe ressaltar que as orientações vão desde normas de condutas profissionais, relacionamento com as fontes, ocupação de cargo público, ou pleito político, até às vestimentas, modos de comportamento em público, orientações relativas aos âmbitos da vida pessoal, como hábitos de saúde, por exemplo.

Assim, é possível constatar que os jornalistas vinculados a este grupo, via de regra, tem seu comportamento, linguagem e vestimenta condicionados às normas impostas pela empresa pertencente ao grupo. Atendem, portanto, tanto ao código de conduta do GRPCOM, quanto aos princípios definidos pelo Grupo Globo de Jornalismo.

4.2 A greve de 2015 pelas lentes do Paraná TV

Essa subseção, tem o fito de apresentar as notícias que foram possíveis de ser constatadas por meio do levantamento realizado. Diz, portanto, respeito as indagações que nortearam o estudo. Buscou-se no site da emissora³⁸ responsável, no item relativo ao Telejornal em questão (1^o e 2^o edições) as reportagens que diziam respeito direta ou indiretamente à greve de 2015, dentre essas, foram consideradas àquelas que se referiam a violência estatal contra os trabalhadores no dia 29 de abril.

Após este primeiro levantamento, foi possível organizar estas reportagens de modo a proceder as análises. As reportagens foram salvas em ordem cronológica de apresentação, encontra-se, em anexo, uma tabela com as respectivas chamadas, datas e durações de cada reportagem, as transcrições contabilizaram 387 laudas, estas, por sua vez, não foram incluídas nos apêndices, por considerarmos que dizem respeito a matéria cujo interesse se restringiu a análise por parte da pesquisadora. Entretanto, serão apresentados alguns excertos das transcrições para ilustrar e validar determinadas afirmações em relação as

³⁸ Todas as edições consultadas encontram-se disponíveis para acesso público por meio dos endereços eletrônicos: <https://globoplay.globo.com/meio-dia-parana-curitiba/t/xWVtPdyCJP/> e <https://globoplay.globo.com/boa-noite-parana-curitiba/t/bhb1WHkJfR/>.

análises. Esta seleção foi realizada em virtude da sua inserção nas temáticas aqui discutidas, sendo elas: a educação pública paranaense; a greve dos servidores e a ações do governo em relação as duas primeiras.

Os critérios de seleção, consideraram a relação existente entre estes assuntos e a capacidade de divulgação do referido telejornal, já que este trata-se do veículo de telejornalismo com uma significativa audiência no estado. Entendemos que essas reportagens atingiram um elevado contingente de telespectadores.

O conjunto completo das reportagens localizadas, considerando-se e incluindo tanto as chamadas quanto as reportagens e entrevistas contabilizou mais de 1.230 minutos, dentre as que trataram de assuntos correlatos a greve, tanto em seu primeiro momento quanto no segundo. Este número, equivale a um total expressivo, considerando o veículo de transmissão, a TV; já que, o tempo médio ideal para reportagens é fixado entre 1 minuto e 5 segundos e 1 minuto e 30 segundos, padrão repetido pela maioria das emissoras, de acordo com Somma Neto (2007).

No que se refere a base jornalística de organização das reportagens, segundo este mesmo autor:

No tempo total das reportagens devem estar incluídos: o texto do apresentador que chama a reportagem, com até 15 segundos, o texto em *off* do repórter, variando entre 20 e 30 segundos, a sonora, com duração entre 10 e 20 segundos. A passagem do repórter, com tempo de 15 a 20 segundos, e o *off* final do repórter, também entre 10 e 15 segundos. (SOMMA NETO, 2007, p. 186),

Entretanto, foi possível verificar que, em diversos momentos, de acordo com o tema abordado esses critérios não eram utilizados. Diversas reportagens extrapolaram cinco minutos, com algumas delas chegando a mais de 15 minutos. Os principais momentos em que isto pôde ser percebido, foram nas reportagens que contavam com agentes sociais públicos sendo entrevistados.

Uma outra questão levantada durante as análises do material coletado é referente aos agentes sociais que mais tiveram espaço para se expressar, bem como as circunstâncias dessas entrevistas. Considerando-se, desde a percepção

de uma pauta estruturada, até mesmo o espaço de tempo ocupado e o local no qual eram realizadas as entrevistas. Consideramos relevante questionar tais processos de construção das entrevistas, até mesmo porque, parte-se da premissa de que ao disponibilizar determinados espaços para agentes sociais distintos se expressarem, estes servem como momentos de exposição de posicionamentos político-ideológicos distintos. Assim, pode-se trabalhar em prol da criação de um consenso sob determinados assuntos.

Sabe-se que é prática consagrada no telejornalismo que pessoas consideradas autoridades no assunto sempre sejam ouvidas, assim como representantes oficiais de governos e partidos, especialmente, no caso de matérias da área política (SOMMA NETO, 2007). Deste modo, pela sequência em que está estruturada uma matéria, segundo Somma Neto (2007):

[...] é possível tentar-se compreender como o local em que uma sonora aparece faz com que tanto a passagem como a própria sonora possam adquirir significados diferentes. Também a escolha de entrevistados e sua identificação ou não por meio de caracteres estão vinculadas à intenção de personalizar ou não a fala, destacá-la como expressão autorizada ou não. (SOMMA NETO, 2007, p. 41) .

Portanto, nos atentamos a quais agentes sociais foram privilegiados como falantes, e como essas falas eram apresentadas, se havia possibilidade de contestação ou não, entre outras questões.

Entendemos que, ao trazer determinado agente social, seja ele, o governador, ou deputados de ocasião ou de oposição, representantes de movimentos sindicais, professores, estudantes e cidadãos comuns, essas escolhas pautam-se em função do tema que está se apresentando, bem como as ideias que se pretende reforçar. Consideramos as fontes de informação utilizadas para complementar as reportagens apresentadas, com o intuito de compreender a origem das informações, as quais são atribuídas maior credibilidade e oficialidade.

Pode-se dizer que as análises, foram desenvolvidas considerando-se o movimento contraditório da história, levando-se em consideração, sobretudo 4 partes constitutivas dos dados levantados, sendo elas: o texto narrado, a duração da reportagem, as fontes oficiais e os agentes sociais envolvidos e/ou ouvidos.

Ao desenvolver o estudo, concordamos com Somma Neto (20017) sobre a capacidade do telejornalismo em mais do que informar sobre o estado atual das coisas vivenciadas. Isto porque, este modo de comunicar, “[...] constrói coisas, fatos e acontecimentos, e inclusive tematiza discussões [...]”. (SOMMA NETO, 2007, p. 63). Deste modo, encontra-se aqui as justificativas pelo interesse em investigar tal fonte.

É válido lembrar que o processo de produção, no telejornalismo, compreende diversas etapas nas quais são empregadas técnicas próprias. Assim, após a montagem da pauta vem sua execução “[...] durante a qual se faz a captação de imagens e são feitas as entrevistas, se for o caso, completando a matéria ou a reportagem.” (SOMMA NETO, 2007, p. 31).

Na técnica de edição, no que tange as entrevistas, cumpre assinalar que,

[...] os relatos proferidos pelos sujeitos falantes podem ser alterados, desde a escolha de trechos que se encaixem na intenção que norteia a concepção final do produto jornalístico, até no posicionamento estratégico determinado para aquele pedaço de fala. (SOMMA NETO, 20017, p.33).

Outra questão relevante a ser considerada é que a edição está fortemente ligada a imagem, esta etapa inclusive, é considerada

[...] uma das funções mais importantes do telejornal. É nesta fase que se definem, por exemplo, o quê e como determinado assunto será visto pelo telespectador. O editor é o último profissional a avaliar a reportagem antes da exibição. É dele a responsabilidade até de decidir se o material vai ou não ao ar. (SOUZA; PIVETA, 2011, p. 432)

De acordo com Somma Neto (2007, p. 34), cada um dos profissionais envolvidos na produção da matéria jornalística de televisão “[...] vai interferir com sua subjetividade no resultado final pretendido [...] desde elaboração da pauta até a edição entram valores pessoais e modos de ver e interpretar os temas abordados.” Somma Neto (2007) ressalta que o trabalho realizado pelo editor corresponde a um fator de interferência significativa na edição daquilo que será apresentado no telejornal, já que há a continuidade do processo seletivo, “[...] no

qual se verificam múltiplas possibilidades de opções, também ideológicas e estéticas, culminando com os recortes dos fatos apresentados como realidade construída”. (SOMMA NETO, 2007, p. 32).

De acordo com Souza e Piveta (2011, p. 437), “[...] o sistema digital trouxe ao telejornalismo um dinamismo e uma versatilidade nunca antes experimentados”. As autoras ressaltam que nos nossos dias, como o próprio equipamento é mais ágil, já que os computadores têm processadores rápidos e é grande a capacidade de armazenamento de dados, a edição de uma reportagem passou a seguir esta dinâmica, tornando-se mais veloz. Esse desenvolvimento tecnológico se trata de um fator que viabiliza as produções e confere mais rapidez as produções, atendendo aos princípios defendidos pelos Grupos de Comunicação já mencionados no trabalho.

Como já indicado no decorrer do trabalho, a imagem constitui-se como fundamental na prática jornalística televisionada. Isto porque, por meio dela é possível conferir maior credibilidade àquilo que está sendo dito. Sendo assim, a composição ideal entre imagem e texto é aquela em que “[...] o receptor da mensagem a entenda sem dificuldades e vendo e ouvindo a reportagem uma única vez, já que a televisão não permite que se retroceda para rever a notícia apresentada.”(SOUZA; PIVETA, 2011, p. 442).

Acerca desta questão é válido uma ressalva, visto que na atualidade, existe a possibilidade de acessar o conteúdo transmitido pela TV por outras *medias*, e por outros suportes, como sites, blogs, redes sociais, por meio de smartphones, tablets e notebooks, entre outros recursos. Ressalta-se que é possível ter acesso ao conteúdo, porém, este acaba sofrendo alterações de ordem/formato, muitas das vezes para se tornar compatível com o formato em que será disponibilizado fora da TV.

Para Boni (2010), o fato de assistir o telejornal pela TV digital, com uma tela de alta definição gera influências na aceitação e, conseqüentemente, na atribuição de maior credibilidade àquilo que está sendo transmitido. Somma Neto (2017, p. 41), por sua vez, afirma que, “A realidade mostrada no jornalismo de televisão configura o ‘mundo *média*’, ou seja, o mundo que é visto, interpretado e retratado pela mídia”. O autor, defende ideia de que há uma visibilidade maior para aquilo que é transmitido pela televisão, especialmente, as questões políticas, que por

vezes acabam ganhando certa credibilidade. Isso pode ser verificado ao percebermos como os políticos de modo geral se apropriam e fazem uso deste espaço. Essa é mais uma razão pela qual se faz necessário compreender quais os principais agentes autorizados a se expressar, dar suas devidas versões e explicações acerca dos contextos das reportagens. Constitui-se, portanto, de tema relevante a ser abordado dentro da totalidade do objeto aqui estudado. Passaremos então, a explicitar os aspectos considerados pertinentes no decorrer do processo de análise.

4.2.1 A greve no Telejornal Paraná TV: Texto e contexto

Quando se trata do telejornalismo, como já discutido anteriormente, sabe-se que há uma extensa gama de recursos tecnológicos e diversos procedimentos profissionais que podem ser utilizados. Estes, por sua vez, são determinantes para que um fato/acontecimento seja absorvido pelo público da maneira como normalmente acontece (SOMMA NETO, 2007). Entretanto, o uso desses recursos, que são indissociáveis de todo o processo de produção e transmissão jornalística, “[...] acaba provocando um distanciamento, em maior ou menor grau, entre realidade propriamente dita e a realidade apresentada ao espectador nas imagens da TV.” (SOMMA NETO, 2007, p. 30)

Portanto, vale conhecer como se dão as produções que serão narradas no telejornalismo a fim de assumirem o papel de fato narrado, ou de realidade. Outra questão relevante é contextualizar esses textos produzidos, questionando-os e problematizando-os a partir de uma perspectiva crítica de análise, pois não se trata apenas de analisar o discurso apresentado, mas também, sob quais circunstâncias tal discurso é produzido. Ou seja, trata-se de conhecer o texto e desvelar seu contexto. Já que,

O que é mostrado pelas imagens televisivas, sob o comando momentâneo de apresentadores que se colocam como profissionais independentes e aparentemente desligados de quaisquer outras instâncias hierárquicas da sociedade e aparentemente desligados de quaisquer outras instâncias da

sociedade no campo político ou econômico, adquire uma aura e veracidade com frequência não contestada pelo conjunto da população. (SOMMA NETO, 2007, p. 69)

Nestes termos, é imperativo compreender essas relações entre texto e contexto, considerando-se o dito, o não dito, e o como é dito. Assim, concordamos com Somma Neto (2007) quando enfatiza que o não-dito traz significados muitas vezes relevantes, pois “[...] em todo ato de dizer e mostrar existe uma margem de não-ditos, junto com o que é mostrado e falado e com o interdito, contido em entrelinhas e figuras de linguagem.” (SOMMA NETO, 2007, p. 62). Em nossa compreensão, o não dito encontra-se no campo do contexto, pois muitas vezes, apesar de não ser expressado, pode ser percebido e verificado ao analisar-se a situação em sua totalidade. De acordo com Somma Neto (2007, p. 102),

Por causa das especificidades do meio, o telejornalismo trabalha com uma linguagem diferenciada, na qual operam elementos da comunicação audiovisual, contendo signos verbais (orais e escritos) e não-verbais. Por meio da linguagem jornalística da televisão, na qual são geradas as matérias, torna-se possível alterar ou mesmo reforçar determinadas visões de mundo. Por isso, *é muito difícil concordar com a ideia de neutralidade no jornalismo*, e conseqüentemente no telejornalismo. A intencionalidade faz parte assim da própria linguagem com que são forjadas as matérias [...].(grifos nossos)

Ao analisar as reportagens correlatas à greve, foi possível verificar que estas se iniciaram em 3 de fevereiro de 2015, tanto no Telejornal Paraná TV 1º edição quanto no Telejornal Paraná TV 2º edição³⁹. Entretanto, as chamadas foram distintas, bem como as reportagens em si. No TJPR-TV 1º a chamada foi a seguinte: “Professores de todo o estado realizam protesto”. Já o TJPR-TV 2º, teve a seguinte chamada: “Professores temporários protestam contra Beto Richa em Curitiba”.

Em ambas as reportagens o contexto era o mesmo. Tratava-se do descaso em relação as condições estruturais da educação no Paraná. Além disso, o governo

³⁹ A partir de agora serão tratados pelas seguintes abreviações, respectivamente: TJPR-TV 1º e TJPR-TV 2º.

do estado não havia depositado os salários dos professores PSSs desde janeiro, outra questão é que um grande contingente de professores PSSs havia sido demitido como medida de contenção de gastos, naquele momento as aulas já haviam sido distribuídas e o ano letivo se iniciaria nas próximas semanas.

Nesta ocasião, foram ouvidas duas professoras na rua, pela reportagem da 1º edição, entretanto, estas não foram identificadas. Vale lembrar que existe um grau maior ou menor de atribuição de credibilidade aos sujeitos falantes de acordo com sua identificação na reportagem. Já a reportagem do TJPR-TV 2º edição, apresentou-se apenas as pautas dos PSSs sobre reivindicação dos salários atrasados. Além disso, neste momento, entrevistou-se muito brevemente uma professora, por 15 segundos, esta também não foi identificada. A ênfase da reportagem foi dada ao fato dos manifestantes interditarem a rua, “de grande movimento” e que “houve confusão no trânsito” em decorrência da interdição, e ao fato dos motoristas ficarem irritados. Um deles ao ser entrevistado enfatizou que “a gente não tem nada a ver com a manifestação, só queria passar [...]”. (TJPR-TV 2º, 3 fev., 2015).

As reportagens que se seguiram, deram conta de acompanhar o embate entre o governo do estado e os servidores, tendo em vista que naquele momento haviam sido enviados para a ALEP os projetos de Lei, apresentados na terceira seção deste trabalho.

Via de regra, nas reportagens que se seguiram até o dia 06, iniciaram-se as ameaças efetivas de greve, com mais protestos sendo realizados por diversos locais do estado. Estes foram noticiados pelas duas edições do Telejornal.

No dia 06 de fevereiro no TJPR-1º edição a chamada era a seguinte: “*Secretário de Educação do Paraná afirmou que volta às aulas está garantida*”. Já na segunda: “*Professores realizam protestos em todo o Paraná*”; entretanto, era complementada pela ênfase de que “[...] apesar das manifestações por melhores condições de trabalho, o secretário da Educação do estado garantiu que o ano letivo começa na próxima segunda-feira” (TJPR-TV, 1º ed., 06 de fev., 2015). Essa afirmação era decorrente da entrevista realizada com o então secretário da educação, Fernando Xavier Ferreira, que teve a oportunidade de responder diversas questões em relação a educação.

Segundo o secretário disse na entrevista havia tranquilidade em relação ao número dos professores que era o adequado ao início do ano letivo. Além disso, respondeu à questões em relação ao corte de funcionários, enfatizando que o que ocorreu foi que “[...] nós tivemos realmente problemas que nos deixaram para tomar essas decisões muito próximo do início das aulas. Muitos diretores talvez não estejam informados ainda” (FERREIRA, 6 fev. 2015, TJPRTV 1º). Sobre o salário dos PSSs, de acordo com o secretário, estes não haviam recebido apenas a rescisão, que seria paga na última semana de fevereiro; afirmou que os salários estavam em dia, descreditando os argumentos dos professores PSSs em relação ao não recebimento.

A reportagem entrevistou brevemente, cerca de 30 segundos, uma diretora auxiliar, mais duas professoras, essas foram identificadas. Além dessas, um diretor e uma representante do sindicato. O secretário afirmou que existia problema maior de conjuntura econômica, em nível federal, o que ocasionou de certas decisões terem de ser refeitas. Ressalta-se que o secretário de educação, foi entrevistado no estúdio da RPC-TV, pelo âncora e por uma repórter. Além disso, como já havia ocorrido uma entrevista coletiva pela manhã, algumas questões já eram de conhecimento do secretário.

Na mesma reportagem, foram apresentados problemas de ordem relativa ao contexto da segurança pública, como assaltos às escolas, e falta de equipamentos em virtude dos roubos. Compreendemos que estas últimas por sua vez, corroboraram por miscigenar os contextos, que a princípio se tratava de problemas relativos a gestão governamental em relação a educação e os pagamentos dos trabalhadores, o segundo por sua vez, dizia respeito a assuntos práticos, relativos a questões esporádicas como o caso dos assaltos às escolas que tiveram equipamentos roubados. Ao apresentar todos estes assuntos de uma só vez, considerando esta ordem de apresentação, entendemos que o telejornal acabou por sobrepor uma questão à outra.

Para Somma Neto (2007, p. 37), no setor do jornalismo, sobretudo, quando se trata de questões políticas, “[...] vêm-se as matérias sendo construídas mediante a utilização de fontes e informações oficiais, priorizadas em detrimento de outras vozes, constantemente relegadas a um segundo plano, ou sequer ouvidas”. Assim, segundo este autor,

O direcionamento de pautas, matérias e reportagens no sentido de expressar e defender valores hegemônicos resulta num jornalismo capenga, no qual está presente o pensamento único como forma mais valorizada de expressão social. (SOMMA NETO, 2007, p. 37).

Os excertos apresentados anteriormente, retirados das reportagens veiculadas no início do mês de fevereiro de 2015, demonstram como se dão essas seleções. São perceptíveis as distinções entre a credibilidade atribuída à figura do então secretário em detrimento dos demais agentes sociais falantes, tanto no que se refere ao tempo, quanto ao teor das interlocuções, haja vista que a reportagem serviu como um momento de contrapartida para que o poder público, por meio da figura do secretário pudesse “responder aos questionamentos” dos professores. Ou seja, numa análise mais acurada, o momento serviu para que o governo pudesse se justificar em virtude das ações que vinha realizando, de modo a mostrar à população, que tudo o que havia de acusação, havia uma justificativa plausível.

Nos dias que se seguiram, durante o mês de fevereiro, foi possível verificar uma gama expressiva de matérias relacionadas a educação pública e, especialmente, a greve. Foram diversas as que apresentaram os protestos realizados, tanto pela categoria dos trabalhadores em educação, quanto de outras categorias, como a saúde por exemplo.

Uma questão interessante observada e que merece relevo, em relação aos textos produzidos para as matérias e, que puderam ser verificadas em diversos momentos, é o tratamento dado as pautas da categoria em relação às suas reivindicações. Os textos dão a entender que a luta da categoria, incluindo os protestos, as manifestações e a greve eram desenvolvidos com o intuito de defender os *salários* e os *benefícios* dos servidores.

Entendemos que, no sentido *lato* do termo, ao se referir às pautas como defesa de benefícios, ou que o governo tendia a retirar benefícios dos servidores, a intenção velada é indicar que existia benesses do Estado em relação aos servidores e que essas estavam em vias de serem retiradas. O que, em nossa avaliação, é diferente de dizer que existiam direitos constitucionais, alcançados historicamente, que estavam em vias de ser extinguidos.

De acordo com o dicionário *on-line de Língua portuguesa Priberam*, o termo *Benefícios* é um substantivo que significa: *Bem que generosamente se faz a alguém; Beneficiação; Mercê; favor; ganho; lucro*. Uma primeira análise, nos leva a compreender que se distingue, sobremaneira, daquilo que de fato se tratava a pauta dos servidores, dos *Direitos*. Que por sua vez, podem ser definidos, basicamente como: *O que pode ser exigido em conformidade com as leis ou a justiça; prerrogativa; poder legítimo; conjunto de normas e princípios legais que regulam as relações dos indivíduos em sociedade*.

É pertinente salientar que a linguagem é uma construção social, e esta por sua vez, como tal, tem como função fazer-nos comunicar. Assim como as imagens que são exibidas nas reportagens, os textos que compõe as narrativas possuem sua função, que é complementar aquilo que está sendo mostrado. Informar determinada coisa, ajudar a construir determinada realidade.

Deste modo, inferimos que a construção destes textos leva em consideração aquilo que se pretende comunicar, a mensagem que deve ser transmitida e compreendida de modo mais amplo possível, seguindo os preceitos dos Grupos de Comunicação, já indicados neste trabalho. Portanto, a escolha dos termos que serão apresentados e reiterados inúmeras vezes ao longo do assunto, neste caso, ao longo de mais de seis meses, exaustivamente, em diversas reportagens, não são escolhas aleatórias, realizadas ao acaso. O exemplo do uso dos termos citados indica como se podem ser percebidas estas escolhas.

A fim de ilustrar tal afirmação, selecionamos algumas breves passagens que apresentam o mesmo teor: a exemplo, reportagem exibida em 9 de fevereiro, na primeira edição, apresentava o título: *Greve de professores e funcionários estaduais continua por tempo indeterminado e, trazia a seguinte chamada: “Professores não deram aulas nesta segunda-feira (9). Eles protestam, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná com cartazes e nariz de palhaço”*(TJPR-TV 1º, 9 fev, 2015). Já o TJPR-TV 2º, trazia a seguinte chamada: *“Governo alivia cortes no orçamento após participação de professores em sessão da ALEP”*. (TJPR-TV, 2º ed, 09 de fev., 2015). A reportagem mencionada indicava que o governador Beto Richa pretendia criar uma comissão geral para aprovar os projetos que mexeriam com os salários dos professores o mais rápido possível. O conteúdo da reportagem por sua vez, trazia a seguinte explicação: *“As medidas se forem aprovadas vão*

retirar alguns dos benefícios da categoria” e, além disso, que houve, naquele momento, “muita reclamação dos professores que conseguiram entrar na ALEP” (TJPR-TV, 2º ed, 09 de fev., 2015).

No mesmo dia, na segunda edição, foi exibida uma reportagem na qual a chamada *“Professores entraram em greve por discordarem de uma série de medidas do governo que afetam a categoria, além de pedirem melhores condições de trabalho”* (TJPR-TV, 2º ed, 09 de fev., 2015), cujo teor afirmava que: *“Protestos contra medidas que cortam uma série de benefícios dos professores [...]. Esses protestos afetaram a vida de milhões de alunos. Os alunos que vieram a escola perderam a viagem [...]”*. (TJPR-TV, 2º ed, 09 de fev., 2015). E, além disso que, o começo do ano foi marcado por salas vazias, indignação dos alunos por perderem os conteúdos, e que aquela terça feira seria *“bastante complicada, de trânsito parado e de greve”*.

Assim se sucedeu durante o período do primeiro momento da greve, que teve seu ápice no dia 10 de fevereiro, na ocasião da formação da Comissão geral para a votação dos projetos, como já mencionado no decorrer da terceira seção deste trabalho. Nesta data foram apresentadas diversas pequenas matérias acerca do assunto.

No TJPR-TV 2º, a ênfase foi dada para a *“invasão dos manifestantes”* com a matéria que apresentava o seguinte título: *“Manifestantes invadem ALEP e votação de pacote é adiada”* (TJPR-TV, 2º ed, 10 de fev., 2015). A chamada por sua vez, enfatizava que novo pacote de medidas do governo pretendia cortar gastos, afetando diretamente a carreira de professores e funcionários estaduais. Ao analisar-se a composição dessa reportagem, percebe-se que o foco foi para a *invasão* (difere-se de ocupação), dos manifestantes (que neste momento já não eram mais chamados de professores/servidores/trabalhadores). O texto utilizado, acompanhava as imagens fortes, de empurra-empurra e dos servidores adentrando a ALEP, isso depois de terem sido impedidos de assistir a sessão.

O conteúdo da matéria informava que *“A sessão foi interrompida no momento da invasão”* (TJPR-TV, 2º ed, 09 de fev., 2015). Depois de apresentada, a fim de enfatizar a ação, o âncora na ocasião ressalta: *“Para detalhar para as pessoas ‘Em que momento a ALEP foi invadida pelos manifestantes?’”*. A Assembleia foi invadida assim que houve o anúncio da criação da comissão geral

[...] *Os manifestantes entraram sentaram nas cadeiras. A sessão começou tensa com discurso de oposição [...]*". (TJPR-TV 2º ed, 10 de fev. 2015).

No mesmo dia, foi realizada entrevista com um economista, cujo título era: *"Economista afirma que crise financeira é resultado de aos menos 10 anos de administração"* (TJPR-TV- 2º ed, 10 de fev., 2015). A chamada, por sua vez, foi a seguinte: *"Para José Pio Martins, a crise financeira que o Paraná enfrenta não é fruto de um trabalho recente, mas sim de um longo período administrativo"* (TJPR-TV- 2º ed, 10 de fev., 2015).

Nesta ocasião, explorou-se as falas do governador Beto Richa, realizadas em 6 de outubro de 2014, logo após a reeleição, nas quais ele afirmava que as contas do estado estavam em dia, como uma breve crítica a fala do então governador. Houve uma entrevista com o secretário da fazenda, este por sua vez, teve a possibilidade de esclarecer dúvidas em relação aos pacotes de medidas e a necessidade de sua aprovação para a manutenção das funções do estado.

Entretanto, a reportagem tentava demonstrar que a crise pela qual o governo estava passando, e, portanto, as ações que se configuravam naquele momento, eram fruto de governos anteriores, bem como em virtude de uma crise maior em nível federal. Assim, de modo implícito eximia em certa medida o atual governo da responsabilidade por tal crise, as ações de reforma seriam, portanto, necessárias para sanar tais dificuldades naquele momento.

Em síntese, o que se verificou neste primeiro momento, dentre as reportagens, foi a ênfase ao prejuízo que seria arcado pelos alunos ao ficarem sem as aulas e, por conseguinte, os prejuízos gerados à sociedade. Além disso, as pautas da categoria, por diversas vezes, eram confundidas, misturavam-se assuntos de ordem imediata, como o atraso no pagamento dos salários dos PSSs, as demissões em massa, o cancelamento da distribuição das aulas, que de fato estavam atrasando o início do ano letivo. Com assuntos, de caráter mais amplo, direitos como a questão da Parana Previdência que estavam sendo discutidos no bojo dos projetos de lei 06 e 060/2015, a princípio.

Os direitos, via de regra, são tratados como benefícios, assim como os manifestantes – servidores públicos – tidos como insatisfeitos, apesar das propostas do governo em manter seus benefícios e pagar os salários. Vê-se aqui, as confusões – deliberadas ou não – em relação as pautas e aos termos utilizados.

4.2.2 Curitiba, 29 de abril de 2015: conflito, confronto ou massacre?

Passaremos neste subitem de seção a expor as considerações acerca daquilo que pôde ser verificado por meio dos levantamentos realizados das reportagens que especificamente trataram de assuntos correlatos ao dia 29 de abril de 2015 e os acontecimentos que permearam todo este contexto.

Vale lembrar que quando se assiste a um telejornal, por exemplo, a realidade mostrada na tela é aquela que corresponde, antes de tudo, a um recorte dela própria (SOMMA NETO, 2007). Deste modo, as interferências propositais ou involuntárias são, segundo o autor, componentes que provocam, junto com os outros, o “[...] distanciamento efetivo entre a realidade tal qual ocorre e que é matéria prima do jornalismo, e uma realidade construída, mostrada na tela para milhões de pessoas todos os dias.” (SOMMA NETO, 2007, p. 35).

É válido ressaltar que no telejornalismo, nas reportagens de televisão, o ato de recortar a realidade para, a partir desse recorte, construir uma nova realidade, sobretudo, no que se refere aos assuntos da área política, parece constituir a fórmula vigente no processo de produção (SOMMA NETO, 2007). Assim, segundo Somma Neto (2007, p. 47), “[...] se verificam distanciamentos em relação à realidade propriamente dita, aparecendo nas matérias com temas políticos, via de regra, a realidade recortada e construída.”

Aqui consideramos, portanto, que as exposições nas reportagens faziam parte da realidade construída por meio do telejornalismo, já que, segundo essa concepção, não é necessariamente possível apresentar a realidade tal qual ela se faz, o que se apresenta são recortes, composições de imagens, que juntamente com os textos expressam parte da realidade que se pretende apresentar, já que a realidade sofre formas de interferência no processo de edição das reportagens.

Além desta interferência de ordem técnica, segundo Somma Neto (2007, p. 38),

Entre as mais variadas formas de interferência, além da influência normalmente exercida pelos meios de comunicação e, face das suas características técnicas próprias, estão outras restrições internas e externas, que são acrescidas à postura editorial da emissora [...] Trata-se de barreiras geradas pelo próprio Estado, ou

melhor, pelos indivíduos e grupos que exercem o poder em nome da sociedade.

Ao discorrer sobre tal aspecto do telejornalismo, Boni (2009) enfatiza que se tratando dos recursos disponíveis a TV digital, essas modificações podem ser mais profundas, em virtude das novas tecnologias que assim possibilitam. Segundo esta pesquisadora, “A televisão digital mistura os recursos do vídeo, na captação de imagens a partir do mundo real, com os do computador, onde o suporte em que são registradas já não mais se referem ao mundo ótico e sim aos números” (BONI, 2009, p. 107).

Com essa tecnologia é possível captar imagens e transformá-las nos números armazenados pela máquina e depois manipular as informações. Para Boni (2009, p. 108),

Tais imagens são, portanto, mais propensas a aceitar a manipulação. A imagem de síntese, a digital, possibilita alterações tanto em sua aparência quanto em sua forma sem que posteriormente se perceba que esta manipulação foi executada, a menos que mostrar esse processo seja a intenção do editor ou produtor.

Além disso, enfatiza que no sistema analógico esse processo não era tão simples e nem tão eficaz. Segundo explica,

O editor tentava modificar e melhorar a qualidade do registro, porém não tinha sucesso como hoje. São ações como essas, feitas diariamente pelos jornalistas ou a pedido deles, que manipulam as imagens, vistas posteriormente como representações da realidade simplesmente. (BONI, 2009, p. 110).

A partir das constatações de Boni (2009), compreendemos que a qualidade da imagem interfere na forma de representar a realidade pelo telejornalismo. Ou seja, o telespectador poderá atribuir maior ou menor grau de confiabilidade e veracidade àquilo que ele tiver acesso com melhor qualidade em termos de imagem que represente o real e de texto que possa ser compreendido sem grandes dificuldades. Entretanto, segundo Boni (2009), a imersão do espectador na cena diminui o senso crítico.

Vale lembrar que apesar de existir a possibilidade dessa maior aproximação do telespectador com as cenas por meio do acesso digital, e, apesar de haver as possibilidades de manipulação de imagens, e os recortes serem práticas comuns à profissão, considerando o tempo disponível na televisão para apresentar determinadas matérias, existe um código de conduta ética da profissão⁴⁰.

O documento tem como objetivo fixar as normas da atuação profissional na relação com a comunidade e com as fontes, “[...] neste conjunto são apresentados itens sobre o direito à informação e ainda a conduta, a responsabilidade e os deveres profissionais” (BONI, 2009, p. 113). De acordo com Boni (2009), esse código ajuda a evitar a tentação em relação a manipulação das imagens na prática do telejornalismo. Com a digitalização da produção telejornalística, segundo esta autora,

[...] as possibilidades de inserir elementos, retirar, alterar as cores, a iluminação ou mesmo construir todo um universo na tela apenas com recursos gráficos são uma tentação que fortalece a base da autoreferência midiática. Fica mais fácil para o jornalista referendar suas versões de qualquer fato com a possibilidade de ilustrar o que se fala utilizando recursos de arte, tanto na construção do universo a que se refere quanto simplesmente adequando a imagem gravada ao que tem interesse em representar. (BONI, 2009, p. 115).

Levando-se em conta tais constatações, é válido salientar que ao analisar as reportagens transmitidas pelos telejornais, devemos considerar tais possibilidades. Não em sentido maniqueísta, acreditando que tudo o que é transmitido pelo telejornalismo trata-se de algum tipo de manipulação deliberada, a fim de manipular a opinião pública. Mas sim, no sentido histórico, de tentar desvelar, como já indicado, o que se apresenta, como se apresenta e o porquê de tal forma de apresentação.

O que nos cabe, então, ao desenvolver a pesquisa acerca deste assunto, é questionar e problematizar tais afirmações e representações. Inclusive, em virtude de considerarmos como já enunciado, o jornalismo em si, e, o telejornalismo, como

⁴⁰ O documento completo pode ser acessado em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

sua ramificação como um meio orgânico, utilizado por intelectuais no sentido gramsciano do termo.

Assim, ao nos debruçarmos a conhecer como foram apresentados os fatos correlatos aos acontecimentos no dia 29 de abril, é perceptível que o contexto abrange os dias anteriores, especialmente, os dias 27 e 28, nos quais já havia uma grande preparação por parte do governo para que fosse possível assegurar a votação dos projetos, dessa vez “sem a interferência dos manifestantes” como havia ocorrido em fevereiro na ocasião da tentativa de votação. No dia 27 as reportagens afirmavam que o governo impediria a intervenção dos manifestantes na votação, e que os que estivessem em greve teriam as faltas descontadas de seus salários.

As reportagens apresentaram a preparação, o aparato policial disponível e questionaram as autoridades em relação a necessidade de todo aquele empreendimento. As autoridades, por sua vez, enfatizaram que se tratava da defesa do bom andamento da sessão, da segurança de efetivação da via democrática, já que os manifestantes haviam impedido o andamento das sessões anteriores em virtude da invasão da plenária. Assim, de acordo com as autoridades, chefe de segurança e presidente da câmara dos deputados, o aparato policial, cerceando o direito de ir e vir dos manifestantes em frente a ALEP tratava-se da defesa da ordem democrática. Segundo o Secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, no telejornal, o esquema de segurança montado pelo estado cumpria determinação do Tribunal de Justiça do Paraná. (TJPRTV-1º e TJPRTV-2º, 28 de abril, 2015)

Aqui explicita-se alguns excertos com caráter ilustrativo das afirmações em relação as nossas constatações, acerca do dia 29 de abril e seus desdobramentos. A primeira reportagem acerca dessa matéria, tinha o título “*Ademar Traiano nega entrada de professores na Assembleia Legislativa*”(TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015) em entrevista o deputado afirmou que apenas representantes do sindicato poderiam ocupar as galerias da ALEP e que iria usar a força policial para manter esta decisão, já que se tratava de decisão judicial.

No contexto de 29 de abril, foi apresentada reportagem, com entrevista a alunos, com o título de “*Alunos estão preocupados com a falta de aulas devido às greves de professores*” (TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015). Veja-se, apesar de todo o

imane conflito, em virtude do excesso de policiamento nas imediações da ALEP, havia a demonstração do prejuízo causado para os alunos em virtude da greve dos professores.

De acordo com a matéria *“Muitos alunos estão receosos com o ano letivo, que ficou marcado por duas greves e manifestações de professores ainda no primeiro semestre”* (TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015), existia a ênfase na necessidade de retorno das atividades, como se estas dependessem exclusivamente da boa vontade dos professores, como por diversas vezes afirmaram tanto o governador como o então secretário de educação do estado. Estes afirmavam que contavam apenas com o *“bom senso da categoria”*, já que a pauta havia sido vencida, e todas as reivindicações haviam sido atendidas” (TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015), bem como, já haviam debatido democraticamente *“durante 50 dias acerca dos projetos de lei e, que a aprovação desses não afetaria em nada os direitos dos servidores”* (TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015).

Assim, em exibição de 29 abril 2015, foi ao ar a matéria intitulada *“Beto Richa garante que mudanças na ParanaPrevidência não vão prejudicar servidores”*. Segundo a reportagem, “[...] o governador garantiu que as mudanças fiscais não vão afetar negativamente professores e servidores e culpou adversários políticos pela depreciação do projeto” (TJPRTV 1º, 29 de abril, 2015). No mesmo dia, a justiça reviu as liminares a pedido dos deputados de ocasião e, dessa vez, negou o acesso de professores à Assembleia Legislativa, apenas representantes de sindicatos poderiam entrar na ALEP durante a sessão. Essa questão foi pauta de matéria jornalística transmitida na mesma data.

Além dessas, foram feitas reportagens que davam conta do comportamento dos manifestantes, em relação a polícia, entre outras, considerando o número expressivo que vinha subindo de pessoas concentradas em frente a praça. No dia 29 especificamente, foi realizada ampla cobertura que foi transmitida tanto na 1º quanto na segunda edição do TJPR-TV. Uma das reportagens enfatizava que “[...] O governador garantiu que as mudanças fiscais não afetariam negativamente professores e servidores e culpou adversários políticos pela depreciação do projeto”. (TJPRTV-2º, 29 de abril, 2015). A reportagem ressaltava que de acordo com o governo as mudanças na ParanaPrevidencia não iriam prejudicar os servidores.

As reportagens que apresentaram os acontecimentos de violência contra os trabalhadores no dia 29 de abril, foram mais exploradas no TJPRTV-2º edição, na qual foram apresentadas cinco matérias, em todas elas foi utilizado o termo *Confronto* para se referir aos acontecimentos, dentre as imagens apresentadas pode-se observar: a derrubada da grade pelos manifestantes; a tentativa de adentrar a assembleia e a repressão policial.

No dia 30 de abril e nos dias que seguiram, foram inúmeras reportagens apresentadas, algumas delas eram repetidas integral ou parcialmente nas duas edições do telejornal. Houve um editorial especial do dia 29, pequenas matérias que davam conta dos “principais momentos”, eram recortes de imagens do ocorrido. Na ocasião, durante as filmagens, um cinegrafista do referido grupo foi atacado por um dos cães da tropa de choque, isto se tornou pauta para uma matéria específica.

Em duas ocasiões, ao ser apresentado o editorial especial do dia 29 de abril, este vinha acompanhado da música da banda Secos e Molhados, Sangue Latino, sob a interpretação da banda Titãs. Cuja letra, diz o seguinte:

*Jurei mentiras e sigo sozinho, assumo os pecados
Os ventos do norte não movem moinhos
E o que me resta é só um gemido. Minha vida, meus mortos,
meus caminhos tortos,
Meu sangue latino, minha alma cativa. Rompi tratados, traí os ritos
Quebrei a lança, lancei no espaço
Um grito, um desabafo.
E o que me importa é não estar vencido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos,
Meu sangue latino, minha alma cativa [...] (Composição: João
Ricardo / Paulinho Mendonça, 1973)*

Entendemos que, como afirma Somma Neto (2007), a televisão cria um autêntico laço social, a atuação profissional das equipes editoriais, os textos narrados, as imagens selecionadas, as cores a que são dados os enfoques, os ângulos das filmagens e, neste caso a música, constroem em certa medida o imaginário social acerca do evento representado, da realidade que é reconstruída por meio do telejornalismo.

O entendimento desta questão se faz pertinente, porque, trabalha-se como é perceptível com questões subjetivas, relativas as emoções que os

telespectadores podem atribuir a tal acontecimento. Ao utilizar desses recursos, é válido considerar que nesta ocasião houve uma tentativa de aproximação emocional com os telespectadores, não há como negar.

Entendemos que, violência do dia 29 de abril contra os trabalhadores da educação no Paraná repercutiu em nível internacional. Deste modo, é compreensível que estes acontecimentos não poderiam ser banalizados pelo telejornalismo nacional, tampouco regional. Além disso, como se tratou de um assunto de grande extensão e de interesse popular este, por sua vez, gerava pautas de interesse coletivo, diversas famílias afirmavam em entrevistas que assistiam todos os dias ao telejornal na “esperança de que se findasse a greve”, assim considera-se que estes assuntos renderam matérias jornalísticas importantes cujas coberturas estavam atreladas a uma possível ampliação de audiência.

4.2.3 A greve de 2015: quem falou por ela?

Rezende (2000) afirma que a linguagem telejornalística tem um fator muito característico que a distingue, por exemplo, do rádio e dos jornais impressos: a imagem. A força da mensagem icônica é tão grande que milhões de pessoas em todo o mundo, ainda hoje, acreditam que o que a tela mostra é a mais pura realidade.

Desse modo, entendemos que o fato de existir determinados atores sociais que dispõem de maior espaço e tempo para aparecer e falar durante as transmissões jornalísticas, levam estes a assumir o papel de protagonistas, de figuras credenciadas sobre tal assunto. Ao dispor de tempo em matérias, sobretudo, por meio de entrevistas estruturadas, o agente social em questão desfruta de uma maior credibilidade diante do conjunto social ao qual se dirige. Torna-se, então, a voz preponderante e, por conseguinte, a temática apresentada – defendida – por este, torna-se a mais ouvida e, por vezes, aclamada como verdade.

Em contrapartida, os agentes sociais menos ouvidos, ou aqueles que dispõem de menores espaços de tempo, tornam-se menos creditados sobre tais assuntos. Sobre esta questão, Somma Neto (2007, p. 98) afirma que

A estratégia da neutralização aparece na mídia representada figurativamente na atitude de “dar” a palavra a alguém ou a alguma instituição ouvindo seus membros [...]. Já a estratégia da objetivação pode ser compreendida pela própria linguagem referencial do jornalismo, em que há uma “sutil camuflagem do sujeito da enunciação”.

Consideramos, portanto, que o ato de “dar a voz” a determinados agentes sociais implica em corroborar para o reforço de tal ideia defendida por este. Colabora, em última instância, no conjunto da confirmação de determinada ideologia implícita na fala do sujeito.

Na prática cotidiana do jornalismo, como enfatiza Somma Neto (2007), é comum apresentar-se determinadas pessoas para falarem acerca dos assuntos que estão em pauta, essa prática, diz respeito àqueles princípios do telejornalismo já indicados por nós, no que tange ao princípio democrático, ou seja, ouvir-se versões divergentes sobre tal assunto.

Segundo os Grupos de Comunicação, ao proceder desse modo, a ideia de isenção está implícita, haja vista que são falas de agentes sociais que estão para além das opiniões pessoais dos jornalistas, são, portanto, falas de representantes públicos, agentes envolvidos direta ou indiretamente com tal questão, especialistas no assunto, entre outros.

Deste modo, o material produzido e difundido por todo o país ou somente em âmbito local, “[...] coloca o público em contato com agentes normalmente situados na condição de fontes autorizadas/oficiais, são autoridades no assunto ou detentores de cargos nos poderes constituídos”. (SOMMA NETO, 2007, p. 100).

Aqui, então, cabe resgatar brevemente, quais foram as vozes mais ouvidas acerca da greve. Entendemos pertinente observar esta questão, para compreender como se forjou o discurso predominante a respeito do contexto em questão. De modo geral, pode-se dizer que houve a tentativa por parte do telejornal de dar voz as diversas instâncias envolvidas em todos os momentos que permearam a greve.

Entretanto, quando procede-se a análise das reportagens, verifica-se que, de fato, quem “falou pela greve” foram os agentes sociais públicos, considerados representantes do povo: ou seja os deputados. Os deputados de ocasião, foram os que mais tiveram entrevistas apresentadas, com maiores tempos de fala e perceptivelmente maior tempo de contra argumentação em relação aos anseios da categoria. Ressalta-se que, em todas as reportagens que diziam respeito as votações, dos projetos, foram ouvidos, tanto os deputados de ocasião quanto os de oposição. A sequência das falas, por vezes se alterava.

Porém, quando se trata das entrevistas estruturadas, realizadas nos estúdios da Rede de televisão, bem como as que eram externas, mas compunham pautas mais elaboradas, essas, via de regra, traziam a voz dos representantes do governo, sendo eles: O presidente da Assembleia Legislativa, o secretário da Educação, o deputado líder do governo. Num segundo momento, em relação ao dia 29 de abril, ressoava, sobretudo, as falas dos representantes do governo, o secretário de segurança pública, o líder do governo, seguido do principal representante de oposição, líderes e/ou representantes sindicais, professores, e pais e alunos. Deste modo, verificou-se que, quem efetivamente falou pela greve, foram de fato os representantes do governo. Com base, em especial, nas fontes elaboradas dentro do próprio governo, como já indicado no trabalho.

Em nossa avaliação, apesar de sugerir a escolha com base democrática para a apresentação desses agentes sociais nas reportagens considerando sua relevância para o tratamento do assunto em questão, essas escolhas, fragilizam a compreensão da totalidade pelo telespectador. Isto porque, se em determinada matéria, apresenta-se as pautas da categorias, por vezes com termos confusos, ou explicados de modo superficial, e, além disso, apresenta-se (como ocorreu em diversas ocasiões) o secretário da educação, contra argumentando em relação a todas as pautas, dando a entender – que todas as reivindicações da categoria já haviam sido atendidas, e não apresenta-se um representante da categoria para debater sobre essas afirmações, isso deixa ao telespectador a impressão de que existia má vontade dos professores em relação às negociações com o governo.

Observamos que estas questões deram margem a compreensão de que os alunos estariam em prejuízos, em virtude da greve, que poderia ser findada com um pouco mais de *boa vontade dos professores*. Isso pode ser verificado em

diversas entrevistas com famílias de alunos, que apesar de apoiarem o movimento e enfatizarem que os professores deveriam lutar por seus direitos, afirmavam que “[...] pedimos que os professores façam um pouco mais de sacrifícios” e “pensem no futuro dos alunos.” (TJPR-TV 1^o ed, 14 de maio, 2015).

Em diversos momentos, ao se consultar as famílias, as mães se diziam revoltadas, tanto com o governo, quanto com a greve “*Onde está nosso dinheiro, nossos impostos?*” (TJPR-TV 1^o ed, 14 de maio, 2015). Segundo enfatizava o repórter nessa ocasião, “*Os pais querem que esse cabo de guerra entre professores e governo acabe*” (TJPR-TV 1^o ed, 14 de maio, 2015). É válido ressaltar, em relação a essa reportagem da qual foram retirados esses excertos, que o âncora do jornal se retratou, posteriormente, pela chamada que enfatizava que os alunos estavam a mais de um mês sem aulas. Quando na verdade, havia um equívoco, já que eles estavam a duas semanas sem aulas, em virtude desse segundo momento de greve.

Situações como essa puderam ser amplamente verificadas, retificações de diversas ordens, em relação a várias informações que eram enunciadas, mas posteriormente, precisavam de correção. Essas correções, não necessariamente, ocorriam no mesmo dia de exibição da reportagem. Em nossa avaliação, essa prática, apesar de constar nos princípios definidos pelos Grupos de comunicação, acaba por alterar os sentidos dados as matérias, visto que, para o telespectador, a informação incorreta, muitas vezes é apreendida e a retificação pode passar despercebida, quando esta é feita em outra ocasião, distante de seu contexto de origem.

4.3 A prática telejornalística e a formação da opinião pública

Diante do exposto até aqui, acerca do que pode ser verificado por meio dos levantamentos empreendidos, entendemos que as reportagens realizadas pelo telejornal Paraná TV 1^o e 2^o edições durante o ano de 2015, considerando, especialmente àquelas referentes a greve dos trabalhadores da educação pública, contribuíram na formação da opinião pública acerca destas questões.

É válido ressaltar que apesar de não estarem presentes em nossas análises, foram levantadas, no mesmo período, diversas outras reportagens que diziam respeito aos movimentos de greves, protesto e paralisações que vinham acontecendo no estado do Paraná, sendo essas: dos agentes penitenciários, dos servidores da saúde, entre outros servidores. Além dessas, ocorreram e foram noticiadas, greves do funcionalismo municipal de Curitiba, e dos caminhoneiros como demandas em relação ao governo federal, especialmente, relativas ao preço do diesel e dos fretes.

Portanto, buscou-se compreender como se apresentaram estes movimentos no telejornal em questão, quais concepções permeiam a construção das reportagens paranaense em relação a estes assuntos, com o foco, sobretudo, em nosso tema de investigação, a educação pública e esta categoria de trabalhadores.

Diante dos temas levantados e explicitados nos subitens anteriores desta seção, em relação ao contexto da greve, aos agentes sociais, a representação da educação pública, de seus servidores de suas pautas de reivindicação e da greve propriamente dita, bem como de todo o conflito e desdobramentos do dia 29 de abril, considera-se que o telejornalismo, corroborou na formação da opinião públicas sobre tais questões. Assim, atua no campo da ideologia, de modo a reforçar alguns estereótipos teóricos acerca do funcionalismo público e de suas pautas, em especial, por promover – intencionalmente ou não – a possibilidade de confusões entre termos.

Ao tratar desse assunto, cabe resgatar a discussão acerca do papel da ideologia atribuído por Gramsci e destacado nos escritos de Brandão e Dias (2007, p. 97) vejamos,

Ao tratar da ideologia como visão de mundo, como racionalidade de classe, Gramsci ajuda a compreender como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam, seja para manter sua posição hegemônica na sociedade, seja para construir um outro tipo de racionalidade. Dessa forma, pode-se melhor entender os caminhos escolhidos pelas classes sociais e suas organizações e o nível de crítica ou integração que determinada classe tem em relação às outras racionalidades. (BRANDÃO e DIAS, 2007, p. 97)

Numa perspectiva de análise gramsciana, torna-se nítido o projeto de sociedade ao qual o telejornalismo, a apresentar determinadas concepções se

alinha. Ao desenvolver tais afirmações, nos aproximamos dos conceitos elaborados e definidos por Gramsci, sendo estes, como destaca Vieira,

O conceito de Intelectual nos textos de Gramsci reúne, no mínimo, três sentidos principais: o intelectual tradicional, que despreza o sentimento popular e organiza-se como casta; o orgânico ao projeto do Estado burguês, que reproduz as condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas, que visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política. (VIEIRA, 2008, p. 77).

Entendemos que as representações apresentadas por meio das matérias jornalísticas, situam-se, no campo político-ideológico, que sua atuação pública manifesta-se de modo a contribuir para manutenção dessas relações e justificar determinadas ações do governo, como necessárias.

Como já enunciado, Antonio Gramsci admite a existência de grupos distintos de intelectuais, sendo eles os tracionais e os orgânicos. Assim, afirma que,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2000, p. 15).

A partir dessas considerações acerca, especificamente, das análises desenvolvidas até aqui, partilhamos da tese do intelectual como mediador político de Antonio Gramsci. Considera-se pertinente, analisar a atuação desse meio orgânico, em meio a conjuntura política atual, levando em conta que a maioria da população ainda se informa, via de regra, por meio dos noticiários televisivos.

Para Vieira (2008, p. 76), “Os intelectuais são analisados na obra de Gramsci como agentes políticos determinantes, isto é, como estrategistas responsáveis pelas funções de domínio e de direção cultural”. Entendemos, portanto, que a atuação mencionada, inclui-se no sentido de direção cultural, assim, contribui, para a formação de uma opinião pública acerca de tais questões.

Como afirmam Brandão e Dias (2007, p. 85), “O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois

se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão”. Portanto, deliberadamente ou não, as produções telejornalísticas, ao apresentarem tais versões, tais agentes sociais, tais fontes oficiais, longe de demonstrarem algum resquício de isenção, como pressupõem, atuam enquanto meio orgânico no campo político, na publicização e defesa dessa ideologia hegemônica, da conservação e reforçando as relações sociais já estabelecidas. Nesse sentido,

[...] cabe salientar que estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 83)

A indicação gramsciana de que o exercício da hegemonia ocorre em um âmbito mediado pelo regime parlamentar é sintomático, essa afirmação nos leva a compreender que de acordo com essa perspectiva significa que a hegemonia

[...] se consolida no Estado e no âmbito da política pela ação direta da sociedade executada pelo partido político. A conquista da hegemonia é um processo lento, no qual um grupo de intelectuais, mediante a ação do partido político, implanta sua ideologia com a colaboração dos grupos aliados. (GOMES, 2014, p. 93)

Deste modo, entende que a democracia é resultado da necessidade que o grupo dirigente tem de atrair outros grupos para si, assim, compreende-se a necessidade de reafirmação do discurso democrático, tantas vezes enfatizado pelo governo. De acordo com os estudos de Gomes (2007),

Gramsci afirmava que a transição de grupos é decorrente do desenvolvimento econômico e ocorre de forma molecular. Isso significa que alguns grupos assumem a condição de dirigentes em uma ordem estabelecida. Esse momento democrático é uma das formas de manutenção da hegemonia [...] (GOMES, 2014, p. 94).

Neste contexto, a ação dos intelectuais, e, neste caso, consideramos também o telejornalismo, tende a “consolidar a hegemonia de um determinado grupo sobre os demais [...]” (GOMES, 2014, p. 99). Concordamos com Somma

Neto (2007) quando afirma que o telejornalismo acaba funcionando como formador de opiniões.

Assim, “[...] as mensagens têm, em sua conformação, variáveis ligadas ao comunicador, como sua formação individual, sua filiação partidária, ou o momento político em que se realiza [...]” (SOMMA NETO, 2007, p. 71). Segundo este pesquisador, a noção de hegemonia desenvolvida por Gramsci “[...] é uma contribuição importante para entender o envolvimento entre a comunicação e as práticas próprias do exercício do poder.” (SOMMA NETO, 2007, p. 72). Já que, em diversas situações, a prática do jornalismo, associa-se a interesses e finalidades políticas. Vale salientar que para Somma Neto, há portanto,

[...] uma espécie de comprometimento político ideológico com o poder, ou melhor, com um determinado sistema de poder estabelecido. As emissoras de TV, e especialmente, as grandes redes com atuação e ramificações em todo o território nacional, têm desempenhado um papel importante nos processos políticos e eleitorais do país nos últimos anos (SOMMA NETO, 2007, p. 80).

Deste modo, pensar em um telejornalismo composto de isenção e neutralidade político-ideológica é algo que pode ser desmistificado por meio da pesquisa científica. Como ressaltam Brandão e Dias (2007, p. 83) “[...] os interesses sociais, que se colocam historicamente e se articulam de modo conflitante, se manifestam nos diversos discursos ideológicos”. Desse modo, ao desenvolver os estudos aqui apresentados, consideramos essas condições históricas conflitantes.

Assim, ao considerarmos que as produções humanas, entre elas a prática jornalística e telejornalística, contem suas linhas e entrelinhas, com base em seus condicionantes históricos. Em virtude de que, nas notícias, nas manchetes, nas ilustrações e desenhos, nas fotos, nas cores, nas imagens em movimento e nos sons, “[...] uma infinidade de valores, idéias, opiniões, são defendidos e difundidos pelas classes e grupos que exercem o poder.” (SOMMA NETO, 2007, p. 74), entendemos, que a pretensa neutralidade do meio jornalístico, diz respeito a uma concepção positivista da realidade, o que se distingue, sobremaneira, do entendimento que apresentamos, já que consideramos a materialidade das relações e a luta de classes como determinantes históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante daquilo que foi possível compreender por meio dos levantamentos realizados e das análises empreendidas, é possível admitir que existe uma relação dialética que não pode ser ignorada, entre as questões que envolveram a educação paranaense, a greve dessa categoria de trabalhadores em 2015, as ações do governo Richa e a atuação da imprensa paranaense, por meio do telejornalismo, acerca destas questões. Assim, identificamos que existem aspectos históricos, econômicos e políticos que balizam as reportagens construídas e exibidas pelo telejornal em questão, essas, por sua vez, pautam-se nos princípios políticos-editoriais dos seus respectivos Grupos de Comunicação.

Vale lembrar que a temática de fundo a partir da qual foi desenvolvido o estudo, desenrola-se a no contexto histórico conflituoso entre o governador do estado do Paraná, Carlos Alberto Richa (PSDB), que exerceu duas gestões, entre os anos (2014 a 2017) e os trabalhadores da educação paranaense, principalmente, relacionados ao Projeto de Lei 06/2015 e o Projeto de Lei Completar 06/2015, que culminou na greve dos trabalhadores da educação em 2015, que contou com a adesão massiva da categoria, incluindo todos os 399 municípios do estado do Paraná.

Entretanto, para que fosse possível compreender as ações deste modo de governar, foi necessário realizar uma retrospectiva histórica, a fim de compreender a gênese das políticas neoliberais e como estas se inseriam no contexto brasileiro desde os anos de 1990. Justifica-se essa retomada histórica como meio de compreender as ações do governo Richa no bojo das transformações históricas e como estas se alinham a lógica neoliberal de atuação política.

Consideramos que esse tema seria pertinente ao estudo, haja vista que, diz respeito tanto direta quanto indiretamente a atuação prática dos agentes sociais envolvidos, sendo eles: os professores; técnicos e demais trabalhadores da categoria *profissionais da educação*. Considera-se, portanto, que as políticas de remuneração, valorização, os direitos adquiridos historicamente, as ações dos diferentes governos diante desses direitos é assunto pertinente e relevante a ser estudado, já que estas, em última instância, interferem no contexto educacional,

tanto em seus aspectos amplos quanto aos mais restritos, como a prática pedagógica propriamente dita.

Assim, entendemos que estas instâncias macro interferem nas instâncias micro, das quais efetivamente decorre a atuação desta categoria. Além disso, ao considerar a greve um instrumento de luta e resistência e, sobretudo, de possibilidade de negociação da classe trabalhadora diante do empregador, o estudo dessa temática se faz pertinente a medida que busca demonstrar como são forjadas as ações dos governos e seus respectivos discursos perante este direito constitucional, que por vezes acaba sendo cerceado.

Como objetivo central da pesquisa intentou-se conhecer quais as relações poderiam ser verificadas entre a atuação da imprensa, especificamente, pelas notícias veiculadas pelo telejornal Paraná TV, acerca da educação pública paranaense e, sobretudo, da greve dos trabalhadores, com uma possível desvalorização da educação pública. Considerou-se, portanto, que desvelar essas relações tratava-se de um objetivo primordial. Para tanto, necessariamente, deveriam ser contextualizados historicamente, tanto a gestão do então governador, Carlos Alberto Richa, quanto as políticas propostas e ações realizadas direcionadas a educação pública, especialmente as voltadas para essa categoria profissional.

Como hipótese inicial considerava-se que a atuação da imprensa, por meio do telejornalismo, corrobora para uma construção da representação da educação pública e de seus trabalhadores pela sociedade, bem como, influencia a opinião pública a respeito da greve e seus desdobramentos. A hipótese completa de que partimos, está descrita na Introdução do trabalho.

Durante o estudo, tratamos de localizar algumas questões que estão presentes no cotidiano social, mas que nem sempre recebem um tratamento mais aprofundado. Dentre elas estão: democracia; direitos; greve; entre outras. Além dessas nos propomos a conceituar e diferenciar a partir do referencial teórico-metodológico materialista-histórico, alguns outros termos.

Consideramos que essa contextualização foi necessária à medida que nos propusemos a apresentar o movimento de greve que ocorreu em 2015 no estado do Paraná, e este trata-se de um elemento inerente a essa estrutura social. Dessa maneira tratamos de empreender as discussões sem perder de vista a perspectiva da totalidade histórica.

O estudo desenvolvido, indica que se pode considerar que a construção do telejornalismo paranaense, por meio das reportagens analisadas apresentou a greve dos trabalhadores da educação paranaense como prejuízo à sociedade, haja vista as afirmações que davam conta de que milhões de alunos estariam sendo prejudicados, entre outras afirmações do gênero.

Outra questão que merece relevo, trata-se do dia 29 de abril, e das ações de violência do governo em relação aos trabalhadores em greve. Como já indicado no corpo do trabalho, em relação a ilusão democrática do diálogo, ou seja, quando se faz necessário para manutenção da ordem, o Estado burguês, apresenta sua verdadeira face, lança mão do aparato de repressão policial para conter os trabalhadores, indiferente da categoria a que estes pertencem. Essa questão, em nossa avaliação, demonstra o caráter classista dos governos democráticos.

O trato dado a este fato pelo telejornal aqui analisado, demonstrou como a imprensa trata estes assuntos. A medida que nos debruçamos às análises, foi possível verificar que, reiteradamente, este foi tratado como *confronto* entre *manifestantes e policiais*. Ao abordar a questão deste ponto, é perceptível o alinhamento político-ideológico que permeia esta construção textual. Já que, ao se considerar um confronto, pressupõem-se dois lados, e, os dois em relação de igualdade, o que sabe-se que não houve, bem como considerava que a ação partiu dos primeiros em relação aos segundos na construção textual.

Ao serem analisadas as pautas da categoria apresentadas pelo telejornalismo, estas por vezes tiveram seus fundamentos omitidos, ou ao menos, confundidos com outros assuntos. Assim, como tentamos demonstrar na subseção que tratou dos textos e contextos. É válido ressaltar que tanto os agentes sociais, quanto as fontes credenciadas e oficiais consultadas, eram via de regra, a reafirmação do discurso hegemônico; ou seja, os agentes sociais mais ouvidos, eram representantes do governo, e, as fontes principais, eram decretos, projetos, deliberações e notas das instituições oficiais, como por exemplo: ALEP; Secretaria da Educação; entre outras.

Por fim, ressaltamos que as análises aqui apresentadas não dão conta de esgotar todos estes assuntos. Consideramos que mesmo ao findar tal estudo, seriam necessárias outras pesquisas, com vistas a ampliar o alcance e complementar o campo de reflexão. Entendemos a necessidade de continuamente

investigar e debater essas temáticas, pois trata-se da História, portanto, pode e deve ser melhor compreendida.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Cristina, KOUZMIN, Alexander. Dando nome à rosa: o discurso da nova Administração Pública no contexto brasileiro. **Lua Nova Revista de Cultura e Política: Rumos das Reformas**. nº 45. São Paulo, 1998. (p. 97-233). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a05n45>
Acesso em: 15 de fev. de 2019.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governador lamenta incidentes provocados pelos black blocs”. Curitiba: 29/04/2015, Agência Estadual de Notícias (Governo do Paraná).
Disponível em:
<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=83929>
Acesso em: 12 de outubro de 2019.

ARAÚJO, Angela de Aguiar. “29 de abril”...Para pensar o acontecimento discursivo na cobertura jornalística da greve dos professores do Paraná. In: _____ **Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Livro eletrônico. Org. Sérgio Luiz Gadini. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. (Série Referência) 217. ISBN: 978-85-67798-52-3. Disponível em:
[http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%84DSTI CAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%84DSTI CAS%20(DE)MARCADAS.pdf)
Acesso em: 05 de outubro de 2019

BATISTA, Roberto Leme. A ofensiva do capital e a reestruturação produtiva no final do século XX. In: _____ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; NOMA, Amélia Kimiko. (orgs). **Políticas públicas educação na Contemporaneidade**. Vol. 1 (175 p.) Coleção Políticas e gestão da educação. Maringá: Eduem, 2017. (pgs. 35-56)

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BONI, Fernanda Aiex. TV Digital: O aparelho de representação do real na edição de imagens no telejornalismo, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/2010-fernanda-aiex-boni.pdf>
Acesso em 20 de nov. de 2018.

BOZZA, Gabriel Alexandre; SOUZA, Rose Mara Vidal de. Transparência no poder visível: o caso da greve dos professores do Paraná em 2015. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**. Dourados-MS, vol. 04, n. 11, p. 174-185, 2015. Edição Especial.

Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/11/14.pdf>
Acesso em:

BOZZA, Gabriel Alexandre. O confronto político e os processos comunicativos do movimento emocional de professores na greve dos docentes do estado do Paraná em 2015. **EVINCI 2015 - UniBrasil**. Vol. 1, nº4, 2015.

<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/1001>
Acesso em: 10 de dez. de 2018.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Senado Federal. Brasília, 1988.

Legislação. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. Lei 7783 de 28 de junho de (1989). Senado Federal. Brasília, 1989.

Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.htm

Acesso em: 20 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Câmara de Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília (DF): Presidência da República; Câmara de Reforma do Estado, 1995. Disponível em:

<http://bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>
Acesso em: 10 de fev. de 2019.

BRANDÃO, Nágela Aparecida. DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da Ideologia em Antonio Gramsci. **Revista Trabalho & Educação** – vol.16, nº 2 – jul / dez - 2007

Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7160/5534>

Acesso em: 10 de julho de 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90**: Lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado, 1997. Disponível em:

http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf

Acesso em: 10 de fev. De 2019.

BRUSCHI, Valéria; et.al. **Mais Marx**: material de apoio à leitura d'O Capital – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução: Luiz Mariano de Campos.

CALEFFI, Renata. O papel do telejornal na construção de políticas públicas paranaenses sob a perspectiva da greve dos professores de 2015. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. **Anais**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3263-1.pdf>

Acesso em: 13 de dez. de 2018.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal**: e a crise dos sindicatos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado. **Novos Estudos**, CEBRAP n° 50, março, 1998 (p. 5- 12). Disponível em:

https://www.elaw.net.br/ensaios/Notas_sobre_a_reforma_do_Estado.pdf

Acesso em: 10 de fev. de 2019.

CARVALHO, Guilherme. O drama da comunicação pública no Paraná: o caso da RTVE-PR. **Famencos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, janeiro, fev./março/abr., 2016. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamencos/article/view/22092/13704>

Acesso em: 10 de dez. 2018.

CASTANHA, André P. Retornar às fontes. In: _____ **História da Educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. 1º ed. Alínea, 2013.

CASTRO, Pedro. **Greve**: fatos e significados. Ática. Série Princípios. São Paulo, 1986.

CAMOTTI, Elieti dos Santos. **As Universidades estaduais paranaenses e o governo Lerner (1995-1998 e 1999-2002): políticas públicas, privatismo e resistências**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2006.

Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2006-Eliete_Camotti.pdf

Acesso em: 15 de mar. 2018.

CANELAS, Carlos; ABREU, Jorge Ferraz de; GODINHO, Jacinto. A produção, difusão e recepção de conteúdos telejornalísticos na era da convergência digital. **Revista Interamericana de Comunicação midiática**. V.16, nº31, 2017. Santa Maria, RS. Disponível em:
Acesso em:

CHAUI, Marilena. Simulacro e Poder: uma análise da mídia. In: ROCHA, André (org.). **Escritos de Marilena Chaui**. Volume 3. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência. **Emancipação**, Ponta Grossa, p. 317-335, 2015. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>
Acesso em: 13 de dez. de 2018.

CUNHA, Patrícia Helena F.; GALA, Paulo. Do populismo às bandas cambiais: a evolução da política cambial no Chile de 1970 a 1999. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 3, pp. 35-53, julho/setembro de 2009.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n3/a03v29n3>
Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

DINIZ, Bismarck Duarte. **Direito do trabalho em sala de aula**: para apreender e consultar. UNIVAG/UNICEN. Cuiabá, 2000.

DIREITOS, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/direitos>
Acesso em: 20 de jun. de 2019

FERRAZ, Marcos A. dos Santos. 29 de abril: sindicalismo docente, regulação social e violência estatal. In: _____ Reunião Científica Regional da ANPED. XI ANPED-SUL: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 24-27 de julho, 2016. UFPRCuritiba. **Anais**. Disponível em:
http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wpcontent/uploads/2015/11/eixo4_MARCOSALEXANDRE-DOS-SANTOS-FERRAZ.pdf.
Acesso em: março de 2017.

FIGUEROA, Alfredo Rojas. Da resignação ao consentimento?: privatização da educação básica e média no Chile. **Caderno de Pesquisa**. nº 100, (p.49-56), março, 1997. Fundação Carlos Chagas. Tradução: Neide Luzia de Rezende. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/767/779>
Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

GADINI, Sérgio Luiz. Memórias, vidas em risco e alguns desafios da pesquisa em jornalismo no Paraná. In: _____ **Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Livro eletrônico. Org. Sérgio Luiz Gadini. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. (Série Referência) 217. ISBN: 978-85-67798-52-3.

Disponível em:

[http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTI%20CAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTI%20CAS%20(DE)MARCADAS.pdf)

Acesso em: 05 de outubro de 2017.

GADINI, Sérgio Luiz. A cobertura do “massacre” de 29 de abril pelos diários impressos paranaense. In: _____ **Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Livro eletrônico. Org. Sérgio Luiz Gadini. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. (Série Referência) 217. ISBN: 978-85-67798-52-3.

Disponível em:

[http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTI%20CAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTI%20CAS%20(DE)MARCADAS.pdf)

Acesso em: 05 de outubro de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. Atlas, São Paulo, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC: 1987.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390?show=full>

Acesso em 15 de jan. de 2019.

GOVERNO DO PARANÁ. Mensagem Governamental. Solicita retirada de matéria para reexame. OF-CEE/CC 202/15. Palácio do Iguazu. Curitiba, 12 de fevereiro de 2015.

Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/>.

Acesso em: 15 de junho de 2017.

GIAMBIAGI, Fabio ...[et al]. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES, Marco Antonio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)**. Dissertação de Mestrado em

Educação. Faculdade de Educação. Universidade de Campinas-UNICAMP. Data da defesa e aprovação:09/11/2001.

GOMES, Jarbas Mauricio. **Religião, educação e hegemonia nos *Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci***. Paolo Nosella, prefácio. Maringá: Eduem, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). In:_____ **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. P. 11-53.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **Capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LEITE, Márcia de Paula. **O que é greve**. Brasiliense. São Paulo, 1992.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da conjuntura**, Curitiba, v.3, n. 6, agosto/2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>
Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**.3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **MÉTIS: história & cultura** – v. 11, n. 21, p. 13-21, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2064/1215>
Acesso em: 17 de dez. 2019

MAGALHÃES, Aline Carneiro; MIRANDA, Lúlian. O direito fundamental à greve: uma análise trabalhista-administrativa. **Revista de Direito**, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Master/Downloads/75-206-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2017

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. LENIN, Vladímir Ilitch. **Manifesto do Partido Comunista e Teses de Abril**. Textos introdutórios de Tariq Ali. 1 ed. Boitempo. São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 34 ed. Livro 1.vol.1. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016. tradução Reginaldo Sant'Anna.

MARX, KARL. In: IANNI, Octávio **Marx: sociologia**. 7º ed. São Paulo: Ática, 1992.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

METAS DE GOVERNO (2011 – 2014). Beto Richa e Flávio Arns. Paraná, 2010. Disponível em:
http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20planodegoverno_web.pdf
Acesso em 15 de setembro de 2018.

MINTO, Lalo Watanabe. Contexto histórico da 'redemocratização' da sociedade brasileira e a democratização da educação. In:_____ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; NOMA, Amélia Kimiko. (orgs). **Políticas públicas educação na Contemporaneidade**. Vol. 1 (175 p.) Coleção Políticas e gestão da educação. Maringá: Eduem, 2017. (pgs. 146-172)

NOMA, Amélia Kimiko. O Neoliberalismo: doutrina, movimento e conjunto de políticas. In:_____ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; NOMA, Amélia Kimiko. (orgs). **Políticas públicas educação na Contemporaneidade**. Vol. 1 (175 p.) Coleção Políticas e gestão da educação. Maringá: Eduem, 2017. (pgs. 100-124)

ORSO, José Paulino. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In:_____ LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados; 2007.

PAULO NETTO José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARANÁ (Estado). Projeto de Lei 060/2015. Mensagem 002/2015. Anteprojeto de Lei. Dispõe sobre a criação do Programa de estímulo à Cidadania fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências. Gabinete do governador. Casa Civil. Curitiba, 04 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/> . Acesso em: 15 de junho de 2017.

_____. Projeto de Lei Complementar 006/2015. Mensagem 001/2015. Anteprojeto de Lei. Institui no âmbito do Estado do Paraná o regime de previdência complementar. Gabinete do governador. Casa Civil. Curitiba, 04 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. Reforma do Estado e da educação no Brasil a partir da década de 1990: novos padrões de administração pública e de gestão educacional. In: _____ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; NOMA, Amélia Kimiko. (orgs). **Políticas públicas educação escolar no Brasil**. Vol. 2 (183 p.) Coleção Políticas e gestão da educação. Maringá: Eduem, 2017. (p. 42-57)

PLANO DE GOVERNO (2011 – 2014). Beto Richa e Flávio Arns. Paraná, 2010. Disponível em: <http://download.uol.com.br/eleicoes/2010/propostas/PR/PPR160000001071.pdf> Acesso em: 15 de setembro de 2018

PLANO DE METAS (2015 – 2018). Beto Richa. Paraná, 2014. Disponível em: http://www.betoricha.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-De-Governo-Beto-Richa_2014.pdf Acesso em: 15 de setembro de 2018

RAMOS, Carlos Vinícius. **A Política de remuneração de professores da rede pública no estado do Paraná (2011-2016): avanços e retrocessos**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2018. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2018/2018%20-%20Carlos%20Ramos.pdf> Acesso em: 15 de mar. de 2019.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO: PLANO DE METAS (2015 – 2018) BETO RICHA. Paraná, 2017. Disponível em: http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20/Plano_de_metas_15_18/Relatorio_plano_de_metas_secretarios_Por_Area_Tematica.pdf Acesso em: 15 de setembro de 2018.

RUBIM, Célia Aparecida Estevo. **Formação de Professores: conteúdos de textos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2009 – 2015)**. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2018.

Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2018/2018%20-%20Celia%20Rubim.pdf>

Acesso em: 15 de mar. de 2019.

RUSCHEL, René. **Paraná - O governo Richa desmancha-se no ar**. In: Carta Capital, 30/04/2015.

Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-richadesmancha>.

Acesso em: 12 de outubro de 2017.

SECCHI, Leonardo. ITO, Leticia Elena. Think tanks e Universidades no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública.

Planejamento e Políticas públicas. n. 46 , jan./jun. 2016. (p. 333-354)

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/554/395>

Acesso em: 15 de fev. de 2019.

SOUZA, Florentina das Neves; PIVETA, Patrícia. A evolução tecnológica da edição do telejornalismo. **Revista Famecos**. v.18, nº 12, 2011. Porto Alegre, RS. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/9468/6561>. Acesso em 15 de jan. 2019.

SHIROMA, Eneida Oto. CAMPOS, Roselane Fátima. GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v.23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>

Acesso em 15 de out. de 2018.

SILVA, Cid Cordeiro. **A estratégia financeira e fiscal de Beto Richa – 2015 a 2018 – para cobrir o rombo de caixa de R\$ 6,3 bilhões**. Associação de praças do estado do Paraná-APRA: 2015.

Disponível em: <http://www.aprapr.org.br/2015/06/02/a-estrategia-financeira-e-fiscal-de-beto-richa-2015-a-2018-para-cobrir-o-rombo-de-caixa-de-r-63-bilhoes/>

Acesso em: 15 de mai. De 2019

SILVA, Giselle Tomé. **Tensão e narrativas no fotojornalismo em Londrina: a greve da educação no Paraná (2015)**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR. 2017
Disponível em:
Acesso em:

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Lutas Sociais**, nº 7, 2001. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18778/13962>
Acesso em: 15 de fev. de 2019. (p.1-9)

SILVA, Raquel Alessandra de Deus. **Políticas para formação de professores da educação básica e orientações da UNESCO para a América Latina e Caribe (2003-2015)**. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2019.
Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2019/2019%20-%20Raquel%20Alessandra%20de%20Deus%20Silva.pdf>
Acesso em: 15 de mar. de 2019.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. 2º ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VENTURA, Claudimir Antonio; ROTTA, Lourdes; MEZZARI, Natalina Francisca. O PEDAGOGO: um pouco da história, teorias e vivências. In: _____ MEZZARI, Natalina Francisca. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Estado da Educação – SEED. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2010. Versão Online ISBN 978-85-8015-053-7. Cadernos PDE.
Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_unioeste_pedagogo_md_natalina_francisca_mezzari.pdf
Acesso em 15 de dezembro de 2020.

VIANA, Nildo. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**. nº 5, jul./dez. 2008. (p. 4-10). Disponível em:
https://www.academia.edu/2772090/Breve_Hist%C3%B3ria_do_Neoliberalismo
Acesso em: 14 de fev. de 2019

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de história da Educação**. Campinas, n. 16, jan./abr., 2018. P. 63-85.

WOITOWCZ, Karina Janz; SANTOS, Volney Campos. Mídia e propaganda política na greve dos servidores públicos do Paraná: impasses do direito à comunicação democrática. In: _____ **Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015.** Livro eletrônico. Org. Sérgio Luiz Gadini. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. (Série Referência) 217. ISBN: 978-85-67798-52-3.

Disponível em:

[http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%84DSTI%20CAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%84DSTI%20CAS%20(DE)MARCADAS.pdf)

Acesso em: 05 de outubro de 2017

APÊNDICES

TABELA 1: PARANÁ TV 1º EDIÇÃO – 2015

DATA	TÍTULO	DURAÇÃO REPORTAGEM	CHAMADA	Link de acesso
Exibição em 3 Fev 2015	Professores de todo o estado realizam protesto	3 min	Os professores reclamam principalmente dos salários atrasados, e segundo o APP Sindicato, professores temporários ainda não receberam o pagamento de dezembro.	https://globoplay.globo.com/v/3938535/
Exibição em 4 Fev 2015	Professores protestam no Paraná	5 min	Professores foram para as ruas reclamar sobre a insegurança do emprego.	https://globoplay.globo.com/v/3941364/
Exibição em 4 Fev 2015	Sindicato reclama dos atrasos no pagamento dos salários de professores	5 min	Há ainda reclamações sobre a falta de vaga para aluno nas escolas estaduais.	https://globoplay.globo.com/v/3941329/
Exibição em 5 Fev 2015	Em Curitiba, diretor de escola estadual anuncia cancelar retorno às aulas	7 min	A decisão foi tomada após a demissão de dez funcionários temporários que trabalhavam na Colégio Estadual Manoel Ribas. De acordo com o diretor da escola, apenas uma concursada está disponível para atender as necessidades dos estudantes.	https://globoplay.globo.com/v/3944762/
Exibição em 6 Fev 2015	Secretário de Educação do Paraná afirmou que volta	14 min	Fernando Xavier Ferreira respondeu as perguntas e dúvidas de professores e	https://globoplay.globo.com/v/3947230/

	às aulas está garantida na segunda (9)		funcionários sobre os problemas na área de educação	
Exibição em 7 Fev 2015	Professores pedem melhores condições de trabalho no Paraná	3 min	Uma greve da categoria está marcada para a partir de segunda-feira (9).	https://globoplay.globo.com/v/3949399/
Exibição em 7 Fev 2015	Professores da rede estadual do Paraná decidem entrar em greve	36 seg	A greve começa a partir de segunda-feira (09) e, segundo os representantes da classe, é motivada principalmente por más condições de trabalho.	https://globoplay.globo.com/v/3949318/
Exibição em 9 Fev 2015	Em greve, professores protestam no Centro Cívico de Curitiba	5 min	Mais de 900 mil estudantes da rede pública do Paraná estão sem aula.	https://globoplay.globo.com/v/3952647/
Exibição em 9 Fev 2015	Greve de professores e funcionários estaduais continua por tempo indeterminado	7 min	Professores não deram aulas nesta segunda-feira (9). Eles protestam, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná com cartazes e nariz de palhaço.	https://globoplay.globo.com/v/3952874/
Exibição em 10 Fev 2015	Greve dos professores da rede estadual entra no segundo dia em todo Paraná	1 min	Professores e outros servidores estaduais se reúnem no Centro Cívico de Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/3955774/
Exibição em 10 Fev 2015	Servidores fazem fila para acompanhar sessão plenária na Assembleia Legislativa	4 min	Deputados podem votar 'pacotagem' enviado à Casa pelo governador Beto Richa (PSDB).	https://globoplay.globo.com/v/3955825/

Exibição em 10 Fev 2015	Professores das universidades estaduais aderiram a paralisação	42 seg	Eles são contra os cortes feitos pelo governo do estado.	https://globoplay.globo.com/v/3956021/
Exibição em 11 Fev 2015	Servidores estaduais invadem plenário da Assembleia	4 min	Professores e funcionários públicos invadiram plenário da Assembleia Legislativa do Paraná após deputados aprovarem uma manobra regimental permitindo que o 'pacotaço' fosse aprovado em apenas um dia pela Casa	https://globoplay.globo.com/v/3958308/
Exibição em 11 Fev 2015	Secretário da Casa Civil, Eduardo Sciarra, fala sobre os protestos de servidores	15 min	Conjunto de medidas de austeridades do Governo do Paraná desencadeou uma série de protestos pelo estado. Professores chegaram a invadir a Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/3958809/
Exibição em 11 Fev 2015	Presidente da OAB comenta futuro dos professores	2 min	Categoria está em greve desde segunda-feira (9). Na terça-feira (10), manifestantes invadiram o Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/3958353/
Exibição em 11 Fev 2015	Deputados estaduais decidem pelo cancelamento de sessão de terça-feira	2 min	Por causa da invasão de manifestantes, deputados estaduais realizaram uma reunião a portas fechadas durante a manhã desta quarta-feira (11) e decidiram pelo cancelamento da sessão de terça-feira (10)	https://globoplay.globo.com/v/3958399/

Exibição em 11 Fev 2015	Mesmo com mandato de reintegração de posse manifestantes não desocupam Assembleia	4 min	Servidores públicos e professores acamparam dentro e fora da Assembleia após invasão. Governo conseguiu mandato de reintegração de posse, mas manifestantes não desocuparam prédio. Deputados realizaram uma sessão no gabinete da presidência na manhã desta quarta-feira (11) e decidiram que farão nova votação para definir se criam ou não Comissão Geral.	https://globoplay.globo.com/v/3958245/
Exibição em 12 Fev 2015	Veja o relato de uma professora temporária do Paraná que não sabe se terá aula neste ano	3 min	Professores temporários temem ficar sem emprego	https://globoplay.globo.com/v/3961206/
Exibição em 12 Fev 2015	Chega ao quarto dia a greve dos professores e servidores da educação	6 min	Outras categorias já aderiram ao movimento	https://globoplay.globo.com/v/3961217/
Exibição em 12 Fev 2015	Manifestantes bloqueiam entrada de deputados e servidores da Alep	2 min	Esta quinta-feira (12) marca o segundo dia de ocupação do Legislativo Estadual.	https://globoplay.globo.com/v/3961273/
Exibição em 12 Fev 2015	Deputados realizam sessão no restaurante da Assembleia	2 min	Sessão teve momentos delicados, e o líder do governo, deputado Luiz Claudio Romanelli, falou sobre mudanças no 'pacotaço'	https://globoplay.globo.com/v/3961256/
Exibição em 13 Fev 2015	Greve dos professores entra no quinto dia no Paraná	4 min	Os servidores continuam acampados no Centro Cívico de Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/3964260/

Exibição em 13 Fev 2015	Quinta-feira foi um dia de manifestação popular na Assembleia Legislativa	3 min	Deputados entraram na Assembleia escoltados; polícia serrou grade lateral da Casa para a passagem dos parlamentares.	https://globoplay.globo.com/v/3964345/
Exibição em 13 Fev 2015	Confira o clip com as imagens da ocupação na Assembleia Legislativa	2 min	Série de protestos marcaram a semana no Paraná Professores e funcionários estaduais de várias áreas protestaram contra a votação de um pacote de medidas de austeridade, o "pacotaço", suspenso nessa semana.	https://globoplay.globo.com/v/3964546/
Exibição em 13 Fev 2015	Beto Richa fala sobre a crise econômica do Paraná	5 min	Após quatro dias de manifestações contra o pacote econômico, o governador do Paraná, Beto Richa, comentou sobre os protestos e as finanças do estado.	https://globoplay.globo.com/v/3964385/
Exibição em 13 Fev 2015	Romanelli comenta sobre manifestações e votação do pacote de medidas	2 min	O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Luiz Claudio Romanelli falou sobre o momento em que o Paraná se encontra.	https://globoplay.globo.com/v/3964932/
Exibição em 13 Fev 2015	Cientista político comenta greves que acontecem em todo o Paraná	4 min	O cientista político Emerson Cervi comenta sobre os efeitos das manifestações que atingem todo o estado do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/3967266/

Exibição em 13 Fev 2015	Confira os principais momentos das manifestações e protestos na ALEP	2 min	Professores e funcionários estaduais de várias áreas protestaram contra a votação de um pacote de medidas de austeridade, o "pacotaço", suspenso nessa semana	https://globoplay.globo.com/v/3965105/
Exibição em 14 Fev 2015	Com retirada do pacote de medidas para revisão, professores conquistam vitória parcial	2 min	Parcialmente, pois conseguiram com que o "pacotaço" fosse retirado de votação para revisão. Porém, a greve continua. Profissionais lutam pelos seus direitos e melhores condições de trabalho.	https://globoplay.globo.com/v/3966981/
Exibição em 16 Fev 2015	Professores seguem acampados em frente a Assembleia e recebem doações da população	2 min	Em greve há uma semana, professores que permanecem acampados em frente a Assembleia Legislativa contam com ajuda da população para suprir as necessidades.	https://globoplay.globo.com/v/3970436/
Exibição em 19 Fev 2015	Reunião define futuro da greve dos professores estaduais	2 min	Encontro foi marcado para o Palácio Iguazu, sede do Governo do Paraná	https://globoplay.globo.com/v/3977666/
Exibição em 19 Fev 2015	Professores da rede estadual do Paraná seguem em greve	7 min	Eles pedem melhorias de salários e condições de trabalho.	https://globoplay.globo.com/v/3977901/
Exibição em 20 Fev 2015	Sem acordo, servidores da educação mantêm greve	4 min	Reunião com representantes do governo que seria esta manhã foi transferida para a tarde.	https://globoplay.globo.com/v/3980698/

Exibição em 21 Fev 2015	Professores em greve passam a manhã reunidos na sede do sindicato em Curitiba	3 min	Os representantes da APP Sindicato confirmam avanços, mas ainda há pontos a serem analisados. A greve continua por tempo indeterminado.	https://globoplay.globo.com/v/3983151/
Exibição em 23 Fev 2015	Greve dos professores entra na terceira semana no Paraná	2 min	Quase um milhão de alunos seguem sem aula em todo o estado	https://globoplay.globo.com/v/3986822/
Exibição em 23 Fev 2015	Em Quitandinha, alunos e professores se preocupam com a falta de aula nas escolas	9 min	Como a greve dos professores está preocupando os estudantes de escolas estaduais, que já estão sem aula há duas semanas.	https://globoplay.globo.com/v/3986856/
Exibição em 24 Fev 2015	Greve dos servidores estaduais da Educação entra no 16º dia	8 min	Os professores e funcionários de escolas estaduais continuam acampados na Praça Nossa Senhora de Salete.	https://globoplay.globo.com/v/3989621/
Exibição em 25 Fev 2015	Greve da educação pública do Paraná chega ao 17º dia	3 min	A marcha, nesta quarta-feira (25), foi mais um ato dos professores para reclamar dos salários atrasados, da falta de condições nas escolas e da falta de respeito com os profissionais da educação.	https://globoplay.globo.com/v/3991838/

Exibição em 25 Fev 2015	Professores e Governo do Paraná se reúnem para tentar acabar com a greve	2 min	Essa é a terceira tentativa de negociação.	https://globoplay.globo.com/v/3991838/
Exibição em 25 Fev 2015	Professores fecham ruas do Centro de Curitiba em passeata	2 min	Em greve, eles protestaram contra medidas do governo estadual.	https://globoplay.globo.com/v/3991919/
Exibição em 25 Fev 2015	Governador Beto Richa fala sobre a greve dos professores estaduais	9 min	Professores estão em greve desde o dia 9 de fevereiro.	https://globoplay.globo.com/v/3991984/
Exibição em 25 Fev 2015	Continuação: Governador Beto Richa comenta a greve dos professores estaduais	9 min	Categoria está parada desde o dia 9 de fevereiro.	https://globoplay.globo.com/v/3992163/
Exibição em 25 Fev 2015	Professores continuam protesto em frente ao Palácio Iguazu	3 min	Reunião entre categoria e governo pode definir rumos da greve.	https://globoplay.globo.com/v/3992126/
Exibição em 26 Fev 2015	APP-Sindicato se reúne para avaliar propostas apresentadas pelo Governo do Paraná	4 min	Nesta quinta-feira (26), na sede da APP-Sindicato, representantes dos 29 núcleos de educação de todo o Paraná avaliaram as propostas que foram apresentadas pela equipe do governador Beto Richa (PSDB).	https://globoplay.globo.com/v/3994821/

Exibição em 26 Fev 2015	Professores mostram como passam as noites no acampamento da greve	6 min	Veja como os grevistas se organizam para dormir em frente aos poderes Executivo e Legislativo do estado.	https://globoplay.globo.com/v/3995728/
Exibição em 27 Fev 2015	Greve dos professores continua pelo menos até 4 de março	3 min	Presidente do sindicato afirma que as escolas não têm recursos para receber os estudantes	https://globoplay.globo.com/v/3997794/
Exibição em 2 Mar 2015	Professores da rede municipal aderem à greve em Paranaguá	3 min	Os professores reclamam principalmente da falta de estrutura nas escolas da região, e se juntaram ao protesto que mobiliza professores de todo o estado.	https://globoplay.globo.com/v/4003951/
Exibição em 2 Mar 2015	Liminar do TJ define que professores em greve devem voltar às salas de aula	5 min	Segundo a liminar, professores do terceiro ano do ensino médio e 30% do servidores administrativos devem retornar ao trabalho.	https://globoplay.globo.com/v/4003969/
Exibição em 3 Mar 2015	Hospital Universitário amanhece lacrado em Maringá	2 min	O hospital não abriu por causa da greve de funcionários, que já dura mais de vinte dias e foi intensificada nesta semana.	https://globoplay.globo.com/v/4006649/
Exibição em 3 Mar 2015	APP-Sindicato deve recorrer de decisão do Tribunal de Justiça	4 min	O TJ determinou que professores de alunos do terceiro ano do ensino médio e 30% dos servidores da educação voltassem às salas de aula.	https://globoplay.globo.com/v/4006727/

Exibição em 3 Mar 2015	Professores de escola estadual resolvem voltar ao trabalho em Curitiba	1 min	Segundo a APP Sindicato, a escola é a única a dar início ao ano letivo, sendo que as demais permanecem em greve.	https://globoplay.globo.com/v/4006767/
Exibição em 4 Mar 2015	Professores se reúnem na Vila Capanema e decidem manter a greve	2 min	Em uma enorme reunião que aconteceu no estádio, os professores e servidores decidiram manter a greve, realizando uma caminhada até a ALEP na sequência.	https://globoplay.globo.com/v/4009437/
Exibição em 4 Mar 2015	Professores não se satisfazem com propostas do governo e decidem manter greve	5 min	A greve já dura mais de vinte dias, sendo que uma grande mobilização da categoria aconteceu nesta quarta-feira (04) na Vila Capanema.	https://globoplay.globo.com/v/4009638/programa/
Exibição em 5 Mar 2015	Escolas estaduais continuam fechadas em todo o Paraná	4 min	Professores e servidores estaduais da educação decidiram manter a greve por tempo indeterminado.	https://globoplay.globo.com/v/4012403/programa/
Exibição em 6 Mar 2015	Maior paralisação de professores e servidores dos últimos 25 anos deve continuar	4 min	Mães e pais reclamam da situação, já que muitos alunos estão em casa ociosos enquanto os professores não retornam às salas de aula.	https://globoplay.globo.com/v/4014917/programa/
Exibição em 9 Mar 2015	Professores e funcionários estaduais suspendem greve no Paraná	4 min	Greve teve adesão de 100 mil servidores e durou 29 dias em todo o estado. Se reivindicações não forem cumpridas, aulas podem parar novamente	https://globoplay.globo.com/v/4021525/programa/

Exibição em 9 Mar 2015	Aulas da rede pública estadual do Paraná voltam na quinta-feira (10)	2 min	Greve dos professores e funcionários foi suspensa em assembleia nesta segunda (9).	https://globoplay.globo.com/v/4021586/programa/
Exibição em 10 Mar 2015	Professores se organizam para a volta as aulas	2 min	Após quase um mês de paralisação, as escolas estaduais receberão os alunos na quinta-feira (11).	https://globoplay.globo.com/v/4024213/programa/
Exibição em 11 Mar 2015	Expectativa é grande para o começo das aulas da rede estadual de ensino amanhã	4 min	Mas será que todas as escolas já estão prontas para receber seus alunos?	https://globoplay.globo.com/v/4027328/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Acompanhe a volta as aulas após paralisação dos servidores no Paraná	4 min	Ano letivo começa hoje para mais de um milhão de estudantes da rede estadual.	https://globoplay.globo.com/v/4029528/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Alunos falam sobre a expectativa da volta às aulas	3 min	Depois de 29 dias de greve, começou o ano letivo na rede estadual de ensino. A RPC acompanhou a ida de uma turma de alunos de Curitiba para o primeiro dia de aula de 2015.	https://globoplay.globo.com/v/4029598/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Escola organiza festa para receber alunos em Londrina	2 min	Após os 29 dias de greve, os professores receberam os alunos de uma escola estadual com uma alegre comemoração.	https://globoplay.globo.com/v/4029644/programa/

Exibição em 12 Mar 2015	Após 29 dias de greve escolas estaduais abrem as portas	7 min	Relembre as reivindicações dos servidores.	https://globoplay.globo.com/v/4029722/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Escolas devem receber alunos mesmo com problemas de infraestrutura	4 min	O Fundo Rotativo que foi repassado às escolas deve servir para resolver pequenos problemas, mas reformas mais amplas não devem acontecer.	https://globoplay.globo.com/v/4029721/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Relembre momentos marcantes da paralisação dos servidores	2 min	Professores e funcionários ficaram quase um mês em greve.	https://globoplay.globo.com/v/4029902/programa/
Exibição em 13 Mar 2015	Confira a situação das escolas, neste segundo dia de aula após a greve	3 min	As escolas estaduais estão passando por dificuldade como falta de professores, prestadores de serviços e alimentação.	https://globoplay.globo.com/v/4032612/programa/
Exibição em 13 Mar 2015	Pais se deparam com falta de professores para o ensino especial	2 min	Alunos com deficiência precisam da atenção integral de professores especiais. Este serviço, porém, foi reduzido pelo Governo do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4032811/programa/

Exibição em 13 Mar 2015	Estudantes e professores mandam vídeos para contar como foi a volta às aulas	1 min	Após 29 dias de greve dos professores e funcionários da educação do Paraná, ano letivo começou nesta semana no estado.	https://globoplay.globo.com/v/4032854/programa/
Exibição em 14 Mar 2015	Pais e alunos fazem mutirão para arrumar escola em Curitiba	2 min	Comunidade escolar quer transformar ação feita em escola do bairro Boqueirão em rotina.	https://globoplay.globo.com/v/4034780/programa/
Exibição em 18 Mar 2015	Colégios de Curitiba enfrentam dificuldades no início do ano letivo	2 min	Professores e alunos encontram problemas de infraestrutura nas escolas no início do ano letivo, mesmo com as reivindicações da última greve de professores.	https://globoplay.globo.com/v/4043995/programa/
Exibição em 19 Mar 2015	Colégio Homero, no Capão Raso, está em estado de abandono	15 seg	A Secretaria de Educação informou que uma engenheira deve olhar a escola e fazer mudanças necessárias para levar melhorias para os alunos.	https://globoplay.globo.com/v/4046819/programa/
Exibição em 10 Abr 2015	Veja como estão as escolas um mês após a greve dos professores	4 min	Presidente da APP-Sindicato e secretário da educação do Paraná comentam problemas nas escolas	https://globoplay.globo.com/v/4100758/programa/

Exibição em 22 Abr 2015	Nova greve de professores deixa alunos da UEPG sem aulas	35 seg	Um dos motivos da paralisação dos professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa é a reforma da Previdência que tramita na Alep.	https://globoplay.globo.com/v/4127495/programa/
Exibição em 23 Abr 2015	Professores da UEM fazem greve parcial	2 min	Pela segunda vez, os professores universitários entraram em greve este ano; os docentes são contra o projeto de lei que prevê alterações na Paraná Previdência. Há paralisações também na UEPG e na Uniãoeste	https://globoplay.globo.com/v/4130392/programa/
Exibição em 25 Abr 2015	Professores da rede estadual do Paraná retomam greve a partir de segunda (27)	4 min	Professores reunidos em assembleia em Londrina, neste sábado (25), decidiram retomar a paralisação. Motivo é o projeto que propõe mudanças na previdência social.	https://globoplay.globo.com/v/4135045/programa/
Exibição em 27 Abr 2015	Choque impede entrada de professores na Alep	4 min	Governo quer evitar que grevistas invadam prédio.	https://globoplay.globo.com/v/4138052/programa/
Exibição em 27 Abr 2015	Professores se reúnem no Centro Cívico	4 min	Governo diz que professores terão faltas descontadas no pagamento.	https://globoplay.globo.com/v/4138072/programa/

Exibição em 27 Abr 2015	Semana começa no Paraná com várias greves	1 min	Professores das escolas estaduais e das universidades do Paraná retomam paralisação.	https://globoplay.globo.com/v/4138119/programa/
Exibição em 27 Abr 2015	Professores de todo estado protestam contra medidas do governo	8 min	Segundo os professores, não foram debatidas as mudanças no regime da ParanáPrevidência.	https://globoplay.globo.com/v/4138481/programa/
Exibição em 27 Abr 2015	Polícia monta um forte esquema de segurança na Assembleia	6 min	De acordo com o governo, alterações no regime da ParanáPrevidência foram amplamente debatidos durante 50 dias e não altera em nada o pagamento de aposentados e pensionistas.	https://globoplay.globo.com/v/4138630/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Tropa de choque impede circulação dos professores no Centro Cívico de Curitiba	7 min	De acordo com policiais militares, carro de som da Associação dos Professores não foi autorizado a estacionar em frente a Assembleia Legislativa do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4140824/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Policiais militares e professores entram em confronto em frente ao Palácio do Iguazu (reprise dos acontecimentos)	4 min	Professores seguiam para a Assembleia Legislativa quando foram barrados pela Polícia Militar no Centro Cívico. Manifestantes e policiais entraram em confronto. Para afastar grevistas, polícia utilizou bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e jatos de água.	https://globoplay.globo.com/v/4140957/programa/

Exibição em 28 Abr 2015	Professores em greve protestaram durante a manhã em Londrina	1 min	Mesmo com paralisação, alguns colégios estaduais de Londrina funcionaram parcialmente durante a manhã desta terça-feira.	https://globoplay.globo.com/v/4141037/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Policiais militares do interior do Paraná dizem que governo não depositou diárias	4 min	Soldados denunciaram situação a Associação de Praças do Estado do Paraná (APRAS). Conforme a associação, policiais pagaram do próprio bolso o valor das diárias do hotel onde estão hospedados.	https://globoplay.globo.com/v/4141054/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Policiais militares guincharam carro de som da APP-Sindicato durante esta madrugada	3 min	Polícia Militar afirma carro estava dentro da área de isolamento. Manifestantes não concordaram com a atitude da PM, e tentaram impedir retirada de veículo.	https://globoplay.globo.com/v/4141106/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Presidente da Assembleia Legislativa diz que vai recorrer de liminar emitida pelo TJ-PR	2 min	Professores foram autorizados pelo TJ-PR a entrarem na Assembleia Legislativa para acompanharem votação do projeto que trata sobre a Paraná Previdência. Deputado Ademar Traiano afirma que vai recorrer dessa decisão.	https://globoplay.globo.com/v/4141138/programa/

Exibição em 28 Abr 2015	Manifestantes impedem que carro da Polícia Militar circule na região do Centro Cívico	6 min	Grevistas cercaram carro e impediram que veículo circulasse onde os professores estão concentrados.	https://globoplay.globo.com/v/4141198/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Ruas são interditadas em Curitiba devido ao protesto dos professores	4 min	Ruas localizadas na região da Prefeitura de Curitiba foram bloqueadas para evitar o trânsito de veículos na região do Centro Cívico, onde manifestantes estão concentrados.	https://globoplay.globo.com/v/4141219/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Professores de Londrina apoiam manifestações feitas em Curitiba	1 min	Cerca de 300 professores de Londrina fizeram manifestações hoje em Londrina para apoiar os atos realizados em Curitiba. Os docentes prometem novas ações para amanhã.	https://globoplay.globo.com/v/4141248/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Esquema de segurança em frente a Assembleia foi uma determinação judicial, diz secretário	8 min	Secretário-chefe da Casa Civil Eduardo Sciarra, afirma que esquema de segurança montado pelo estado cumpre determinação do Tribunal de Justiça do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4141282/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Ademar Traiano nega entrada de professores na Assembleia Legislativa	1 min	O deputado afirmou que apenas representantes do sindicato devem ocupar as galerias da ALEP e que vai usar a força policial para manter esta decisão.	https://globoplay.globo.com/v/4143243/programa/

Exibição em 29 Abr 2015	Alunos estão preocupados com a falta de aulas devido às greves de professores	2 min	Muitos alunos estão receosos com o ano letivo, que ficou marcado por duas greves e manifestações de professores ainda no primeiro semestre.	https://globoplay.globo.com/v/4143266/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Beto Richa garante que mudanças na ParanaPrevidência não vão prejudicar servidores	1 min	O governador garantiu que as mudanças fiscais não vão afetar negativamente professores e servidores e culpou adversários políticos pela depreciação do projeto.	https://globoplay.globo.com/v/4143281/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Manifestantes continuam acampados no Centro Cívico e vigiados pela PM	5 min	Um forte cordão de isolamento foi montado ao redor da ALEP, onde um projeto de mudanças na ParanaPrevidência deve ser discutido hoje.	https://globoplay.globo.com/v/4143368/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Justiça revê liminares e nega acesso de professores à Assembleia Legislativa	5 min	Segundo a decisão da Justiça, apenas representantes de sindicatos poderão entrar na Alep durante a sessão que discute mudanças na ParanaPrevidência.	https://globoplay.globo.com/v/4143446/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Movimento de manifestantes aumenta no Centro Cívico	2 min	Muitos professores, servidores e pessoas contrárias ao projeto de mudanças na ParanaPrevidência se reúnem em frente à Alep durante a tarde de hoje.	https://globoplay.globo.com/v/4143509/programa/

Exibição em 29 Abr 2015	Policiamento ostensivo em frente à Alep é pesado desde o início do dia	4 min	Na manhã de hoje foi tranquilo o movimento de manifestantes no Centro Cívico, mas a expectativa é de que o fluxo aumente durante a tarde.	https://globoplay.globo.com/v/4143586/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Movimentação da PM em volta da Alep é intensa	1 min	Manifestantes vaiaram a polícia quando notaram o grande número de policiais se posicionando em diversos lugares da Alep.	https://globoplay.globo.com/v/4143615/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Projeto que altera a PR previdência é aprovado mesmo com protesto	4 min	Confira no G1 como cada deputado votou	https://globoplay.globo.com/v/4146351/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Centro cívico tem manhã tranquila após confronto na quarta	8 min	Professores recolham restos de balas de borracha como recordação desse dia trágico para os servidores.	https://globoplay.globo.com/v/4145999/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	GRPCOM divulga editorial sobre o confronto em Curitiba	2 min	O editorial completo pode ser lido na edição desta quinta-feira da Gazeta do Povo.	https://globoplay.globo.com/v/4146414/programa/

Exibição em 30 Abr 2015	Imprensa internacional repercute efeitos da manifestação de professores em Curitiba	1 min	Jornais do Brasil e de outros lugares do mundo mostraram a ação da polícia contra manifestantes do Centro Cívico na última quarta-feira (30/04).	https://globoplay.globo.com/v/4145973/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Para Beto Richa, ação da polícia contra manifestantes não foi desproporcional	1 min	O governador ressaltou que os policiais agiram em defesa ao ataque de manifestantes.	https://globoplay.globo.com/v/4145992/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Equipe do Paraná TV relata momentos de tensão no Centro Cívico	4 min	A reportagem do Paraná TV flagrou momentos em que manifestantes eram alvos de disparos de balas de borracha, jatos de água e bombas por parte da PM.	https://globoplay.globo.com/v/4146022/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Governo do Estado divulga imagens de 'black blocs' ontem à tarde no Centro Cívico	32 seg	Nas imagens, a confusão começa com a derrubada de uma grade que cercava a Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4146028/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Veja ação da polícia contra manifestantes no Centro Cívico	3 min	A equipe da RPC mostra momentos em que manifestantes eram impedidos pela PM de entrar na Alep e dispersados da Praça Nossa Senhora de Salete.	https://globoplay.globo.com/v/4146047/programa/

Exibição em 30 Abr 2015	Confronto entre policiais e manifestantes deixa vários feridos em Curitiba	3 min	Professores, jornalistas e sindicalistas foram alvo de balas de borracha e bombas de efeito moral na quarta-feira no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4146076/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Crianças e trabalhadores deixam o Centro Cívico durante ação da polícia	3 min	Pessoas que trabalham e crianças que estudam em creches do bairro foram obrigadas a deixar o entorno da Praça Nossa Senhora de Salete.	https://globoplay.globo.com/v/4146089/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Projeto que altera a PR previdência é aprovado mesmo com protestos	4 min	Confira no G1 como cada deputado votou	https://globoplay.globo.com/v/4146351/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Representantes da APP Sindicato se reúnem para definir rumos da greve	1 min	Professores estaduais retomaram paralisação na segunda-feira (27).	https://globoplay.globo.com/v/4146480/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Reveja as cenas do confronto violento no Centro Cívico	6 min	Praça virou um campo de guerra.	https://globoplay.globo.com/v/4146538/programa/
Exibição em 1 Mai 2015	Manifestantes realizam protesto no Centro Cívico contra ações do governo do estado	4 min	O protesto foi contra a votação do projeto de lei que realiza mudanças na Paraná Previdência e contra a truculência policial na última manifestação de professores.	https://globoplay.globo.com/v/4148671/programa/
Exibição em 1 Mai 2015	Manifestações de repúdio às ações do governo	3 min	Diversos setores da sociedade protestaram contra os acontecimentos da última terça-feira (29/04).	https://globoplay.globo.com/v/4148685/programa/

	acontecem em diversos pontos da capital			
Exibição em 1 Mai 2015	APP Sindicato decide manter greve de professores	2 min	O comando de greve promove protestos que duram desde o Dia do Trabalho até a próxima semana, quando serão decididos os novos rumos da mobilização.	https://globoplay.globo.com/v/4148718/programa/
Exibição em 1 Mai 2015	Manifestantes ocupam o Centro Cívico como forma de solidariedade aos professores	2 min	Um dos artifícios usados pelos manifestantes foi uma tinta vermelha, exposta para simbolizar o sangue derramado na última terça-feira (29/04).	https://globoplay.globo.com/v/4148817/programa/
Exibição em 2 Mai 2015	Após uma semana de manifestações e confrontos a rotina volta ao normal no Centro Cívico	2 min	Moradores e comerciantes da região tiveram uma semana intensa devido ao confronto entre manifestantes e PMS	https://globoplay.globo.com/v/4150613/programa/
Exibição em 4 Mai 2015	Fernando Francischini lamenta acontecimentos da manifestação de professores	1 min	O secretário de Segurança Pública ainda afirmou que policiais saíram feridos no confronto, e que pessoas detidas pertenciam a grupos radicais de manifestação.	https://globoplay.globo.com/v/4153992/programa/
Exibição em 4 Mai 2015	Cientista político analisa últimas manifestações populares e ações do governo do estado	7 min	Durante o final de semana, muitos protestos aconteceram em diversos lugares do Paraná, todos contrários às ações do governo na manifestação de professores.	https://globoplay.globo.com/v/4154033/programa/

Exibição em 5 Mai 2015	Professores voltam a fazer passeata no Centro Cívico de Curitiba	3 min	Manifestantes de todo o estado vieram para Curitiba para protestar contra a ação policial na última quarta-feira	https://globoplay.globo.com/v/4156677/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Passeata de professores do Paraná reúne 10 mil em Curitiba, diz a PM	4 min	Professores da rede pública estadual saíram da Praça 19 de Dezembro em direção ao Centro Cívico de Curitiba, para protestar contra a ação da PM na última quarta-feira.	https://globoplay.globo.com/v/4156707/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Secretário de Segurança fala sobre ação da PM contra professores	5 min	Francischini afirma que inquérito será aberto para apurar os abusos que foram cometidos. Secretário não descarta a participação de grupos radicais.	https://globoplay.globo.com/v/4156810/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Professores fazem protesto no Centro Cívico	2 min	Segundo a PM, cerca de 10 mil pessoas participaram da manifestação	https://globoplay.globo.com/v/4156835/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Assembleia define rumo da greve de professores	3 min	Professores da rede estadual de ensino marcaram uma assembleia para definir sobre o rumo da paralisação. O encontro deve reunir milhares de servidores e será realizado no Estádio da Vila Capanema.	https://globoplay.globo.com/v/4156901/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Manifestantes se reuniram na Praça 19 de Maio, em Curitiba	3 min	Ato contra a ação da polícia na manifestação dos professores reuniu milhares de pessoas.	https://globoplay.globo.com/v/4156948/programa/

Exibição em 6 Mai 2015	Em meio a diversas reivindicações, professores do estado decidem manter greve	3 min	Os professores continuam mobilizados uma semana após o confronto com a PM no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4159216/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Comissão da APP Sindicato vai a Brasília discutir sobre ação da PM em manifestação	31 seg	A pedido de senadores, a comissão deve relatar supostos abusos na ação da Polícia Militar na manifestação de professores do dia 29/04.	https://globoplay.globo.com/v/4159380/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Manifestação de professores ainda é motivo de discussão intensa no estado	4 min	Uma semana após o dia da manifestação, que aconteceu na última quarta-feira (29/04), o debate em relação às ações do governo ainda é intenso.	https://globoplay.globo.com/v/4159542/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Secretária de Educação do Paraná se reúne com representantes de sindicato	1 min	No primeiro dia de trabalho, Ana Seres Comin encontrou com representantes do sindicato de professores e servidores do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4161941/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Nova secretária de Educação é recebida com protestos no primeiro dia de trabalho	2 min	Ana Seres Comin recebeu nesta quinta-feira (7) representantes do sindicato de professores e servidores do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4162055/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Estudantes da UEL presos em manifestação prestam depoimento ao MP	2 min	Segundo os estudantes, as substâncias preparadas não eram bombas, mas sim antídotos para minimizar os efeitos do spray de pimenta e gás lacrimogênio.	https://globoplay.globo.com/v/4162087/programa/

Exibição em 7 Mai 2015	Servidores da Universidade Estadual de Londrina decidem entrar em greve	2 min	Os técnicos e funcionários da UEL decidiram paralisar suas atividades por tempo indeterminado. Greve também é em apoio aos professores do estado	https://globoplay.globo.com/v/4162102/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Greve dos professores no estado preocupa pais e alunos	3 min	Preocupação se refere principalmente ao tempo ocioso dos estudantes, além da perda de conteúdos importantes do calendário acadêmico.	https://globoplay.globo.com/v/4162161/programa/
Exibição em 9 Mai 2015	Professores de Umuarama protestaram lembrando o episódio de 29 de abril	27 seg	Cerca de 150 manifestantes se reuniram em frente à Câmara de Vereadores da cidade	https://globoplay.globo.com/v/4167029/programa/
Exibição em 9 Mai 2015	Estudantes e professores fizeram um julgamento simbólico sobre conflito 29 de abril	2 min	Eles fazem parte do curso de direito da UFPR. O julgamento foi no Centro Cívico	https://globoplay.globo.com/v/4167094/programa/
Exibição em 12 Mai 2015	Sindicato dos professores e governo se reúnem para definir rumos da greve	1 min	Professores do Paraná exigem avanço nas negociações sobre o piso salarial.	https://globoplay.globo.com/v/4172963/programa/
Exibição em 12 Mai 2015	Reunião entre sindicato dos professores e governo termina sem acordo	4 min	Os servidores continuam em greve. Os representantes do governo pedem até o dia 19 de maio para trazer propostas aos sindicalistas. APP-Sindicato pede que essa proposta seja apresentada até essa semana.	https://globoplay.globo.com/v/4173003/programa/

Exibição em 14 Mai 2015	Governo nega negociações com sindicatos e servidores	4 min	O Governo do Estado informou ainda que vai enviar uma projeto para a Assembléia de reajuste salarial de 5%.	https://globoplay.globo.com/v/4180727/programa/
Exibição em 15 Mai 2015	Governo anuncia que vai punir diretores que estimularam a greve dos professores	2 min	Representantes dos professores em greve passaram a manhã discutindo próximos passos.	https://globoplay.globo.com/v/4183718/programa/
Exibição em 18 Mai 2015	Manifestantes fazem refeição em frente a casa de deputado Luiz	4 min	Os deputados devem votar, ainda neste mês, o projeto de reajuste dos servidores estaduais do Paraná, que desagrada a categoria.	https://globoplay.globo.com/v/4188861/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Segundo a APP Sindicato, 30 mil pessoas participam de protesto de servidores	2 min	Entre os participantes, estão tanto os servidores do estado quando pessoas simpáticas à causa defendida pela categoria.	https://globoplay.globo.com/v/4191679/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Servidores organizam protesto no Centro de Curitiba	5 min	Os servidores se reuniram na região central da cidade, e devem ir até o Centro Cívico protestar contra a proposta de reajuste salarial do Governo do Estado.	https://globoplay.globo.com/v/4191705/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Manifestantes de todo o estado vêm a Curitiba participar de protesto	3 min	Cerca de 30 mil pessoas participam do protesto de servidores em Curitiba, sendo que muitas vieram de várias regiões do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4191713/programa/

Exibição em 19 Mai 2015	Manifestantes ocupam o Centro Cívico em Curitiba	1 min	O protesto teve início no Centro da cidade, sendo que os manifestantes caminharam até a Praça Nossa Senhora de Salete para dar continuidade ao protesto.	https://globoplay.globo.com/v/4191730/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Manifestantes do interior iniciam manifestação na Praça Santos Andrade	1 min	Muitos servidores do interior do estado se reuniram cedo na praça, após viajarem de madrugada rumo à capital.	https://globoplay.globo.com/v/4191774/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Deputados analisam proposta de aumento salarial de servidores e irregularidades	2 min	O número de votos dos deputados para uma CPI a ser aberta, no entanto, ainda são insuficientes.	https://globoplay.globo.com/v/4191829/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Reajuste proposto pelo Governo é principal motivo de protestos no Paraná	3 min	Os servidores pedem um reajuste superior ao de 5% em duas parcelas, proposto pelo Governo, e também por mais infraestrutura em seus trabalhos.	https://globoplay.globo.com/v/4191795/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Manifestantes fazem protestos em Londrina e outras cidades do interior	2 min	Os manifestantes lembraram também das investigações do Gaeco, que revelaram nomes de pessoas próximas a Beto Richa envolvidas em casos de corrupção	https://globoplay.globo.com/v/4191808/programa/
Exibição em 20 Mai 2015	Sem acordo salarial, servidores acampam em frente à Secretaria da Fazenda	9 min	Manifestantes bloqueiam as entradas da Secretaria da Fazenda. A manhã também teve manifestações pelo centro de Curitiba e na Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4194495/programa/

Exibição em 20 Mai 2015	Com a greve dos professores, as escolas estão vazias	2 min	As escolas estaduais estão fechadas esperando o fim da greve dos servidores para que os espaços voltem a ser usados pela comunidade.	https://globoplay.globo.com/v/4194516/programa/
Exibição em 20 Mai 2015	Estudantes de Maringá têm aula virtual durante a greve	4 min	Para driblar a greve, professor passou a transmitir o conteúdo pela internet.	https://globoplay.globo.com/v/4194799/programa/
Exibição em 21 Mai 2015	Beto Richa comenta greve de servidores e casos de corrupção em Londrina	2 min	O governador do Paraná esteve presente na cerimônia de troca no comando geral da PM, e comentou sobre a crise política.	https://globoplay.globo.com/v/4197327/programa/
Exibição em 22 Mai 2015	Mais uma reunião entre governo e professores acaba sem acordo	2 min	Greve da categoria dura quase 30 dias.	https://globoplay.globo.com/v/4200125/programa/
Exibição em 22 Mai 2015	Professores de Cascavel dão revisão em praça	2 min	Professores continuam em greve, mas para ajudar os alunos que vão prestar vestibular, eles ocuparam uma praça da cidade para revisar o conteúdo.	https://globoplay.globo.com/v/4200154/programa/

Exibição em 23 Mai 2015	Professores protestam em frente a casamento de deputado em Londrina	1 min	Alvo foi o deputado Tiago Amaral (PSB), que votou a favor de mudanças na ParanaPrevidência	https://globoplay.globo.com/v/4201895/programa/
Exibição em 25 Mai 2015	Servidores estaduais bloqueiam as entradas dos núcleos regionais da Educação	3 min	Eles são contra a determinação do governo de descontar as faltas dos professores e funcionários que estão paralisados	https://globoplay.globo.com/v/4205331/programa/
Exibição em 26 Mai 2015	Projeto de reajuste no salário de servidores segue sem ser apresentado na Alep	1 min	Enquanto o projeto não é apresentado, a greve de servidores estaduais deve continuar em todo o Paraná	https://globoplay.globo.com/v/4207898/programa/
Exibição em 27 Mai 2015	Governador discute o reajuste do funcionalismo público	3 min	Em uma reunião hoje no Palácio Iguazu, o governador Beto Richa e o secretariado discutiram o assunto.	https://globoplay.globo.com/v/4210734/programa/
Exibição em 28 Mai 2015	Comando de greve se reúne para discutir ações e intensificar paralisação dos servidores	2 min	Governo propõe parcelar o reajuste e mudar a data para a correção dos salários.	https://globoplay.globo.com/v/4213444/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Episódios do dia 29 de abril completam um mês nessa sexta-feira	4 min	Há um mês atrás, policiais dispersaram manifestantes no Centro Cívico com disparos de balas de borracha e bombas de efeito moral.	https://globoplay.globo.com/v/4216047/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Depois de um mês dos episódios do dia 29 de abril, greve de servidores continua	2 min	Nessa sexta-feira (29), manifestantes estiveram presentes na Praça Nossa Senhora de Salete em protesto contra as ações policiais do mês passado.	https://globoplay.globo.com/v/4216066/programa/

Exibição em 29 Mai 2015	Manifestantes realizam protestos contra o Governo em todo o estado	1 min	Os manifestantes são contrários a proposta de reajuste do Governo para o salário de servidores estaduais	https://globoplay.globo.com/v/4216080/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Entraves em negociações prolongam greve de servidores no Paraná	3 min	O sindicato dos servidores e o Governo do estado não conseguem chegar à um consenso no que diz respeito ao valor e forma de pagamento do reajuste salarial.	https://globoplay.globo.com/v/4216115/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Alunos estão preocupados com a reposição de aulas após a greve	2 min	Muitos alunos estão em anos decisivos de suas vidas acadêmicas, e podem ter o ano letivo prejudicado devido à greve de professores em todo o estado	https://globoplay.globo.com/v/4216146/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Jornalista Rogério Galindo comenta crise política no Paraná	1 min	Para o colunista da Gazeta do Povo, falta diálogo entre o sindicato dos servidores e o Governo do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4216182/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Secretário da Fazenda comenta dificuldades financeiras do Paraná	2 min	Segundo o secretário, devido à crise financeira que o estado enfrenta, são difíceis as possibilidades de negociação de reajuste salarial com os servidores do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4216199/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Manifestantes realizam protestos no Centro Cívico	2 min	Uma das ações dos manifestantes, foi a de pintar uma faixa preta com marcas em vermelho, em lembrança aos acontecimentos dia dia 29 de abril.	https://globoplay.globo.com/v/4216204/programa/
Exibição em 1 Jun 2015	Os professores e representantes da APP se reuniram na capital na Assembleia Legislativa	28 seg	A categoria pediu o apoio dos deputados para que o aumento de 8,17% seja aprovado.	https://globoplay.globo.com/v/4221662/programa/

Exibição em 1 Jun 2015	Alunos continuam sem aulas em todo o estado	2 min	Pais estão preocupados com a continuidade, na greve dos professores e o impacto no desenvolvimento dos filhos	https://globoplay.globo.com/v/4221723/programa/
Exibição em 2 Jun 2015	É grande a expectativa sobre o pronunciamento do governador na tarde desta terça-feira	1 min	Beto Richa deve falar sobre a proposta de reajuste salarial dos servidores públicos que foi enviada à Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4224009/programa/
Exibição em 2 Jun 2015	Deputados conversam com representantes dos sindicatos sobre nova proposta de reajuste	2 min	Ao mesmo tempo, comissão de educação se reuniu para debater sobre novo Plano Estadual de Educação. Grupo discutiu sobre quanto dinheiro do orçamento do Estado deve ser destinado a área.	https://globoplay.globo.com/v/4224392/programa/
Exibição em 3 Jun 2015	Pais matriculam filhos em escolas particulares devido à greve	2 min	Greve dos professores nas escolas estaduais não tem data para acabar.	https://globoplay.globo.com/v/4227097/programa/
Exibição em 3 Jun 2015	Deputados se reúnem para tentar acordo sobre reajuste dos servidores	3 min	Reunião ocorreu na manhã desta quarta (3)	https://globoplay.globo.com/v/4227153/programa/
Exibição em 4 Jun 2015	Assembleia de professores e servidores está marcada para a próxima terça-feira	4 min	Os professores e servidores tentam encontrar uma definição para a greve, que já dura 40 dias.	https://globoplay.globo.com/v/4229595/programa/
	Professores pedem para governo abonar faltas do período em greve.	1 min	Foi marcada para terça-feira (9) uma assembleia para decidir o rumo da greve.	https://globoplay.globo.com/v/4232413/programa/

Exibição em 5 Jun 2015				
Exibição em 9 Jun 2015	Mais de 10 mil professores participaram da assembleia que definiu o fim da greve	6 min	Depois de 45 dias em greve, os professores decidiram retornar para às salas de aula. Mais de um milhão de alunos foram prejudicados com a paralisação.	https://globoplay.globo.com/v/4240348/programa/
Exibição em 10 Jun 2015	Alunos da rede estadual voltaram à rotina nesta quarta	4 min	Greve dos professores e funcionários terminou na terça.	https://globoplay.globo.com/v/4242800/programa/
Exibição em 11 Jun 2015	Alunos estão preocupados com o retorno das aulas	3 min	Mesmo com a volta as aulas, os alunos temem que novos impasses na Assembleia possam interromper novamente o ano letivo.	https://globoplay.globo.com/v/4245419/programa/
Exibição em 12 Jun 2015	Alunos já estão voltando para a sala de aula	2 min	A Secretária de Educação, junto com os professores, está traçando como será a reposição das aulas. O recesso de julho está suspenso.	https://globoplay.globo.com/v/4248052/programa/
Exibição em 12 Jun 2015	Confira uma análise do PRTV 1ª edição sobre o retorno às aulas	3 min	Após 46 dias de greve, professores e alunos retomam a rotina escolar	https://globoplay.globo.com/v/4248068/programa/
Exibição em 19 Jun 2015	Novo calendário escolar para 2015 ainda não foi decidido	2 min	A Secretária da Educação prorrogou o prazo final para que as escolas façam o calendário de aulas.	https://globoplay.globo.com/v/4264144/programa/

Exibição em 22 Jun 2015	Hoje é o último dia para divulgação do novo calendário escolar	2 min	Escolas estaduais devem apresentar calendário para a reposição de 49 dias de aulas perdidos durante a greve dos professores estaduais.	https://globoplay.globo.com/v/4269596/programa/
Exibição em 23 Jun 2015	Professores da UEL decidem suspender greve após 57 dias	3 min	Docentes votaram pelo retorno das aulas em uma assembleia realizada na manhã desta terça-feira (23). Novo calendário deverá ser elaborado pela Universidade nos próximos dias.	https://globoplay.globo.com/v/4272267/programa/
Exibição em 23 Jun 2015	Governo e secretaria da Educação entregam 20 ônibus do transporte escolar	41 seg	O Governador Beto Richa (PSDB) ainda garantiu que vai repassar R\$ 9 milhões para os municípios pagarem o gasto com transporte escolar durante o mês de julho, época de reposição escolar.	
Exibição em 25 Jun 2015	Secretaria Estadual de Educação investiga fraudes em obras nas escolas	4 min	A Secretaria Estadual de Educação está investigando uma suspeita de fraudes em construções e reformas de escolas. Engenheiros responsáveis por obras foram afastados.	https://globoplay.globo.com/v/4277992/programa/

Exibição em 26 Jun 2015	Falta de estrutura em escolas preocupa pais de alunos e professores	3 min	Mesmo depois do fim da greve, problemas de infraestrutura persistem em várias escolas do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4280322/programa/
Exibição em 26 Jun 2015	Obras inacabadas pagas com antecedência são assumidas pela Secretaria de Educação	4 min	A Secretaria admitiu pagar com antecedência pela construção ou reforma de sete escolas com obras ainda inacabadas para uma única construtora.	https://globoplay.globo.com/v/4280575/programa/
Exibição em 29 Jun 2015	Audiência pública decide sobre reposição de aulas	1 min	A APP-Sindicato é favorável à sexta aula e aulas ao sábados. Cada escola deve montar o seu calendário de reposição, até dia 5 de julho.	https://globoplay.globo.com/v/4285682/programa/
Exibição em 30 Jun 2015	Ministério Público denuncia Richa e funcionários do Governo por confronto com professores	4 min	Para o MP-PR, o governador Beto Richa foi omissivo nos episódios do dia 29 de abril, no protesto de professores.	https://globoplay.globo.com/v/4288049/programa/
Exibição em 2 Jul 2015	Alunos das escolas estaduais já estão tendo a sexta aula	3 min	Depois da greve dos professores e funcionários da educação, alunos das escolas estaduais já estão ficando todos os dias um tempo a mais na escola; será assim nas próximas 26 semanas.	https://globoplay.globo.com/v/4293779/programa/
Exibição em 4 Jul 2015	Ministério Público faz reconstrução do episódio de 29 de abril em Curitiba	8 min	O Ministério Público ouviu mais de 500 pessoas envolvidas no episódio de 29 de abril e tentou reconstruir o	https://globoplay.globo.com/v/4298615/programa/

			planejamento e a execução da operação no Centro Cívico. Segundo os promotores, o comando da polícia prometeu dar elogio na ficha funcional dos policiais que participaram da operação.	
Exibição em 7 Jul 2015	Deputados estaduais votam reajuste salarial de categorias de servidores	2 min	Projetos estabelecem aumento de 8,17%; professores queriam este valor.	https://globoplay.globo.com/v/4304545/programa/
Exibição em 8 Jul 2015	Deputados aprovam reajuste de 8,17% para categorias do funcionalismo	1 min	A votação foi aprovada em primeira discussão na terça-feira (7), mas o assunto deve passar por nova votação ainda hoje (8).	https://globoplay.globo.com/v/4307032/programa/
Exibição em 29 Jul 2015	Professores e estudantes protestam em frente à casa do governador Beto Richa	1 min	Ato lembra os três meses do confronto entre manifestantes e policiais no Centro Cívico de Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/4355155/programa/
Exibição em 11 Ago 2015	Manifestantes favoráveis à greve da UFPR ocupam cruzamento no Centro	2 min	O protesto foi realizado no cruzamento da Rua Dr. Faivre com a Rua Amintas de Barros.	https://globoplay.globo.com/v/4384630/programa/
Exibição em 12 Ago 2015	Professores da UFPR aderem à paralisação nacional	2 min	Greve começou hoje, e sindicato da categoria ainda não tem uma posição sobre o percentual de adesão.	https://globoplay.globo.com/v/4387720/programa/

Exibição em 25 Ago 2015	Audiência discute o uso de animais pela Polícia Militar em manifestações públicas	3 min	Audiência pública discute o uso de animais em manifestações. O assunto surgiu depois da manifestação de 29 de abril quando um cachorro do canil da PM atacou um cinegrafista.	https://globoplay.globo.com/v/4418672/programa/
Exibição em 19 Set 2015	Após atraso, UEM realiza vestibular neste domingo	1 min	Depois de muita expectativa, de muita preparação e da ansiedade que aumentou por causa do atraso, começa amanhã o vestibular de inverno da Universidade Estadual de Maringá.	https://globoplay.globo.com/v/4479271/programa/
Exibição em 27 Out 2015	Alunos e professores protestam contra o fechamento de escolas no estado	5 min	Os manifestantes afirmam que estão inconformados com a decisão do governo do estado. Eles defendem que esta mudança será prejudicial ao ensino. A Secretaria Estadual de Educação defende que essa mudança	https://globoplay.globo.com/v/4566994/programa/
Exibição em 30 Out 2015	Beto Richa suspende fechamento de escolas estaduais	34 seg	O governador anunciou que cancelou os estudos da Secretaria de Educação que resultariam no fechamento de escolas estaduais.	https://globoplay.globo.com/v/4574999/programa/

TABELA 2: PARANÁ TV 2º EDIÇÃO – 2015

DATA	TÍTULO	DURAÇÃO REPORTAGEM	PRINCIPAIS TEMAS/chamada	Link de acesso
Exibição em 3 Fev 2015	Professores temporários protestam contra Beto Richa em Curitiba	2 min	Os manifestantes se reuniram em frente a sede da Secretaria Estadual da Fazenda na tarde desta terça-feira (3). Eles interditaram a avenida Vicente Machado, no centro da capital. e o trânsito ficou confuso na região.	https://globoplay.globo.com/v/3939939/programa/
Exibição em 3 Fev 2015	Assembleia Legislativa anuncia medidas para regularizar a situação financeira do governo	1 min	pacote de medidas que deve chegar nesta quarta-feira na Assembleia, prevê cortes nas despesas do governo.	https://globoplay.globo.com/v/3940071/programa/
Exibição em 4 Fev 2015	Governo envia novo pacote de medidas para a ALEP	3 min	O pacote de medidas cria um cadastro de inadimplentes do estado e um teto para a aposentadoria dos servidores estaduais.	https://globoplay.globo.com/v/3942629/programa/
Exibição em 6 Fev 2015	Professores realizam protestos em todo o Paraná	2 min	Apesar das manifestações por melhores condições de trabalho, o secretário da Educação do estado garantiu que o ano letivo começa na próxima segunda-feira (9).	https://globoplay.globo.com/v/3948432/programa/
Exibição em 7 Fev 2015	Professores entram em greve a partir da próxima segunda-feira	2 min	A partir de segunda-feira (9), além dos professores, servidores do estado estudam a possibilidade de também entrar em greve.	https://globoplay.globo.com/v/3950474/programa/

Exibição em 9 Fev 2015	Governo alivia cortes no orçamento após participação de professores em sessão da ALEP	4 min	O governador Beto Richa pretende criar uma comissão geral para aprovar os projetos que mexem com os salários dos professores o mais rápido possível.	https://globoplay.globo.com/v/3954187/programa/
Exibição em 9 Fev 2015	Ano letivo começa com professores em greve no Paraná	4 min	Professores entraram em greve por discordarem de uma série de medidas do governo que afetam a categoria, além de pedirem melhores condições de trabalho.	https://globoplay.globo.com/v/3954287/programa/
Exibição em 9 Fev 2015	Líder do governo garante mudanças em medidas de cortes de gastos	1 min	Luiz Claudio Romanelli comentou que as medidas do governo serão necessárias, mas que alterações devem ser feitas em relação ao projeto inicial.	https://globoplay.globo.com/v/3954187/programa/
Exibição em 10 Fev 2015	Manifestantes invadem ALEP e votação de pacotão é adiada	7 min	O novo pacote de medidas do governo pretendia cortar gastos, afetando diretamente a carreira de professores e funcionários estaduais. 1	https://globoplay.globo.com/v/3956838/programa/
Exibição em 10 Fev 2015	Votação de pacote de medidas reúne manifestantes em frente à ALEP	1 min	Na expectativa pelo resultado da votação do pacote, professores e funcionários estaduais de todo o Paraná se reuniram no Centro Cívico, em Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/3956855/programa/

Exibição em 10 Fev 2015	Economista afirma que crise financeira é resultado de aos menos 10 anos de administração	3 min	Para José Pio Martins, a crise financeira que o Paraná enfrenta não é fruto de um trabalho recente, mas sim de um longo período administrativo.	https://globoplay.globo.com/v/3956948/programa/
Exibição em 11 Fev 2015	Professores e funcionários estaduais protestam em frente à ALEP pelo segundo dia seguido	3 min	Houve sessão na ALEP mesmo com os protestos, sendo que deputados improvisaram um local para dar continuidade às suas discussões.	https://globoplay.globo.com/v/3959597/programa/
Exibição em 11 Fev 2015	Manifestantes acampam na ALEP após dia de protestos	2 min	Muitos manifestantes ficaram nas galerias da Assembléia, enquanto outros ficaram em frente ao prédio.	https://globoplay.globo.com/v/3959624/programa/
Exibição em 11 Fev 2015	Servidores de diversas áreas protestam contra pacote de medidas do Governo	3 min	Além de professores e funcionários estaduais, agentes penitenciários e a OAB não são favoráveis ao pacote do Governo Estadual.	https://globoplay.globo.com/v/3959673/programa/
Exibição em 12 Fev 2015	No quarto dia de manifestações na ALEP, governo retira "pacote" de votação	1 min	Após o pátio da ALEP ser invadido pelos manifestantes, os deputados decidiram retirar o pacote de medidas do governo de votação.	https://globoplay.globo.com/v/3962683/programa/
Exibição em 12 Fev 2015	Tarde de protestos na ALEP termina em confusão	4 min	Após os manifestantes impedirem a entrada dos deputados e invadirem o pátio da ALEP, a polícia reagiu com disparos de balas de borracha e spray de pimenta.	https://globoplay.globo.com/v/3962727/programa/

Exibição em 12 Fev 2015	Em sessão tumultuada, deputados suspendem votação de pacote de medidas	3 min	Após a confusão se estabelecer durante as manifestações, os deputados decidiram suspender a votação do chamado "pacotaço".	https://globoplay.globo.com/v/3962743/programa/
Exibição em 12 Fev 2015	Greve de servidores deve continuar mesmo com a suspensão do "pacotaço"	1 min	Os manifestantes ressaltaram que a suspensão do pacote de medidas era apenas um dos pontos reivindicados, e confirmam que greve deve continuar	https://globoplay.globo.com/v/3962753/programa/
Exibição em 12 Fev 2015	Beto Richa fala pela primeira vez sobre a crise financeira no estado	3 min	Para o governador, a invasão da ALEP foi "absurda". Richa ainda comentou que cortes de gastos no Paraná devem mesmo acontecer	https://globoplay.globo.com/v/3962762/programa/
Exibição em 13 Fev 2015	Paraná TV 2ª Edição relembra os principais momentos nos protestos na ALEP	36 seg	Professores e servidores estaduais realizaram manifestações contrárias a aprovação de um "pacotaço" de medidas do Governo Estadual.	
Exibição em 16 Fev 2015	Servidores em greve comemoram o Carnaval em Curitiba	3 min	Os servidores realizaram eventos e festividades dentro de seu acampamento, próximo à ALEP, assim como moradores de bairros mais afastados do Centro.	https://globoplay.globo.com/v/3971318/programa/
Exibição em 18 Fev 2015	Governo prepara proposta para professores em greve	2 min	Depois dos protestos realizados em frente à ALEP, o governo preparou uma série de propostas aos servidores que estão em greve.	https://globoplay.globo.com/v/3976270/programa/

Exibição em 19 Fev 2015	Professores e servidores estaduais realizam protestos em todo o Paraná	41 seg	Mesmo com a concentração de professores e servidores na capital, em várias cidades do interior as categoriais se mobilizaram em protestos.	https://globoplay.globo.com/v/3979134/programa/
Exibição em 19 Fev 2015	Greve dos professores continua no Paraná	1 min	Os professores não devem voltar de greve, e continuam acampados em frente à ALEP esperando a definição de uma reunião agendada para sexta-feira (20).	https://globoplay.globo.com/v/3979171/programa/
Exibição em 19 Fev 2015	Governo deve pagar rescisões e férias para professores	3 min	Mesmo com as medidas tomadas pelo Governo, a categoria permanece em greve para discutir outras reivindicações.	https://globoplay.globo.com/v/3979189/programa/
Exibição em 21 Fev 2015	Professores passam a tarde discutindo propostas do Governo	1 min	Neste sábado (21), professores da rede estadual discutiram as propostas do Governo para acabar com a greve, mas as negociações continuam durante a semana.	https://globoplay.globo.com/v/3984098/programa/
Exibição em 24 Fev 2015	Beto Richa conversa com reitores de universidades estaduais em meio à protestos	3 min	Enquanto o governador negociava com os reitores, servidores estaduais de diversas categorias protestaram contra medidas do Governo	https://globoplay.globo.com/v/3990454/programa/
Exibição em 24 Fev 2015	Rescisão de contrato dos professores temporários é paga nesta terça-feira	2 min	Professores temporários estavam há mais de um mês sem receber, sendo que o pagamento da rescisão em	https://globoplay.globo.com/v/3990531/programa/

.			muitos casos não foi o suficiente para arcar com o acúmulo de contas	
Exibição em 25 Fev 2015	Professores e servidores vão às ruas protestar contra o Governo do Paraná	6 min	Mesmo com a reunião entre professores e o Governo do Estado, a greve continua. Um protesto tomou as ruas do Centro de Curitiba nesta quarta (25).	https://globoplay.globo.com/v/3993262/programa/
Exibição em 25 Fev 2015	Mesmo após reunião, greve dos professores continua	4 min	Membros do governo e do sindicato dos professores se reuniram hoje para debater as reivindicações da classe, mas a greve continua.	https://globoplay.globo.com/v/3993419/programa/
Exibição em 26 Fev 2015	Professores marcam a data para a assembleia que pode decidir o fim ou não da greve	3 min	O governador Beto Richa se reuniu hoje com o secretariado no Palácio Iguazu e tratou principalmente das finanças do Estado. A assembleia ficou marcada para a próxima quarta-feira.	https://globoplay.globo.com/v/3996350/programa/
Exibição em 27 Fev 2015	Governo entra com pedido na Justiça para que a greve de professores seja declarada ilegal	1 min	A greve de professores e servidores estaduais já dura três semanas, e o Governo quer que ela seja considerada ilegal.	https://globoplay.globo.com/v/3999053/programa/
Exibição em 2 Mar 2015	Professores decidem ir à Justiça contra retorno das aulas do 3º ano	2 min	Em greve que dura quatro semanas, professores da rede estadual do Paraná têm assembleia marcada para quarta-feira (4).	https://globoplay.globo.com/v/4005138/programa/
Exibição em 3 Mar 2015	Assembleia pode colocar fim na greve dos professores do Paraná	3 min	Encontro está marcado para quarta-feira (4) pela manhã, no estádio do	https://globoplay.globo.com/v/4007949/programa/

.			Paraná Clube. Professores estão em greve desde 9 de fevereiro	
Exibição em 3 Mar 2015	Pesquisa mostra queda na aprovação do governador Beto Richa (PSDB)	2 min	Levantamento da Paraná Pesquisas avaliou popularidade do governador após o "Pacotaço" enviado à Assembleia Legislativa	https://globoplay.globo.com/v/4007980/programa/
Exibição em 4 Mar 2015	Professores e servidores do Paraná decidem manter greve	3 min	Assembleia aconteceu na manhã desta quarta (4) na Vila Capanema, em Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/4010470/programa/
Exibição em 4 Mar 2015	Governador afirma que fim da greve dos professores é 'essencial'	1 min	No 24ª dia de greve, governador Beto Richa (PSDB) obteve liminar na Justiça para o fim da paralisação.	https://globoplay.globo.com/v/4010512/programa/
Exibição em 4 Mar 2015	TJ determina o fim imediato da greve dos professores no Paraná	18 seg	Decisão impõe multa e uso de força policial, se houver descumprimento. Sindicato diz que ainda não foi notificado e que vai recorrer.	https://globoplay.globo.com/v/4010614/programa/
Exibição em 5 Mar 2015	Mesmo com decisão judicial, professores do Paraná seguem em greve	1 min	Categoria alega que não foi notificada oficialmente da decisão judicial.	https://globoplay.globo.com/v/4013495/programa/
Exibição em 5 Mar 2015	Greves em universidades estaduais deixam alunos sem aulas e pacientes sem atendimento	2 min	Hospitais universitários também entraram em greve no Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4013535/programa/

Exibição em 6 Mar 2015	Professores em greve são notificados de decisão para retorno das aulas	2 min	Eles devem deliberar sobre a greve na segunda-feira (9).	https://globoplay.globo.com/v/4016392/programa/
Exibição em 9 Mar 2015	Greve dos professores é encerrada e aulas devem começar nessa semana	3 min	Depois de uma paralisação que durou cerca de 29 dias, os professores da rede estadual voltam às salas de aula já na próxima quinta-feira (12/03).	https://globoplay.globo.com/v/4022222/programa/
Exibição em 10 Mar 2015	Professores da rede estadual voltam ao trabalho depois de greve que durou 29 dias	2 min	Os professores trabalham nos preparativos para receber os alunos na próxima quinta-feira (12/03), sendo que o calendário acadêmico já foi definido.	https://globoplay.globo.com/v/4025124/programa/
Exibição em 10 Mar 2015	Prestes a receber alunos, escola de Curitiba convive com assaltos e arrombamentos	2 min	Diversos materiais são roubados e estruturas depredadas durante as madrugadas, sendo que a PM garante fazer a ronda no entorno do local.	https://globoplay.globo.com/v/4025149/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Problemas com merenda e falta de professores marcam volta às aulas	2 min	Em Foz do Iguaçu e Cascavel (PR), 100 mil alunos iniciaram o ano letivo. Para núcleos regionais de educação, situação será normalizada em dez dias.	https://globoplay.globo.com/v/4030714/programa/
Exibição em 12 Mar 2015	Alunos ficam sem merenda em escola de Curitiba	2 min	Uma escola da capital não está oferecendo o lanche por falta de funcionários.	https://globoplay.globo.com/v/4030735/programa/
Exibição em 20 Mar 2015	Estudantes bloqueiam avenida de Curitiba em	43 seg	Os alunos bloquearam pelo segundo dia seguido a Rua Vicente Machado, no	https://globoplay.globo.com/v/4050898/programa/

	protesto contra a falta de professores		Batel, como forma de protesto para a falta de funcionários no colégio.	
Exibição em 20 Mar 2015	Alunos reclamam de condições precárias em universidade de Parangará	3 min	A Unespar nunca passou por uma grande reforma, e convive com problemas de infraestrutura que prejudicam alunos e funcionários da instituição.	https://globoplay.globo.com/v/4050958/programa/
Exibição em 7 Abr 2015	Secretário da Fazenda explica a nova versão do Pacote	2 min	A expectativa é arrecadar pelo menos 4 bilhões de reais ao caixa do Estado.	https://globoplay.globo.com/v/4093752/programa/
Exibição em 8 Abr 2015	Governo do Paraná apresenta novas mudanças na Paraná Previdência	2 min	Em audiência pública, o Governo do Estado apresentou a nova versão do projeto que propõe que a aposentadoria de mais trinta e três mil servidores, com idade acima de setenta e três anos, sejam pagas com o dinheiro do fundo da Paraná Previdência	https://globoplay.globo.com/v/4096243/programa/
Exibição em 22 Abr 2015	Deputados aprovam mudanças na Paraná Previdência	2 min	Os servidores estaduais ameaçaram uma nova greve. Projeto deve ser votado na semana que vem.	https://globoplay.globo.com/v/4128744/programa/
Exibição em 25 Abr 2015	Após anúncio de greve, policiamento é reforçado na Assembleia do Paraná	4 min	Determinação judicial ainda prevê multa no caso de ocupação do prédio.	https://globoplay.globo.com/v/4135915/programa/

Exibição em 25 Abr 2015	Professores estaduais decidem retomar greve a partir de segunda	2 min	Decisão foi tomada neste sábado em assembleia realizada em Londrina	https://globoplay.globo.com/v/4136085/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Dia de confronto entre manifestantes e PM no Centro Cívico	3 min	A confusão já começou na madrugada, quando os policiais tentaram retirar um caminhão de som dos professores que estava em frente a Assembleia	https://globoplay.globo.com/v/4142028/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	PM's e professores entram em confronto no Centro Cívico	1 min	Na manhã desta terça-feira (28), policiais militares e professores se enfrentaram na praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4142048/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Governador Beto Richa fala sobre a ação da PM em manifestação no Centro Cívico	2 min	O Governador falou também sobre o impasse na votação das mudanças na ParanáPrevidência.	https://globoplay.globo.com/v/4142102/programa/
Exibição em 28 Abr 2015	Projeto da ParanaPrevidência é retirado de pauta para ser analisado pelos deputados	2 min	A votação deverá ocorrer nesta quarta-feira (29). Não foi informado se a sessão continuará fechada.	https://globoplay.globo.com/v/4142194/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Sindicato dos professores fala sobre o confronto no Centro Cívico	28 seg	A APP Sindicato declarou que irá processar o governador Beto Richa.	https://globoplay.globo.com/v/4144590/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	PMs e professores entram em confronto no Centro Cívico	3 min	Após a tentativa de derrubar a grade de proteção de acesso à Assembleia, policiais militares e pelotão do choque	https://globoplay.globo.com/v/4144590/programa/

			revidam com bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha para dispersar os manifestantes.	
Exibição em 29 Abr 2015	Governador Beto Richa fala sobre o confronto entre policiais e manifestantes	1 min	Beto Richa diz que o governo não perdeu o controle da situação em confronto com manifestantes no Centro Cívico nesta quarta-feira (29).	https://globoplay.globo.com/v/4144628/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Mais de duzentas pessoas ficam feridas em confronto no Centro Cívico	2 min	Funcionários de prédios vizinhos foram dispensados do trabalho. E uma creche foi fechada porque as crianças estavam assustadas com o barulho.	https://globoplay.globo.com/v/4144677/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	No Centro Cívico, servidores protestam contra mudança na ParanaPrevidência	2 min	Nesta quarta-feira (29), servidores e policiais se enfrentaram em frente à Assembleia Legislativa após protesto contra a mudança na ParanaPrevidência.	https://globoplay.globo.com/v/4144657/programa/
Exibição em 29 Abr 2015	Deputados votaram projeto de mudanças na ParanaPrevidência	3 min	Deputados votaram em projeto que prevê mudanças na ParanaPrevidência, mesmo com tumulto do lado de fora entre servidores e policiais.	https://globoplay.globo.com/v/4144683/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Governador Beto Richa assina a lei que altera a Previdência dos servidores estaduais	3 min	Houve uma nova manifestação no Centro Cívico, mas sem confrontos.	https://globoplay.globo.com/v/4147387/programa/

Exibição em 30 Abr 2015	Manifestantes prestam solidariedade aos professores em todo o Paraná	1 min	Manifestantes se mobilizaram em Campo Mourão, Londrina, Guarapuava, Paranavaí e Cascavel em apoio aos professores e repudiaram a violência policial.	https://globoplay.globo.com/v/4147376/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Um dia após confronto com policiais, manifestantes voltam a protestar no Centro Cívico	2 min	Nesta quinta-feira (30), os manifestantes que se reuniram em frente à Assembleia Legislativa e em seguida se concentraram no Palácio Iguazu, se mobilizaram em apoio aos professores e repudiaram a violência policial.	https://globoplay.globo.com/v/4147444/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	Veja como estão alguns dos feridos no confronto de ontem (29) com a PM no Centro Cívico	2 min	O confronto deixou mais de duzentos feridos, alguns precisaram ser levados à hospitais.	https://globoplay.globo.com/v/4147551/programa/
Exibição em 30 Abr 2015	O PRTV faz uma reflexão sobre os acontecimentos que marcaram o dia 29 de abril no Paraná	1 min	O confronto entre manifestantes e PMS no Centro Cívico, teve repercussão mundial.	https://globoplay.globo.com/v/4147617/programa/
Exibição em 1 Mai 2015	No Centro Cívico, manifestantes se vestem de preto e protestam contra a violência policial	3 min	Os manifestantes se reuniram no Centro Cívico em apoio aos professores e protestaram contra a violência policial.	https://globoplay.globo.com/v/4149950/programa/

Exibição em 2 Mai 2015	Manifestantes realizam passeata contra ações do governo do estado	27 seg	O protesto também foi contra a truculência policial na última manifestação de professores do dia 29/04.	https://globoplay.globo.com/v/4151597/programa/
Exibição em 4 Mai 2015	Líder do governo reconhece que houve excesso da polícia na ação contra os manifestantes	2 min	Foi realizada nesta segunda-feira (04) a primeira sessão da Assembleia após o confronto da semana passada. A sessão foi aberta e os deputados discutiram projetos menos polêmicos.	https://globoplay.globo.com/v/4155307/programa/
Exibição em 4 Mai 2015	Professores preparam nova assembleia para decidir se a greve continua	2 min	Neste fim de semana, diversas manifestações ocorreram devido ao confronto violento no Centro Cívico na última quarta-feira (29).	https://globoplay.globo.com/v/4155390/programa/
Exibição em 4 Mai 2015	Imagens mostram a presença de supostos grupos radicais em manifestação com 200 feridos	3 min	O Secretário de Segurança Fernando Francischini, diz que o serviço de inteligência da polícia já investigava a ameaça de grupos radicais antes mesmo do confronto na última quarta-feira (29).	https://globoplay.globo.com/v/4155438/programa/
Exibição em 5 Mai 2015	Em Curitiba, professores protestam contra a violência policial	2 min	Nesta terça-feira (05), milhares de professores se reuniram no centro de Curitiba e protestaram contra a violência policial vista no última quarta-feira (29), no confronto de manifestantes e policiais militares.	https://globoplay.globo.com/v/4157911/programa/

Exibição em 5 Mai 2015	Professores estaduais decidem manter a greve	2 min	O governo confirma que as faltas serão descontadas no salário dos professores	https://globoplay.globo.com/v/4157972/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Estudantes de escolas públicas se sentem prejudicados com a greve dos professores	2 min	Ao todo já são 39 dias de greve; muitos alunos estão tendo que improvisar para não ficar sem o conteúdo das aulas.	https://globoplay.globo.com/v/4160617/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Em Brasília, Comissão de Direitos Humanos discute confronto entre professores e policiais	2 min	Em Brasília, uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado analisou o confronto entre manifestantes e policiais na última quarta-feira (29), em Curitiba.	https://globoplay.globo.com/v/4160581/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Comando da PM reage às declarações do secretário de Segurança Fernando Francischini	4 min	Os coronéis da PM enviaram ao governador Beto Richa uma carta de repúdio às declarações do secretário.	https://globoplay.globo.com/v/4160706/programa/
Exibição em 6 Mai 2015	Ana Seres Comin é a nova secretária de Educação do Paraná	2 min	Nesta quarta-feira (06), o governador, Beto Richa, nomeou a professora Ana Seres Comin para assumir a Secretaria de Educação do Paraná, após o pedido de demissão de Fernando Xavier. A nova secretária pediu um voto de confiança aos profissionais da educação.	https://globoplay.globo.com/v/4160673/programa/

Exibição em 7 Mai 2015	Coronel Cesar Kogut deixa o comando da Polícia Militar do Paraná	1 min	Coronel Carlos Alberto Bühner Moreira, chefe do Estado Maior da PM, deve assumir o cargo.	https://globoplay.globo.com/v/4163372/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Secretária de Educação se reúne com professores em greve 2 min		Presidente da APP Sindicato, Hermes Leão, e outros dois dirigentes se reuniram com a nova Secretária de Educação do Paraná, Ana Seres Comin, na sede da Secretaria de Estado da Educação. Para os professores, a reunião representa a reabertura do diálogo com a secretaria.	https://globoplay.globo.com/v/4163361/programa/
Exibição em 7 Mai 2015	Estudante diz que precisou ficar nua após ser presa na manifestação no Centro Cívico	4 min	O Ministério Público vai investigar se houve improbidade administrativa do governador Beto Richa, do secretário de segurança Fernando Francischini e do ex-comandante da PM, coronel Cesar Kogut.	https://globoplay.globo.com/v/4163456/programa/
Exibição em 8 Mai 2015	Governador Beto Richa pede desculpas pelo confronto do Centro Cívico	1 min	Governador diz estar sofrendo pelo ocorrido e pede desculpas à sociedade.	https://globoplay.globo.com/v/4166008/programa/
Exibição em 8 Mai 2015	Beto Richa comenta a demissão de Kogut e Francischini	4 min	Após o pedido de demissão de Kogut e Francischini, o governador Beto Richa comenta sobre as mudanças no governo.	https://globoplay.globo.com/v/4166081/programa/

Exibição em 9 Mai 2015	MP diz que projeto de lei que alterou a previdência estadual é inconstitucional	2 min	A votação do projeto foi o principal motivo do protesto, que terminou no confronto com mais de 200 feridos, em frente à Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4167891/programa/
Exibição em 9 Mai 2015	MP diz que projeto de lei que alterou a previdência estadual é inconstitucional	2 min	A votação do projeto foi o principal motivo do protesto, que terminou no confronto com mais de 200 feridos, em frente à Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4167891/programa/
Exibição em 11 Mai 2015	Nesta terça-feira (12), governo do Estado e professores se reúnem para acabar com a greve	1 min	Os servidores esperam uma proposta do governo em relação ao piso salarial, data base, previdência social e exigem punição aos responsáveis pela ação policial que deixou mais de duzentas pessoas feridas, no dia 29 de abril, no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4171545/programa/
Exibição em 11 Mai 2015	Vídeo mostra funcionário da Assembleia arremessando um vaso do alto do prédio	43 seg	O funcionário pediu demissão após a denúncia.	https://globoplay.globo.com/v/4171588/programa/
Exibição em 12 Mai 2015	Governo marca nova reunião que pode decidir o rumo da greve dos professores	2 min	Após uma reunião sem acordos entre servidores estaduais e Governo do Estado, uma nova reunião foi marcada para a próxima semana.	https://globoplay.globo.com/v/4174331/programa/

Exibição em 13 Mai 2015	Pais e alunos protestam em apoio aos professores, mas pedem o fim da greve.	3 min	Além do fim da greve, eles pedem a reposição das aulas. Dos 61 dias letivos no calendário escolar deste ano, 32 são de greve.	https://globoplay.globo.com/v/4176908/programa/
Exibição em 14 Mai 2015	Beto Richa encerra negociações com professores grevistas	5 min	Nesta quinta-feira (14), o governador anunciou um pacote de medidas que inclui punições e reajuste de salário abaixo da inflação.	https://globoplay.globo.com/v/4182108/programa/
Exibição em 15 Mai 2015	Professores grevistas pedem o retorno das negociações com o governo	3 min	Nesta sexta-feira (15), os professores grevistas decidiram manter a greve e pediram o retorno das negociações com o governo do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4185020/programa/
Exibição em 18 Mai 2015	A semana começa com manifestações dos servidores públicos, no Centro Cívico.	5 min	O projeto de lei que prevê o reajuste salarial não foi encaminhado à Assembleia para votação.	https://globoplay.globo.com/v/4190254/programa/
Exibição em 19 Mai 2015	Governo do Estado mantém a proposta de reajuste salarial de 5%	3 min	A sessão na Assembleia Legislativa foi tumultuada e terminou mais cedo.	https://globoplay.globo.com/v/4192916/programa/
Exibição em 20 Mai 2015	Governo admite que pode chegar ao índice de reajuste salarial pedido pelos servidores	3 min	O projeto ainda não chegou para votação na Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4195533/programa/

Exibição em 21 Mai 2015	Liderança do Governo tenta acordo com os representantes dos servidores.	2 min	Governo quer parcelar o reajuste e garante que os servidores não vão perder nada com o acordo. Mas os representantes dos servidores, insiste em reajuste de 8,17%.	https://globoplay.globo.com/v/4198397/programa/
Exibição em 25 Mai 2015	Aumenta a preocupação com a reposição de aulas devido à greve dos professores	2 min	Governo diz que a reposição das aulas vai até fevereiro, mas o sindicato diz que é possível repor ainda este ano.	https://globoplay.globo.com/v/4206437/programa/
Exibição em 25 Mai 2015	Juristas e professores protocolam um pedido de impeachment do Governador Beto Richa	36 seg	O projeto pode ser arquivado pelo presidente da Assembleia ou colocado para votação.	https://globoplay.globo.com/v/4206502/programa/
Exibição em 26 Mai 2015	Segundo Governo, 80% das escolas estaduais estão abertas.	2 min	O sindicato diz que 80% dos professores estão parados.	https://globoplay.globo.com/v/4208984/programa/
Exibição em 26 Mai 2015	Deputados se reúnem com o Governo para discutir o índice de reajuste dos servidores	3 min	Os deputados da base aliada do governador Beto Richa, apresentaram duas propostas para o reajuste dos servidores.	https://globoplay.globo.com/v/4209106/programa/
Exibição em 27 Mai 2015	Governo do Estado envia à Assembleia a proposta	4 min	A proposta é parcelar o reajuste e mudar a data para a correção dos salários.	https://globoplay.globo.com/v/4211676/programa/

	de reajuste salarial dos servidores			
Exibição em 27 Mai 2015	Colégio Estadual amanhece bloqueado, em Ponta Grossa.	43 seg	Os portões estavam com correntes e massas nos cadeados.	https://globoplay.globo.com/v/4211727/programa/
Exibição em 27 Mai 2015	Nesta quinta-feira (28), servidores públicos se reúnem para analisar projeto do governo	1 min	Projeto do reajuste nos salários dos servidores, enviados hoje à Assembleia, não agrada e a categoria vai se reunir novamente para debater o projeto e sugerir possíveis emendas.	https://globoplay.globo.com/v/4211722/programa/
Exibição em 28 Mai 2015	Proposta de aumento do Governo não agrada servidores do estado	1 min	O valor do aumento e a forma de pagamento não agradou os servidores, que continuam em greve em todo o Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4214300/programa/
Exibição em 28 Mai 2015	Inflação atrapalha negociações entre Governo e servidores do estado	3 min	De acordo com economistas, devido à inflação, o Governo do estado tem encontrado dificuldades para chegar a um consenso com os servidores.	https://globoplay.globo.com/v/4214321/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Defensoria Pública do Paraná entra com ação civil contra Governo do Estado	2 min	Devido ao uso de violência policial no dia 29 de abril, a Defensoria Pública do Paraná entrou com uma ação civil pública contra o governo do estado.	https://globoplay.globo.com/v/4217212/programa/
Exibição em 29 Mai 2015	Em Curitiba, manifestantes relembram confronto entre policiais e professores	3 min	Nesta sexta-feira (29), completou um mês da batalha entre policiais e professores, no Centro Cívico. Para	https://globoplay.globo.com/v/4217344/programa/

			relembrar a data, servidores públicos protestaram contra a violência e intolerância policial.	
Exibição em 1 Jun 2015	Professores voltam a protestar em Curitiba.	37 seg	Mesmo em greve, várias escolas do estado voltaram a funcionar nesta segunda-feira (1º).	https://globoplay.globo.com/v/4222414/programa/
Exibição em 2 Jun 2015	Governo rejeita proposta criada por deputados para por fim a greve de servidores	4 min	O Governo do Estado continua irredutível em sua proposta de reajuste, que não tem previsão para ser votada na Assembléia.	https://globoplay.globo.com/v/4225163/programa/
Exibição em 3 Jun 2015	Deputados apresentam nova proposta para encerrar a greve dos servidores públicos	4 min	As negociações entre governo e servidores públicos avançou nesta quarta-feira (03), com uma nova proposta de pagamento da reposição salarial dos servidores. O sindicato dos professores deve analisar a proposta.	https://globoplay.globo.com/v/4228322/programa/
Exibição em 3 Jun 2015	Em Curitiba, servidores públicos grevistas analisam proposta do governo do estado	1 min	Os professores estão reunidos para analisar a proposta apresentada pelo Governo do Paraná nesta quarta-feira (03).	https://globoplay.globo.com/v/4228212/programa/

Exibição em 4 Jun 2015	Secretária de Educação admite não descontar os dias parados dos professores	3 min	Na tarde desta quinta-feira (04), a Secretária de Educação, Ana Seres Comin, admitiu não descontar os dias parados dos professores, desde que eles voltem ao trabalho. Os servidores marcaram uma assembleia para definir os rumos da greve.	https://globoplay.globo.com/v/4230839/programa/
Exibição em 8 Jun 2015	Expectativa para a assembleia que irá decidir o desfecho da greve dos servidores estaduais	3 min	A decisão será tomada em assembleia, nesta terça-feira (09).	https://globoplay.globo.com/v/4238667/programa/
Exibição em 8 Jun 2015	Professores marcam assembleia para definir rumo da greve	3 min	A reunião que pode definir o rumo da greve está marcada para às 8h 30min, na Vila Capanema. A expectativa da APP Sindicato é de aproximadamente 10 mil servidores da educação participem da assembleia	https://globoplay.globo.com/v/4238725/programa/
Exibição em 9 Jun 2015	Projeto do reajuste dos servidores públicos deve ser votado na Assembleia Legislativa	2 min	Nesta terça-feira (09), os deputados conversaram para evitar que novas emendas sejam apresentadas para o projeto.	https://globoplay.globo.com/v/4241418/programa/
Exibição em 9 Jun 2015	Em assembleia, profissionais da educação decidem encerrar a greve	3 min	Na manhã desta terça-feira (09), servidores da educação decidiram encerrar a paralisação da categoria, que já durava 44 dias.	https://globoplay.globo.com/v/4241295/programa/

Exibição em 9 Jun 2015	Após fim da greve, confira como fica o calendário de reposição das aulas	3 min	De acordo com a secretária de educação, Ana Seres Comin, as escolas devem estabelecer o próprio calendário de reposição.	https://globoplay.globo.com/v/4241332/programa/
Exibição em 10 Jun 2015	Alep aprova em primeiro turno a proposta de reajuste do funcionalismo	3 min	Projeto de reajuste salarial passou em primeira discussão por 30 votos a 16. Texto ainda será analisado em mais duas sessões da Assembleia do Paraná.	https://globoplay.globo.com/v/4244007/programa/
Exibição em 10 Jun 2015	Estudantes e professores voltam para as salas de aula após greve de 45 dias	2 min	Após 45 dias sem aula, alunos e professores retomaram as atividades nesta quarta-feira (10). Algumas escolas estaduais devem voltar às atividades normais somente a partir desta quinta-feira (11).	https://globoplay.globo.com/v/4244103/programa/
Exibição em 15 Jun 2015	Deputados de oposição apresentam emenda ao projeto de reajuste dos servidores públicos.	2 min	A sessão foi tumultuada na Assembleia Legislativa.	https://globoplay.globo.com/v/4254690/programa/
Exibição em 15 Jun 2015	Reposição de aulas preocupa alunos da rede estadual de ensino	2 min	Os alunos que estão cursando o terceiro ano do ensino médio estão preocupados em perder o prazo de matrícula da faculdade, devido ao calendário de reposição das aulas.	https://globoplay.globo.com/v/4254729/programa/

Exibição em 18 Jun 2015	Professores e Governo do Estado se desentendem com relação ao calendário escolar	3 min	Secretária da Educação quer que as aulas sejam estendidas até janeiro de 2016, mas o sindicato propõe quem as aulas sejam repostas ainda neste ano.	https://globoplay.globo.com/v/4262738/programa/
Exibição em 18 Jun 2015	Governo do Paraná divulga salário de professores estaduais	4 min	Governo divulgou na página oficial na internet uma lista com os salários de professores estaduais e afirmou que muitos ganham mais que políticos de cidades do interior. Os servidores públicos contestaram.	https://globoplay.globo.com/v/4262895/programa/
Exibição em 20 Jun 2015	Professores e alunos da rede estadual repõem aulas perdidas durante greve	2 min	Neste sábado (20), professores e alunos da rede estadual do ensino foram às salas de aula para repor o conteúdo atrasados por causa da greve.	https://globoplay.globo.com/v/4267619/programa/
Exibição em 22 Jun 2015	Secretaria de Educação avalia a possibilidade da sexta aula para alunos da rede estadual	2 min	No interior do estado, a preocupação dos pais e alunos é o transporte escolar.	https://globoplay.globo.com/v/4271063/programa/
Exibição em 25 Jun 2015	Conselho Estadual de Educação autoriza sexta aula para reposição na rede pública	1 min	A autorização do Conselho Estadual de Educação permite que as escolas e a comunidade escolar alterem o calendário escolar podendo incluir a sexta aula.	https://globoplay.globo.com/v/4279108/programa/
Exibição em 26 Jun 2015	Prova de história apresenta críticas ao Governo do Paraná	3 min	A prova criada por dois professores de uma escola em Almirante Tamandaré, apresentava perguntas com críticas ao governo do Paraná, entre elas: “Por que Beto Richa é contra a sociedade?”	https://globoplay.globo.com/v/4281750/programa/

Exibição em 29 Jun 2015	MP vai processar Beto Richa, Francischini e quatro oficiais da Polícia Militar	3 min	De acordo com os promotores eles foram os responsáveis pelo confronto entre professores e policiais, no dia 29 de abril, no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4286620/programa/
Exibição em 3 Jul 2015	PMs contam que foram parabenizados por Secretários do Governo pela ação do dia 29 de abril	7 min	O MP investiga a responsabilidade do Governo no confronto entre policiais e manifestantes, no Centro Cívico.	https://globoplay.globo.com/v/4297744/programa/
Exibição em 29 Ago 2015	Professores fazem manifestação em lembrança de dois momentos de violência da polícia	1 min	Segundo a APP Sindicado, 2 mil pessoas participaram do protesto, para a polícia foram 300 pessoas.	https://globoplay.globo.com/v/4430139/programa/
Exibição em 26 Out 2015	Secretaria de Educação divulga lista de escolas estaduais que podem ser fechadas em 2016	3 min	As escolas podem ser fechadas no próximo ano, devido aos gastos com aluguel.	https://globoplay.globo.com/v/4565629/programa/
Exibição em 27 Out 2015	Secretaria de Educação diz que ainda não definiu quantas escolas podem fechar em 2016	3 min	A Secretaria de Educação revelou não saber quantas escolas podem fechar no ano que vem, mas reconheceu que 71 delas ainda estão na lista.	https://globoplay.globo.com/v/4568288/programa/
Exibição em 30 Out 2015	Richa anuncia que Governo não deve fechar	1 min	O Governo desistiu de fechar escolas que funcionam em prédios alugados no estado	https://globoplay.globo.com/v/4576287/programa/

	escolas estaduais no Paraná.			

